

PEDRO SANGIRARDI DUARTE

**DISCURSO POLÍTICO:
A EMERGÊNCIA DO ESCÂNDALO
COMO NARRATIVA MIDIÁTICA ESTRUTURAL**

ECO/UFRJ

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**DISCURSO POLÍTICO:
A EMERGÊNCIA DO ESCÂNDALO
COMO NARRATIVA MIDIÁTICA ESTRUTURAL**

PEDRO SANGIRARDI DUARTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Cultura da Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

ECO/UFRJ

2008

D812 Duarte, Pedro Sangirardi.

Discurso político: a emergência do escândalo como
narrativa midiática estrutural / Pedro Sangirardi Duarte.
Rio de Janeiro, 2008.

203 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Comunicação, 2008.

Orientador: Milton José Pinto

1. Comunicação de massa – aspecto político.

I. Pinto, José (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

CDD: 302.23

**DISCURSO POLÍTICO:
A EMERGÊNCIA DO ESCÂNDALO
COMO NARRATIVA MIDIÁTICA ESTRUTURAL**

Pedro Sangirardi Duarte

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura, sob a orientação do Professor Doutor Milton José Pinto.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Milton José Pinto – Orientador
Doutor em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ)

Prof. Dr. Henrique Antoun
Ph.D. (ECO/UFRJ)
Senior McLuhan Fellow, University of Toronto

Prof. Dr. Auterives Maciel Jr.
Doutor em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental (UFRJ)

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais e à minha irmã, por apoiarem
incondicionalmente o meu percurso académico e,
principalmente, pelo amor ilimitado.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Milton José Pinto, pela convivência agradável e fecunda troca intelectual que mantivemos no período de realização do mestrado.

Ao Prof. Dr. Auterives Maciel, pelo pensamento instigante, responsável pelo meu despertar para a filosofia.

Ao Prof. Dr. Henrique Antoun, que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação na ECO, pela honra de novamente contar com sua participação no processo de avaliação deste estudo.

Sou grato ao Prof. Dr. Micael Herschmann, coordenador do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, pela compreensão e aceite do prazo de prorrogação para a defesa desta dissertação.

Aos funcionários da Secretaria de Ensino de Pós-Graduação da ECO, Humberto Canuto, Arthur Vinicius Ferreira e Jorgina Costa, pela paciência e profissionalismo no atendimento, tornando quase imperceptível a presença dos trâmites burocráticos.

A Raquel de Paula, pela ajuda preciosa nos momentos mais difíceis e pelo companheirismo no período de reclusão e dedicação integral a este trabalho.

Aos colegas da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Luiz Coelho e Rikchainne Ibrahim, pelo apoio decisivo e incentivo permanente.

A Diogo Henriques, pela contribuição bibliográfica e generosidade com que acompanhou o processo de realização deste trabalho.

RESUMO

SANGIRARDI, Pedro. *Discurso político: a emergência do escândalo como narrativa midiática estrutural*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Linha de Pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2008.

Este trabalho consiste em uma análise dos processos envolvidos na discursividade do escândalo, esta que é predominante na intertextualidade midiaticizada da política institucional e vem se estabelecendo como enquadramento interpretativo hegemônico nas construções cognitivas do eleitorado acerca da política. Com as ferramentas metodológicas da análise do discurso, em diálogo com outras contribuições teóricas, estudaremos os circuitos e dispositivos envolvidos na reprodução da narratividade do escândalo que, a partir da crise de 2005, dominou a cena discursiva da política brasileira. O propósito da dissertação é evidenciar os vestígios nas superfícies textuais das mensagens políticas como pistas para a compreensão ideológica das formas hodiernas de consenso eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso; comunicação política; discurso político; escândalo midiático; virtualidade eleitoral.

ABSTRACT

This piece of work is an analysis of the processes involved in the discursivity of scandal, which is preponderant in the mediatized intertextuality of institutional politics and has been fixing its position as the hegemonic interpretative framing in the electorate's cognitive constructions over politics. Making use of the methodological tools of discourse analysis, as well as other theoretical contributions, we will study the circuits and schemes involved in the reproduction of the scandal narrativity that, since the 2005 crisis, prevail in the discursive scenery of Brazilian politics. The dissertation's aim is to reveal the traces that lay on the surface of political messages as hints for the ideological comprehension of actual forms of electoral consensus.

KEYWORDS

Discourse analysis; political communication; political discourse; media scandal; electoral virtuality.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – A lógica do dissenso fundadora da palavra política	22
1.1. O dano como forma constitutiva da subjetivação política	27
1.2. A racionalidade do desentendimento na partilha do sensível	51
1.3. Poder, linguagem e ação política	66
Capítulo 2 – O discurso político: comunicação e estratégia	79
2.1. Estratégias discursivas no campo de enunciação: o teatro político	82
2.2. Realismo consensual, ideologia e participação política	97
2.3. Senso comum e cognição política	129
Capítulo 3 – Virtualidade eleitoral e novelização do escândalo político	136
3.1. Especificidades da mediatização contemporânea	138
3.2. Imagem pública política e visibilidade midiática	151
3.3. A adequação da política à lógica da mídia	157
3.4. Análise de caso.....	161
3.5. A endemia do escândalo na cultura política	174
Considerações finais	181
Referências bibliográficas	195
Anexos.....	201

As palavras têm um poder de ruptura. Elas embaralham a evidência segundo a qual as coisas seriam simplesmente o que elas são. Esse poder de ruptura tem múltiplos usos e permite a constituição de coletivos políticos unidos pela vontade de explorar o significado de palavras como liberdade ou igualdade.

Jacques Rancière

Introdução

A verdade da política é a manifestação de sua falsidade. É essa distância de toda nomeação e de toda inscrição políticas em relação às realidades que as sustentam.

Jacques Rancière

A reflexão política pretendida tem como ponto de partida a derrocada das utopias socialistas e o estabelecimento definitivo do que poderíamos classificar de um realismo consensual regido pela liberdade do mercado — e a conseqüente supremacia do capital financeiro e de um complexo valorativo ligado à vida privada e ao consumo regendo as sociabilidades humanas —, caracterizando aparentemente uma realidade incontestável no âmbito das democracias ocidentais.

A prática política em nível partidário vai acelerando um movimento cada vez mais radical em direção ao que se chama de *realpolitik*, a política de eficácia sem consideração por doutrinas nem princípios. Moldada pela supremacia econômico-eleitoral, a prática política abandona a direção dos grandes fins programáticos para se orientar pela lógica do jogo, adotando uma pragmática competitiva similar àquela que rege a lei do mercado.

No cenário esboçado constatamos o estabelecimento de um *modus operandi* específico — o baixo maquiavelismo dos partidos e das instituições com participação jurídica e política no campo social —, identificado à operação generalizada de manobras visando eficácia eleitoral. A hegemonia de um modo determinado de ação política, entretanto, não parece ser acompanhada pelos imaginários sociodiscursivos atrelados aos partidos, sobretudo em suas representações no âmbito midiático. A proliferação de mitos e estratégias discursivas na cena midiaticizada é ampla, deslocando a diferenciação entre os grupos que disputam o poder da prática imanente para as traduções virtuais, hoje o principal quadro de referência da construção de sentidos para o mundo público e a conseqüente atitude de voto do eleitorado.

O movimento de restrição da política ao âmbito de sua eficácia eleitoral é acompanhado, no que concerne à vida das pessoas comuns (não envolvidas nos campos

de atuação e reflexão política), de um esvaziamento do espaço discursivo e da energia anteriormente destinados à política, e seu preenchimento por formas estéticas de afirmação social. O universo cognitivo, cada vez mais distanciado de ideais coletivistas, estrutura-se sob a segmentação estética em torno dos estilos e liberdades individuais. As formas tradicionais de participação política são progressivamente dessubstancializadas e restringidas às instâncias profissionalizadas do poder político. O exercício da política atrela-se a um estatuto amparado pelo sentimento de uma época, em torno de um arrefecimento ideológico e na dependência de uma pragmática política.

Os modos de subjetivação hodiernos da política se materializam nos feixes espetaculares da comunicação de massa. Em conformidade ao espírito de seu tempo, o sensorialismo próprio às instâncias da mídia reforça a prevalência da estética nas construções discursivas da vida cotidiana, condensando afetos dispersos em torno de uma lógica de codificação mercadológica inscrita na virtualidade das tecnologias da informação.

De acordo com o raciocínio que tentamos demonstrar, tendo sido o vigor político deslocado para o terreno da estética, potencializado pela rearticulação da apreensão do sensível advinda das formas emergentes de produção de subjetividades por suportes midiáticos, o vazio deixado pela política é ocupado por uma espécie de fórmula padronizada de posicionamento discursivo. Mecanicamente composto de argumentos éticos e de críticas negativistas, este discurso prevalecente parece desejar encerrar o assunto com um niilismo superficial que radicaliza a alteridade dos seres falantes detentores da palavra política com aqueles possuidores apenas da construção vaga de seus próprios discursos, utilizados na maior parte das vezes em breves e superficiais conversas em período pré-eleitoral e convertidos na decisão do voto. Tal ordem de discursos traduziria “um desejo muito comum: que a página seja virada, que tenha passado a época detestável em que tudo era política” (Courtine, 2006: 31).

A desilusão das pessoas comuns com a política não pode ser isolada de um deslocamento do espaço de participação social da cidadania em direção ao consumo. Antes, a noção de pertencimento à sociedade, de interesse pela vida pública, se dava pelo exercício das regras abstratas da democracia, do conhecimento dos seus deveres e direitos como cidadão. Hoje, a participação nas comunidades se dá pela via do consumo privado de bens, com base no complexo de valores de uma cultura de massas que incentiva a vida privada e a liberdade individual. O sentimento de coletividade parece estar se enfraquecendo, sobretudo entre os mais jovens. Lucrar e consumir são as

atividades esperadas de um cidadão produtivo e exemplar, à medida que os sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos seguem desacreditados e em processo de debilitação. No contexto delimitado, a política apresenta-se distante e inacessível. Muniz Sodré, em trabalho recente tratando da predominância do afeto nas formas hegemônicas de racionalidade, traça um panorama da parcela política concernida à cidadania nos regimes democráticos, como no caso brasileiro:

Embora continue investido do poder de voto, o cidadão tem cada vez menos “voz” política real, pelo menos nos quadros de entendimento da *realpolitik* ou política efetivamente existente no âmbito do poder de Estado. Se por um lado pode ser considerada como positiva a ampliação do espaço público a toda e qualquer experiência, por outro, não há como deixar de se considerar os aspectos cruciais da crise do discurso argumentativo, a debilitação das esperanças sociais e suas consequências para o trabalho das mediações sociais (Sodré, 2006: 161).

No campo da ação política, observamos um cenário regido por predatória competitividade. As alianças, nem sempre possíveis dos pontos de vista ideológico, doutrinário ou programático, viabilizam-se sob o olhar pragmático do presente. A ideologia partidária apropria-se do código do jogo, das perdas e ganhos da estratégia política. O partido pulsa erráticamente a pluralidade de forças que em seu interior disputam a sua direção, de maneira tão voraz quanto a imagem unificada do corpo partidário rivaliza com outros partidos pelos espaços do poder institucional, na perene negociação circundante das comissões astronômicas que circulam pelas altas esferas republicanas. Embora seja um fenômeno generalizado no mundo ocidental, é mais agudo em regiões como a América Latina, onde “predomina o sistema partidário que os especialistas chamam de ‘não consolidado’, isto é, instável e sem vínculos profundos com a vida social, com estrutura indiferente ao território e cada vez mais burocraticamente voltada para a sua auto-reprodução” (Sodré, 2003).

Procuramos delimitar os espaços por onde o discurso político se manifesta — das tribunas do poder oficial à sua tradução pelas linguagens midiáticas, passando pelas construções discursivas cotidianas —, para estabelecer um ponto de convergência entre o discurso político e o signo do escândalo. O escândalo, portanto, será examinado em uma tripla atribuição: de instrumento da estratégia política nos campos de batalha eleitorais; de consequência, ou reflexo, da ruptura a que a realidade do poder submete o idílio democrático de um consenso obtido pela racionalidade normativa, contribuindo com o estado de abstencionismo e indiferença que travestem a alienação com a

roupagem da indignação; e, finalmente, enquanto forma própria de narratividade comunicacional acerca do tema da política, inscrito como fenômeno padronizado pela gramática midiática, reforçando e potencializando a influência dos detentores das tecnologias da comunicação no jogo político, em movimento instaurador da novelização do escândalo como formato próprio de apreensão do político pelo eleitorado restrito à condição passiva de audiência.

O pensamento do filósofo Jacques Rancière será uma das referências deste trabalho. Nascido em 1940, iniciou a sua obra de filosofia política no círculo de Louis Althusser (1918-1990). Com uma visão lúcida, distante tanto do dogmatismo marxista quanto da exaltação pragmatista, apresenta uma abordagem filosófica da política baseada na figura de um dano originário, que no decorrer do trabalho procuraremos identificar como uma entidade parasitária do discurso político, em suas representações engendradas por suporte midiático.

À maneira simplificada de uma exposição sintética, o raciocínio partiria da figura do dano instaurada pela idéia de *igualdade*, “a condição não política da política”, inexistente e manifesta apenas na realidade da desigualdade ou da não-igualdade. Nas palavras de Rancière, a “política trabalha sempre na distância que faz a igualdade consistir apenas na figura do dano” (1996: 72). O que se apresenta no discurso político como *povo*, ou igualdade do povo, é a figura essencialmente política que intervém na ordem da dominação e na divisão física dos corpos em seus deveres e funções, nas determinações simbólicas dos papéis desempenhados na sociedade. O Estado, em seu conjunto de instrumentos normativos e do monopólio legal da força, e assimilado ao jogo aritmético dos mercados dominados pelas elites, encontraria na lógica igualitária um freio ao seu impulso expansionista.

Na obra *O desentendimento* (1996), Rancière pensa a filosofia política em sua “volta” supostamente purificada e livre do entrave e das usurpações da liberdade de pensamento por parte da intransigência dos marxismos utópicos. Entretanto, o autor adverte para contradições advindas das posições em defesa dessa revigorada vitalidade que a reflexão política ganharia com o fim do esquerdismo militante em torno de causas transcendentais. Livre dos totalitarismos estatais, a política, segundo o pensamento em voga no nosso tempo, estaria purificada e devolvida aos espaços de competência apropriados para sua deliberação e prática; ausente das universidades, das fábricas, dos lugares de trabalho e da arte, e bem menos presente também nos âmbitos privados de discussão, estaria ela restabelecida nas assembleias legislativas, nos tribunais e demais

espaços *naturalmente* políticos do ponto de vista jurídico-institucional. O problema que advém daí é apontado da seguinte maneira pelo filósofo francês:

A desgraça é que, nesses próprios lugares, se propaga a opinião desencantada de que há pouco a deliberar e de que as decisões se impõem por si mesmas, sendo o trabalho próprio da política apenas o de adaptação pontual às exigências do mercado mundial e de uma distribuição equitativa dos lucros e dos custos dessa adaptação (Rancière, 1996: 10).

A opinião desencantada acerca da política é desenvolvida em consonância com a afirmação de subjetividades estéticas, na ligação afetiva ao que o senso comum entende como liberdade de escolha oferecida pela ampla segmentação de estilos e possibilidades no interior da variedade mercadológica. Os ares contemporâneos testemunham a mudança de um espaço que, para gerações anteriores, estava impregnado por formatações político-ideológicas — no contexto em que a noção de público parecia reinar sobre as formas de subjetivação política —, para uma ambiência privada que promove a profissionalização e tecnicidade da deliberação e prática políticas.

O nó que parece advir daí é que, ao mesmo tempo em que a política retorna ao jugo de seus representantes autorizados, estes enunciam que a política ausentou-se e que novas formas de racionalidade impõem-se por pura necessidade, identificadas com a gestão tecnoburocrática das demandas sociais sob notável subordinação a um enfoque economicista. Este direcionamento ideológico reverbera polifonicamente na textualidade dos conteúdos políticos dos programas partidários e estratégias eleitorais, onde constatamos a vertiginosa rarefação da afirmação dos candidatos como “políticos” ou “homens de política”. Até a palavra *política* parece estar perdendo espaço para imagens identificadas com a administração das tensões sociais via operações técnicas. A política torna-se rarefeita nos seus antigos espaços de expressão e é deslocada para instâncias especializadas, passando a se conectar com o eleitorado somente através do ubíquo espaço de telerrepresentação midiaticizada. Contraditoriamente à tendência tecnocrática do discurso político, a potencialização da mitificação nas construções do *marketing* eleitoral é evidenciada na apresentação dos candidatos como “salvadores da pátria”, em flagrante contraste com o discurso oficial em torno de uma limitada margem de manobra da classe política diante dos movimentos do mercado mundial (Mendonça, 2002).

Neste ponto retornamos ao pensamento de Rancière para apontar mais um paradoxo moderno. O retorno da política às instâncias autorizadas e legitimadas está acompanhado pelo enfraquecimento delas:

...observa-se uma degradação contínua da representação parlamentar, a extensão dos poderes políticos de instâncias não-responsáveis (peritos, juízes, comissões...), o crescimento do campo reservado ao presidente e de uma concepção carismática da figura presidencial. O paradoxo é o seguinte: na época em que as instituições da representação parlamentar eram contestadas, em que prevalecia a idéia de que elas eram “apenas formas”, eram no entanto objeto de uma vigilância militante bem superior. E vimos gerações de militantes socialistas e comunistas lutarem ferozmente por uma constituição, direitos, instituições e funcionamentos institucionais dos quais diziam, por outro lado, que exprimiam o poder da burguesia e do capital. Hoje, a situação se acha invertida e a vitória da chamada democracia formal vem acompanhada por uma sensível perda de afeição por suas formas.

O ar do tempo propõe, é verdade, sua resposta a esse paradoxo. Segundo ele, a sabedoria democrática não seria tanto a atenção escrupulosa a instituições que garantem o poder do povo por meio de instituições representativas, mas a adequação das formas de exercício do político ao modo de ser de uma sociedade, às forças que a movem, às necessidades, interesses e desejos entrecruzados que a tecem. Seria a adequação aos cálculos de otimização que se operam e se entrecruzam no corpo social, aos processos de individualização e às solidariedades que eles mesmos impõem (Rancière, 1996: 100-101).

O que poderia ser interpretado como uma inevitabilidade do tempo presente é posto em xeque pelo pensador francês. A visão do sucesso da democracia obtido a partir da adequação de sua forma política ao espírito sensível coincidente ao seu tempo é relacionada por Rancière ao que chama de “uma espécie de marxismo rasteiro, em cujos termos a política é expressão de um certo estado do social e é o desenvolvimento das forças produtivas que faz o conteúdo substancial de suas formas” (*ibid*). A sociedade se desobriga de um ativismo político e passa a defender uma adaptação à dinâmica social moderna, sem acompanhar este movimento com uma atualização discursiva. As novas formas políticas, baseadas na tecnocracia meritocrática e acentuadamente competitivas, têm suporte discursivo no *marketing*, em linguagens discrepantes das práticas política, produzindo o efeito cínico predominante das sociedades atuais. O acúmulo de cinismo movimenta a circularidade de um mecanismo de expectoração que encontra no escândalo seu dispositivo de ativação.

Para cumprir a tarefa de analisar na intertextualidade midiática a expressão litigiosa da política na forma de escândalo, parece adequado principiar a análise pelo fundamento da política, ou pela sua falta de fundamento próprio, segundo a abordagem filosófica de Jacques Rancière. A política pode ocorrer sob qualquer circunstância, estando relacionada a qualquer tema. Ela permeia as relações humanas, numa dimensão a qual todos, percebendo ou não, querendo ou não, estão integrados. Manifesta-se sob as vestes de acontecimento que pode agenciar-se a qualquer campo: trabalho, transportes, leis, agricultura, aviação, direitos humanos etc.

No primeiro capítulo veremos como a noção de igualdade inscreve-se como litígio no seio da ordem funcional de organização e distribuição dos poderes na repartição das parcelas do comum no espaço sensível compartilhado, e o modo como a subjetivação política adquire expressão enquanto “capacidade de produzir cenas paradoxais que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências” (Rancière, 1996: 52). O litígio está implicado na configuração sensível do espaço social, onde há a partilha do comum, no duplo sentido de *compartilhar* e *repartir*. Pela “partilha do sensível”, na apurada concepção do filósofo, se estabelecerão ligações indissociáveis entre a política e a estética, fenômeno potencializado com a atual supremacia da mídia na execução corporativa de estratégias que comunicam diretamente ao afeto, moldando a discursividade de uma comunidade política dispersa, que vota de modo efêmero e passionai, sem engajamentos políticos militantes nem densidade histórica (Charaudeau, 2006: 309).

As configurações e especificidades do discurso político na permeação da malha midiática ocupam a terceira parte da reflexão, onde procuraremos desvelar os componentes ideológicos naturalizados sob a aparência asséptica e neutral das construções discursivas da mídia. Antes de chegar ao modo majoritário dos formatos mediatizados na expressão do político em sua articulação com os imaginários sociodiscursivos do eleitorado, ressaltaremos, no segundo capítulo, a importância da investigação discursiva. O discurso político, nessa etapa, será estudado em correspondência com a pluralidade de modos de expressão assumidos contemporaneamente: como forma isolada de participação do cidadão na política, conjugado com modelos estético-sensoriais da gramática midiática; nas suas metamorfoses operadas por mudanças na conjuntura política que, como nos lembra Courtine, estaria “dominada há alguns anos pelos temas do recuo ou do refluxo do

político”. A identificação do atual momento histórico com uma despolitização negativista instalada sobre o vazio da política, para o analista de discursos francês, estaria relacionada a fatores como

...despolitização do corpo social, ‘desideologização’ dos partidos políticos em nome da ‘modernização’, declínio do militantismo e da sindicalização concretas e realistas; a esquerda no poder, portanto, descobre o pragmatismo político. Outros signos ainda: o ‘silêncio’ dos intelectuais, a indiferença ou apatia da maioria deles, o recolhimento de cada um em si mesmo; a renovação do individualismo, que se desenvolve em um espaço considerado como politicamente vazio (Courtine, 2006: 31).

A restrição da política à concepção de arte de gerir os negócios do Estado, organizar os processos envolvidos na distribuição, manutenção e disputa pelas posições de poder, com base numa racionalidade em torno do bem comum e do interesse público, enclausurando-a numa visão transcendente que só a entende à luz de um modelo platônico, pode ter relação mais direta do que se pensa com o senso comum de uma formatação discursiva popular de abstencionismo e indiferença política. O ressentimento será infinito se o ideal da política estiver eternamente a denunciar uma degradação que é perene, por ser ela e a política uma única e mesma coisa.

Abordaremos brevemente alguns aspectos da psicologia política, no objetivo de entender os maquinismos cognitivos de produção de sentido acerca do universo da política. Introduziremos a questão da hegemonia da comunicação massificada nos processos de desenvolvimento de tais mecanismos, como termos introdutórios ao exame mais detalhado do ambiente midiático proposto para o terceiro e último capítulo, no qual, conforme foi há pouco delineado, examinaremos o processo de acomodação do discurso político à gramática midiática, e a maneira como a incorporação de um conjunto de parâmetros regentes da mídia opera como catalisadora de determinados aspectos da política, por conseguinte negligenciando outros.

Defendendo a hipótese de que a faceta eleitoral da política é aquela melhor assimilada pela linguagem midiática, e que deste encontro ganha vulto o fenômeno identificado por Wilson Gomes como *virtualidade eleitoral*, finalmente alcançaremos as formas textuais da representação do político como escândalo de poder, manifestado enquanto arma na dimensão material no campo de medição de forças e no formato narrativo padronizado pelo molde midiático.

Uma preocupação central com a problemática da enunciação será evidenciada, ao longo do percurso, na tensão entre o discurso e a ação política. Seguindo a tradição da análise de discursos, nosso olhar ultrapassará a superfície textual dos espelhos midiáticos, pousando sobre as condições materiais do discurso político, as dificuldades imanentes ao próprio ato discursivo, na figura do desentendimento intrínseca a uma linguagem menos comunicativa do que estratégica.

A magnitude do impacto da mídia sobre o mundo da política revigora-se com o aparente solapamento da atenção a uma dimensão da política dos bastidores, a política que precede a suas encenações públicas; onde as relações de poder manifestam-se e nosso acesso é restrito à mediação da mídia.

O âmbito midiático, entendido não apenas como meio, mas como ambiente onde se desenrola a cena política, é o principal meio, quando não único, de interlocução entre o eleitor e o mundo da política. A comunicação política televisiva alcança a maior parcela do eleitorado, participando fundamentalmente da construção do discurso político dos cidadãos comuns e conseqüentemente da configuração discursiva da opinião pública. A troca discursiva dos seres falantes a respeito do mundo público e da política — assim como a relação de entendimento de cada um com este universo —, é construída com base na interpretação de discursos e quadros referenciais majoritariamente condicionados por formatos midiáticos de comunicação.

Em uma perspectiva ampla, a proposta do trabalho é pensar a política na dimensão da linguagem, realizar uma investigação discursiva da política, na atenção à assunção da necessidade de uma delimitação mais precisa do objeto estudado, o discurso político. Este pode ser estudado sobre uma considerável possibilidade de abordagens: o discurso oficial das autoridades políticas; a tradução destes discursos pelos formatos midiáticos; o discurso das pessoas comuns sobre a política; o aprofundamento na análise lingüística dos enunciados políticos.

Procuraremos sintetizar aspectos destas instâncias, utilizando o ferramental teórico da Semiologia dos Discursos Sociais. Através das metodologias de Análise do Discurso, faremos a investigação discursiva da política num momento que

as questões relativas ao mundo público não pertencem ao centro das preocupações cotidianas do cidadão comum, ao menos desde a cisão moderna entre público e privado. Neste sentido, talvez em relação às atitudes políticas, mais do que a qualquer outro aspecto psicológico, faça sentido a investigação discursiva, uma vez que é na construção do

discurso, muito mais do que pela ação, que o homem contemporâneo pode e quer participar da política (Aldé, 2004: 42).

Nas democracias modernas a palavra é o meio pelo qual as relações de força entre os sujeitos políticos adquirem significado simbólico. Pela linguagem o homem constrói sentidos para a história social; ela é um dispositivo fundamental de naturalização ideológica e preservação de hegemonias. O estudo das relações entre a linguagem e a prática social guiará nossa análise do discurso político, necessitando, de saída, propor a abstração de um recorte na política que a separaria numa parte relacionada à “ação política”¹ e outra referente ao “discurso político”, na amplitude de perspectivas nele encerradas.

Patrick Charaudeau, diretor-fundador do Centro de Análise do Discurso (CAD), da Universidade Paris XIII, questiona se “a ação política seria secundária em relação ao discurso ou constituiria, ao contrário, a base política na qual o discurso seria implantado?” (2005: 15). A analítica de discursos adotada ao exame da complexa heterogeneidade enunciativa da política não pode estar distante das preocupações relativas às conexões entre discurso, ideologia e poder, articulando-as aos processos comunicacionais indissociáveis a estes três tópicos, hoje integrados ao fenômeno da midiaticização, que remodela as relações sociais a partir de uma cultura desenvolvida virtualmente como uma espécie de prótese tecnológica, semiológica e mercadológica da realidade sensível.

A cultura midiática referida é uma das ordens discursivas de legitimação social, um dos campos de onde se profere a verdade, possuindo a faculdade de agendar os temas da sociedade e de fazer recortes de relevância, escolhas que não estarão dissociadas de um componente ideológico, ainda que residual. Desta forma, a esfera midiática consolida-se como produtora de valores, desejos e modelos de comportamento, articulando-se como parte vital das estratégias corporativas comprometidas com a hegemonia do capital global. Ao lado das ordens do discurso científico, jurídico e econômico, que também racionalizam o entendimento do mundo a partir de suas óticas particulares, o discurso *informativo* da mídia oficial é uma das fontes de orientação e sentido da vida social.

¹ *Realpolitik*, ou o jogo político em seu sentido mecânico, competitivo, onde o fisiologismo de suas relações constitutivas opera em termos não raro distanciados das formas discursivas correspondente às suas atividades.

No ambiente de comunicação de massa, uma das fontes preferenciais de produção de sentidos para o universo da política, evidenciaremos as marcas textuais das malhas polifônicas da mídia em sua construção de discursos exaltando os ideais de modernidade, consumo e dinamismo econômico. Entretanto, antes de chegar na cultura midiática, nas especificidades de sua configuração discursiva e nas suas relações simbióticas com a política, teremos como ponto de partida o conceito de poder. Através do pensamento de Michel Foucault, tentaremos mostrar que a idéia de poder que comumente se adota está distante de explicar satisfatoriamente a sua mecânica, ou o modo como ele entranha-se em todo o tecido social. O poder, ao ser entendido como relação de força, pode se manifestar através da violência ou da linguagem; e é no segundo pólo, o dos discursos e das posições de fala, que circunscreveremos nossa análise, no objetivo de identificar as marcas ideológicas nos textos² produzidos e consumidos pelo *corpus* social. Com isso pretendemos apontar a impossibilidade de ignorar o fator ideológico numa ordem de discursos majoritária — calcada em estruturas técnico-científicas que se apoderam da “verdade” para exercer uma hegemonia sociopolítica, econômica e cultural em torno da idéia de uma neutralidade ideológica —, e caracterizá-la como uma ideologia. A pressuposição de uma assepsia ideológica na condução dos eventos discursivos será questionada, na proposta de um distanciamento da visão baseada na racionalidade platônica do bem comum, pela qual estaremos condenados a percepções cada vez mais sombrias a respeito dos rumos da política.

Partiremos da situação genérica de diálogo entre seres falantes, para chegar nas complexas, heterogêneas e polifônicas discursividades operadas pelas tecnologias midiáticas, que participam não apenas das formatações discursivas e narrativas do eleitorado acerca da política, como constituem o principal palco da disputa eleitoral. Como foi dito, com uma abordagem teórica ligada aos conceitos introdutórios ao campo da análise de discursos, pretendemos explorar as dificuldades inerentes à complexa equação que a política opera na sua comunicação, no intuito de investigar criticamente os sentidos que subjazem aos conteúdos políticos veiculados na mídia, que hoje compõem o principal quadro de referência com que as pessoas constroem sentidos para o universo político. Nos acontecimentos recentes da política brasileira o sentido prevalecente tem se estabelecido na forma narrativa do escândalo.

² O termo *textos* deve ser compreendido como produtos culturais em formas verbais, escritas, sonoras, fotográficas, audiovisuais e digitais. Para Milton Pinto (2002: 11), seriam entendidos como formas empíricas da utilização da linguagem em qualquer sistema semiótico.

Da constatação de que é principalmente pela via discursiva que se efetiva a participação política do eleitorado, o objetivo principal do trabalho é reforçar a idéia de que todo evento comunicativo está atrelado aos interesses de suas condições materiais de produção, e ainda que esteja revestido sob o manto da verdade ou do bom senso, estará contribuindo para a manutenção, reprodução ou transformação das relações de poder existentes. Em se tratando da comunicação política e sua profusão simbólica nos meios massivos de transmissão informacional, aumenta significativamente a importância de uma análise que ultrapasse o sentido transparente dos enunciados e considere suas camadas interdiscursivas e estratégias textuais, admitida a impossibilidade de dissociação entre imaginário, discurso e ética política.

Capítulo 1

A lógica do dissenso fundadora da palavra política

O escândalo da democracia está em nascer de um simples fato: o fato de que o povo não legitima suas pretensões nem pelo nascimento, como os nobres, nem pela riqueza, como os burgueses. Mas desde Platão a “filosofia política” nega essa pura contingência e tenta fundar o que não pode ser fundado.

A discussão política indaga quem tem direito a proferir um discurso portador de sentido. E por isso uma política democrática tem de romper com a “filosofia política” convencional, que se define por querer abafar o escândalo que é a plebe falar de poder.

Renato Janine Ribeiro

A proposta deste trabalho é analisar discursivamente a configuração do escândalo como narrativa destacada na heterogeneidade textual da malha midiática. O estudo nasceu da observação de um temperamento predominante nas articulações discursivas da fala popular sobre a política institucional. O discurso que tem prevalecido é marcado pelo acento negativista e pela invocatória de um modelo ético de política de confiança, dando menos importância às regras do sistema político do que às qualidades e defeitos de seus personagens, na caracterização de um processo de ficcionalização da política, substancialmente reforçado pelo protagonismo midiático na representação e transmissão de conteúdos políticos.

A discursividade política do eleitorado brasileiro fixou-se no tema da corrupção, ou melhor, no conhecimento dos escândalos midiáticos e à aparência de entendimento da política a partir de suas narrativas. As pessoas comuns constroem discursos de política cada vez mais fundamentados por uma racionalidade fácil e moralista que tem no escândalo seu motor lógico, em sistema de personalização do processo político, em que o que está em jogo é o julgamento do caráter dos políticos. Neste contexto, as qualidades morais dos candidatos e a confiança em suas personalidades contam mais do que os programas de governo na determinação da atitude de voto da maioria dos eleitores. Se porventura diferenças programáticas são consideradas no enquadramento preferencial de discursos que estamos tentando delimitar, normalmente trata-se daquelas que geraram polêmica em fatos reverberados na mídia, repetidos exaustivamente e que

passaram a ocupar os espaços vazios das discursividades políticas de pessoas que há muito tempo pararam de perder tempo pensando em política, ou *pelo menos nesta política que aí está*.

O escândalo e a perda de confiança nos políticos dão o tom de parte significativa dos discursos de política das pessoas comuns, servindo para encerrar o assunto ou manter uma superficialidade ética distanciada. Nas conversas de política, não tem sido difícil observar, a partir de nossas próprias experiências, esse perfil de posicionamento: o escândalo é mencionado, o político é execrado, alguém lembra que os políticos são todos iguais, o fio do discurso segue por outro tema e finda o breve momento ocupado pela política na fala dos cidadãos. A base de entendimento e comentário da política, nesta fórmula discursiva predominante, apóia-se na narratividade dos pequenos lances novelescos das crises, no desmascaramento dos culpados e na ascensão dos vencedores no jogo de incremento da imagem pública política, em que as melhores configurações chegam aos postos de maior visibilidade da república. A parte “não maçante da política”, em que ela deixa as rotinas burocráticas e o ritmo lento das deliberações para incorporar as rupturas dramáticas³ comuns aos produtos da ficção, possui ingredientes narrativos que encontram na televisão seu meio preferencial de expressão, por estarem adaptados às traduções de conteúdo da gramática televisiva. A televisão consolida-se como palco principal da política, atingindo a maioria do eleitorado e possuindo influência hegemônica nos processos cognitivos de leitura e interpretação da política.

De saída nos preocupamos em informar que não se trata de uma análise história dos fatores sociológicos que convergiram na longa cena da “crise da política” que tem ocupado praticamente todo o espaço discursivo da política. Nossa empreitada é mais modesta, restringindo-se ao exame do problema da enunciação da palavra política, ou das condições de possibilidade de ajuste dos sujeitos aos discursos no interior da inteligibilidade socialmente instituída para a validação dos enunciados políticos. Em linhas gerais, defenderemos a hipótese de que a palavra política está imemorialmente corrompida por um escândalo inaugural, formando ele e a política praticamente uma unidade dialética. Este escândalo constitutivo que assalta a comunicação política será

³ Os escândalos que diariamente ocupam o espaço informativo são ressaltados pela lógica midiática em seus aspectos que melhor se adaptam a uma linguagem espetacular. Os discursos políticos, quando não estão adormecidos no economicismo e nas estatísticas burocráticas relativas à gestão estatal em suas variadas tecnicidades, têm tratado de malas de dinheiro, traições, denúncias, em enfoques que misturam e tratam igualmente assuntos públicos e temas reservados à esfera privada da vida dos políticos.

proposto como ponto de partida para pensar o discurso político com as ferramentas metodológicas da análise do discurso, em diálogo com outras contribuições teóricas.

Para verificar as marcas do escândalo na textualização do político, a linha epistemológica adotada nos direciona para a análise de aspectos exteriores à materialidade dos textos, numa atenção a fatores e condições das mais variadas ordens implicados na produção dos discursos políticos. Fatores que, ao não serem considerados na leitura das mensagens, deixam estéreis as reverberações produzidas da interação dialógica entre a mensagem e o eleitor. A leitura das mensagens políticas que nos são endereçadas, na desconsideração aos fatores que logo mencionaremos, fica limitada às marcas visíveis na interface em que o discurso esteja sendo comunicado, confiando na letra do texto, não levando em conta o componente estratégico e essencialmente político que a análise de discurso se ocupa em identificar e estudar.

As abordagens da análise de discurso não são restritas à análise lingüística dos textos, estando atentas também aos contextos exteriores que possibilitam a produção e reprodução das formas discursivas políticas. Segundo essa orientação hermenêutica, os textos não são lidos na limitação de sua superfície textual, seja ela a das imagens exibidas na televisão, a da impressão tipográfica de uma folha de jornal ou a da tela de um *site* de notícias políticas. Textos são entendidos enquanto a materialidade resultante de práticas discursivas e sociais, de forma que levar em conta apenas o valor documental imediato dos textos, sem relacioná-los aos seus contextos de produção, favorece a alienação política e facilita a ação dos mecanismos de cooptação ideológica.

Mas que fatores são estes que não podem deixar de ser levados em consideração nas leituras da textualização do discurso político? De forma sintética, poderíamos introduzir elementos que serão analisados detidamente ao longo desta dissertação. Um deles é a tensão entre a desigualdade das pré-condições argumentativas e a figura vazia da igualdade que compõe semanticamente o discurso político. A igualdade só tem manifestação enquanto desigualdade, caracterizando-se na forma de um dano que faz parte da estrutura original de toda política. Faremos referência à problemática da enunciação que marca a política, em que a forma como os sujeitos da enunciação utilizam as propriedades enunciativas influi diretamente na constituição de seus objetos, mobilizando permanentemente o discurso ao agenciamento com os contextos relacionais nos quais os sujeitos têm uma parte de si constituída enquanto objeto. Mostraremos que na política não há independência do objeto em relação a qualquer discurso feito a seu respeito. Diferente das ciências naturais, em que os discursos fazem

referência a modelos exteriores mais ou menos estabilizados em suas proposições, no âmbito da política os discursos criam sentidos móveis e contextuais levando em conta as condições de enunciação dos falantes. Os objetos se modificam de acordo com os discursos feitos sobre eles.

Integrantes de uma ordem desestabilizada, os discursos políticos falam da composição imanente de forças em que os próprios agentes enunciadores encontram-se estrategicamente envolvidos, conferindo aos seus enunciados pistas da posição que ocupam no campo político. O discurso político é formado por um tipo de textualidade que não deve ser entendido literalmente, mas na articulação referencial ao contexto, em que a situação de cada sujeito enunciador interfere decisivamente na materialidade dos enunciados. Portanto, a análise de discurso que se propõe não se esgota na análise imanente dos textos, como algumas outras abordagens, pois ela só se completa com a fase de contextualização (Pinto, 2002: 29).

Seguindo este direcionamento principal, conceitos e teorias da análise de discurso serão revistos, para demonstrar que o dano que sofre a política não pode ser explicado pelas narrativas de novelização do escândalo, baseadas em histórias sobre as qualidades morais dos políticos, validadas pela imprensa como partes do domínio informativo, ainda que obedeçam aos padrões das produções culturais do entretenimento de massa.

Percorrendo as dificuldades e instabilidades na complexidade da formação do tecido discursivo, pretendemos apontar um entendimento da política não limitado aos discursos que fazem a operação disjuntiva entre a idealidade da política justa e democrática, que poderia existir *se os políticos fossem honestos*, e a realidade da política corrompida que aparece nos escândalos midiáticos. Gostaríamos de explorar um entremeio, situado além do abismo das narrativas do dano absoluto, que só falam do fim da política e da degradação dos valores morais. Por outro lado, um discurso que não estivesse aprisionado na fortaleza ética dos discursos em nome da racionalidade sincera na deliberação política sobre o comum, onde a comunicação entre os corpos falantes seria ilimitada em direção à melhor maneira de geri-lo, com os conceitos de liberdade e igualdade orientando todas as decisões públicas.

O discurso político deve ser examinado na variedade de âmbitos por onde circula, em sua especificidade de ser composto de fragmentos de outros textos, estando com eles em diálogo permanente, na geração dos atos de linguagem que compõem o interminável entrelaçamento da contextura dos discursos sociais. No esforço da

abordagem ao problema da enunciação, o discurso político pode ser analisado em diferentes instâncias: no âmbito das práticas discursivas das pessoas envolvidas nos processos de produção das mensagens políticas; nas interações comunicativas entre os integrantes do campo político; nas regras de adequação às gramáticas da produção midiática.

Uma orientação nos orientará em nosso trajeto: o discurso estará permanentemente relacionado às constituições subjetivas e aos ajustes entre os sujeitos e as posições de fala segundo os mecanismos de apropriação legitimada da palavra política. Parece-nos necessário introduzir, antes da investigação do discurso político, um olhar sobre o conceito de política, para que sejam assentadas as origens teóricas do raciocínio empreendido. A interdisciplinaridade comum ao campo da comunicação estará presente no desenvolvimento dos argumentos, com a linha epistemológica da análise de discursos prevalecendo na condução da exposição, privilegiando o enfoque da linguagem como algo que “não é transparente, não é mero instrumento de transmissão de um sentido ‘já presente’, constituído anteriormente à discursivização” (Mazière, 2007: 16). Argumentaremos que o discurso cria linguagens e produz mudança, embora tenha parte na estrutura, na tensão entre linguagens de abertura criativa para o mundo, e linguagens intramundanas de argumentação e validação (Habermas *apud* Rancière, 1996: 66).

Neste primeiro capítulo começaremos com uma análise estrutural do conceito de política. Articularemos as teses de Jacques Rancière sobre o dissenso intrínseco à política à reflexão do poder desenvolvida por Michel Foucault. Na subseção inicial do capítulo presente exporemos o dano constitutivo da política, a partir de fundamentos que a caracterizam como um domínio primordialmente litigioso. Desta concepção fundamental acreditamos desprenderem-se as formas precárias acompanhantes do político, acentuadas se confrontadas às construções das tecnologias estéticas do *marketing* que pasteurizam candidatos no formato de celebridades do entretenimento. O envolvimento sensorial das massas com os personagens refletidos no espelho da mídia é instrumentalizado por estratégias que articulam o mercado aos afetos, as sociabilidades às comunidades emocionais, a política à estética. Apesar da impossibilidade de negar a inseparabilidade da política e a estética, a representação da primeira vem ocorrendo por vias redutoras do alcance da expressão *estética* à simples aproximação ao apolíneo das aparências, um dos fatores contribuintes para a inscrição cada vez mais freqüente do escândalo no cerne do político.

Na segunda subseção, utilizando conceitos introdutórios à análise do discurso, nos debruçaremos sobre a problemática da enunciação na esfera da comunicação política. Através da linguagem, ou de uma ordem do dizível, homens e mulheres movimentam o jogo físico de composições, colisões e deslocamentos das forças políticas na distribuição dos corpos, em seus poderes e funções, sobre a superfície social, estruturada sobre uma categorização da ordem do visível. A lógica do desentendimento de que fala Rancière será pensada em consonância com a partilha do sensível e sua inerente condição estética. Tentaremos demonstrar que a divisão do espaço comum não se descola do regime estético no qual se fundamenta a política. Ao introduzirmos a base filosófica que institui a figura do dano no bojo da política e sublinharmos a sua natureza estética, o objetivo é abrir caminhos para estudar a política como fenômeno comunicativo menos estruturado pelo racionalismo de sua representação tradicional e mais definido pela base sensorial característica da formação dos gêneros da discursividade política de nosso tempo.

Na terceira e última subseção do primeiro capítulo nos ateremos à questão do poder, pensando-o de maneira diversa do conceito marxista em torno de uma superestrutura ideológica, procurando entendê-lo como algo instável e móvel que emana enquanto efeito do jogo físico de acomodações e deslocamentos da partilha do sensível pelos seres falantes no sistema da organização social. Compreendido como “multiplicidade de relações de força imanentes ao campo em que se exercem e constitutivas de sua organização” (Foucault *apud* Ferraz, 2005: 77), o poder estabelece-se como situação estratégica, latente sob a configuração das posições enunciativas no evento argumentativo, que testam sua validade performativa no campo de enunciação. A ênfase, conforme delimitado, estará no instrumental lingüístico, visto que a fala caracteriza o homem enquanto ser político.

1.1. O dano como forma constitutiva da subjetivação política

Contradição e conflito são estados perenes no âmbito da política. Forças em confronto inevitável e permanente, a evidenciar o espetáculo da eternidade do poder materializando-se nos corpos ungidos que atravessa, nos quais se instala a aura de detentores da palavra política legitimada. A existência do que chamamos *poder* confere

à política a máscara da tragédia; ou será da política que deriva o poder, na inevitabilidade de trajetórias condenadas a tê-lo em conquista, manutenção e perda?

Implicado no estado de corrompimento primordial da política, em cujos domínios se manifestam os fenômenos de colisões e composições de forças, o poder põe-se e repõe-se em jogo, sob o regime da violência ou através do modelo compartilhado da linguagem, pelo qual se traçam linhas de fuga discursivas que ininterruptamente reconfiguram o sentido da comunidade política.

Ao confrontarem-se por meio da linguagem na lida política, os seres falantes ultrapassam a racionalidade moldadora dos dispositivos que regem a lei democrática, alcançando os emaranhamentos indistintos do campo afetivo das trocas humanas, ainda que certo manto positivista naturalize um entendimento da política como atividade limitada aos aspectos específicos do exercício da gestão pública e dos negócios do Estado. Antes de adentrar na filosofia política de Jacques Rancière, a necessidade imediata que se apresenta é a de fazer um recorte do campo do político. Introduziremos algumas idéias relativas ao conceito de política para aquecer a discussão acerca do discurso político que será desenvolvida.

Para Luis Felipe Miguel (2000) não há uma base consensual para a fixação do conceito de política, exceto que deve incluir a idéia de disputa pelo poder. Para o autor, três caminhos teóricos se desdobrariam desta premissa. O primeiro seria o da redução do conceito ao elemento mínimo de disputa pelo poder, o que na prática significaria a ampliação máxima de sua abrangência. Citando Abner Cohen, para quem o conceito de política estaria ligado aos “processos envolvidos na distribuição, exercício e manutenção do poder”, Miguel percebe que as definições desta linha, ao interagirem com a perspectiva foucaultiana do poder como estrutura relacional, facilitam o reducionismo típico do chavão “tudo é política”, observando que Cohen estaria ciente do problema.

Seguindo o raciocínio de Luis Felipe Miguel, o segundo caminho teórico seria o de “estreitar a abrangência do conceito, limitando-o às dimensões estritas da política institucional” (2000: 58). Dentro desta opção a política estaria relacionada aos partidos, eleições, parlamento, da maneira como o senso comum a entende e a interpreta dos jornais e da televisão. A estratégia restritiva poderia incluir no conceito de política a perspectiva do campo político como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes nele envolvidos, os produtos políticos (...) entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu *apud* Miguel,

2000: 58). O cientista político brasileiro adverte sobre a impossibilidade deste enfoque em “apreender a politização de fenômenos sociais que escapam da política institucional ou do campo político propriamente dito”. Para ele, a terceira opção seria a que permitisse escolher por critérios que abordassem o específico da política ao mesmo tempo em que possibilitassem supor o grau de politização das relações sociais em quaisquer âmbitos.

A premissa da fixação da disputa pelo poder como balizador do conceito de política não é endossada por Rancière, que não se ocupa do poder como conjunto de dispositivos e técnicas de dominação, interessando-se mais pela configuração do comum onde se inscrevem as técnicas e dispositivos. O risco de despolitização implicado no esvaziamento da política de qualquer conteúdo distintivo — ao apresentá-la como algo presente em toda a teia das relações humanas — é atribuído por Rancière a uma atenção determinada ao conceito de poder:

Foi o conceito de poder que permitiu, outrora, que uma certa boa vontade militante assegurasse que “tudo é político”, já que por toda parte há relações de poder. A partir disso podem separar-se a visão sombria de um poder presente em toda parte e a todo instante, a visão heróica da política como resistência ou a visão lúdica dos espaços de afirmação criados por aqueles e aquelas que viram as costas à política e a seus jogos de poder. O conceito de poder permite concluir de um “tudo é policial” um “tudo é político”. Ora, a consequência não é boa. Se tudo é político, nada o é. (Rancière, 1996: 44).

A posição que adotaremos, no entanto, não é a de excluir o conceito de poder de nossa análise, mas integrá-lo às especificidades do político apontadas com sutileza pelo pensador francês. Em relação às três visões do poder apresentadas, poderíamos arriscar uma identificação no corpo social brasileiro de aspectos a elas relativos. A visão sombria de um poder onipresente pode estar relacionada ao pessimismo e ao silêncio dos intelectuais resignados com a absorção quase completa do político pelas instâncias profissionalizadas de deliberação, e com a flexibilidade tática do capital na disputa pela hegemonia, em “sua inteligência ao mesmo tempo ‘política’ e ‘estética’” (Freitas, 2006). A leitura desencantada está tanto nos contornos vagos e negativistas do discurso político do senso comum, quanto no cálculo dos pragmatistas que encaram a política como um jogo, e ainda na universidade, no recurso às multiplicidades culturais de textos cuja pretensão cientificista dilui a latência política no historicismo anêmico das linguagens institucionais modernas.

A visão heróica da resistência é a menos levada a sério nos dias de hoje, associada ao discurso *naïf* das esquerdas radicais que insistem nas teses marxistas fossilizadas de um tempo em que a afirmação do político estava atrelada a uma demarcação social. Quando alcançam o poder estatal em posições periféricas nas coalizões eleitorais, grupos e partidos inseridos nesta base discursiva adotam sem delonga a pragmática mais agressiva da *realpolitik*, como exemplificado pela participação do PC do B no governo Lula.

A terceira visão de poder colocada por Rancière, a lúdica, é a mais pertinente ao nosso trabalho, sendo uma das chaves para o entendimento da nova esfera existencial na qual estamos sensorialmente imersos, a mídia, e da estruturação do fenômeno comunicacional por tecnologias virtuais moldadoras do imaginário coletivo através de uma operacionalização estratégica do afeto. A instrumentalização do sensível será examinada em profundidade no terceiro capítulo.

Depois da breve introdução do papel do poder nas considerações relativas ao conceito de política, retornamos a ela, deixando o estudo do poder para as próximas subseções deste capítulo, onde, guiados por Foucault, buscaremos uma conexão com o que Rancière classifica de “ordem policial”, estabelecendo a vinculação dos atos de linguagem à posição de fala dos sujeitos no interior desta ordem, cuja atualização pelo princípio da igualdade faz com que a subjetivação política sempre assuma a forma do litígio.

No objetivo de racionalizar o indecomponível do político, naturalmente aproximamo-nos das figuras da guerra e da violência, de que os estudos do politólogo e jurista alemão Carl Schmitt são importante referência. Em *O conceito do político* (1932), propõe que “a distinção especificamente política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre *amigo* e *inimigo*” (*apud* Sodré, 2006: 152). Seriam estas para o autor “categorias especificamente políticas”, do mesmo modo que no campo da ética se oporiam bem e mal, ou na estética o belo e o feio⁴. Muniz Sodré ensina que “o critério amigo/inimigo transforma qualquer contraposição (econômica, religiosa, estética) em antagonismo político” (2006: 154). Na trilha argumentativa desta linha, pode-se desta distinção especificamente política vislumbrar o grau absoluto de complexidade do campo político. Diversos autores apontam para um

⁴ Adiante trabalharemos a idéia de que o regime estético opera em termos extensivos à distinção entre belo e feio, estando arraigado profundamente na política por condicionar a alteridade como elemento instituidor da partilha do sensível.

processo de fragmentação dos componentes orientadores das sociabilidades humanas, no fracionamento e no subsequente rearranjo deles nas formas pós-modernas do entrelaçamento entre cultura e economia, rearticulação que sob novos arranjos relacionais promove um efeito de diluição das tensões políticas no sistema de forças que estrutura a teia do poder.

Em primeiro lugar, a respeito de tais observações, impõe-se a necessidade de esclarecer que estamos reduzindo o enfoque de nossa análise à política institucional em sua realização por dispositivos jurídicos, em situação de “normalidade democrática” em que as disputas de poder ocorrem pela via eleitoral. Em tal contexto, as relações especificadas pelo critério amigo/inimigo ocorrem num amplo feixe de possibilidades. A teia de relações de composição, fracionamento, coalizão e qualquer outra forma de agenciamento é multiplicada na proporção em que é analisada do ponto de vista das relações de um agente político singular em direção às relações de uma instituição. A gama de relações amigo/inimigo se desenvolve de cada um dos quadros de órgão governamental, partido, empresa ou qualquer outro organismo com atribuições políticas, exercidas com outros agentes singulares ou organismos, na quase infinita variedade de formas de composição que movimentam o campo de interação humana, especialmente quando se extingue a polaridade ideológica global e uma mesma lógica passa a orientar a política.

O momento histórico é o da restrição das divergências ideológicas às disputas transnacionais: da ideologia cuida a política internacional, em soluções não raro guerreiras. Em países capitalistas e “democráticos” como o Brasil, a política eleitoral dos Estados e nacionalmente é executada dentro dos parâmetros do pragmatismo das ações e decisões provindas do cálculo no interior do sistema de arranjos de relações de forças na organização das atividades humanas. Cálculo que otimiza as perdas e ganhos implicados no objetivo do deslocamento de determinado partido, grupo ou agente individual pelas posições hierárquicas do poder institucional. Confinados na teleologia da vitória eleitoral, os participantes oficiais da política dependem das composições com os demais agentes políticos, com os proprietários do capital, com os interesses variados envolvidos no xadrez eleitoral. Necessidades identificadas à política pequena, de uma lógica do jogo, abandonando a idéia de luta e adotando a concepção de vitória sobre o adversário. Este aspecto, associado à gestão das imagens públicas midiáticas, participa da consolidação da dependência do exercício da política a estratégias de conciliação entre fatores referentes ao palco político e fatores relacionados aos bastidores, à

manutenção de relações fisiológicas, conjunto de conhecimentos que poderia ser chamado de uma “técnica política”. A otimização dos cálculos desta técnica valoriza os atributos que promovem a ascensão dos seres falantes às posições de poder nos quadros políticos. O cenário de intensa competitividade onde os elementos envolvidos nestes cálculos chocam-se e medem potência limita, praticamente inviabilizando, propostas de pensamento ou execução de políticas em bases que ultrapassem a efetividade mínima e imediata dos dispositivos da mecânica política. Estudaremos a contraposição do que acabamos de classificar de técnica política ao discurso político, a partir da fundamentação em determinados modos de ser, fazer e dizer, representantes da consolidação hegemônica na partilha do comum.

No indiscernível da categorização de amigo/inimigo, na sua falta de racionalidade, na sua não-tecnicalidade imanente, podemos supor a ocorrência do afeto. As tecnologias de poder agem sobre o visceral das interioridades, nas mananciais afetivas, pesquisando e manipulando padrões que possam ser tecnicamente interpretados, para a vantagem competitiva do capital na reprodução de seus meios, e cada vez mais como ferramenta eleitoral. No terceiro capítulo procuraremos evidenciar a integração da narratividade do escândalo nas diferentes instâncias da mecânica política, com destaque para a naturalidade do encaixe ao sistema predominante na definição das diretrizes da atividade política moderna.

Por ora, observamos que a gestão estratégica desse conjunto de relações baseadas fundamentalmente no critério amigo/inimigo de Schmitt — no cálculo otimizado do balanço entre perdas e ganhos políticos e na associação orgânica ao capital — é o caminho por onde se desenvolvem as trajetórias dos líderes e instituições. Sigamos o raciocínio: organismos políticos têm múltiplas relações sob o critério amigo/inimigo com outros organismos políticos; frações de tais organismos possuem por sua vez múltiplas e diferenciadas relações com outros organismos políticos, subgrupos no seu interior ou agentes individuais; cada participante destes subgrupos de organismos políticos possuem múltiplas e variadas relações de composição e antagonismo com a diversidade de organismos políticos, subgrupos e agentes individuais. O ordenamento fragmentário dessa teia de relações com base no parâmetro amigo/inimigo estrutura a mecânica política, nas formas modernas do capitalismo corporativo, de maneira distanciada das grandes narrativas de luta de classes em torno de interesses ideologicamente antagônicos. A figura da contraposição é instaurada ao modelo da concorrência, obedecendo a um conjunto de regras estabelecidas, numa

microfísica de agenciamentos e rupturas cuja totalidade compõe o campo político. A combinatória desse emaranhado de relações que obedecem a parâmetros entrelaçadamente afetivos e técnicos faz a política atingir elevado grau de complexidade, indeterminação e variabilidade.

Não há, portanto, nada de “natural” na política, na cidadania, na democracia e no Estado, como ensina Sodré:

A organização política a que se d  o nome de Estado não surge como uma expansão evolutiva das organizações de fratria ou de família, e sim de uma dinâmica de articulação e integração social de comunidades numa unidade investida de supremacia. Isto implica *poder*, ou seja, uma relação assimétrica de forças em que a margem de liberdade de um dos pólos relacionais   maior do que a do outro, quando se trata de decidir. No limite entre o previsível e o imprevisível, entre o determinado e o indeterminado, instala-se a instrumentalidade da relação de poder, dentro da qual se institui a política (Sodré, 2006: 140-141).

Ranci re lembra que “há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (1996: 30). Retornamos ao seu pensamento para tentar ultrapassar as barreiras da definição schmittiana da essência do político como a discriminação entre amigo e inimigo. De saída os dois autores se entendem na idéia de que o político pode estar em qualquer âmbito, não tendo lugar próprio. Neste quesito também entram em concordância com a visão de outra importante pensadora da política, Hannah Arendt, para quem “não existe uma substância verdadeiramente política. A política nasce no espaço intermediário e se constitui como relação”. Para Schmitt o político seria “o grau de intensidade de uma associação ou dissociação entre os homens” (*apud* Sodré: 2006: 151-154). Ranci re atesta a falta de fundamento da política pela possibilidade de qualquer evento poder ser investido de caráter político. A ausência de fundamento estaria na precariedade da construção do discurso político em propriedades vazias como *igualdade*, *liberdade* e o que se chama de *povo*: a representação de uma parcela dos sem parcela, desprovida de autoridade política e fadada ao anonimato do trabalho e da reprodução, mas cuja identificação com o todo da comunidade corrói a lógica do ordenamento social. Calcada num litígio original, a política tem fundamento num erro de contagem primeiro, que degrada toda a seqüência lógica de sua demonstração. Para analisar este corrompimento constitutivo, o filósofo recorre a Aristóteles; aludindo ao

Livro I da *Política*, expõe o caráter político do animal humano, o único em toda natureza possuidor da palavra:

A destinação supremamente política do homem atesta-se por um indício: a posse do *logos*, ou seja, da palavra, que *manifesta*, enquanto a voz apenas *indica*. O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, consequentemente, o justo e o injusto (Rancière, 1996: 17).

A designação de uma diferença fundamental entre o homem e os outros animais estaria na capacidade de delimitar a noção de justiça, através de um instrumento capaz de ir além da expressão de dor e prazer da voz: a linguagem, a capacidade de tomar a palavra e deliberar eticamente sobre o justo e o injusto. A passagem do útil e o nocivo, para o justo e o injusto, precisa ser analisada mais detidamente. Embora devamos desprezar uma leitura utilitarista no sentido depreciativo do liberalismo, que na violenta crítica de Debord promove o “estágio supremo de uma expansão que faz com que a necessidade se oponha à vida” (*apud* Oliveira, 2006: 7), não é tranquilo separar o contrato utilitarista da comunidade do bem, o que serve como uma pista para o estado atual de um poder global gerenciado pela tecnocracia de mercado e pelos cálculos de otimização da eficácia aplicados à redução de nocividade e potencialização da utilidade.

O problema aqui não é enobrecer a aceção do útil para aproximá-lo da idealidade do justo, que é seu fim. É ver que a passagem do primeiro para o segundo só se faz por intermédio de seus contrários e que é no jogo desses contrários, na relação obscura do “nocivo” e do injusto, que reside o âmago do problema político (Rancière, 1996: 18-19).

Examinando a origem das palavras *sympheron* e *blaberon*, utilizadas por Aristóteles para designar o útil e o nocivo, o francês percebe que elas seriam falsos opostos, mostrando que no grego existiam outras palavras, empregadas por Aristóteles, para designar o oposto ao *blaberon*. A seguir, demonstra que a palavra “útil” (*sympheron*) indicaria essencialmente uma relação em si mesma, sem a sugestão de alteridade: a vantagem conseguida por conta de alguma ação; *blaberon*, ao contrário, traria em sua noção estrutural a idéia de duas partes, já que significaria “o dano no sentido judiciário do termo, o agravo objetivamente determinável feito por um indivíduo a outro” (*id. ibid.* 19), de onde se infere que o nocivo implica numa relação com o outro; o útil, ou a vantagem recebida, em contrapartida, não se associa a dano causado a outrem, isto é, o lucro de um não representa necessariamente a consequência negativa

para o outro. No equilíbrio desta fórmula, e nesse ponto Aristóteles e seu mestre concordaram, estaria o justo da *pólis*, “fundamentalmente um estado em que o *sympheron* não tem por correlato nenhum *blaberon*.” (*id. ibid.* 20). A distribuição justa das vantagens seria o estado no qual a comunidade atingiria um patamar pleno de justiça política, em que a ordem aritmética das simples relações de troca entre os seres falantes seria substituída pela fórmula geométrica que garantiria a harmonia social, com cada parte da comunidade, de acordo com sua parcela de participação no bem comum, tendo seu quinhão proporcional nos títulos de propriedade e na política.

No modelo platônico seria suposto um estágio de organização da comunidade em que a harmonia da proporção valorativa realizaria o projeto da *pólis* à semelhança da virtude política. A justiça, para ser efetivada idealmente, não poderia restringir-se ao equilíbrio dos ganhos e perdas entre os indivíduos na sociedade. Embora por uma ótica simplista e muitas vezes na prática a política seja reduzida a uma série de procedimentos normativos que a confundem com o âmbito do direito, o fundamento de justiça transcende as regulações jurídicas do corpo social. O princípio de justiça, portanto, não se resumiria a garantir, a cada um, o que lhe fosse devido, como numa reparação a um dano causado que o teria privado de algo que lhe fosse de direito. A justiça é o que vai colocar em manifestação um dano *a priori*, constitutivo da própria política: a figura da igualdade entre todos os seres falantes, atualizando na forma de caso político situações que dizem respeito às diferenças entre eles.

O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem parte, ao conflito das partes sociais (Rancière, 1996: 51).

O que está em questão são as próprias regras que definem a divisão do comum, que estabelecem a parte justa que cabe a um e ao outro, a escolha da medida de justiça, realizada através de um diálogo que ultrapassa o que está em questão no debate para alcançar a posição de enunciação dos falantes e as condições nela implicadas, superando a barreira da linguagem para chegar ao que está em jogo na relação material dos corpos envolvidos. A justiça, apesar de ter uma base fundamental que manifesta o bem da comunidade, possui a relatividade intrínseca ao estabelecimento das regras de regulação social e divisão das parcelas do comum. A deliberação sobre as regras que devem ser

observadas para a manutenção de um estado onde prevaleça o bem geral da comunidade representa uma ordem propriamente política da justiça.

A comunidade política funciona com base em uma racionalidade do bem comum, em que os cidadãos deliberam em nome dos interesses coletivos. As democracias modernas também apresentam um projeto de idealidade política em que o estatuto deliberativo dos homens de bem formalizaria o equilíbrio social. Os discursos políticos, desde as mais remotas épocas até os dias atuais, remetem a uma promessa de futuro social onde a justiça e os interesses da comunidade estarão acima do individualismo e das pretensões classistas. Parece claro, deste modo, que o conceito de justiça não esteja apenas relacionado à instância que equilibra lucros e perdas, ao exercício de um controle sobre contratos de bens e serviços; pois ela “é a ordem que determina a divisão do comum” (*id. ibid.* p. 20). A justiça dos tribunais e dos advogados, portanto, aqui não estaria fundida na justiça do bem da comunidade, que começaria justamente no momento em que o que está em questão deixa de ser abarcado por uma deliberação normativa e passa a incorporar o terreno da discussão das regras de distribuição do poder comum. A questão poderia ser colocada da seguinte maneira: se a distribuição justa do *sympheron* fosse realizada num modelo ideal, estaria subentendida uma supressão do dano. É esse erro de contagem que Rancière denuncia como corrompedor de toda a demonstração filosófica da política, o dano constitutivo da própria política, o *blaberon* representado pelo povo, “a massa indiferenciada daqueles que não têm nenhum título positivo, nem riqueza nem virtude, mas que, no entanto, têm reconhecida a mesma liberdade que aqueles que os possuem” (*id. ibid.* p. 23). Sigamos sua demonstração a partir da passagem da lógica simples das trocas para o ideal do bem comum:

A submissão da lógica trocadora ao bem comum é a submissão da igualdade aritmética que preside as trocas mercantis e as penas judiciárias, à igualdade geométrica que, para a harmonia comum, coloca em proporção as parcelas da coisa comum possuídas por cada parte da comunidade à parcela que ela traz ao bem comum (Rancière, 1996: 21).

No modelo ideal da proporção geométrica, cada um só pegaria a parcela devida do comum a partir de seus méritos de cidadania, do valor que trouxesse para a comunidade. Abaixo dessa ordem estariam os trâmites regulares dos tribunais, onde as reparações são julgadas e são mediados os lucros e perdas das trocas, no

estabelecimento, aí sim, de uma igualdade aritmética. Para analisar a relação de proporção entre as parcelas da comunidade e seus respectivos valores sociais e conseqüentes direitos sobre o poder comum, Rancière retorna a Aristóteles, dizendo que “a passagem da aritmética vulgar à geometria ideal implica um estranho compromisso com a empiria, uma singular contagem das ‘partes’ da comunidade” (*id. ibid.* p. 21). A aquilatação das parcelas da comunidade poderia ser realizada, revelando um erro de contagem fundamental, o *blaberon* secreto que perturbaria a ordem política. Auxiliados pelo pensamento aristotélico sobre as *axiai*, isto é, o valor da situação de acordo com o mérito e dignidade equivalentes, fazemos a contagem das parcelas da comunidade e a demonstração do dano constitutivo da política. Aristóteles define três *axiai*: a riqueza dos poucos, a excelência (*aretê*) dos melhores (*aristoi*) e a liberdade do povo; faremos a análise de cada uma delas.

Começamos pelo título da riqueza, a parte mais aparente, dependente somente da aritmética das trocas. Para a oligarquia, a ordem de dominação deve ser aritmética, porque em um sistema de trocas baseado na aritmética mercante, os ricos dominam. Em seguida dirigimos o olhar sobre os melhores, os cidadãos de virtude, que na mistura com os ordinários — os que não tomam parte em nada relativo à política — promoveriam o equilíbrio geométrico ordenador da *pólis* na proporção do cosmos⁵. Aristóteles percebe que estes cidadãos normalmente são os mesmos que detêm a posse da riqueza: “Quase em toda a parte, são os abastados que parecem ocupar o lugar das pessoas de bem” (Aristóteles *apud* Rancière, 1996: 26). Desta maneira, a *axia* dos *aristoi* é absorvida pela oligarquia dos ricos. Percebe-se que desde a Grécia antiga os bons e os ricos confundiam-se. Nos dias de hoje, mais do que nunca um sistema social valora economicamente a virtude técnica dos destacados em quaisquer áreas, recursos humanos legitimadores, nos modos de ser, fazer e dizer, da fase tecnocrática que atravessamos. Considerando a fusão dos títulos de meritocracia às oligarquias, os títulos de comunidade se resumem à riqueza, em primeiro lugar, seguidos da igualdade libertária do povo. No exame aprofundado desta segunda forma de título comunitário, encontraremos o erro de conta instaurador do dano, de onde provém tanto a precariedade da política quanto a sua modalidade parasitária de associar-se a praticamente tudo que existe.

⁵ Segundo o glossário de termos gregos de Marilena Chauí: “Bom ordenamento de coisas e pessoas; arranjo conveniente e adequado, princípio ordenador e regulador das coisas; ordem do mundo.”

O que seria a *liberdade* do povo? O que se pode entender da *igualdade* de todos com todos? E mais: que virtude ela traria para a comunidade? Não há valor proporcional entre a liberdade do povo e a divisão do comum através da geometria do mérito. Pode-se dizer que os aristocratas também são livres, de forma que a liberdade não é exclusiva do povo, o aglomerado desordenado que se apropria da igualdade de todos os cidadãos para legitimar seu título de comunidade.

E, com isso, essa parte que não é parte identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo da comunidade, e identifica seu nome — o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade — com o nome da própria comunidade. Isso porque a liberdade — que é simplesmente a qualidade daqueles que não têm nenhuma outra (nem mérito, nem riqueza) — é o mesmo tempo contada como a virtude comum. Ela permite ao *demos* — ou seja, o ajuntamento factual dos homens sem qualidade, desses homens que, como nos diz Aristóteles, “não tomavam parte em nada” — identificar-se por homonímia com o todo da comunidade (Rancière, 1996: 24).

Evidenciaremos estas duas palavras-chave do discurso político como propriedades que, embora vazias, impõem limites à dominação aritmética dos *oligoi*. Na fala pública de qualquer participante da política, costumam estar presentes os objetos discursivos *povo*, os *brasileiros*, a *igualdade* social; a estas figuras, no discurso, se dirigem os programas, as ações e os apelos da classe política. A figura vazia da igualdade do povo serve às construções das narrativas políticas, aos discursos sobre o bem comum transmitidos pelos grupos atuantes, discursos que não explicitam em suas camadas exteriores de significação aspectos da cena micropolítica dos interesses pontuais e estratégias eleitorais. Os candidatos falam em nome do povo e se apresentam como merecedores dos cargos disputados. Em nome do povo praticam a arte do bom trânsito entre os proprietários do capital, conquistando as polpudas comissões no favorecimento nos negócios públicos aos financiadores de suas campanhas. Pela igualdade aprendem o cálculo da troca política sem o qual não avançam às posições privilegiadas da hierarquia estatal.

O povo, a parte menos favorecida na divisão das parcelas do comum, nomeia-se com o nome da comunidade. A comunidade leva o nome da parcela dos sem parcela, é nomeada pelo composto dos incontados, dos que não possuem título de comunidade algum e por esta razão falam em nome da igualdade. Um escândalo discursivo causado pela designação do todo comunitário pelo vácuo lógico de uma unidade imaginária que agrega a multiplicidade dispersa da pobreza, se colocando como parte detentora de um

título fundador da comunidade social. É justamente esta parte que vem irromper a ordem da pura e simples dominação e instaurar a política, a partir do erro de conta das partes do todo.

A política existe ali onde a contagem das parcelas e das partes da sociedade é perturbada pela inscrição de uma parcela dos sem parcela. Ela começa quando a igualdade de qualquer um com qualquer um inscreve-se como liberdade do povo. Essa liberdade do povo é uma propriedade vazia, uma propriedade imprópria pela qual aqueles que não são nada colocam seu coletivo como idêntico ao todo da comunidade (Rancière: 1996: 123).

A política é exercida pela linguagem quando não é deliberada pelos instrumentos da violência legitimada do Estado. Na dimensão da palavra na qual incide, a igualdade funciona com um espectro atualizador discursivo das formas de subjetivação política que assumem os litígios da desigualdade e das relações de dominação. A liberdade proveniente da suposição igualitária universal é o elemento duplamente desagregador, tanto da idealidade da geometria meritocrática quanto da aritmética da dominação.

A diferença qualitativa inexistente da liberdade produz essa equação impossível, que não se deixa compreender na divisão da igualdade aritmética que governa a compensação dos lucros e das perdas e da igualdade geométrica que deve associar uma qualidade a uma posição (Rancière: 1996: 25).

A multiplicidade dos homens sem valor apropria-se do todo da comunidade; identifica ao nome da comunidade o nome de sua não parcela, instituindo o litígio fundamental da comunidade. O povo é simultaneamente *nada* e *tudo*; “nada” porque debaixo de sua unidade há apenas a dispersão e multiplicidade dos relegados ao trabalho e à reprodução; “tudo” porque em nome dele se tecem os fios narrativos e formalizam-se os objetos e modelos da política, e se criam os sentidos e estratégias justificantes das ações dos agentes políticos, na caracterização incontestável da política como a luta entre pobres e ricos.

O erro de contagem que faz do povo o reflexo do dano da comunidade é acompanhado indissociavelmente de uma aura de precariedade. O discurso político, nas suas diversas fontes e vias de irrigação, se constrói na materialidade da parasitagem do precário: na fala pública da classe dos políticos profissionais — dirigentes partidários, parlamentares e diversos escalões de assessores, funcionários do governo, aspirantes — o discurso é amarrado ao velamento dos interesses classistas e envolvido pela

nebulosidade de palavras que raramente significam o que está registrado na superfície textual de seus enunciados, sempre a mandar recados, a criar simbologias, a desvelar sentidos novos e entrelinhas. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a característica apontada não parece enriquecer o discurso político na sua forma narrativa, seja em que espécie de regime político ele estiver inserido. Pierre Clastres, no seu clássico da antropologia política *A sociedade contra o Estado* (1974), observara que a palavra do homem de poder nas sociedades indígenas sem Estado era necessariamente empobrecida por ser “rica em eficiência, pois ela se chama *ordem* e não deseja senão a *obediência* do executante” (1974: 169). Parece claro que mesmo em tempos de construção dos discursos através dos modernos recursos das tecnologias da informação, a palavra política continua impregnada de uma pobreza e de uma precariedade, por estar sempre a rondar as periferias, materiais e discursivas, sem se dirigir aos nós de desentendimento, atraída pelas soluções artificiais engendradas pela função teleológica do exercício do mando como instância primária de qualquer forma de racionalidade política. Pobreza discursiva provinda de um constrangimento da potencialidade criativa pelos riscos da liberdade de falar, considerada a larga variedade de contratos e vinculações a que os sujeitos da enunciação estão submetidos para manterem-se na posição de detentores da legitimidade da palavra política.

A necessidade de moldar o discurso do poder ao texto da igualdade enunciado em nome do povo, parasita a palavra política de uma distância ao que ela se refere, entre o dizer e o fazer; constrange-a ao associar a narrativa da parte não contada da comunidade que se diz idêntica ao todo com as minúcias de matérias específicas relacionadas às situações cotidianas da política. Precariedade que tresanda do entrelaçamento dos temas da política aos modos da irracionalidade afetiva do poder quando, por exemplo, regulamentos de normas salariais ou reajustes pecuniários associam-se às disputas humanas, no interior dos litígios da parcela dos mais prejudicados no contrato social, produzindo nos textos o efeito precário da associação forçada entre elementos heterogêneos. Precariedade manifesta na vaguidão do discurso popular, que identifica a política ao mal que atravanca o acesso a bens e serviços, em construções reduzidas à simplicidade de operações limitadas a associar o mau momento da cena política (na maior parte das vezes na citação de um escândalo midiático) ao empirismo dos desagradados a que as pessoas estiveram expostas nas situações em que julgaram estar em relação com o mundo público e seus mecanismos políticos. As pessoas evacuam suas opiniões políticas com base em quadros de referência precários e

cada vez mais simplificados pelas narrativas ficcionalizadas da mídia; com desinteresse crescente, esvaziam o espaço discursivo da política, encerrando-o entre a cobrança utilitarista da melhoria de bens e serviços e a aparência mais convincente que o *marketing* for capaz de engendrar, em nome da modernidade. A dualidade da perda de atenção ao político e sua necessidade de expressão periodicamente eleitoral, no ato desanimado do voto, faz das manifestações dos seres falantes comuns em períodos pré-eleitorais articulações esvaziadas pelas molduras padronizadas do senso comum.

A realização da política em discurso está ligada à naturalização de formas de nomear o comum, de manifestar não apenas o visível no jogo argumentativo como também as partes não visíveis, as representações materiais da realidade litigiosa da igualdade. Os modos de subjetivação do dano dependem do único elemento estático da política, a igualdade, para fazerem-se presentes na dramaturgia estética do dissenso enquanto desigualdade, em estados em que a linguagem e seus artifícios participam da funcionalidade das hegemonias ideológicas. A igualdade de todos como o bem supremo que dá o nome da comunidade — o povo brasileiro dos discursos eleitorais —, aparece apenas nas manifestações de um corrompimento inaugural na passagem da dedução do útil ao justo, na contagem das partes da comunidade promotoras da transformação da ordem natural de dominação aritmética no regime de proporcionalidade geométrica da meritocracia.

Essas manifestações de desigualdade do povo para com ele mesmo são apenas a moeda de troco de um erro de cálculo fundamental: essa impossível igualdade do múltiplo e do todo, produzida pela apropriação da liberdade como o que é próprio do povo. Essa impossível igualdade arruína, em cadeia, toda a dedução das partes e títulos que constituem a *pólis* (Rancière, 1996: 25).

O estágio da reflexão do filósofo concebe a igualdade como “condição não política da política”, onde não se trata mais de enxergar a política somente pela ótica instrumental da “arte do possível”, na concepção simplificada em torno da necessidade de mediação da contingência das demandas sociais. A propriedade vazia da igualdade aparece como um operador, ao qual cabe estabelecer os contornos das regiões onde se encerram duas lógicas, de cujo encontro surge a política, numa concepção mais pura do que as tradicionais representações estruturalistas, que entendiam a mecânica política enquanto conjunto de dispositivos e técnicas de dominação. Para Rancière, existe política quando do encontro entre dois processos heterogêneos, duas lógicas — policial e igualitária, encontro em que a igualdade aparece na forma da desigualdade,

inscrevendo o dano como “o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política” (*id. ibid.* p. 51).

A política nasce do encontro entre o que classifica de lógica policial — da distribuição dos corpos, funções, posições sociais, poderes, acessos, propriedades e todas as suas implicações e dispositivos normativos de regulação — com o que chama de lógica igualitária, da igualdade que interrompe os efeitos líquidos da dominação dos ricos, na atualização, na singularidade de um caso, de um dano que escapa à aritmética das trocas e reparações de parcelas de propriedade previamente definidas; o dano de uma igualdade que fala das próprias regras estabelecidas para a divisão das parcelas do comum. A convergência destes dois regimes, policial e igualitário, inscreve a política como objeto de litígio, e implica num entendimento da mesma pela fundação de um dissenso imemorial. Cabe neste momento examinar detidamente os dois processos heterogêneos de cujo encontro irrompe a política. A ordem policial a que se refere Rancière é o nome normalmente atribuído à política pelo senso comum, referente à técnica de governo que organiza a distribuição dos corpos em comunidade:

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia* (Rancière, 1996: 41).

Rancière propõe que “a configuração da comunidade como totalidade orgânica, definida de maneira exaustiva por suas funções, seus lugares e suas identidades”, normalmente identificada pela palavra *política*, passe a ser classificada como *polícia*, tomando o cuidado de antecipar-se à evocação do termo como pertencente ao domínio da corporação policial, no sentido referente às forças ordeiras e seus golpes de cassete. Em suma, o conjunto das estruturas principalmente estatais pelas quais ocorre a manutenção da ordem de divisão comunitária seria para o francês a ordem policial; o que até aqui era compreendido pelo nome de política recebe a nominação de *polícia*, isto é, a estrutura reguladora da comunidade por dispositivos jurídicos, meandros por onde o poder se irriga na distribuição de suas relações, montando a cadeia hierárquica de cargos e atribuições constituintes da sociedade.

Compreendendo como *polícia* o que para nós era a *política*, o que então é a política nessa forma de entendimento? A *política*, segundo esta proposição teórica,

passa a significar “a configuração da comunidade que abre essa totalidade, que faz intervir sujeitos suplementares que não são partes do corpo social, mas formas de subjetivação de um litígio” (Rancière, 2005). A polícia, identificada com a maquinaria de distribuição e regulamentação da ordem das funções e poderes dos corpos falantes pela sociedade, seria atravessada pelo efeito de uma pressuposição de igualdade que, apesar de lhe ser estranha, é condição *sine qua non* para seu funcionamento: “existe política quando pela lógica supostamente natural da dominação perpassa o efeito dessa igualdade”. Em resumo, o que o senso comum entende como *política* seria para o autor a *polícia*, na qual intervém a política, a potência virtualmente igualitária de uma parcela dos sem parcela, para embarçar a ordem natural de dominação e “atualizar a igualdade última na qual assenta toda ordem social” (Rancière, 1996: 31).

Aristóteles percebeu a condição igualitária essencial ao fundamento da *pólis* como divisão geométrica dos títulos de comunidade. Para ele a lei só seria necessária aos iguais, porque se algum homem sobressaísse sobre os demais em seus méritos e virtudes, passaria ele mesmo a fazer a lei ou impor-se como um deus entre os homens. No capítulo VIII do livro terceiro de sua *Política*, discorre sobre a natureza da lei como regulação entre iguais, argumentando que para os significativamente superiores não haveria lei que os regulasse, aludindo ao apólogo de Antístenes em que as lebres exigiam o direito à igualdade entre os animais, ao que os leões responderam que “tal tese devia ser sustentada com unhas e dentes”. Aristóteles prossegue mostrando diversos casos em sociedades diferenciadas representativos do movimento do poder por um nivelamento igualitário a que os cidadãos preeminentes são submetidos, caso não se rendam aos valores e contratos da instituição, seja em regimes tirânicos, oligárquicos ou democráticos.

Os resíduos da igualdade ficam aparentes no findar do processo de desarmamento ideológico em favor do pacto social hegemônico. De um movimento de resignação, de desencanto com o desejo de ser uma diferença no mundo, entende-se melhor o que enunciava o estruturalismo. Neste estágio da vida social, normalmente pela via dos confortos burgueses adquiridos pelo trabalho e pela participação (ainda que na maior parte das vezes periférica e pastichizada) na comunidade estética, os seres falantes adquirem a autoridade oficial do discurso. Após sujeitarem-se às convenções e castrações secularizadas, como num magismo que investe as palavras pronunciadas com a efetividade da lei, passam a lhes conferir sentido e significado ao que na voz de outros não passaria de ruído. A política sob este prisma é o sistema em que os seres cujas falas

carregam o encantamento simbólico do poder deliberam, através da palavra política legitimada, sobre as regras do conviver e do repartir as parcelas da comunidade, no estabelecimento da ordem policial. O investimento para obter uma capacidade de enunciação com efeitos sobre a realidade e a naturalização ideológica deste engajamento são objetos de magistral seqüência de Foucault, e não deixam de refletir o vazio apolítico da igualdade da qual depende em última instância toda ordem política.

Os jovens adultos entendem cada vez mais cedo os riscos da vazão à liberdade sem compromisso dos desejos de arte e política, e a conseqüente necessidade de se colocarem dentro da ordem discursiva aparente. Com precaução, são estimulados pela ordem social a evitar uma avaliação de suas próprias condições, possibilidades e questionamentos a respeito da artificialidade dos parâmetros da ordem hegemônica. A instituição, no movimento natural de cooptar a vida à sua lógica, travaria o seguinte diálogo com o desejo, ainda fresco e pouco ciente da obscuridade dos pontos de instabilidade e zonas de rarefação do discurso:

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (Foucault, [1971] 1999: 7).

A contrapartida que a instituição exige pela propriedade do discurso oficial é um vestígio da entidade fantasmática da igualdade sobrescrita na ordem policial. Podemos enxergar a comunidade do traço igualitário atrelada virtualmente à ordem de divisão do sensível, nas articulações discursivas dos litígios decorrentes da distribuição do dano universal pela multiplicidade dos sem parcela. Desta convergência, na prática, surge a política na concepção de Rancière, do encontro entre a lógica igualitária e a lógica policial. Assim, os modos de subjetivação política são aqueles que atrelam a singularidade dos litígios derivados da distribuição desigualitária ao estatuto universal de uma igualdade entre todos os seres falantes, em modos de dizer que reconfiguram a espacialização do comum e cujo conjunto de jogos discursivos caracteriza o campo de enunciação da política.

Os processos de subjetivação política dependem da igualdade entre todos os homens e mulheres para movimentar a engrenagem da narrativa política e retirar da inércia o estado de dominação natural no qual se assenta em primeira ordem a sociedade. Aqui, portanto, estamos conceituando a política como o contrário de polícia, ou seja, da ordem de gestão dos lugares, poderes e funções sociais. A política vai expor a face litigiosa da comunidade, fundada num dano incomensurável introduzido no seio das relações aritméticas das trocas e reparações comerciais e jurídicas, que escapa à contagem das partes reais da comunidade na proporcionalidade da soma destas partes ao todo comunitário, sem deixar “resto”; a política interrompe a naturalidade da dominação através de uma contagem falsa, que identifica o nada ao todo, que faz visível o que até então estava invisível, e que o poder consensual desejaria que permanecesse fora da esfera de visibilidade.

A atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões do sensível da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos (Rancière, 1996: 43).

Assim como foi mencionado anteriormente, a justiça não é simplesmente o princípio regulador do equilíbrio entre os interesses dos indivíduos, mas o conjunto das decisões sobre as medidas definidoras da boa proporção geométrica na divisão do comum. O dano fundador da política, representado na figura universal da igualdade, distingue-se do mero litígio entre partes, passível de regulação jurídica; o que ele faz é vincular a singularidade de conflitos quaisquer à universalidade da igualdade, manifestando-se pela via demonstrativa da desigualdade. Com efeito, tal dano não poderia ser reparado pelos instrumentos do direito, pelo fato de que as partes não estavam objetivamente determinadas antes da ocorrência do litígio; a própria existência de uma parcela que não toma partido em nada é demonstrativa do dano, expondo a escandalosa reivindicação por liberdade e igualdade de um múltiplo falsamente configurado como totalidade, cuja ausência de propriedade vem caracterizar a política como a eterna batalha entre pobres e ricos.

A guerra dos pobres e dos ricos é assim a guerra sobre a própria existência da política. O litígio em torno da contagem dos pobres como povo, e do povo como comunidade, é o litígio em torno da

existência da política, devido ao qual há política. A política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo. É esse o escândalo primordial da política, que a facticidade democrática pede à filosofia que considere (Rancière, 1996: 29).

A ordem policial das técnicas de governo é regida pela lógica “não política”, que não considera a figura do dano produtora dos modos de subjetivação da política. Para a polícia, e também para uma determinada ideologia liberal, não há política, e se há, deveria ser suprimida. A política sob esta óptica atravancaria a liberdade de cada um de empreender e trocar, gerando a artificialidade de uma igualdade que traria efeitos perversos para a sociedade. O assistencialismo populista sustentado por coalizões eleitorais e pelo carisma presidencial, implacavelmente combatido pela oposição em países da América Latina governados por grupos notabilizados por uma formação discursiva marxista, é para este segmento ideológico o desastre de uma política ainda impregnada de um germe igualitário nocivo ao bem comum. A igualdade política, seja a forma pela qual apareça, é retratada por essa vertente de pensamento como um mal, o nome que se dá às entidades parasitas alojadas no Estado, causando dificuldades à prosperidade dos homens de bem, intercedendo sobre a ordem natural da capacidade individual de ascender.

As sociedades chamadas “pós-industriais” possuem na gramática do *marketing* corporativo o mecanismo mais atuante sobre a construção de subjetividades no nosso tempo. Sobretudo na discursividade política, ganha vulto uma ótica apolítica que transfigura os assuntos de Estado com os princípios do liberalismo, propondo uma gestão da sociedade obediente aos moldes da gestão tecno-empresarial das estruturas corporativas. Estes discursos comuns às bandeiras do liberalismo econômico e ao que se chama de “social democracia” não conferem visibilidade a uma “não parcela”, ou ao dano imanente que incide aos pobres na constituição da comunidade. Eles falam em especialistas e ignorantes, em categorias profissionais, maiorias e minorias, grupos de interesses, e da capacidade de administrar esta diversidade de componentes, minimizando prejuízos e maximizando lucros e oportunidades. Nestes discursos, trata-se das partes da comunidade já definidas, das necessidades de geri-las: fala-se da ordem policial.

A polícia, para Rancière, não é uma instituição, mas um princípio de partilha do sensível que, entre outros recortes, delimita a elite; aqueles

que falam e são ouvidos sem necessidade de legitimar o que dizem, ou seja, a legitimação é a própria forma com que ocupam o espaço (Migliorin, 2007).

Poderíamos neste ponto generalizar o que caracterizaria substancialmente o partido dos ricos, as elites ou oligarquias detentoras dos títulos da comunidade política, parcela para a qual “igualdade rima com utopia enquanto desigualdade evoca a sadia robustez das coisas naturais” (Rancière, 1996: 46). Sob esta visão a propriedade vazia da igualdade impede a realização plena da política, quando Rancière aponta precisamente o contrário: só há política quando a liberdade igualitária do povo institui, na forma de comunidade litigiosa, uma rearticulação dos elementos da ordem do visível, inscrevendo na estrutura da determinação das partes da comunidade a grandeza imensurável da igualdade de qualquer um com qualquer um. Deste modo, a política estaria estabelecida dentro de uma ordem do visível, enquanto a política estaria no aparecimento e na contagem do que seria até então uma ausência, uma não relação, uma inexistência.

De outro lado, há os discursos das entidades parasitárias da política. A precariedade das ausências de parcela materializa-se no litígio em que se encontram na ordem policial. O povo, conjunto dos sem parte, na torção da ligação entre a reivindicação da reparação ao dano na inscrição desigualitária e a verificação da igualdade entre os homens, nada mais é do que a multiplicidade dispersa dos pobres, que permite a realização dos modos de subjetivação política, agregando elementos distintos como “a igualdade proclamada pelas Declarações dos Direitos do Homem e um obscuro tópico de horas de trabalho ou de regulamento de oficina” (*id. ibid.* p. 52). A lógica igualitária encontra a singularidade de qualquer litígio da ordem policial e lhe confere qualidade política, retira-o da alçada onde estava inscrito (qualquer campo da atividade humana) e inscreve-o no domínio da política, fazendo do litígio matéria política. O incomensurável da igualdade opera os processos de subjetivação política na superfície da ordem policial:

Há, portanto, de um lado, essa lógica que conta as parcelas unicamente das partes, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos do ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convêm a cada um. E há a outra lógica, aquela que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer (Rancière, 1996: 40-41).

Em resumo, intervimos cirurgicamente no cerne do político, através de uma operação disjuntiva no que se entende normalmente pelo nome de *política*. Passamos a classificar de *polícia* o entendimento comum da política, os instrumentos que determinam que um corpo falante esteja alocado em uma posição específica, realizando atividades específicas, com acesso à ordem de discurso que lhe couber, correspondente à função e ao papel social que desempenhar. A ampliação do conceito de polícia abarca as técnicas determinantes na divisão de tudo que há entre os homens, os dispositivos relacionados nessa repartição do comum, esta que é equivalente ao regime de visibilidade da sociedade, à inteligibilidade das relações e propriedades concretas definidas nas trocas humanas.

A política, a partir deste raciocínio, acontece quando a desmedida da igualdade recai sobre um caso de litígio. O aparecimento da política é a evidência, pela atualização da regra universal de igualdade de todos com todos, de uma não relação, é o que dá visibilidade a uma inexistência, formalizando a estrutura litigiosa de algo que até então não se via, agregando num comum litigioso mundos separados. Desse princípio ganham corpo, por exemplo, as lutas pelos direitos humanos, as bandeiras sociais dos trabalhadores, as reivindicações em nome de justiça que se articulam numa pré-configuração em que se vislumbra e calcula a potência de uma conquista, que outros poderão chamar de usurpação, mas que no fim das contas é sempre uma tomada, uma transferência de parcela. As conquistas de direitos trabalhistas referentes à diminuição da jornada de trabalho e valorização salarial, por exemplo, bem antes de naturalizarem-se através da reprodução de práticas linguísticas que lhe retiram a condição ideológica, representam um deslocamento de forças, já que as oligarquias, não por altruísmo, cederam-lhe o que fora exigido — eis a constatação do ponto de vista do poder. O pensamento de Rancière entende que a política “não é feita de relações de poder, mas de relações de mundos” (*id. ibid.* p. 54), preferindo pensar nosso exemplo como uma redistribuição da divisão do comum na ordem policial, onde os trabalhadores da indústria estavam alocados na condição de operários, com soldo estabelecido, assim como padrão de vida e acesso a oportunidades e bens determinados por sua identificação como operários no interior do sistema de identificação do *logos* da comunidade. A reivindicação do direito a melhores condições de trabalho une ao nome “proletário” que possuíam e que designava o quinhão que detinham da ordem sensível, o vazio do título libertário da igualdade, o único que possuem na comunidade. Do empenho em colocar a questão da valorização de seu trabalho, expõem o dano que não

cessa de lhes causar a ordem que os define como sujeitos deste litígio. Ordem policial sob a qual os padrões exercem controle, na deliberação sobre as medidas reguladoras da partilha do comum que os caracterizam como ricos e aos trabalhadores como pobres.

A igualdade só teria realização integral no modelo ideal, estando representada no mundo pela sua forma inversa, a desigualdade. O dano primitivo sobre o qual se assenta a política, a igualdade, é a única condição da política que a separa da pura contingência da ordem social, a propriedade não contingente da política. Seu vazio, do qual se infere a liberdade do povo, paradoxalmente é o que a política tem de substancial, já que nada é em si político, tudo que é político é suscitado do encontro entre a fixidez da lógica policial e a incomensurabilidade da lógica igualitária. A lógica política conseqüente deste encontro jamais está pré-construída. Ela atua sobre a própria constituição das parcelas em litígio e abre novas brechas por onde o discurso pode avançar, frentes de significação inéditas, fazendo da política terreno movediço, de riscos e instabilidades. Quando a verificação da igualdade incide sobre o conflito das partes sociais, são estabelecidos os modos de subjetivação política que disjungem da singularidade dos personagens envolvidos a filiação à comunidade virtual que nada mais é do que a configuração discursiva do comum litigioso, colocando em relação uma ausência de relação.

A forma de estabelecimento dos modos de subjetivação, portanto, estará intrinsecamente relacionada ao processo de legitimação social da palavra política, em que os corpos falantes se utilizam dos espaços de mobilidade no interior do sistema lingüístico para operar estrategicamente o discurso, de modo a influir de acordo com seus interesses na organização da ordem policial, na partição do comum. A formação do discurso político, por meio do encadeamento de seus enunciados, manobra no limite em que a linguagem, ainda de posse dos recursos lógicos fundadores da convenção da racionalidade, permite um alargamento nos contornos de sentido produtores da situação em que duas ou mais designações a respeito de um mesmo objeto passam a disputar a legitimidade pela nomeação dos termos de determinado litígio singular e objetivo ocorrido na realidade sensível. O diálogo político é simultaneamente uma contenda pela posição dos corpos na superfície da ordem policial, e também uma disputa pela posição das palavras na superfície textual do discurso sobre a questão em litígio. É a alteração em torno de um mesmo objeto que coloca em questão os próprios fundamentos da forma de nomear o comum, em que a caracterização do objeto se encontra inseparável das condições materiais de sua enunciação. Os casos a respeito de questões em que a

argumentação passe pelo arriscado ponto em que “os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras, e a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra”, formam um tipo de racionalidade política estruturada por uma lógica do desentendimento (*id. ibid.* p. 12).

Prosseguindo com nossa argumentação, aproximaremos a tese de Rancière ao que classificaríamos de configuração estrutural do discurso político, da qual emanaria a lógica do desentendimento imanente aos embates argumentativos da comunicação política. Naturalmente para que este embate ocorra dentro dos limites da lei é preciso que previamente haja um compartilhamento dos signos em jogo e da própria linguagem.

As posições sociais de proferimento da palavra política encerram simultaneamente papéis pré-estabelecidos e propriedades singulares, que conferem aos seres falantes alguma margem de manobra dentro dos limites pré-determinados pela definição de seus papéis e a conseqüente autoridade conferida pelos mesmos, permitindo a reconfiguração da cena argumentativa da dramaturgia política, desde que obedeçam às regras previamente estabelecidas pelo contrato social, garantidoras que seus atos discursivos produzam efeitos e contem com a intercompreensão dos demais integrantes da comunidade política.

Na próxima subseção deste capítulo, examinaremos detidamente a distância interna do *logos* permissória do acontecimento de uma singularidade dentro da estrutura organizacional da ordem policial. Trataremos dos movimentos reconfiguradores das posições de poder no interior da malha funcional de posicionamentos hierárquicos da comunidade. Todavia, a macro visão do fenômeno da movimentação dos seres falantes pela estrutura do poder — por meio do manejo discursivo dos dispositivos lógicos do contrato social — será deixada para a terceira e última subseção do capítulo, na qual nos aproximaremos de Michel Foucault para ressaltar uma presença invisível, um campo magnético no qual a hegemonia é disputada no ambiente político-institucional.

Antes de entrar pela via de um olhar mais amplo sobre a mecânica política mediada pela linguagem e pelos processos de legitimação da autoridade, nos deteremos nos problemas implicados de antemão na simples interação comunicativa entre dois corpos falantes. O objetivo é expor a inevitabilidade de dificuldades mesmo nas formas mais simplificadas de comunicação política, multiplicadas em seu potencial de complexidade (com a proliferação de variáveis envolvidas) à medida que tal comunicação adentra faixas discursivas de maior amplitude — cálculo determinado pela

proporção das relações dos pólos enunciativos com os meios materiais de produção, resultante do grau de aprofundamento com o alicerce capitalista.

1.2. A racionalidade do desentendimento na partilha do sensível

O que torna a política um objeto escandaloso é que ela é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento.

Jacques Rancière

Conforme expusemos, a política está implicada na inevitabilidade de um dano originário, um nó conceitual primeiro. Esse dano é a chave para construir uma lógica fundada num desentendimento intrínseco à política: uma lógica do dissenso. Pois além da questão inevitável da disputa estratégica pelo poder institucional, em si conflitante com a racionalidade do comum, um nó estrutural vem fortalecer a alteridade constituinte do político. Um duplo distanciamento de uma racionalidade do bem comum pode ser entendido como mais um golpe na política identificada ao “inatingível paraíso original onde indivíduos e grupos utilizam a palavra, que é próprio do homem, para conciliar seus interesses particulares no reino do interesse geral” (Rancière, 1996: 93).

Abordamos na primeira subseção do capítulo a leitura de Rancière dos primórdios gregos da filosofia, na exposição da figura do dano imanente à lógica do discurso político, para patentear como a política já encerra em si esse dano constitutivo que desestabiliza todo o processo subsequente da busca de uma racionalidade argumentativa ideal. Nesta segunda subseção, nos deteremos sobre as condições imanes relacionadas genericamente às situações de palavra onde os falantes testam performativamente a validade da argumentação para que determinado efeito político seja produzido ou reproduzido no campo da realidade sensível. Estaremos debruçados sobre as condições intrínsecas ao diálogo político.

Na terceira e última subseção do primeiro capítulo, a atenção estará no conceito de poder, do efeito produzido pelas técnicas e dispositivos da lógica policial, levando em conta os regimes políticos chamados de “democracias consensuais”, como no caso brasileiro ao qual fica limitado o escopo desta pesquisa. Sobre a análise do poder e dos mecanismos policiais consideramos que, à medida que não são realizados por meio da

violência — ainda que não raramente resvalam para a utilização dela —, são exercidos através da instrumentação lingüística no confronto de posições enunciativas, de onde justificamos nossa abordagem centrada nos estudos de linguagem.

Patrick Charaudeau (2006: 16), ao pensar o contrato da comunicação política, relaciona princípios que estariam ligados à configuração do ato de linguagem, como veremos em detalhe adiante. Através destes princípios os partícipes se identificariam, tentariam trazer o outro para si de acordo com suas intenções, e finalmente mediriam suas forças pela palavra na arena discursiva, no intuito de legitimar sua posição a respeito do objeto em discussão — objeto implicado no litígio em torno da própria situação de palavra entre as partes. As trocas comunicativas entre seres falantes envolvidos na disputa política, além dessa característica própria aos jogos de linguagem, ainda carregam estruturalmente o que Rancière classifica de uma lógica do desentendimento.

O desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam (...). Diz respeito menos à argumentação que ao argumentável, à presença ou ausência de um objeto comum entre um X e um Y. Diz respeito à apresentação sensível desse comum, à própria qualidade dos interlocutores em apresentá-lo. (...) As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto (Rancière, 1996: 13).

Em primeiro lugar, quanto a este ponto, cabe-nos a tarefa de delimitar um campo de sentido ao que é entendido como uma situação de desentendimento. Rancière antecipa que não seria de maneira nenhuma um caso de desconhecimento ou de ignorância em relação aos elementos envolvidos em determinado evento comunicativo. O desentendimento também não seria provindo de uma situação de imprecisão ou má utilização dos recursos da língua, produzindo um mal-entendido. Os casos de desentendimento são aqueles em que esteja em questão a existência de um palco comum onde as partes do litígio possam debater.

Para analisar a estrutura do desentendimento fundadora da palavra política recorreremos ao pensamento do fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, Michel Pêcheux. Filósofo de formação, não se preocupou em destacar uma entre as demais disciplinas das ciências humanas, optando por encontrá-las nos nós das questões (Mazière: 2005: 48). Eni Orlandi (Unicamp), pós-doutora pela Université de Paris VII e um dos nomes mais representativos da corrente de pesquisas inspiradas pela obra de

Pêcheux no Brasil, lembra que em sua trajetória intelectual o francês propôs “uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito, exercendo com esmero a arte de refletir nos entremeios” (2006: 7). Para ele, poderiam ser categorizados dois tipos de universos discursivos como espaços de explicação dos fenômenos e de sua relação com o real: os espaços discursivos logicamente estabilizados e os não logicamente estabilizados (Sargentini; Silva, 2005: 86). Dos primeiros fariam parte as formações discursivas relacionadas às ciências naturais, à matemática e aos domínios que excluiriam as possibilidades interpretativas dos métodos empregados para confirmar suas hipóteses e alcançar seus resultados objetivos. Os enunciados produzidos nestas faixas zonais estabilizadas refletem propriedades estruturais independentes de sua enunciação, ou seja, invariáveis e comprovadas por técnicas empíricas e pela objetividade factual. A linguagem, na descrição destes domínios do real, é empregada de modo a facilitar a intercompreensão, numa utilização das palavras tão clara e enxuta quanto possível. As proposições matemáticas, por exemplo, permanecem sólidas mesmo exteriormente às suas materialidades discursivas. Há um regime lógico com efeitos imediatos no real, exterior à humanidade, de abrangência que ultrapassa os limites físicos dos corpos falantes de capacidades enunciativas que fazem deles centrais e determinantes no outro espaço discursivo delineado, não logicamente estabilizado. Nos espaços discursivos desestabilizados, ao contrário, a interpretação é inevitável, pois está diretamente implicada na constituição dos sujeitos da enunciação e na relação com o contexto extraverbal do ato de linguagem.

O discurso político talvez possa ser a ordem discursiva mais representativa do domínio não logicamente estabilizado, ou, indo além, a substância que impregna os espaços discursivos onde o real é objeto de variadas interpretações, em que se faz necessária uma abordagem que considere a relatividade da verdade e a subordinação dos enunciados às suas condições e contextos de enunciação. Neste terreno as palavras perdem os esforços facilitadores da intercompreensão e muitas vezes, em direção oposta, voltam-se aos sistemas interiores de significação, construindo a necessidade de uma tradução por peritos para os não iniciados ou excluídos de determinado campo discursivo de atividade, resguardando o domínio intelectual e o controle dos dispositivos de poder do campo, obtendo legitimidade pela autoridade conferida pelos seus pares. Neste espaço discursivo, como Foucault demonstrou, o poder e o saber possuem uma relação de maior evidência, mais fácil de explicitar e estudar do que os

discursos que independem da maneira como são enunciados, com uma margem de sentido menos instável e deslizando.

Quando fiz meus estudos, por volta dos anos 50-55, um dos problemas que se colocava era o do estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podia veicular. (...) se perguntarmos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado? Não será muito grande a exigência para uma explicação possível? (Foucault, 1979: 4).

À altura Foucault propôs que uma ciência que tivesse um perfil epistemológico pouco definido permitiria um estudo mais viável e com conclusões mais claras sobre o entrelaçamento entre o poder e o saber. Sua pesquisa acolheu a psiquiatria, por ser ela uma atividade diretamente relacionada às instituições, processos regulamentares e suas exigências econômicas e políticas.

As ciências sociais e suas técnicas necessitam do dispositivo lingüístico para suavizar a ligação visceral com a ideologia naturalizada pela fala, um dos instrumentos fundamentais da manutenção das estruturas dos meios de produção. As hegemonias sempre buscaram atrelar estas ciências ao estatuto das ciências naturais, suprimindo a ideologia presente na própria definição dos objetos das ciências humanas, sobretudo na ciência política. A inevitabilidade da hermenêutica nas ciências sociais confere um escorregadio estado de instabilidade aos seus enunciados. Não há uma concretude comprovativa dos enunciados, pois a condição relacional dos pólos enunciadore altera a proposição dos enunciados que compõem as ordens discursivas das ciências humanas.

O estudo do discurso político exige o trabalho em instâncias epistemológicas em que se faz indispensável abordar o espaço onde a técnica e as exatidões, apesar de presentes, não têm capacidade de anular o acontecimento e a essência interpretativa de seu funcionamento. No discurso político há um contexto extraverbal influenciando permanentemente na configuração das situações de fala, os enunciados nunca funcionam “soltos”, independentes de seus sujeitos de enunciação, significando genericamente experiências do campo real; estão implicados nas condições de enunciação, na ligação estratégica dos sujeitos partícipes aos objetos envolvidos nos atos de linguagem.

Mesmo em situações genéricas de comunicação não necessariamente política, as relações de poder aparecem nas diferenças sociais entre os participantes do evento comunicativo, estabelecendo a base ideológica que a análise de discursos objetiva “ler”

na superfície equívoca, cerrada e heterogênea dos textos. Esta preocupação central da análise de discursos não significa

invocar a fatalidade de uma lei do poder que sempre selaria, por antecedência, a língua da comunicação e marcaria com sua violência toda racionalidade argumentativa. É dizer, apenas, que essa racionalidade política da argumentação nunca pode ser a mera explicitação do que falar quer dizer. Submeter os enunciados às condições de sua validade é colocar em litígio o modo como cada uma das partes participa do *logos* (Rancière, 1996: 57).

A racionalidade do diálogo político, portanto, encontra-se ligada indissociavelmente à posição dos sujeitos no evento gerador da situação comunicacional da qual participam. A forma com que os modos de subjetivação são engendrados está em relação direta com a disposição dos corpos falantes na realidade sensível e na maneira como apreendem e são apreendidos na heterogeneidade de uma ordem lógica comum. Se a constituição discursiva no campo das ciências humanas está marcada pelas dificuldades inerentes ao fato da formulação enunciativa partir dos próprios sujeitos dos quais ela trata, cuja condição subjetiva deixa marcas na superfície textual dos enunciados produzidos, na discursividade política verificamos a duplicação das dificuldades, pois somada à complexidade existente nos discursos das ciências sociais, a especificidade do discurso político ainda implica na divisão entre o que Rancière designa de uma língua dos problemas e uma língua das ordens.

A análise do discurso nos permite ler no estabelecimento formal de uma língua dos problemas uma língua das ordens, esta normalmente oculta em relação àquela. Socialmente é de bom tom, na lógica compartilhada pelos agentes do campo político, que o discurso político, ao ser apresentado em público, explicita na medida do possível a língua dos problemas, deixando a língua das ordens para os bastidores. Na exposição dos programas políticos, nas falas públicas da política, e mesmo na propaganda eleitoral, normalmente temos acesso ao discurso que problematiza as necessidades dos setores componentes da política: a saúde, a educação, a segurança, o orçamento e daí por diante, base para a exposição de uma língua dos problemas. Os sujeitos políticos expõem seus pontos de vista acerca dos problemas da sociedade, esforçando-se para deixar em segundo plano os passos necessários para a promoção de suas trajetórias pessoais na malha hierárquica do sistema político. Isto significa que, no interior dos textos políticos cujas superfícies explicitam a racionalidade técnica explicativa dos mecanismos dos diversos campos abarcados pelo discurso político (economia,

agricultura, infra-estrutura etc.), podemos aplicar uma prática de leitura que explicita as marcas do poder nos textos, a chave para a articulação entre os comportamentos políticos e os comportamentos verbais. O texto político é o lugar de duas ordens discursivas: as estruturas superficiais, manifestadas pela exposição clara e objetiva de problemas comuns à comunidade política (educação, emprego, transportes etc.), e as estruturas profundas, onde a língua das ordens indica a relação entre os sujeitos da enunciação e seus enunciados, revelando uma problemática intrínseca às situações de comunicação.

Conforme dissemos, não é comum que os discursos políticos explicitem em suas superfícies textuais aspectos dos intestinos do poder, a não ser em acusações de abuso de poder por parte de adversários políticos. Normalmente aspectos de poder ficam em posição secundária na produção textual dos sujeitos políticos, pelo menos em discursos públicos. Revelá-los significa embrenhar-se em zonas de risco, onde a previsibilidade da estrutura conferida pelo seu papel social é interrompida pela ocorrência de um componente não previsto no discurso, podendo gerar uma desestruturação na solidez de sua configuração de sujeito político, permitindo aos adversários novas possibilidades de intervenção discursiva, potencialmente servindo de munição contra o enunciador que pôs em regime de visibilidade tal aspecto oculto de poder.

Uma consequência imediata desta dupla estrutura do discurso político é a cautela que geralmente parece exagerada por parte dos políticos na articulação de suas falas públicas. A escolha cuidadosa das palavras e a conservação de formas consagradas de exposição de problemas podem ser explicadas pelo fato do discurso político transitar em zonas de risco em que qualquer deslize ou mal-entendido é imediatamente utilizado contra o autor do enunciado gerador de ruídos na comunicação. A linguagem política mergulha, portanto, na imprecisão obscura das palavras, no falatório vazio dos políticos e na impossibilidade de uma transparência completa (Miguel, 2001: 66). Parece-nos, entre outros fatores, que as reservas em torno da fala do poder, em seus mecanismos de rarefação discursiva, são responsáveis pela constituição de situações de comunicação política onde o texto enunciado praticamente perde todo o efeito se estiver dissociado do contexto de sua enunciação. A fala vazia dos políticos muitas vezes está a mandar recados velados aos agentes políticos, em mensagens verbais ou plantadas na imprensa, que podem nada significar ao público.

Parece-nos então que a fala oca da política institucional relaciona-se diretamente aos riscos implicados na entrada em uma zona discursiva não prevista, que pode “abrir”

caminhos discursivos inesperados, prejudiciais aos interesses dos sujeitos políticos. Revelado nas profundezas textuais do discurso, o poder está na diferença das partes que deliberam sobre o comum, num contexto em que a própria designação de seus papéis sociais interfere na deliberação. Entretanto, esta diferença só funciona com a igualdade, ou com a lógica igualitária examinada na primeira subseção do presente capítulo. O poder, apesar de revelador de uma diferença fundamental na qualidade dos seres falantes que deliberam sobre o comum, depende da suposição de uma igualdade para que tenha êxito como dispositivo lógico de organização da ordem policial. Conforme exposto, o diálogo político nasce da confluência entre a distribuição desigualitária dos corpos falantes na superfície social, de um lado, e o princípio geral da igualdade, de outro, a única condição não volátil da política. Ao confluírem, as duas lógicas, do poder e da igualdade, produzirão as estruturas de significado com margem suficiente para uma desestruturação na ordem do visível e do dizível que caracteriza a subjetivação política.

Antes do *logos* que discute sobre o útil e o nocivo, há o *logos* que ordena e confere o direito de ordenar. Mas esse *logos* primeiro já está mordido por uma contradição primeira. Há ordem na sociedade porque uns mandam e os outros obedecem. Mas, para obedecer a uma ordem, são necessárias pelo menos duas coisas: deve-se compreender a ordem e deve-se compreender que é preciso obedecer-lhe. E, para fazer isso, é preciso você já ser o igual daquele que manda. É essa igualdade que corrói toda ordem natural (Rancière, 1996: 31).

Para que haja intercompreensão entre os corpos falantes a respeito da lógica comunitária, e a distribuição das parcelas do sensível obedeça à proporção das partes em seu valor para o todo, é necessário que os inferiores compartilhem da mesma racionalidade dos superiores. Na Grécia de Platão, a geometria só era ensinada aos filhos das elites, pois ela dava a noção da proporção valorativa das classes. Ao fazer o escravo de Ménon descobrir a regra da duplicação do quadrado, Sócrates mostra que ele participava do mesmo regime de inteligência, apesar disso não permitir-lhe nenhuma forma de inclusão social. Capacidade de compreensão de um *logos*, sem possuir a capacidade do *logos*, nos termos de Rancière (*id. ibid.* p. 32). A desigualdade, portanto, só é possível por causa da igualdade. Para que a ordem social seja organizada segundo uma distribuição hierárquica de posições funcionais e poderes, é necessário que uma mesma racionalidade reine entre ricos e pobres, chefes e subordinados. Em suma, a “desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes” (*id. ibid.* p. 60). Para que os inferiores compreendam e respeitem a ordem da

hierarquia, ou seja, de uma divisão desigualitária do sensível, é preciso que sejam iguais. A desigualdade da ordem policial só é possível, portanto, pela grandeza da virtualidade igualitária que interrompe a simples regulação aritmética das trocas e reparações. Essa igualdade que suspende a aritmética jurídica é a irrupção de um incomensurável na ordem policial que produz uma multiplicidade de modos não previstos de subjetivação política, sujeitos de uma diversidade de litígios agregados sob a denominação de *povo*. A igualdade não fundamenta nenhuma geometria, visto que a liberdade do povo é uma propriedade vazia, e que o povo é um múltiplo de ausências de parcela geradas pela contingência da ordem social. Porquanto os liberais não se cansam de alertar para os efeitos nocivos de uma igualdade artificial que contraria a diferença intrínseca entre os homens, ao passo que a tradição marxista aponta na igualdade a propriedade limitante da expansão desenfreada da aritmética mercante, o que nos interessa aqui é ressaltar que a igualdade é indissociável da organização policial, para num segundo momento relacionar a partilha do sensível a um estatuto estético fundamental da política.

A cena política é a dramaturgia da comunidade litigiosa que não pode se identificar com um modelo de comunicação regido por uma linguagem comum, porque o que está em jogo são justamente os modos de nomear o sensível, as relações de correspondência entre o visível e o enunciável; não tanto determinar se a linguagem e os objetos designados por ela são legítimos, mas se os seres falantes que a enunciam estão produzindo discurso ou ruído. Toda situação de interlocução política já se encontra marcada pelas dificuldades envolvidas na legitimidade conferida aos seres falantes enquanto pólos enunciadores. Podemos identificar duas maneiras de compreensão da problemática das situações argumentativas: a primeira forma partiria da idéia de comunidade, do estabelecimento de uma língua naturalizada das ordens como língua comum; os superiores hierárquicos imporiam uma linguagem comum como língua das ordens a ser obedecida, quando a idéia de um universal da língua representaria nada mais que um artifício para mascarar a diversidade de idiomas de poder; a segunda forma raciocinaria de forma inversa, partindo da não-comunidade, da diversidade de linguagens em direção à unificação de uma língua comum, isto é, ainda que os agentes de dominação insistam na existência de duas línguas, dividindo a comunidade entre os que mandam e os que obedecem, entre os que fazem discurso e os que produzem ruído, haveria somente uma mesma linguagem, compreendida pelos inferiores ou subalternos ainda que contra a vontade dos mandatários.

A afirmação de um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não-comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser (Rancière, 1996: 66).

A ordem policial manifesta a desigualdade entre os corpos, embora dependa da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Através da utilização da palavra em conformidade à lógica institucional de cada época, os corpos falantes abrem brechas discursivas que possibilitam um remanejamento nos termos da organização do sensível. Pela palavra os seres falantes operam redistribuições, deslocamentos, ganhos, perdas e usurpações dos quinhões pertencentes a cada um, situando-se num espaço entre a definição de seus papéis sociais, que lhes conferem uma variedade limitada de opções discursivas, e o acontecimento provindo da ruptura que o verbo pode ocasionar, reconfigurando um estado de coisas, produzindo uma transferência de parcela. Assim conquistam-se cargos, ganham-se eleições, amealham-se fortunas, muda-se a lei, adquirem-se direitos; na operação estratégica da palavra dentro dos limites lógicos convencionados pelo contrato social. Mais do que solucionar panes de linguagem e aproximar línguas distintas, ou impor línguas específicas como idiomas de poder a serem entendidos e obedecidos, a intervenção da palavra política mescla o argumentativo e o poético, em arranjos de composição mais ou menos instáveis entre a tradição e a invenção, entre a previsibilidade de um papel determinado e o golpe de força do imprevisto que manifesta mundos estéticos litigiosos. Ao mesmo tempo, a polícia é o regime de visibilidade em que cada corpo, de acordo com seu lugar e função, se encontra investido e capacitado de determinada maneira de falar, de agir e de ser. Desta maneira, antes de serem definidas pelos jogos de linguagem na superfície policial, as estratificações sociais estão firmadas, em suas respectivas segmentações, numa determinada configuração do sensível diretamente relacionada às materialidades dos modos de reprodução das relações de produção.

A determinação da divisão social do trabalho, que insere cada um em lugar específico na maquinaria da produção, função última da ordem policial, só pode ser efetivada através de mecanismos ideológicos que funcionam como práticas materiais que naturalizam os lugares determinados para cada ator social na produção (Albuquerque, 1985: 8). Nesta direção apontaram as investigações althusserianas a

respeito dos aparelhos ideológicos de estado, mostrando que os conhecimentos, técnicas e conveniências aprendidas na escola estão relacionadas aos postos que determinado corpo falante esteja destinado a ocupar na divisão social-técnica do trabalho, e que a reprodução da força de trabalho exige, simultaneamente à reprodução da qualificação, a reprodução da submissão às normas da ordem vigente. Por ora não nos aprofundaremos nos mecanismos ideológicos, cuja análise em consonância com o discurso político será realizada no segundo capítulo; apenas lembramos que Louis Althusser apontou para o fato de que a dominação de classe também é exercida numa dimensão da palavra.

Na designação dos estratos integrantes do sensível, anterior à lógica distributiva da ordem policial, está o fundamento da qualidade estética da política, que tem adquirido vulto significativo na passagem para os modos de representação pelos quais as formas políticas têm sido traduzidas e difundidas na pós-modernidade. Para Rancière “a política moderna existe pela multiplicação dos mundos comuns/litigiosos passíveis de ser extraídos da superfície das atividades e das ordens sociais” (*id. ibid.* p. 69). A igualdade virtual extrai da superfície policial e nomeia as ausências de parcela que formatam os litígios em torno das formas de enunciar a alteridade no seio da comunidade.

Para compreender as formas contemporâneas que definem a comunidade estética e sua expressão política, é necessário ir um pouco além da concepção foucaultiana de “polícia” como gestão populacional, isto é, os dispositivos e técnicas de governabilidade das instituições por onde os corpos passarão nas diferentes fases da vida (escolas, corporações, organismos judiciários, hospitais etc.), as tecnologias disciplinares que atuam sobre os corpos no objetivo de maximizar e aperfeiçoar sua produtividade e utilidade econômica. Nos termos de Rancière, a polícia “não é tanto uma ‘disciplinarização’ dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas”:

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (Rancière, 1996: 42).

Entre a linguagem legitimada daqueles que validaram sua palavra política pelos ritos sociais, e o ruído dos homens sem direito à legitimidade da palavra política, não há evento de troca lingüística que possa se constituir, nem regras e códigos para a discussão. Esse veredicto “não reflete apenas a obstinação dos dominantes ou sua cegueira ideológica, mas exprime estritamente a ordem do sensível que organiza sua dominação, que é essa própria dominação” (*id. ibid.* p. 37). Foucault (1999: 44) também aborda o assunto ao pensar os rituais da palavra e a formação e legitimação dos “grupos doutrinários”, numa concepção afinada às teorias do movimento estruturalista. Atribuindo os procedimentos preferenciais de sujeição do discurso aos mecanismos sistêmicos de apropriação dos saberes e poderes, o autor focaliza “uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam”, em sistemas de distribuição das variadas instâncias discursivas pelas categorias sociais em que estejam alocados os sujeitos falantes.

Neste ponto da reflexão faz-se necessário introduzir o que Rancière classificou oportunamente de “partilha do sensível”, o conjunto dos modos de sentir socialmente compartilhados representado pela estética. A multiplicidade de regimes de composições e litígios sobre-impressos na superfície policial num mundo comum é a determinação simultânea de uma convivência e de uma divisão: compartilhamento do espaço comum e ao mesmo tempo partilha dele em parcelas de propriedade, formalizando a constituição estética da comunidade:

Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição dos quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (Rancière, 1995: 7).

A noção de democracia, assim como os discursos a ela relacionados, defensores da igualdade dos direitos políticos dos cidadãos, a um só tempo são também discursos que falam de um “estar junto instável” em que a diferença não pode ser suprimida, na interpretação de Cezar Migliorin (2007). O autor conceitua a expressão igualdade dissensual para pensar a estética nos modos de visibilidade em sua relação com o campo do enunciável.

Nossa hipótese é de um empobrecimento das vias irrigadoras da discursividade política, com um deslocamento dos modos discursivos para as formas visíveis, com as

evidências sobrepondo-se ao racionalismo. O discurso político esvazia o campo do enunciável, do dizível, dos modos de dizer, e se incorpora ao suporte midiaticizado para ter em franca ascendência o estabelecimento de códigos e chaves culturais de sentido voltadas a um campo da visibilidade, para os modos de ver. O campo da dizibilidade perde inteligibilidade, na apreensão do significado político, para o terreno da visibilidade. Gilles Deleuze falou das camadas sedimentares dos estratos históricos, compostas de “empiricidades, de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e campos de legibilidade, de conteúdos e de expressões” (1991: 57). Na virtualidade de uma comunidade estética impressa na superfície policial, os corpos falantes fazem sua repartição entre o visível e o enunciável. Esta dimensão é descrita por Rancière como a de um recorte autônomo do sensível, cuja demonstração não é outra coisa que uma estética da manifestação:

[Um] recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do grito que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem a competência para dizer sobre o que é visto, de quem têm competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (Rancière, 2005: 14).

Afora a relação imemorable da estética com a política, nossa época é aquela em que a estética, em sua identificação cultural com formas ligadas à individualidade e autenticidade, assume a hegemonia na estrutura lógica dos dispositivos políticos determinantes da divisão do sensível. Hoje, a preponderância de regimes visuais suga a política, tradicionalmente discursiva, para formações não-discursivas, em formas visuais de expressão intermediadas pela mídia corporativa em sua aparente assepsia ideológica. Os espaços públicos de enunciação sobre a cena política encolhem e a mídia se estabelece como principal mediadora do conteúdo político, pasteurizando a narrativa do escândalo em um formato de comunicação política que tem na conexão com os afetos da população uma eficaz tecnologia de poder.

Os discursos do eleitorado reproduzem, em boa parte do tempo, as narrativas midiáticas, na variedade pastichizada de suas construções. No campo da prática social, entretanto, onde as pessoas realizam suas atividades e necessariamente se colocam ideologicamente, ainda que disso não se dêem conta, a discursividade encontra-se enfraquecida e a zona da visibilidade passa a ser majoritária como legibilidade do comum. A igualdade dissensual da comunidade política assume modos estéticos de

expressão, o que significa que na prática social a forma de se colocar ideologicamente não é tanto discursiva, mas estética. O espaço discursivo das pessoas em relação à política institucional (dos partidos e do governo), na contramão deste processo, fica ancorado numa base discursiva empobrecida, vazia, quase inexistente para a maior parte das pessoas.

Um fenômeno surge no contexto da convergência de dois sintomas. O primeiro sintoma é que a produção moderna de subjetividades parece afastar-se da política e do constrangimento de seus apelos coletivistas. A publicidade e as mídias promovem, a reboque do mercado, a profusão de segmentações de modelos customizados de estilos e modos de ser, ligados ao consumo e aos significantes de liberdade, prazer e felicidade. O segundo sintoma é: a inteligência tática da hegemonia, do Império de que falam Negri e Hardt (2006), é a substância política nas formatações hodiernas da comunidade estética. A política abandona gradualmente o palavrório para se agenciar com formas estéticas, onde o *logos* se funde ao *ethos* e *pathos*, os afetos despertados pelos modos de ver direcionam-se ao centro da racionalidade política cotidiana. O fenômeno que surge da convergência entre os dois fatores explicitados é a estética enquanto verdadeira “alteridade” para a dimensão cognitiva (Sodré, 2006: 108). A estética, apesar de modernamente estar compreendida a modelos auto-referenciais narcísicos — de escolhas individuais entre “estilos de vida” segmentados pelo mercado —, está mais próxima à alteridade radical da afirmação política no campo do sensível.

A política não sofreu, recentemente, a desgraça de ser estetizada ou espetacularizada. A configuração estética na qual se inscreve a palavra do ser falante sempre constituiu o próprio cerne do litígio que a política vem inscrever na ordem policial. Isso mostra o quanto é falso identificar a “estética” ao campo da “auto-referencialidade” que desconcertaria a lógica da interlocução. A estética é, ao contrário, o que coloca em comunicação regimes separados de expressão. O que é verdade, em contrapartida, é que a história moderna das formas da política está ligada às mutações que fizeram a estética aparecer como divisão do sensível e discurso sobre o sensível (Rancière, 1996: 68).

A estética consolida-se como substância compensatória da moderna política liberal para preencher os vazios produzidos pela secularização da vida social, fenômeno histórico pelo qual crenças e instituições religiosas se convertem em doutrinas e instituições laicas (Sodré, 2006: 159). Nas suas formas atuais de expressão, a estética é a arena em que se formatam as subjetividades políticas. Ainda que enquanto discurso sobre o sensível esteja relacionada a afirmações categóricas pela ausência da política, ou

por sua configuração caracterizada pela corrupção escandalosa, nas suas materialidades a estética expressa o posicionamento político hegemônico. Hegemonia das formatações eleitoreiras que, construídas a partir dos mecanismos de gestão do afeto — operados pelo *marketing* e pelas mídias num campo imagético —, consolidam a ideologia majoritária de nosso tempo, apesar do discurso amplamente difundido do “fim das ideologias”. Proclamada pelos seus defensores e adeptos como “anti-política”, a estética é a face atual da política, sua forma de expressão, seu elo comunicativo com o eleitorado.

Desde a Grécia antiga, conforme nos ensina Muniz Sodré (2006: 126), tornar-se visível no espaço comum, o que exige a intervenção dos sentidos, estava na base da atividade política. Não através da gerência dos efeitos de práticas destinadas à interação com as faculdades sensoriais, no desenvolvimento produtivo e tecnicizado de mecanismos permissivos de margens de controle da previsibilidade nas orientações morais das formações discursivas, das quais resultam as tendências eleitorais dos votantes, como observamos atualmente; mas pela divisão do sensível, que definia os incluídos e excluídos da sociedade, pelas formas de visibilidade e dizibilidade institucionalizadas com e pelas quais interagiam. A estética originária essencial do fenômeno político, em termos conceituais, deve ser separada, num primeiro momento, da estetização espetacular da comunicação social massificada da “idade média” (Rubim, 2000). A estética, da forma como a entendemos, como algo que advém de um reconhecimento sensível-sensorial, está “cada vez mais presente na vida e nos embates ideológicos da contemporaneidade, como um terreno privilegiado ou uma espécie de teatro para as manifestações dos fantasmas de desencanto com a história” (Sodré, 2006: 12).

No segundo capítulo formalizaremos a escolha metodológica da análise do discurso e traçaremos um breve resumo das principais diretrizes deste ramo dos estudos de linguagem. Antes disso, porém, propomos nos lançar, na terceira subseção deste primeiro capítulo, no problema da constituição política na imanência das práticas não-discursivas complementares à linguagem, isto é, os efeitos performativos das encenações no processo de validação da palavra política nas disputas de poder.

Estudaremos os mecanismos de legitimação social da palavra política na ordem policial. Para tal parece-nos indispensável o conceito de poder, como “o que faz pulsar toda relação, seja no âmbito dos posicionamentos, seja no âmbito do funcionamento das práticas comunicativas” (Emediato, 2008: 73). Emediato fala do poder como uma

energia que percorre todo o campo social, e ressalta que, sob o enfoque da análise do discurso, a questão do poder deve ser pensada dentro das próprias condições em que o discurso é construído, negociado e legitimado. Na última subseção do primeiro capítulo, teremos uma visão amplificada da multiplicidade de processos de comunicação política ocorrendo em ampla variedade de composições subjetivas, possibilidades enunciativas e estratégias discursivas. Neste ponto se mostra relevante um exame da exterioridade, dos contextos extraverbais presentes nas práticas políticas, em que julgamos necessária a investigação das condições materiais de produção do discurso no interior da ampla gama de interações entre as forças políticas. Estaremos atentos à dimensão de uma ancoragem social do discurso, correspondente ao funcionamento e às convenções de validação dos atos de linguagem nas interações comunicativas (Emediato, 2008: 71).

A limitação de espaço de uma dissertação e a necessidade de ajustamento ao campo da comunicação social são fatores que circunscrevem nossa pesquisa ao estudo intertextual das representações virtuais da política, em suas narratividades e interdiscursividades manifestadas e constitutivas — sem abrir mão das contribuições de outras áreas das ciências sociais, como a filosofia, a psicologia e a história —, nos possibilitando entender a convergência de fatores que produziu, sob a forma do escândalo político, os episódios da crise de corrupção que assolou o governo Lula a partir de maio de 2005 e pautou a agenda da mídia, a campanha presidencial do ano seguinte e os discursos políticos da população.

Wilson Gomes lembra que a área de pesquisas em comunicação política revela timidez na análise do jogo político regular. Aspectos internos da prática política, tais como acordos, barganhas, retaliações, compensações e negociações, embora fundamentais ao entendimento da mecânica política e de suas limitações, ficariam subordinados em relação aos aspectos diretamente referentes à interface da política com a comunicação — como a política de imagem e a espetacularização. O campo da comunicação política está mais voltado aos estudos de recepção e dos efeitos da mídia, às análises eleitorais a partir de enquadramentos da cobertura jornalística e aos aspectos midiáticos em geral, em detrimento de análises das composições de força dos agentes políticos, isto é, a luta dos bastidores, a atividade dos gabinetes que se resguarda “dos modos de exibição das indústrias da informação e do entretenimento”, ainda que tenha impacto na definição das estratégias de *marketing* político (Gomes, 2004: 85).

A política fora de cena a qual estamos nos referindo não pode ser pensada indissociavelmente do conceito do poder; é o que objetivamos evidenciar na próxima

subseção. A lógica do exercício da *realpolitik* não costuma encontrar correspondência efetiva com os discursos guiados pela racionalidade do bem confeccionados pela propaganda e programas políticos; encontra-se integralmente permeada pelos efeitos do poder, este que, embora esteja oculto sob a tessitura dos discursos sociais, bombeia energia do circuito externo (âmbito da ação política) para o circuito interno da mediação lingüística entre os seres falantes partícipes do processo político.

Antes de começarmos o estudo do conceito de poder, lembramos a posição de Rancière de que pensar em termos de tecnologias de poder pressupõe colocar em segundo plano o espaço próprio da política como conformação conflituosa do comum. Nossa posição acata a diferença que Rancière estabelece entre polícia e política, sendo favorável a um exame da totalidade da estrutura de regulação policial, que a nosso ver pode ser auxiliado pela adoção do conceito de poder tal qual em Foucault, como dispositivo móvel, efeito de interações efetivadas no campo político onde forças medem-se, para em seguida comporem-se ou confrontarem-se.

1.3. Poder, linguagem e ação política

O poder não é uma instituição, e não é uma estrutura, nem uma certa potência de que alguns estariam dotados; é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Michel Foucault

Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault afirma que a questão do poder ainda não recebeu uma atenção teórica proporcional à sua importância, dando um passo significativo para melhor entender o que é esta “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder” (1979: 44). Foucault avisa que “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (1979: 45). Para pensar a esfera da produção biolítica na trilha analítica de autores como Hardt e Negri, o poder deve ser entendido como aquilo que regula a vida social por dentro, não no sentido de uma submissão a formas de controle explicitamente ideológicas, mas na própria materialidade das práticas sociais, em seus processos

produtivos que necessariamente implicam em interpretações, construções e rearticulações das configurações políticas e sociais. O poder se constitui ao adquirir comando efetivo sobre a vida total da população, “quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade” (2006: 43).

A “polícia” é o conjunto das técnicas e práticas e os discursos dela derivados, utilizados da administração dos processos reprodutivos do organismo social: abarca tudo, não deixando ninguém ou nada fora de seu domínio. O poder, neste contexto, pode ser compreendido como a substância imaterial que permeia e confere sentido às complexas dinâmicas de permutas e interações que se desenvolvem entre os seres falantes na organização da comunidade social. Como foi exposto no primeiro capítulo, Rancière opõe a polícia à política, mostrando como apesar da primeira ser identificada com o nome da segunda, a política é a lógica igualitária que intervém e desestabiliza as demarcações, arranjos distributivos e a manutenção das posições sociais em seus respectivos quinhões de poder e nomeações legitimadoras. Sob esta perspectiva o campo social é entendido como um espaço de posições e um emaranhado de trajetórias, numa concepção mapeada das relações entre pessoas e das oportunidades e regimes de exclusão a que são submetidas de acordo com sua posição funcional no sistema. A partir deste complexo interativo, a linguagem é manipulada no intuito de interferir na materialidade da malha policial, na constituição das discursividades políticas que compõem estratégias discursivas para a consecução da ação política dentro do campo de interação.

Neste contexto não pode deixar de ser evidenciado o caráter relacional do poder sempre em disputa; dotado de mobilidade, não se encontra substancialmente identificado a indivíduos ou instituições; Foucault diria que há o princípio de um deslocamento sem cessar reposto em jogo.

Michel Foucault, ao afirmar o caráter relacional do poder, agora formulado como relações que se disseminam por toda a tessitura social, como complexa rede de dispositivos e mecanismos da qual nada ou ninguém escapa, tornou possível localizar o poder não em um ponto específico da estrutura societária — por exemplo, o Estado —, pensá-lo não como algo coisificado, objeto que se possui, sem mais. O poder emerge aqui como relação de força, como prática que se exerce em disputa (Rubim, 2000: 9).

Para Foucault, a fragilidade em torno do conceito de poder transcenderia as divergências ideológicas, podendo ser encontrada tanto nos discursos conservadores, da

imprecisamente denominada “direita”, como também nos discursos da “esquerda”. Para o autor, a direita restringiria a problemática do poder em termos jurídicos, relacionados à soberania, leis, constituição e demais aspectos identificados com o direito. Já pelo lado do marxismo, o olhar sobre o poder ficaria limitado ao aparelho do Estado e à dominação de classe. A mecânica do poder escapava à análise política dentro de ambos os enfoques, impregnados por diferentes convicções ideológicas. O poder é bem mais complexo, denso e difuso do que um conjunto de leis ou de um aparelho estatal; ele existe também em termos de uma microfísica, nas técnicas cotidianas que parecem desligadas do aparato institucional que associamos instintivamente à esfera da política. Ninguém escapa ao seu domínio, ele se insere nos costumes e até na própria materialidade dos corpos. A concepção de poder que se adota a partir da análise de discursos é, portanto, uma dimensão analítica e estratégica, e não de um poder concreto, imutável e monolítico:

O caráter do poder nas sociedades modernas aparece ligado ao problema de gerir as populações. O poder está implícito nas práticas sociais do dia-a-dia e distribuído em todos os domínios da vida social, na qual está permanentemente engajado, sem se mostrar abertamente. O poder moderno não é imposto de cima por nenhum agente coletivo, como uma classe social ou o Estado, sobre grupos ou indivíduos; ele se desenvolve “de baixo” por meio de certas “microtécnicas” (Pinto, 2001: 4).

Um equívoco grave que Foucault aponta na maioria das análises políticas é a identificação do poder somente com mecanismos repressivos; fosse dessa maneira, ele seria frágil. Mas sua engenhosidade é arrojada, e ele se escora no prazer e no desejo para tudo envolver em seu domínio. O poder “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 1979: 8). O poder insinua-se mais pela sedução do que por cooptação argumentativa ou doutrinação ideológico. Está agenciado ao desejo nas configurações de um sensível cada vez mais instrumentalizado por formas ligadas ao mercado.

Pela ótica da disputa política, o poder pode ser pensado como um maquinário de posições funcionais onde os seres falantes compartilham o mesmo sistema de sentidos e entram na disputa pelos lugares de onde a palavra política é proferida com legitimidade, influenciando na materialidade dos corpos e na distribuição dos recursos. É preciso tomar a

precaução de não identificá-lo com algo exterior, que atuasse sobre um estado de coisas; pois o poder é a própria distribuição das ocupações e funções dos seres falantes no espaço social.

A linguagem, investida do sentido de verdade compartilhado pela comunidade, é o meio de operar deslocamentos entre as posições de poder. É pela palavra que os seres falantes deliberam sobre o sensível, com a autoridade correspondente conferida por cada posição de enunciação, que investe o discurso de um sentido de verdade e de um conseqüente efeito sobre a realidade. O processo de legitimação do discurso necessário para operar na ordem política deve ser compreendido na complementaridade de dois movimentos. Por um lado, os falantes procuram cooperar e se integrar no sistema majoritário das instituições. No caso da política, tentam participar através da legitimidade conferida pela ocupação dos cargos públicos, realizando um movimento de inserção na estrutura policial. Por outro lado, os seres falantes disputarão, sob a virtualidade da igualdade, as posições dentro da estrutura, desenvolvendo o discurso com ferramentas estratégicas que o formatam de um modo extensivo à função comunicante, prevendo ainda os efeitos dos atos de linguagem e a forma de utilizá-los de acordo com interesses políticos específicos que lhe sejam favoráveis.

Falar é cooperar sobre um modelo público de realidade, desenvolver e fazer evoluir ao mesmo tempo o modelo oficialmente comum, em direção a um estado estável. É também entrar em concorrência para tomar o controle do modelo público de realidade, desenvolvendo estratégias para inserir nele suas próprias crenças, valores e atitudes como tendo validade pública e intersubjetiva (Berrendonner *apud* Emediato, 2008: 88).

A presença das relações de poder em qualquer evento interacional entre seres falantes já parece contrariar a idéia de um diálogo “verdadeiro” e transparente, guiado única e exclusivamente por uma racionalidade do interesse coletivo e da justiça. Em tempos de exaltação do *marketing*, do empreendedorismo individual e da liberdade privada, se mesmo nas situações de fala cotidianas os usos e funções da linguagem são mais estratégicos do que propriamente comunicativos; pode-se imaginar a força desta tendência no âmbito do discurso político.

As relações de poder estão presentes em toda a teia de relações humanas, e não é possível colocar-se “fora” delas. Há lugares privilegiados de exercício do poder na sociedade, que são aqueles que garantirão aos seus ocupantes o direito de falar, de proferir verdades, ou seja, a propriedade do discurso. Para Foucault, o poder “torna-se

uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia” (Foucault, 1979: 121).

Nos regimes democráticos liberais o poder político é exercido pela regulamentação legal, a despeito de todos os desvios. Sendo assim, “quase todas as ações políticas, na medida em que permanecem fora da esfera da violência, são realmente realizadas por meio de palavras” (Arendt *apud* Miguel, 2000: 59). É no âmbito da linguagem que se desenvolve a trama política, com seu caráter de enfrentamento se dando em vias discursivas, que configuram o meio onde se desenvolvem as relações necessárias entre os homens para a resolução de questões nas quais esteja em jogo a sorte comum. Falar é antes de tudo deter o poder de falar (Clastres, 1974). A política é em grande medida discurso, “uma luta para saber quem tem o direito de falar publicamente e em nome de quem” (Miguel, 2000: 60).

...o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1971: 10).

Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através dela. A instituição confere o poder de dizer a verdade, desde que essa verdade seja a verdade da instituição. A verdade está atrelada ao poder, sendo produzida como instrumento de legitimação através de discursos, que poderão ou não ser incorporados socialmente. Os discursos desprezados podem perder seu valor de sentido e conseqüentemente a eficácia, se tornando nada mais que palavras ao vento ou representantes materiais de um anacronismo superado. Outros discursos podem ser acolhidos, passando a funcionar como verdadeiros, perdendo seu caráter de “ideológicos” e desligando-se de suas condições sociais de produção.

Cabe ressaltar que todo o exercício de poder necessita de uma função simbólica, expressa na forma de rituais e alegorias; a liturgia da prática política, a formalidade de que se reveste a autoridade para que seja compartilhada pelo imaginário coletivo. Só com um sentido compartilhado pela comunidade a palavra política possui validade, e essa construção de sentidos é reforçada por uma base ritualística sobre a qual os mecanismos da linguagem são ensaiados e têm sua eficácia posta em prova:

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (Foucault, 1971: 39).

A força performativa do corpo permite que ações de caráter simbólico influenciem o real. Para o estudo das encenações discursivas cujas bases lógicas respondem muito mais a regimes estéticos de visibilidade do que a modelos argumentativos nos termos do racionalismo clássico, nos parece de grande valor a contribuição da Teoria Semiolingüística de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, para a problematização da questão dos lugares sociais do discurso, os mecanismos de influência e a regulação nas práticas discursivas (Emediato, 2008). No momento presente de nossa pesquisa, estamos voltados aos modos de racionalidade e aos regimes de inteligibilidade que regem a comunicação política em seus mecanismos de validação enunciativa e produção de efeitos na distribuição policial dos corpos falantes, a partir de dispositivos discursivos constituídos na malha virtual de textualização do político tecida pelas modernas tecnologias de comunicação. Examinamos o modo como os seres humanos, através da linguagem, em seus variados suportes de produção, deliberam sobre o comum e traçam suas estratégias políticas de influência sobre o espaço sensível. Antes de entrarmos na análise discursiva do tecido textual midiático, conforme a determinação circunscritiva de nossa pesquisa ao âmbito da comunicação (em suas vias interdisciplinares irrigadas pelas ciências da linguagem), propomos uma avaliação das situações de troca comunicativa, onde se configuram os condicionamentos discursivos que estarão em jogo nos processos interativos da política. Com base na teoria dos sujeitos da linguagem de Charaudeau (2008), estaremos focados nos circuitos externos dos atos de linguagem, relacionados a um fazer-situacional, ao seja, uma prática política, em contraposição ao circuito interno, em que estará em jogo uma ordem do dizer (ver Anexo A na página 208).

O objetivo é entender o funcionamento imanente da mecânica política, na qual se produzem as materialidades discursivas, onde a determinação de regras enunciativas para a formulação do discurso político, assim como sua orientação estratégica (e sob um ponto de vista histórico, ideológica) são definidas e produzidas segundo a gramática dos

meios de produção e circulação de discursos, cada vez mais estruturados pela lógica midiática.

Antes de mergulhar na heterogeneidade enunciativa da mídia para examinar os modos de representação virtual da política, pretendemos compreender, pela via da diversidade de olhares possíveis a partir de um enfoque multidisciplinar integrado, as condições de produção das materialidades discursivas. A idéia é expor o realismo que rege consensualmente a atividade política fora dos holofotes midiáticos, ou seja, a prática política que antecede às suas representações textuais. Para isso, pode ser interessante trabalhar a idéia de teatro político, numa ótica menos ligada aos recursos estéticos compositores da moldura representacional do quadro político, e mais próxima do sistema de identidades dos sujeitos falantes, em seus mecanismos de incorporação dos papéis enunciativos, com os quais se constrói a “teatralização generalizada da vida comunitária, a partilha de papéis, a metaforização e a figuração das palavras” (Parret *apud* Charaudeau, 2008: 13). O teatro da representação das posições de fala e as encenações dos atos de linguagem evocam a máxima de “que o mundo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não o é” (Goffman *apud* Gomes, 2002: 291).

O trabalho de Charaudeau (2008) clarifica os processos de constituição dos sujeitos da linguagem e a primazia da enunciação sobre o enunciado. Aprofundando a teoria do contrato de comunicação política apresentada em obra anterior (2006), o autor lista os princípios básicos estabelecidos entre os sujeitos nos atos de comunicação: princípios de interação, pertinência, influência e regulação. No primeiro deles, o princípio de interação, estariam pré-definidas as bases identitárias de suas subjetividades, assim como a racionalidade dependente de uma situação de igualdade primeira para o estabelecimento de uma ordem de sentido compartilhada entre chefes e subordinados. Este princípio englobaria ainda o princípio de alteridade, provindo do reconhecimento recíproco desses dois papéis de base, instaurando entre os dois uma espécie de olhar avaliador recíproco que legitima o outro em seu papel de sujeito comunicante, num processo mútuo de interpretação (2008: 14).

O princípio de pertinência determinará se os sujeitos envolvidos no evento comunicacional possuem interesse na comunicação, ou seja, a motivação do ato de linguagem. Para Charaudeau (2008: 21), o ato de linguagem deve ser entendido como uma interação de intencionalidades. O autor aponta para a impossibilidade da

intercompreensão sem as normas e rituais que formam o conjunto compartilhado de saberes sobre o campo discursivo de ocorrência da troca comunicativa.

O princípio de influência trata das intenções dos sujeitos falantes e das estratégias discursivas operadas para a finalidade política conveniente. Finalmente, o princípio de regulação refere-se ao encontro e troca efetiva de fluxos comunicacionais entre os falantes. Próprio ao contexto de visibilidade que determina que se fale sobre o que se vê, é no campo do visível que as estratégias de base são aplicadas. A aceitação ou rejeição do direito de palavra do outro é uma destas estratégias⁶.

Outra estratégia seria “a valorização ou desvalorização do outro, mesmo lhe dando direito à palavra, através de um *trabalho de face*” (Goffman *apud* Charaudeau, 2008: 15). Microgestos e ínfimas oscilações faciais são carregadas de significações que emanam do contato entre sujeito enunciador e sujeito destinatário, nos processos de figuração orientadores da construção de sentido e das identidades subjetivas dos falantes.

Finalmente, no princípio de regulação a subjetividade política seria constituída em discursos que afirmassem “a reivindicação, da parte do sujeito falante, de sua identidade, que pode ser associada a uma identidade coletiva de *nós*, para se diferenciar de outros grupos, ou a uma identidade individual de *eu*, para se diferenciar de todos os outros” (Charaudeau, 2008: 15). Estes seriam, portanto, os princípios de base do ato de linguagem, fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O conjunto de hipóteses teóricas de Charaudeau é representado por figura esquemática⁷ que dispõe a ordem do dizer como um circuito interno, e a ordem do fazer como um circuito externo, permitindo a abordagem da situação comunicativa entre dois seres falantes de um variado leque de perspectivas.

A instância ou quadro situacional é a moldura visível do encontro entre sujeito comunicante e sujeito interpretante, em que dois seres psicossociais se empenham numa situação de comunicação com vistas à conquista — através da validação performativa de sua argumentação no campo de enunciação —, de efeitos reais sobre a materialidade das práticas sociais. A linguagem, na forma de circuito interno, circunscreve de outra maneira os sujeitos, enquanto seres de palavra: um enunciador e outro destinatário. Vale

⁶ Sobre a rejeição a um contrato de comunicação no qual esteja implicada uma racionalidade comum, lembramos que negar racionalidade é estratégia de dominação desde a Antigüidade, e ocorre ainda hoje quando nos oferecem o enquadramento da disputa eleitoral no estilo “corrida de cavalos”, ou quando os institutos de sondagem questionam o que se pensa sobre o futuro político de tal ou qual candidato.

⁷ O quadro teórico da teoria dos sujeitos da linguagem de Charaudeau está reproduzido na figura do Anexo A, ao final da dissertação, na página 201.

lembrar aqui a diferenciação entre ato de linguagem e ato de fala. Enquanto o primeiro engloba a totalidade da encenação linguageira, o segundo fica restrito ao circuito interno do dizer.

A noção de performatividade, também retirada da teoria dos sujeitos da linguagem de Charaudeau, é importante para entender o ato de linguagem na imbricação de seus circuitos interno e externo. O autor prova que a performatividade dos atos de linguagem não é um fenômeno da língua, mas relativo aos mecanismos de encenação da linguagem no campo enunciativo. Cita como exemplo um presidente de sessão que, pronunciando um simples “Bom”, valida o ato enunciativo sem que a fórmula lingüística convencionada o descreva de qualquer modo (2008: 25). O problema da validação nas práticas discursivas é decisivo nos processos de influência e regulação nos jogos de linguagem, e fundamental para os mecanismos de legitimação e credibilidade dos quais depende o exercício do poder em regimes democráticos (Emediato, 2008: 87).

Rancière lembra que “na lógica pragmática, o locutor é obrigado, para o sucesso de sua própria performance, a submetê-la a condições de validade que dependem da intercompreensão. Caso contrário, cai na ‘contradição performativa’, que arruína a força de seu enunciado” (1996: 56). A necessidade dos seres falantes validarem seus discursos numa exterioridade acentua a preocupação da análise de discursos com uma ordem fora da lógica dos enunciados, representada pelo circuito externo da teoria semiolingüística. Enquanto os enunciados científicos se embasam em propriedades absolutas que permitem seu funcionamento autônomo, “puro”, os enunciados de natureza política precisam da validação do meio, na constituição dos sujeitos falantes e das suas relações com as materialidades. A contradição performativa ocorre quando um enunciado encontra-se dissociado de uma correspondência lógica com a posição funcional de seu enunciador, deixando de surtir efeito sobre a configuração do estado material de coisas a que se refere. É o caso dos discursos pronunciados por corpos falantes sem contextualização nos ambientes onde os discursos são propagados, como, por exemplo, na situação de um homem do povo que adentra uma assembléia invocando palavras de justiça contra determinada decisão política; em relação àquele regime discursivo estará em contradição performativa, porque ainda que seus enunciados façam sentido, não possuem a validade de estarem sendo pronunciados por corpo que tenha conquistado o direito de falar, ser ouvido e talvez produzir efeito sobre o espaço comum. O homem será calado ou retirado do recinto, por ação da força legitimada, por estar perturbando a ordem com seus ruídos. Os “políticos” da assembléia em questão

não reconhecerão no homem as propriedades que fariam com que devessem escutá-lo. As forças coercitivas dos grupos doutrinários detentores do poder institucional avaliam ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, um através do outro, conforme a lição de Foucault:

A pertença doutrinária questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis (Foucault, 1999: 42).

No exemplo anterior, apesar do manifestante estar em contradição performativa em relação ao regime próprio à assembléia política em questão, seu protesto pode possuir inteligibilidade política em outro contexto que não o do tribunal que o fez calar. Pode, por exemplo, servir para conscientizar outras pessoas, fazê-las ver algo que não estava visível, expor um litígio e o desejo de nomeá-lo com as palavras da igualdade e da justiça. Neste sentido são construídos os mundos litigiosos da comunidade política, em seus sistemas de linguagem que ora se unificam, ora se separam. A voz que começa em situação de contradição performativa pode, adiante, desenvolver uma encenação performática de argumentos suficiente para produzir efeitos na realidade e conquistar a validação de uma posição enunciativa na ordem política, fazendo coro com a hegemonia ou reforçando um movimento de resistência.

A contradição performativa pode ainda acontecer mesmo quando determinado corpo falante está de posse de discurso convenientemente adequado à sua posição enunciativa dentro do sistema lógico compartilhado pela maioria da comunidade. Neste caso, as atenções estarão voltadas a ele quando o fio do discurso passar por sua boca, que ao se abrir para articular os ruídos que formarão rápida e gradualmente estruturas fonéticas dotadas de sentido, estará procurando a legitimação através da aprovação de seus pares, que poderá ou não ser conferida. Ao falar, o corpo ocupante de determinada posição na ordem social terá a seu lado toda a tradição discursiva relativa aos corpos falantes que no passado exerceram a mesma função, abrindo caminhos e possibilidades por onde o discurso foi ao poucos se naturalizando e passando a integrar o conjunto de ferramentas lingüísticas constitutivas do cargo ou função política em questão. Por outro lado e ao mesmo tempo, o corpo falante poderá introduzir uma brecha na parede discursiva que a estrutura sedimentou ao longo da história, e a partir dessa possibilidade de singularidade introduzir novas questões e efeitos políticos. Retomando o nosso

exemplo, na mesma assembléia onde ocorreu o incidente com o anônimo tumultuante, um orador poderá fazer uso de discurso semelhante ao invocado pelo homem retirado, com a diferença de estar ele em conformidade com o estatuto lógico da racionalidade política vigente. Seu discurso não será entendido como ruído, mas dotado de sentido e de influência sobre o meio, o que, no entanto, não necessariamente o impedirá de eventualmente incorrer na contradição performativa.

O que poderíamos dizer sobre as práticas discursivas não exercidas na deliberação pública (discursos “voltados para fora”), mas realizadas internamente, nas decisões próprias ao campo das hierarquias e arranjos de poder? Alguma consideração poderia ser feita sobre a estrutura política dos bastidores, feita não apenas com os discursos produzidos para gerar efeitos na opinião pública, mas também através das trocas comunicativas diretas entre os agentes políticos e seus efeitos na polícia?

Toda a informação que nos chega sobre a ação política é traduzida pelos filtros midiáticos. A realidade de uma intermediação da mídia na transmissão da informação política para as pessoas não relacionadas ao meio político incentiva diversas correntes acadêmicas a valorizar em suas pesquisas as transformações sociais ocorridas com o advento da comunicação de massa. Sem acesso à realidade da partilha do comum em suas instâncias deliberativas, e sem a possibilidade de uma troca comunicativa real com os atores políticos, é na relação mesma com o texto político produzido na mídia que o cidadão participará discursivamente da comunidade política. Logo, são grandes as possibilidades do surgimento de desconfiança a respeito da lógica midiática em relação às intenções veladas de suas representações, agravada se estiverem sendo utilizados os instrumentos de leitura de textos políticos disponibilizados pela análise do discurso. A análise do discurso serviria então a um desmascaramento? Desde seus primórdios, ela foi animada por querer “desentocar a ideologia oculta” (Mazière, 2005: 63). Ainda que atualmente enfoques mais sofisticados estejam sendo propostos para estudar o discurso político, a perspectiva de explorar as relações entre linguagem, ideologia e poder não foi abandonada.

Ao se pensar conjuntamente as relações entre as materialidades discursivas com a ordem imanente da polícia — regente das regras da vida em sociedade, e a desproporção entre as figuras visíveis e os signos de sua escritura na virtualidade da comunicação massificada, parece-nos que a questão da ideologia fica pronunciada e a opção metodológica pela análise do discurso reforçada. Sua escolha será justificada no começo do segundo capítulo, antes de entrarmos numa breve revisão dos principais

conceitos e composições interdisciplinares, e tentarmos situar historicamente a análise do discurso, seus principais expoentes, e a forma como poderá nos auxiliar como ferramenta múltipla de leitura. As diversas abordagens epistemológicas e metodologias convivem e dialogam em sua diversidade de experiências e diferenças, reunindo esforços para melhor explorar as ordens discursivas e nelas detectar regularidades e processos contributivos para a naturalização de conceituações ideológicas.

Com tudo que foi dito, o discurso não seria um esquema de significações prévias a serem decifradas, cúmplices de nosso conhecimento, não devendo ser entendido no apaziguamento do modelo compartilhado da língua e dos signos. A referência deve ser a da inteligibilidade dos enfrentamentos, dos interesses contrários, da guerra, das estratégias e táticas para atuar nos focos de instabilidade onde o poder está sempre passando de mãos. A relação para a qual devemos atentar é de poder, e não relação de sentido.

O estudo do discurso político será empreendido no próximo capítulo, através dos conceitos da análise de discurso, partindo da base teórica que procuramos delimitar até aqui, da formação dissensual do discurso político às especificidades do campo de enunciação política e da energia do poder que o percorre. Traçaremos o entremeio por onde o fio discursivo, entre a estrutura e o acontecimento, cria a inteligibilidade para a prática política. Quanto a este ponto parece haver uma confrontação entre as diretrizes da semiologia e da análise do discurso. Para Foucault, os estudos semiológicos evitariam o caráter violento da inteligibilidade tática que deveria ser o recurso principal das análises históricas, ao invés do campo simbólico e das estruturas significantes. Pêcheux sinaliza para uma direção semelhante, sugerindo que os sistemas semiológicos não-lingüísticos devem ser postos em relação com os processos sociais não-semiológicos — as relações de força opostas às relações de sentido —, concluindo que neste ponto a noção de “performativo” se revelaria de grande interesse (*apud* Mazière, 2005: 49). Nesta terceira subseção do primeiro capítulo nos esforçamos em evidenciar a importância dos efeitos performativos nas situações de comunicação política, em qualquer âmbito e forma de desenvolvimento.

A seguir, tentaremos vincular a irrupção do escândalo nas formas de textualização do político com a supremacia de um modelo discursivo que entende a política na relação dicotômica entre o modelo apaziguado e platônico do diálogo e o nihilismo dos discursos que festejam o desaparecimento das ideologias.

Seguindo o caminho trilhado por Jacques Rancière, tentaremos retirar a lógica política do encerramento na dualidade das falsas alternativas que “exigem uma escolha entre as luzes da racionalidade comunicativa e as trevas da violência originária ou da diferença irreduzível” (1996: 55). A lógica do desentendimento está afastada tanto do consenso cosmeticamente confeccionado pelas tecnologias virtuais de comunicação — através dos mecanismos do *marketing* aliados aos efeitos eleitorais dos relatórios de pesquisa dos institutos de sondagem — quanto do dano absoluto que molda a fala acerca da política com a monolítica narrativa da crise, não raro proclamando o fim do político, nos canais oficiais de comunicação e principalmente nos discursos dos cidadãos.

Capítulo 2

O discurso político: comunicação e estratégia

A demonstração do direito ou manifestação do justo é refiguração da divisão do sensível. Nos termos de Juergen Habermas, essa demonstração é indissoluvelmente um agir comunicacional que põe em jogo as pretensões de validade de certos enunciados e um agir estratégico que desloca a relação de forças, determinando a admissibilidade dos enunciados como argumentos sobre uma cena comum.

Jacques Rancière

A idéia de um “verdadeiro” diálogo como forma de entendimento racional e consciente, onde os participantes de um processo comunicacional entram com toda a sinceridade, desarmados e sem preconceitos, onde só a “verdade” prevalece e onde as diferenças de poder são momentaneamente postas de lado, é apenas um mito religioso, um “álibi” simpático que esconde a natureza sempre “instrumental” da linguagem e seus usos.

Milton José Pinto

No primeiro capítulo, procuramos atender à necessidade inicial de descrever as restrições estruturais da situação de comunicação política. Apresentamos em linhas gerais o campo de enunciação política, como sistema de relações de forças que têm na linguagem o principal instrumento na disputa pela autoridade do discurso. Ressaltamos a articulação da linguagem com as circunstâncias extraverbais implicadas na produção enunciativa, isto é, as condições exteriores que influem nas materialidades textuais. Com isso pretendemos esboçar a conjuntura de base para desenvolver nosso quadro teórico de análise das estratégias discursivas e dos mecanismos determinantes da ancoragem social do discurso, que definem no teatro público “a cena política, na qual se representam relações de poder segundo os lugares, os papéis e os textos previstos por essa dramaturgia, e a relativa margem de manobra de que dispõem os atores” (Charaudeau, 2006: 52).

Partimos do dano semântico que corrói as representações discursivas da política com a idéia de igualdade, para em seguida esquadrihar o campo de encenação performativa, atentos à assimetria relacional entre os sujeitos, às desigualdades das suas pré-condições argumentativas e à estrutura de desentendimento constituinte do diálogo político. Pretendemos, desta forma, evidenciar a configuração estética que representa o próprio cerne do litígio que a política vem inscrever na ordem policial, litígio de uma

parcela supranumerária que identifica a sua ausência de parte ao nome da comunidade. Litígio impossível de ser mediado por instrumentos jurídicos, ou pela pré-determinação da ordem policial, visto que o dano que sofre o povo está no próprio regime de sua manifestação, na regra mesma de seu aparecer; dano que marca a alteridade estética entre ricos e pobres com a virtualidade da igualdade, fundando os modos de subjetivação política. A subjetivação política, no entender de Charaudeau (2006: 84), faz entremear de modo inextricável racionalidade e afeto, histórias coletivas e pessoais, espaço público e privado. O autor lembra que a opinião política nasce de uma pulsão que brota do fundo da história pessoal de cada um.

É nesse entremeio que propomos analisar o discurso político, em seus sistemas de referência ideológica, na construção imaginária que cada indivíduo faz de sua relação com as condições de reprodução da infra-estrutura socioeconômica em que esteja contextualizado. Pretendemos pensar a ideologia em sua face oficial, amparada pela hegemonia cultural e na forma como ela molda o cotidiano, estando relacionada a fatores biográficos da experiência do indivíduo de abertura ao sistema social, em seus contratos e interações institucionais e nos dispositivos de apropriação discursiva a que se submete.

Traçamos este panorama analítico multidisciplinar para reforçar a evidência do deslocamento de um uso menos comunicativo da linguagem para uma utilização mais estratégica, aspecto próprio aos eventos argumentativos, acentuado no contexto de competitividade política, e fundamental no entendimento de formatos mediatizados, conforme a delimitação estabelecida para a pesquisa. Nosso preâmbulo teórico serviu como introdução para a proposta que será desenvolvida neste segundo capítulo, de analisar o discurso político em suas especificidades, em sua relação com a materialidade das ações políticas e nas metamorfoses que sofre na adaptação às formas da democracia consensual que o envolvem em uma racionalidade das emoções.

Começaremos avaliando as condições envolvidas no estabelecimento de um processo de comunicação política entre seres falantes, em que cada um defende um interesse referente ao contexto extraverbal. Estudaremos os fatores de diferentes ordens que permitem a articulação discursiva que o falante coloca em prova de validação ao confrontar-se com outros discursos no campo da enunciação política.

Percorrendo as instâncias por onde o discurso circula, nosso objetivo mais amplo é identificar num certo senso comum do discurso cotidiano um entendimento da política à luz de um modelo platônico no qual ela seria idealmente um reino de justiça e

intercompreensão entre as partes deliberantes sobre a melhor maneira de gerir o comum. Esta base de entendimento da política, quando confrontada com a prática exercida na realidade, produziria o discurso majoritário da identificação da política com o mal absoluto, das ações corruptas de pessoas mal-intencionadas. Em paralelo, proliferam discursos conectados afetivamente com a esperança do surgimento e ascensão de líderes honestos e competentes que “resgatarão” os valores coletivos e salvarão a política. A dualidade desta lógica discursiva é preferencial e reforçada pelos formatos que o discurso político adquire ao ser traduzido pela gramática midiática, sobretudo televisiva. Os parâmetros da linguagem midiática empregados na construção do discurso político são fatores que apontaremos como responsáveis pela padronização discursiva do tema da corrupção e dos escândalos, aproveitando todos os recursos que a narratividade midiática naturaliza no imaginário coletivo.

O estudo do discurso político será realizado dentro da abordagem hermenêutica das pesquisas na área da análise do discurso. O principal referencial metodológico será a concepção tridimensional do discurso de Norman Fairclough (2001)⁸, ao lado de outras perspectivas teóricas em seus pontos de contribuição produtiva, como a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau e a análise de discurso da escola francesa que tem em Michel Pêcheux seu principal expoente. Incorporando polifonicamente ao nosso discurso as vozes de diferentes autores e correntes de pensamento, exploraremos os entremeios das dimensões sociais por onde o discurso político é produzido, difundido e consumido. Conheceremos os formatos por ele assimilados, delineando possíveis causas para a emergência da narrativa do escândalo como forma preferencial para os modelos da discursividade política.

Na primeira parte do presente capítulo, justificaremos a escolha da análise do discurso como marco teórico, tentando situar brevemente as contribuições estruturalistas antes de apresentar as críticas de Pêcheux e a sua contribuição no sentido de que o discurso também reside na dimensão do acontecimento. Na segunda parte, o discurso será pensado nas duas esferas analíticas estabelecidas por Fairclough — práticas discursivas e práticas sociais, ficando a terceira esfera, relativa à materialidade textual ou aos próprios textos, para o terceiro capítulo, onde nos deteremos de maneira geral no aparato midiático e suas linguagens estéticas, e de modo particular na heterogeneidade das formas assumidas pela comunicação política.

⁸ O esquema gráfico da teoria pode ser conferido no Anexo B no final da dissertação, na página 202.

O conceito de ideologia será revisitado e permeará a análise do discurso político que empreenderemos, por ser considerado fundamental para o entendimento integrado das três dimensões do esquema de Fairclough, em que é tecido o entrelaçamento infinito da tessitura dos discursos sociais.

2.1. Estratégias discursivas no campo de enunciação: o teatro político

Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem.

Patrick Charaudeau

A situação relacional mediada pela linguagem implica em algo não explicitado pelos seus enunciados, relacionado à própria constituição da cena entre os falantes, criadora do vínculo social. Esta estrutura original da política é a “de uma interlocução que põe em jogo a própria situação de interlocução” (Rancière, 1996: 103). Tal entendimento nos afasta de uma visão ideal e distante da política em que seus partícipes constituiriam um diálogo “verdadeiro”, guiado por uma racionalidade do interesse coletivo e da justiça. Também não está a política manifestada em um dano absoluto que a fizesse ser decretada como extinta, sintoma do fenômeno de cada vez mais pessoas votarem de maneira análoga ao desempenho de qualquer atividade burocrática necessária para quitar as obrigações com o Estado e suas leis.

Não é difícil encontrar nas narrativas sobre a política um enclausuramento no interior de um regime binário, seja no complexo midiático que vai passando a ocupar praticamente todo o espaço de influência no imaginário coletivo em questões relativas à política eleitoral, ou nas construções discursivas cotidianas sobre o tema. Sob esta ótica os discursos se encontram presos entre a competência e honestidade dos líderes e a confiança em seu caráter, de um lado, e a corrupção e o mal que corroeriam o que de positivo pudesse existir na política, do outro lado. Apesar da diversidade polifônica em sua composição, estes discursos adquirem uma formatação hegemônica em torno do escândalo, com causas e efeitos que tentaremos investigar neste trabalho.

A racionalidade política só é pensável de maneira precisa se for isolada da alternativa em que um certo racionalismo quer enclausurá-

la: *ou* a troca entre parceiros que colocam em discussão seus interesses ou normas, *ou* a violência do irracional (Rancière, 1996: 55).

A escolha da análise de discursos como campo teórico predominante em nosso estudo se justifica num momento em que parece atual a reação de Michel Pêcheux — um dos mais pertinazes teóricos da análise de discurso — na polêmica com os historiadores, aos quais criticava por se fazerem de ingênuos, no desenvolvimento de análises excessivamente voltadas para o conteúdo expresso dos textos, confiando na letra da superfície textual sem maiores considerações ao entorno dos textos considerados nas pesquisas. Segundo uma das fórmulas de Pêcheux, “o peso da interdiscursividade organiza a deslocalização tendencial do sujeito enunciador na materialidade dos enunciados” (*apud* Mazière, 2005: 22). A fórmula pode ser representativa da escolha metodológica da análise do discurso para pensar a comunicação política em suas relações com as materialidades discursivas da mídia e a disputa pela hegemonia no campo social.

Utilizar textos na pesquisa social, sem abordá-los com instrumentos lingüísticos ou semiológicos adequados, leva o cientista social com frequência a só considerar o seu valor documental imediato, isto é, a considerá-los inocentemente como “transparentes” em relação ao universo representado, confiando na letra do texto, o que significa tratá-los como independentes dos contextos, aí sim de modo imanente, esquecendo-se sua “opacidade” ideológica, que a análise de discursos coloca em primeiro plano (Pinto, 1999: 29).

Em princípio, é preciso chamar a atenção para um panorama global de transformação do pensamento social, que tem testemunhado a importância crescente das noções de interpretação e discurso, um tipo de concepção teórica influenciada pela filosofia da linguagem, recebendo o nome geral de guinada narrativa ou conversão lingüística (Aldé, 2004: 42). Conforme examinamos na introdução do trabalho, perdemos voz na constituição política do presente, ou melhor, fazemos parte dela nos modos das produções de subjetividades micro políticas modernas, integrando a malha biopolítica da disciplinarização produtiva dos corpos. Em relação à política institucional, relacionada ao governo, congresso, partidos etc., em nosso tempo parecemos restringidos aos modos de textualização ou manifestação textual do político, isto é, parece ser somente de maneira discursiva que participamos da política. As vias de participação popular na vida política encontram-se obstruídas pela objetividade tática do

capital no sentido de manter a sua estrutura de dominação com base em interesses imediatos, nas intrincadas cadeias de favorecimentos, compensações, acordos e articulações da prática política. A deliberação volta-se num movimento de refluxo ao interior das estruturas estatais legitimadas, instâncias partidárias profissionalizadas e organismos do tecno-corporativismo burocrático. O cidadão fica isolado e há o fortalecimento de um modo de participação discursiva emocional e pouco engajada. O político parece ter ficado restrito à forma de competição que melhor assimila-se à gramática midiática, que é aquela dos períodos eleitorais.

A linguagem da discursividade popular e da textualização do conteúdo político em seus modos de produção, difusão e circulação são significativamente importantes para nosso trabalho. Impotentes diante da concentração da política em poder dos dirigentes profissionais, e restritos à interação com a mídia corporativa e produtos do *marketing*, nos ateremos justamente à dimensão textual, para nela aplicar instrumentos que permitam a identificação dos processos de naturalização ideológica que obscurecem as conexões dos textos e discursos com as condições sociais de produção. Desta maneira, se produz a impressão da perda do caráter ideológico dos discursos, que adquirem o estatuto de “verdadeiros” e passam a integrar o conjunto de práticas discursivas estabelecidas como “bom senso” (Pinto, 2002: 45). Isso equivale a dizer que, em resposta à constatação da redução do espaço da participação política, nossa opção é a de adotar um posicionamento no interior dos registros textuais. Nossas possibilidades de participação encontram-se normalmente limitadas pela composição de fatores como o consenso em torno das aparências do consumo — em sua aliança com as necessidades imanentes contraídas do agenciamento ao pacto social —, com o deslocamento de um ativismo militante a um modo de participação limitadamente discursiva, quando não apenas reflexiva, senão inexistente; desta forma, nos resta uma atividade crítica das produções, gramáticas e rotinas de produção da grande mídia. Em suas relações com as fontes do poder político e em sua crescente influência sobre os imaginários sociodiscursivos, a mídia explicita a necessidade de um método de leitura dos textos políticos que nos são dirigidos, permitindo chaves interpretativas e comedimento ao aceitar como verdade o sentido manifesto nas superfícies textuais.

Em resumo, estando nossa participação limitada à esfera textual da política, é nela que consideramos dever ser engendrada uma estratégia de resistência aos modelos massificados e moldados por uma lógica deliberadamente intencional, de onde justificamos a escolha da análise de discursos como orientação para uma metodologia

de interpretação de textos políticos. Neste momento, nos valem da análise do discurso no sentido definido por Jean-Jacques Courtine, nome destacado deste campo de pesquisa e colaborador de Michel Pêcheux, para quem ela seria “uma prática da leitura dos textos políticos, e até mesmo um pouco mais: uma *política da leitura*” (2006: 9). Portanto, partindo do espaço político que detemos — o campo discursivo, a análise do discurso pode ser comparada a uma caixa de ferramentas para extrair das heterogêneas interfaces textuais entre a política e a comunicação social os significados ideológicos implicados na definição das regras de composição de mensagens políticas dirigidas ao consumidor de produtos culturais e eleitor. Sem negar a existência de uma ordem micropolítica de ação — que ao contrário é por nós ressaltada como a maneira materialmente efetiva de nossa alocação na ordem policial — somos obrigados a restringir nosso trabalho à dimensão das práticas discursivas da representação institucional do poder político. A biopolítica de que falam Foucault, Guattari, Negri, Hardt, Agamben e diversos autores, constituída dos processos, regimes e dispositivos de disciplinarização com atuação direta nos corpos, é a prática política (através de uma diversidade de modos e possibilidades formais de enunciação e efetivação) da qual nenhum corpo escapa, em sua integração material à amplidão de uma abstração ideológica entendida como forma de organização das práticas físicas concretas às quais os corpos são submetidos na ordem social. A irradiação teórica do conceito de biopolítica relaciona-se com o período de despolitização que atravessamos hoje, em que é patenteada a insuficiência das tradicionais categorias explicativas do fenômeno político. Consideramos seu estudo de fundamental importância para a compreensão das formas políticas modernas, e pretendemos futuramente empreender uma pesquisa nesta direção.

Por ora recortamos, dentro da esfera comunicativa da política partidária, as questões ligadas às formações discursivas e linguagens representacionais com que a política adquire expressão nos circuitos midiáticos, dos santinhos ao rádio até a internet, com ênfase nas formas audiovisuais de transmissão. Notoriamente a mídia exerce um papel preponderante neste processo, visto que os modos de percepção do sensível são produzidos agora nos horizontes simbólicos da visibilidade eletrônica, em que

se mesclam interativamente textos escritos, sons e imagens, sob a regência da abstração digital. (...) O caos estético do hipertexto, o *zapping* da recepção televisiva, o videoclipe publicitário, as imagens dispersas do audiovisual, a fragmentação narrativa influenciam-se

mutuamente, concorrendo para a quebra da tradicional linearidade dos repertórios culturais (Sodré, 2006: 116).

Em nossa imersão sensorial pelos domínios digitais das modernas tecnologias de comunicação, nos confrontamos com uma grande diversidade de vozes representativas da medição das forças políticas no campo de enunciação. A pluralidade de discursos contraditórios a respeito de um mesmo objeto, a profusão de estratégias em torno do princípio da intencionalidade e a heterogeneidade dos jogos de linguagem são elementos constitutivos da esfera pública de discussão política. Levando isso em conta, acreditamos que uma ferramenta múltipla e interdisciplinar de leitura pode oferecer resultados interessantes na análise da intertextualidade política, constatação reforçada pelas diferenças entre as gramáticas do jornalismo, da propaganda eleitoral, dos debates públicos, dos bastidores e demais espaços de existência dos diferentes gêneros da discursividade política.

O estado atual de reflexão sobre a interface entre comunicação e política exige uma resignificação teórica, que acreditamos ser pertinente e possível através de um exame pluridisciplinar das zonas fronteiriças de conhecimento, configuradas por movimentos de complementariedade e de tensionamento (Rubim, 2000: 13).

É inegável a influência dos padrões da produção midiática nos novos tipos de sensibilidade estruturados pelas matrizes modernas de formação cognitiva do eleitorado. Sendo assim, os mecanismos de manejo da comunicação política devem ser atentamente investigados, num esforço permanente em pô-los em questionamento, não deixando de considerá-los em suas relações com a exterioridade contextual, nem permitindo que se travistam de verdade ou bom senso. Assim, procuramos evitar os riscos de naturalização dos sentidos produzidos pelas formas hegemônicas de visibilidade e dizibilidade de um estrato histórico determinado no tempo. Deleuze (1991: 58) lembra-nos que “uma ‘época’ não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem”. Os processos discursivos e não-discursivos estão circulando, formando os sedimentos lingüísticos que envolverão na opacidade de suas superfícies textuais as futuras camadas de seres falantes que através da linguagem participarão de um comum político. Ordens discursivas múltiplas, de uma memória coletiva, coleções de saberes e rituais de legitimação da palavra política, em seus discursos e cadeias de enunciados, já os estarão aguardando com suas propriedades, regularidades, jogos de limitação e exclusão, seu apaziguamento ideológico. É sobre fatores desta ordem que a análise do

discurso pretende se debruçar, na investigação das materialidades discursivas em suas relações com a ideologia e com as práticas sociais.

Justificada a escolha da análise do discurso como referencial teórico, empreenderemos nesta seção um estudo teórico sobre o discurso, procurando em paralelo retomar conceitos e teorias da análise do discurso, disciplina relativamente recente no âmbito das ciências da linguagem. Adianto-me em esclarecer que não seremos rigorosos na elaboração de uma linha do tempo, ou no detalhamento das transformações sofridas pela disciplina desde a publicação de *Discourse Analysis* (1952), de Zellig Harris, um marco teórico inicial, sem desconsiderar as contribuições anteriores de Saussure, que muitos caminhos abriram. Nossa abordagem não é orientada por uma ótica historicista, e diante da farta literatura disponível nesta direção, a contribuição de uma dissertação de mestrado não seria de grande valia. Estamos mais interessados no ferramental oferecido pela disciplina para, conjugada com outras linhas epistemológicas, oferecer meios de resistência frente às mensagens políticas que nos são endereçadas.

Para finalmente iniciar o estudo do discurso político, partiremos de um exame da herança estruturalista dos estudos de linguagem. Analisando pontos de contato e divergência entre três notáveis pensadores do discurso — Bakhtin, Pêcheux e Foucault —, podemos evocar para a pesquisa o valor de se resgatar o estruturalismo que, apesar das críticas que sofreu, teve importância na história do pensamento. No Brasil a teoria estruturalista foi repelida da academia por ter sido relacionada à defesa de um estado de poder, de valorização excessiva da ciência em detrimento dos valores sociais (Sargentini, 2006). Num panorama mais amplo, as críticas partiam do fato de que o estruturalismo eliminara o papel dos sujeitos no teatro social. A visão distanciada e mecanicista de um organismo social teria relação com a rejeição do estruturalismo por boa parte da academia brasileira. A orientação de esquerda tinha um compromisso ideológico com discursos em nome da emancipação da justiça social e do humanismo, guiada pela bandeira política do engajamento em dar voz e visibilidade aos que não eram considerados, não se aproximando de modelos teóricos estruturais que desvalorizariam os sujeitos. Mattelart (1999: 101) rememora as críticas sofridas pelo estruturalismo pelo excesso analítico das invariantes e das determinações, num esforço para traduzir em equações progressivamente precisas o funcionamento da estrutura social. Com um ânimo sistemático em eliminar as marcas da subjetividade e do acontecimento na mecânica das práticas sociais, o estruturalismo teria “cedido à

vertigem da taxionomia, desembocando na abstração suprema, a coisa mental perfeita, a tautologia tomada como plenitude” (Lefebvre *apud* Mattelart, 1999: 101).

Não podemos perder de vista que as bases do estruturalismo se assentam na lingüística, apenas em seguida desdobrando-se para outras disciplinas das ciências humanas, como a psicanálise, em que os estudos de Jacques Lacan são dos mais destacados; assim como Roland Barthes na semiologia, Lévi-Strauss na antropologia e outros nomes de relevo da corrente estruturalista que assumiram a dianteira em diversas áreas das ciências sociais. Mattelart (*id. ibid.* p. 86) ensina que a fundação dessa teoria está nos cursos de lingüística ministrados por Saussure na Universidade de Genebra na primeira década do século XX. Para Saussure a língua seria um sistema prévio de signos, o qual o falante acessaria para compor suas construções lingüísticas, concebendo a linguagem como uma estrutura de significação, fornecendo as bases da semiologia que seriam posteriormente desenvolvidas por Barthes.

O lingüista russo Roman Jakobson (1896-1982), por sua vez, foi o primeiro a utilizar o termo *estrutura* em 1929, para pensar a funcionalidade de um sistema a partir das regras de suas leis internas. Há na concepção de Jakobson um princípio de imanência da linguagem como sistema que só reconhece sua própria ordem, a partir do qual desenvolveu suas teses calcadas na sistematização da estrutura da linguagem.

Em uma primeira aproximação, podemos dizer que uma estrutura é um sistema de transformações. Na medida em que é um sistema e não uma simples coleção de elementos e de suas propriedades, essas transformações envolvem leis: a estrutura é preservada ou enriquecida pelo próprio jogo de suas leis de transformação que nunca levam a resultados externos ao sistema nem empregam elementos que lhe sejam externos. Em suma, o conceito de estrutura é composto de três idéias-chave: a idéia de totalidade, a idéia de transformação e a idéia de auto-regulação (Piaget, 1971: 5).

A perspectiva de Michel Pêcheux a respeito do estruturalismo parece a mais produtiva para o nosso desenvolvimento baseado nos alicerces teóricos da análise do discurso. No primeiro capítulo, tivemos a necessidade de introduzir o pensamento de Pêcheux a respeito dos espaços discursivos estabilizados e dos não-estabilizados logicamente, para ressaltar a inevitabilidade das possibilidades interpretativas no estudo das formações discursivas políticas, e conseqüentemente a impossibilidade de excluir o conceito de poder da análise do discurso político. Voltaremos ao pensamento do fundador da escola francesa de análise do discurso, para com sua crítica construtiva ao

estruturalismo evidenciar as bases lingüísticas do movimento e sua importância para o nosso trabalho.

Na visão funcionalista das estruturas sociais, a figura do sujeito perde espaço na teoria para análises descritivas dos arranjos discursivos em seu entrelaçamento com as materialidades, desvalorizando o registro psicológico das consciências e do ego e entendendo o indivíduo como “lugar de passagem, suporte de estruturas” (Mattelart, 2002: 95). Tal entendimento levaria, segundo os críticos, a um determinismo histórico, em que a alocação de um corpo falante no interior do tecido estrutural da sociedade estaria pré-definida por uma seqüência prevista de processos auto-regulatórios que excluiriam ou colocariam em regime de exceção o acontecimento e a ruptura.

Pêcheux nos rememora que, ao contrário do que se poderia imaginar, tal movimento teórico em direção à estrutura e supressão dos sujeitos, longe de formalizar um teor anti-narcísico, como se poderia supor, finda por propiciar o desenvolvimento de um “narcisismo da estrutura”:

Esse narcisismo teórico se marca, na inclinação estruturalista, pela reinscrição de suas “leituras” no espaço unificado de uma lógica conceitual. A suspensão da interpretação (associada aos gestos descritivos da leitura das montagens textuais) oscila assim em uma espécie de sobre-interpretação estrutural da montagem como efeito de conjunto: esta sobre-interpretação faz valer o “teórico” como uma espécie de metalíngua, organizada ao modo de uma rede de paradigmas. A sobre-interpretação estruturalista funciona a partir de então como um dispositivo de tradução, transpondo “enunciados empíricos vulgares” em “enunciados estruturais conceituais”; esse funcionamento das análises estruturais (e em particular do que poderíamos chamar o materialismo estrutural ou o estruturalismo político) permanece assim secretamente regido pelo modelo geral da equivalência interpretativa (Pêcheux, 2006: 46).

Na posição dos críticos do estruturalismo, a conversão da teoria social para modelos simuladores de processos matemáticos próprios às ciências exatas e naturais, — diretamente ligadas à realidade e chamadas por Pêcheux de “ciências régias”, supressoras das posições interpretativas — acabaria por conferir a estas análises uma lógica interior presa a um sentido lingüístico virtuosamente tautológico. Considerando a impossibilidade de “escapar” à condição interpretativa, visto que a constituição dos sujeitos da enunciação já relativiza uma fixidez de sentido, o estruturalismo acabaria por estabelecer, em seu descritivismo pretensamente realista, uma forma de sobre-interpretação cuja aparência “régia” dos regimes de descrição teórica das estruturas

velaria um sistema de correspondência entre os códigos lingüísticos utilizados nas descrições e a institucionalização das regras funcionais das montagens textuais estruturalistas, em que a “linguagem só tinha a ver consigo mesma, por recorrência ou redundância, na supressão da função referencial pela função metalingüística” (Lefebvre *apud* Mattelart, 1999: 101).

A estruturação teórica das bases de definição de um espaço lógico com leis estabelecidas já implicaria em si mesma um modo interpretativo e a inserção em uma configuração epistêmica. Enquanto domínio de pensamento voltado aos espaços discursivos não-estabilizados, o estruturalismo estaria impossibilitado de excluir a prática hermenêutica inseparável dos meios de expressão lingüísticos. O anti-narcisismo cederia lugar, portanto, ao narcisismo teórico e tautológico que tentaria conferir às abordagens estruturais uma fachada de ciência régia.

Pêcheux, apesar das críticas pertinentes ao movimento intelectual estruturalista, não o exclui do espectro metodológico de suas pesquisas e muito menos nega sua importância, ao contrário afirmando o seu não esgotamento e as possibilidades políticas e culturais que uma abordagem sob esta orientação pode proporcionar. Adotamos uma posição de trabalho similar, abrangendo em nossa leitura interdisciplinar tanto aspectos referentes ao funcionalismo mecanicista dos arranjos discursivos, quanto ao referencial prático-sensível das experiências individuais e de decodificação do cotidiano do movimento intersubjetivo das etnometodologias.

Fundamental é a verificação de que a forma enunciativa só possui eficácia se estiver inserida num contexto social, ou seja, adequada à sua posição de enunciação, que por sua vez esteja legitimada pelo ordenamento social. Esse jogo de rarefação e da adequação do discurso a um pólo enunciador integrado ao entendimento institucional se dá em boa parte através dos rituais e nas interações comunicativas com outros seres falantes, em que um ser de palavra é sempre duplo (Charaudeau, 2005: 64): uma parte dele está refugiada e amparada em sua legitimidade, no exercício de papéis de fala pré-estabelecidos; a outra parte se quer construída pelo que diz seu discurso, aproveitando as propriedades singulares que permitem alguma margem de manobra dentro dos limites institucionais, para operar uma resignificação da realidade a partir do proferimento do discurso, não raro transformando as relações de poder existentes. O discurso não pode ter apagada sua especificidade nem perder-se nela; a partir de suas regularidades e pré-determinações estruturais se lança à criatividade de novas composições lingüísticas capazes de reestruturar as bases metafóricas da língua, no intuito “de inventar, no duplo

sentido, lógico e estético, argumentos e demonstrações para colocar em relação a não-relação e dar lugar ao não-lugar” (Rancière, 1996: 95).

Primeiramente trabalharemos o discurso político na relação do lingüístico com o ideológico, adotando as contribuições identificadas com a tradição estruturalista, sobretudo de Louis Althusser e de seu aluno Jacques Rancière, em cuja obra não se pode deixar de reconhecer vestígios da herança estruturalista, conforme tentaremos expor. Em seguida examinaremos o discurso pela ótica da ruptura que ele pode produzir no sensível. Estará em evidência o acontecimento, representado nos momentos poéticos em que a fala política produz linguagens que permitem a redescrição da experiência comum, inventam metáforas novas, chamadas mais tarde a integrar o campo das ferramentas lingüísticas comuns e da racionalidade consensual (Rancière, 1996: 70).

Louis Althusser é uma das maiores referências nos estudos da ideologia nascidos da releitura dos textos marxistas fundamentais. Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1976) antecipa o que adiante Rancière descreverá como a “ordem policial” da distribuição funcional de corpos em suas alocações específicas no tecido social, base material da qual é condicionada a formação discursiva em que os corpos poderão operar com legitimidade para constituir parcela no corpo social. Apesar deste texto de Althusser estar impregnado de uma afirmação militante marxista datada e simplificadora, introduz noções importantes para o estudo das relações entre imaginário ideológico e materialidade, voltado à camada da linguagem localizada entre estas duas dimensões.

O conceito de “polícia” em Rancière associa-se ao estruturalismo, apontando para a contribuição desta corrente na compreensão do aspecto policial da política, isto é, a administração do Estado, das finanças e seus sistemas, do judiciário em suas variadas instituições, das forças armadas e do que houver de mais letal ao alcance da humanidade, da cultura em sua via hegemônica. Os mecanismos e procedimentos desta administração concreta da sociedade, na determinação das alocações dos corpos em suas posições funcionais, entendidos normalmente por *política*, em Rancière recebem a denominação de *polícia*, conforme já foi falado. Reforçando o termo *polícia* na acepção de Rancière, o fragmento citado abaixo enfatiza o aspecto policial dos sistemas simbólicos compartilhados hegemonicamente no campo de interação:

Podemos analisar um campo [de interação] como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas das oportunidades

acessíveis a elas. Na consecução de cursos de ação dentro de campos de interação, as pessoas empregam vários tipos e quantidades de recursos ou “capital” disponível a elas, assim como uma variedade de regras, convenções e “esquemas” flexíveis. Esses sistemas não são regras muito explícitas e claramente formuladas, mas estratégias implícitas e tácitas (Thompson, 2007: 366-367).

O conjunto de dispositivos descritos acima pode ser entendido como próprio da ordem policial, conceituada com base na contribuição dos acertos do estruturalismo. Neste regime de regras, convenções e micro procedimentos táticos, encontra fundação o sentido hegemônico da partilha do sensível, em sua formatação instituída de formas preferenciais de articulação entre as ordens do dizer e nomear, do fazer e do ser, configuração inteligível primeira a partir da qual é organizada a atribuição de parcela aos corpos em sua distribuição pelas ocupações, funções e propriedades, de acordo com o valor de cada corpo, valor determinado na equação do contrato social em que figuram como variáveis a materialidade de cada corpo e sua capacidade de enunciação. Esta característica policial da pré-determinação da vida em sociedade teve em Althusser um célebre percussor. Baseado nos princípios marxistas, o filósofo francês trabalhou a pré-determinação dos lugares na divisão social do trabalho, desenvolvendo uma abordagem da ideologia enquanto efeito emanado da reprodução das forças produtivas e das relações de produção. A ideologia não estaria apenas restrita às consciências, mas manifestada nas materialidades discursivas e nas rotinas de produção das atividades humanas. Para Althusser a ideologia tem uma existência material, estando estreitamente ligada à definição da ordem policial. Sob esta perspectiva, o interesse teórico não estaria localizado na ideologia pertencendo ao campo das idéias, mas enquanto conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção (Albuquerque, 2003: 8). A reprodução da estrutura policial constitui nesta base de entendimento uma chave de leitura para pensar o problema da ideologia, como tentaremos demonstrar a seguir seguindo o raciocínio de Louis Althusser.

A reprodução dos meios e relações de produção é condição para que se produza e que se continue a produzir. Para que exista produção, devem estar asseguradas as condições de sua continuidade reprodutiva. A concepção estruturalista aparece aqui na forma da exposição de macro modelos funcionalistas das relações entre os sujeitos e as materialidades no campo comum de uma racionalidade simbólica. Pensemos no exemplo de uma empresa que produz determinado produto e precisa assegurar a manutenção das condições de produção para continuar produzindo. Para este fim se

destinam esforços para constante e sistematicamente prover matérias-primas, cuidados com instalações e logística operacional, instrumentos e máquinas de produção e por aí em diante. Esses produtos e serviços dependem de fornecedores, que por sua vez para manterem os negócios necessitarão reproduzir suas forças produtivas, e todo o contexto dos meios de produção de cada uma dessas múltiplas empresas que dependem do intercâmbio de fluxos econômicos para manter a rotina de produção. Este conjunto de relações constituintes do âmbito econômico, para funcionar no objetivo comum de uma manutenção estrutural da produção, precisar estar amparado pela reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados. Tal reprodução é vinculada à reprodução da força de trabalho e das condições materiais da vida social (alimentação, habitação, vestuário, consumo de subsistência). Em *Aparelhos ideológicos de estado*, Althusser trata primeiramente da reprodução dos meios de produção. Mostrando como toda a cadeia produtiva da mecânica capitalista encontra-se interligada e em regime de dependência, ressalta a imanência da estrutura repetitiva apoiada ideologicamente por discursos e orientações culturais. Neste ponto o filósofo revisita o materialismo histórico marxista, retomando os conceitos de infra-estrutura e superestrutura da metáfora do edifício⁹ e a determinação em última instância pela base econômica.

A reprodução dos meios de produção necessita estar acompanhada da reprodução da força de trabalho, segunda camada reveladora de que o processo de reprodução material ocorre também em outro nível, leitura que na época influenciou muitos autores, entre os quais Pêcheux e Rancière. Em seu clássico texto supra citado, Althusser afirma que a necessidade da reprodução das condições materiais de produção encontra-se *pari passu* com a reprodução da mão-de-obra, esta que, ao contrário da primeira forma de reprodução apresentada, ocorre fora do âmbito da empresa, envolvida pela transmissão cultural de valores e crenças por uma série de aparelhos ideológicos, dentre os quais atualmente vemos a totalidade da mídia como universo preferencial acessado para as construções cognitivas das pessoas a respeito da política de governo e partidos.

A reprodução da força de trabalho é mantida através do salário, de variabilidade de acordo com a posição funcional do corpo falante na forma estrutural de organização, apresentação e nomeação do sensível. O salário é o resultado do cálculo maximizado do

⁹ Sobre a base do edifício, representada pelas condições econômicas (infra-estrutura) se ergueriam os andares da superestrutura — instituições jurídicas, políticas (as leis estatais) e ideológicas (religião, moral, artes, comunicação de massa). Esta metáfora espacial representa que a base, em última instância, é determinante dos reflexos nos andares superiores.

valor que a empresa precisa pagar ao empregado para que ele continue se apresentando todas as manhãs e cumprindo regularmente as atividades que agregadas contribuirão com a reprodução das condições de produção. Com seu salário, o empregado supre as necessidades vitais básicas, que se reproduzem e necessitam da reprodução do salário. Na maior parte do dia o funcionário está envolvido nas funções relacionadas aos negócios da empresa, interagindo em trocas simbólicas sistemáticas e permanentes referentes à vida reprodutiva daquela instância organizacional, similar a inúmeras outras no corpo social. Nas horas livres, o funcionário frequenta outros ambientes sociais, em contato com as formas simbólicas transmissoras de conteúdos hegemônicos ligados ao consumo e aos dispositivos indutores da circulação de seu salário, presentes no cinema massivo de entretenimento, nas tele-novelas, nas peças publicitárias, e também nas relações sociais e demais instâncias discursivas que operam menos argumentativamente que sensorialmente, em registros próprios a uma tecnologia interfacial dos afetos com estreita relação com a mídia corporativa, que examinaremos detidamente no próximo capítulo. Em termos práticos, este funcionário todos os dias integrará materialmente uma rotina, em suas regras e convenções e micro procedimentos em cuja manutenção repousa o interesse dos autores influenciados por Althusser. É uma ótica que trata a ideologia de uma maneira distinta daquela dispensada pelas análises pragmáticas, que a encerram ao campo de uma inutilidade intelectual restrita e desvalorizada. Ao aprisionar a questão da ideologia à interioridade mental, exclui-se a dimensão exterior das bases materiais e econômicas que marcam os enunciados em suas restrições ou ênfases, em seus jogos de identificação e exclusão, fornecendo vestígios textuais das relações que mantêm com as condições reais de existência.

As relações e práticas sociais têm significado ideológico, tanto ou mais do que textos ou práticas discursivas. O senso comum não raro proclama a ideologia como coisa do passado, refletindo uma matriz de pensamento que isola a ideologia no terreno do texto e do discurso, decidindo prematuramente que a ideologia não tem mais eco na realidade. As pessoas comumente desconsideram as próprias práticas sociais e as implicações ideológicas delas, como se pudessem viver num estado de neutralidade, cegas ao uso estratégico da linguagem pelo qual procuram sistematicamente ajustar suas potências às possibilidades de agir no mundo. Isso equivale a dizer que as pessoas não costumam ter consciência das dimensões ideológicas às quais são assujeitadas em suas práticas cotidianas, no entendimento de que “as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar

difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos” (Fairclough, 2001: 120). As teorias que entendem a ideologia como propriedade das estruturas — localizando-a em modos convencionados subjacentes à prática lingüística —, oferecem a contribuição da idéia de que a potência criativa é constrangida pelas convenções sociais e pelos mecanismos de regulação. A concepção de ideologia de Althusser a entende não apenas como reflexo da estrutura econômica, mas na relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e demais relações derivadas, como uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (Althusser, 1985: 85).

Estas teorias inspiradas pela leitura althusseriana apontam para uma divisão do sistema em dois registros significantes: sobre a realidade social, indivíduos falam e agem, motivados por uma coerência inconsciente e dissimulada, no compartilhamento virtual de uma racionalização do funcionamento do real, cuja base é o mascaramento das relações de dominação. Nesta linha, a ideologia seria um modo de articulação entre significação e poder, em que a consciência social dos sujeitos seria formada dialogicamente por fragmentos discursivos dominantes dos diversos setores da atividade social, constituindo uma ideologia dominante (Charaudeau, 2006: 192).

Os autores com os quais estamos trabalhando, ao abordarem o problema da ideologia, revisitaram a herança althusseriana, reconhecendo sua importância e seus pontos de precisão, e também tecendo críticas e elaborando novos direcionamentos teóricos capazes de superá-la. Na opinião de Fairclough, este tipo de enfoque apresentaria a “desvantagem de pender para uma desfocalização do evento no pressuposto de que os eventos são meras reproduções de estruturas” (2001: 118). Outras correntes críticas a esta perspectiva analítica convergem na idéia de que ela se equivocou ao identificar por trás da construção discursiva racionalizante a existência de um real único, do qual emanaria a verdade, de modo que seria “absolutamente vão procurar derivar imagens de qualquer coisa que fosse anterior e que seria o real” (Ricoeur *apud* Charaudeau, 2006: 193). Finalmente, um determinismo extremado seria parte de apontamentos críticos correntes da obra de Althusser, embasando as ressalvas à epistemologia estruturalista de uma forma geral, que deixava em segundo plano a substância ontológica da reprodução cultural e social e a temporalidade criativa de seus movimentos (Lefebvre *apud* Hardt e Negri, 2006: 47).

No trabalho de Bakhtin, desenvolvido algumas décadas antes, já era possível identificar aproximações teóricas com o modelo da reprodução social e da determinação

econômica nos mecanismos de sujeição das práticas e rituais dos aparelhos ideológicos de estado. Em trecho do clássico *Marxismo e filosofia da linguagem*, o lingüista russo realiza uma investigação da linguagem em sua conexão com as bases materiais, em que as relações de produção participam da determinação dos lugares sociais no sistema de produção, e os mecanismos ideológicos das superestruturas se encarregam de conferir um caráter natural ao lugar que cada ator social ocupa na estrutura produtiva. Na sequência selecionada a seguir é possível identificar aspectos que se aproximam da caracterização da ordem policial por Rancière, na descrição de uma sociedade dividida funcionalmente, na complexidade do entrelaçamento dos meios e dispositivos envolvidos nos processos relacionais em que indivíduos e grupos realizam movimentos de composição e oposição, em atos normativos e criativos, para apoderarem-se do governo e da autoridade sobre os discursos formadores de uma ciência da governança.

A base material determina a estratificação da sociedade, sua estrutura sócio-política, e distribui hierarquicamente os indivíduos que nela se encontram em relação de interação. Tais são os fatores que geram o lugar, o momento, as condições, as formas, os meios da comunicação verbal (Bakhtin, 1997: 189).

Em pesquisa pioneira para as diversas correntes de estudos de linguagem desenvolvidas posteriormente, Bakhtin antecipa elementos analíticos que adiante serão incorporados nas linhagens do movimento do estruturalismo. A noção de ideologia aparece enquanto forma ativa que permeia a reprodução social, em suas relações e dispositivos imanentes, numa perspectiva metodológica apoiada pela teoria lingüística, em que constatamos um distanciamento da idéia de ideologia como algo restrito ao campo mental, interiorizada na consciência, antecipando aspectos da obra de Althusser.

Partindo dessa base teórica para os mecanismos de produção e circulação do discurso político, examinaremos a seguir as condições de possibilidade de formação discursiva e seu potencial de resignificação da ordem da materialidade pelos instrumentos lingüísticos, numa virada teórica para a ordem do acontecimento, integrada dialeticamente às propriedades estruturais vistas acima. Conforme foi mostrado, para Rancière discursos inscritos na lógica da igualdade intervêm em sua forma lingüística na maneira como se configura a aparência consensual sobre-impressa na comunidade política de um “regime em que as partes já estão pressupostamente dadas, sua comunidade constituída e o cálculo de sua palavra idêntico à sua performance lingüística” (*id. ibid.* p. 105). O estruturalismo fundiu os conceitos de

polícia e *política*; e é esta operação disjuntiva que Rancière desempenha ao pensar a filosofia política. Seu conceito de política pode ser compreendido como uma ruptura com o pensamento estruturalista, introduzindo o aspecto de acontecimento e da refiguração do sensível, situando a política em outro lugar que não na administração do fluxo contínuo e aritmético das trocas jurídicas e comerciais que reproduzem os sistemas sociais, e menos ainda na alteridade niilista que enxerga a política como uma “guerra pelo poder”. Rancière concebe a política como essencialmente fundada numa racionalidade do desentendimento, distante tanto da discussão consensual quanto do dano absoluto. Arriscamos dizer que este autor possui uma visão da política enquanto acontecimento instaurador das formas de subjetivação política que irrompem sobre a determinação estrutural dos regimes de visibilidade e dizibilidade e das regras determinantes da configuração das ocupações sociais em sua distribuição na malha policial. Em síntese, exposta a contribuição da estrutura no estudo do discurso político, seguiremos para sua dimensão de acontecimento. Os conceitos-chave da análise do discurso serão trabalhados e reforçaremos a idéia de que a disciplina serve a uma intervenção política no terreno da textualidade, num movimento de resistência à tentativa hegemônica de produção simulacral de um sentido logicamente estabilizado para os espaços onde se manifestam as discursividades políticas.

2.2. Realismo consensual, ideologia e participação política

Toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas), mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas.

Louis Althusser

Prosseguimos com nossa análise da complexa questão da ideologia em suas relações de sustentação pelas materialidades discursivas, de onde o discurso negocia suas condições de inteligibilidade com o meio estrutural em que será emitido, de um lado, e com o potencial transfigurador da palavra política que carrega. O enunciado político ampara-se na convenção racional em sua movimentação natural para adentrar as zonas de efetividade, enquanto simultaneamente precisa estar inoculado do germe capaz de abrir brechas de desestabilização no estrato discursivo em que opera, estabelecendo

novas maneiras de relacionar e conjugar a esfera das palavras com o mundo das coisas. Para o estudo do discurso político empreendido neste capítulo nos valeremos especialmente do trabalho de Pêcheux, o qual situa o tema de nossa análise entre os domínios da estrutura e do acontecimento. Acompanhamos, há pouco, considerações produtivas do ponto de vista estruturalista. Consideramos a pertinência de um olhar sobre os registros e mecanismos discursivos, tornados históricos pela imanência de suas práticas na gestão social de inúmeras gerações de seres falantes. Pessoas que em suas trajetórias diferenciadas estiveram e estarão, em determinados momentos, diante das mesmas instituições, face à necessidade comum de buscar legitimidade para seus discursos, além de se confrontarem com o hospital, a clínica, os velórios e cemitérios, e mesmo com o Estado, em sua aparição material ora policialesca, ora jurídica e burocrática. Não nos parece adequado pensar as condições de possibilidade de formação do discurso político sem considerar as regularidades discursivas e os espaços onde a realidade incontestavelmente intervém com a sua lógica. A política fala do que se vê e do se pode falar sobre o que é visto. Por outro lado, não devemos perder de vista a necessidade de evitar a recaída num determinismo histórico.

Para abordar o aspecto identificador da discursividade política ao regime do acontecimento, na forma da abertura poético-discursiva na estrutura da linguagem, a análise do discurso e seus conceitos introdutórios oferecem-nos uma boa possibilidade teórica. O discurso é pensado “como objeto teórico no qual se pode ver a relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer” (Sargentini; Silva, 2005: 84).

A aparência simulacral da teatralização da vida em sociedade é a encenação da partilha do sensível, em que os seres falantes confrontam-se pela validade de seus atos performativos através da metaforização e figuração da palavra política, sempre referida a uma dimensão em que a nomeação política adquire uma distância estratégica em relação à realidade material de sua inscrição na ordem policial, isto é, abrindo golpes poéticos, operações discursivas que em conformidade ao regime afetivo de um tempo histórico, podem investir-se da racionalidade convencionada para exercer a viabilidade de uma transformação no campo comum. Assim é rachado o cimento ideológico que bloca, nos regimes estabilizados de discurso, as palavras em seus múltiplos arranjos de significação em relação às materialidades, inclusive dos corpos que falam.

Conforme apontamos, a obra de Pêcheux nos parece fundamental para uma pesquisa do discurso político a partir dessa perspectiva, de modo que retomaremos a

noção de espaços discursivos logicamente estabilizados e não logicamente estabilizados estabelecida pelo autor. Nos primeiros, deveria ser considerada, para efeitos analíticos, certa independência dos objetos face aos discursos que lhe fizessem referência. Isto suporia uma aceitação de situações nas quais interviria um regime de “realidade”. Seriam estas para Pêcheux “ciências régias”, ou seja, referidas diretamente ao real, como a física e a matemática, em que os enunciados independem de sua enunciação, adquirindo a solidez e a irrevogabilidade dos axiomas fundadores das leis naturais. Espaços desta natureza apresentam, em seu funcionamento discursivo interno, uma imposição prática de proibição da interpretação. O cálculo da sustentação de um edifício, por exemplo, excluiria *a priori*, dentre as conversações dos engenheiros, arquitetos e demais técnicos envolvidos, certa possibilidade interpretativa dos objetos discursivos em questão. Recusa-se, para efeito de intercompreensão, certas marcas de distância discursiva, ou falas que de alguma maneira diluam a objetividade “realista” deste cálculo ou tomada de decisão a ele relativa. Sobre uma série de evidências lógicas comprovadas exaustivamente pelas demonstrações empíricas se assentariam as bases destas ordens discursivas régias ou estabilizadas, que trabalham com uma utilização precisa de proposições lógicas — x não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares; um acontecimento não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer etc. Nesses espaços, como nos lembra Pêcheux, “supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação” (2006: 31).

O real não seria como algo a ser descoberto, mas como algo com que se dá de encontro, com o que se depara (*id. ibid.* p. 29). O real apareceria onde está em jogo a instrumentalização dos processos naturais para que atendam da melhor maneira possível às demandas e necessidades da vida humana. Deste real seria preciso separar certos tipos de uso lingüístico figurado e metafórico — como nos discursos do campo da arte, em que é perfeitamente possível e inteligível um corpo estar em dois lugares diferentes ao mesmo tempo —, para tratar dos processos relativos às técnicas materiais de produção e gestão dos objetos e instrumentos que tornam a vida do homem mais prática e cômoda.

Pensemos no desenvolvimento de uma vacina, de um processador de computador mais eficaz, ou na elaboração de um sistema organizacional mais eficiente para atender aos clientes de uma empresa. No entendimento entre os participantes dos eventos comunicativos imanentes às atividades exemplificadas, está determinada a

aceitação de certas convenções lógicas para que seja possível atingir os objetivos traçados. Na química, nos cálculos da engenharia e em outras ciências régias, a liberdade interpretativa e refigurativa dos elementos da realidade não só poria os envolvidos em desentendimento quanto contribuiria para o fracasso no alcance de seus objetivos.

Pêcheux (2006: 29-30) lembra-nos que a esta série de espaços de impossibilidade, onde o real se impõe por si mesmo e evidenciam-se “pontos de impossível determinando aquilo que não pode não ser assim” — um edifício não se sustenta sobre tantas pilastras; a substância *x* reage de tal forma à substância *y* etc., vêm somarem-se os estratos discursivos com a aparência “régia” dos já descritos, funcionando como uma cobertura lógica de regiões heterogêneas do real. Neste ponto relembremos a herança althusseriana do apontamento para a multiplicidade das técnicas de gestão social e controle do indivíduo. O conjunto de mecanismos e dispositivos reguladores destas técnicas é organizado através de uma variedade de regras, convenções e esquemas móveis e flexíveis, implícitos e tácitos. Formam um “bloco régio” de conhecimento prático, “gradualmente inculcado e continuamente reproduzido nas atividades comuns da vida quotidiana” (Thompson, 2007: 367). O direito e o academicismo das ciências sociais, por exemplo, confirmam o desejo de uma descrição, da maneira mais estável possível, do real tomado discursivamente em suas epistemologias. Esses espaços ou ordens discursivas (administrativo, jurídico, econômico, político), apesar de pertencentes aos espaços não logicamente estabilizados — as posições enunciativas interferem no resultado dos enunciados —, apresentariam a aparência da coerção lógica disjuntiva das ciências régias: é impossível que tal pessoa ocupe o cargo *x* e o cargo *y* ao mesmo tempo; que seja solteira *e* casada; esteja trabalhando *e* esteja desempregada, tenha votado *contra* aquela medida e a *favor* da mesma medida, possua determinado patrimônio *e* não o possua etc.

Esforçamo-nos no capítulo anterior em evidenciar a impossibilidade de negligenciar o fator interpretativo nos processos de comunicação humana cuja definição dos papéis e discursos sociais esteja em disputa na própria atribuição das palavras na designação dos objetos e acontecimentos. Com isso, propomos um estudo do fenômeno da comunicação política a partir de uma disciplina de interpretação, que conceba os discursos desse campo como pertencentes a um domínio não estabilizado, submetido a processos de reformulação e transformação articulados temporalmente ao curso biológico dos corpos falantes que os enunciam, em suas estratégias e interesses.

Esta homogeneidade lógica que cobre superficialmente as regiões heterogêneas do real atende ao sujeito pragmático, como podemos constatar pela diversidade de micro estruturas lógicas portáteis que sistematizam em modelos razoavelmente estabilizados o caos de nossas existências. A necessidade universal de um mundo “semanticamente normal”, normatizado logicamente pelo princípio de uma dicotomia simplificadora, começa com a separação entre os bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento (Pêcheux, 2006: 34).

A necessidade de delimitar fronteiras e dicotomias faz com que os domínios apontados como pseudo logicamente estabilizados acabem por contrair laços de dependência em relação às séries de “coisas a saber”, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas. O Estado e as variadas instituições funcionam em nossa sociedade, ainda segundo Pêcheux, como “pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou essa demanda” (*id. ibid.*). Isto equivale a dizer que, por mais que nestes domínios discursivos prevaleça um registro não logicamente estabilizado, não pode deixar de ser acumulado e aplicado, em favor da humanidade (e do poder), um conhecimento empírico de “coisas a saber” que aparentemente funcionaria com base em discursos logicamente estabilizados: informações referentes à gestão cotidiana da vida, o enfrentamento de situações que outros se depararam no passado, fatores intimamente relacionados ao que conhecemos pelo nome de senso comum. Neste sentido, as coisas a saber representariam tudo o que arrisca faltar à felicidade do sujeito pragmático, pelo simples fato delas existirem; não é preciso perceber ou interpretar a existência de uma doença, ou ter uma intuição fenomenológica dela, para contrair e ser afetado por ela (*id. ibid.*).

O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente “humana”, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios.

A promessa de uma *ciência régia* conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha? (Pêcheux, 2006: 35).

O autor segue lembrando, ao longo da história do pensamento, os movimentos que pretenderam assumir para si a grandiosidade do título de ciência régia, como a escolástica aristotélica, o positivismo e a ontologia marxista. Apesar da crítica às tautologias metalingüísticas desenvolvidas pelo que chamou de “narcisismo da estrutura”, propõe um enfoque integrado com a contribuição do movimento estruturalista. A posição de trabalho de Pêcheux em torno da análise do discurso como ferramenta metodológica é pertinente para esta pesquisa, pois enxerga o discurso atravessado por uma divisão entre o espaço da manipulação de significações estabilizadas e o de transformações de sentido, que em última instância refletem as mudanças sociais. Conforme vimos, Pêcheux mostrou que na fronteira entre estes dois espaços há uma zona intermediária de processos discursivos que apesar de possuírem o registro logicamente desestabilizado, oscilam para a estabilização nos enunciados referente a estados de coisas reconhecidos por redes da memória social, formando conjuntos de “coisas a saber”, embora coexistam com objetos sobre os quais não é possível ter segurança a respeito daquilo que deles é falado. Vimos como a estrutura dá conta do aspecto normativo do discurso, na forma policial que fortalece o anti-político ao fazer pairar a “ilusão régia” de que se pode sempre saber do que se fala, que há um estado de coisas a descobrir, uma sabedoria a adquirir das práticas institucionalizadas, resíduos do passado relegando o ato de interpretação a modelos descritivos. Avaliaremos agora os momentos e lugares em que estes modos de apreensão do sensível alternam-se, com a interpretação suplantando a descrição, no ponto em que se viabiliza a intervenção da análise do discurso, identificando no funcionamento regular das estruturas discursivas o momento onde a operação interpretativa assume seu posicionamento ideológico.

O acontecimento deve ser compreendido enquanto operador de linguagem capaz de produzir uma singularidade, uma diferença ou um movimento de resistência ao assujeitamento mecânico das estruturas. Foucault chegou a se dizer anti-estruturalista e trabalhou a noção de acontecimento como método analítico de ruptura com as constantes históricas, numa irrupção com o esperado e o comum, introduzindo uma política textual de desconfiança em relação às certezas previamente determinadas pelas epistemologias, certezas nas quais acreditamos residir boas chaves explicativas dos mecanismos ideológicos. Mencionamos no primeiro capítulo que Foucault, ao estudar as relações entre poder e saber, mostrou que poderia ser colocada em questão a validade

de medidas como internar o louco como um delinqüente, ou questionar a evidência de que as causas de uma doença deveriam ser buscadas no exame individual do corpo (*apud* Sargentini, 2006: 188). As coisas não eram tão evidentes e era preciso colocar em questão os princípios e pré-determinações epistemológicas.

Não é nosso intuito aqui divagar filosoficamente sobre a questão do acontecimento, embora este seja um direcionamento de grande importância. Nossa proposta é apenas aproveitá-lo para caracterizar momentos em que o discurso cria sentido com as potencialidades lingüísticas e projeta-se para o campo de interação material, alterando a configuração do sensível ao introduzir metáforas capazes de deslocar a golpes de potência a regularidade normativa das cadeias estabilizadas de enunciados e assim produzir mudança social. Jacques Rancière mostrou que a idéia vazia do povo atualiza a igualdade de todos com todos, fundando um incomensurável da política, onde cessa o rigor aritmético da ordem econômica dominante, e advém a singularidade de uma forma de subjetivação política. As falas em nome dos direitos humanos, da justiça social e da igualdade são materializações do dano de uma comunidade política cuja soma das partes de seu todo não resulta na totalidade, na revelação de um erro de conta fundamental, de um povo que é tudo e nada ao mesmo tempo. Raramente encontramos hoje o conceito de “povo” num discurso intelectual; o único abrigo para esse conceito está na retórica política (Bauman, 2000: 127). O discurso político, composto intertextualmente pelos ideais do povo e da liberdade, coloca em visibilidade objetos de litúgio, que não eram vistos e nomeados por representarem ausências de parcela, de lugares e funções sociais. Tal foi nossa demonstração filosófica do escândalo inaugural da filosofia política, trilhando o caminho de Rancière, para quem a intervenção da política na ordem da política — divisão social do trabalho advinda de uma distribuição das parcelas e funções entre os seres falantes cuja distância entre o que se vê e o que se descreve é igual a zero — é o acontecimento que reconfigura, a partir de uma articulação lingüística que assume a forma de subjetivação política, a nomeação dos objetos e relações sociais, mudança discursiva que num segundo momento se torna mudança social, envolvendo “formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem” (Fairclough, 2001: 127).

Cabe-nos neste momento a tarefa de expor algumas especificidades fundamentais da análise de discurso. Após nos determos sobre o trabalho de Pêcheux,

abordaremos a qualidade de pesquisas recentes neste campo, para introduzir os conceitos-chave e idéias que fundamentaram nossa escolha metodológica. Apresentamos em linhas gerais a Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau, quando necessitamos problematizar certo regime estético em que o discurso deve ser pensado não apenas na dimensão de sua expressão verbal, mas também ligado às materialidades e seus regimes de visibilidade, visto que outros códigos semiológicos estão implicados na encenação dos atos de linguagem. Charaudeau fornece possibilidades produtivas de trabalho ao enxergar a dimensionalidade da linguagem. Assim como Pêcheux, é favorável a adotar um método analítico transdisciplinar, acreditando que as ciências humanas não terão condições de descrever e interpretar o real sem a urgência de um processo que permita que as disciplinas se enriqueçam mutuamente em sua pluralidade de perspectivas (Mazière, 2005: 106).

As diretrizes atuais que orientam as pesquisas em análise semiolingüística são voltadas para o interdiscurso, a polifonia, a heterogeneidade enunciativa nos produtos culturais, em suas relações com as materialidades e a ideologia. Na amplitude deste campo teórico, diversas posições de trabalho dialogam no estabelecimento de seus objetos e métodos de pesquisa. Os estudos mais específicos de lingüística que focalizam a estruturação sintática e microtextual dos discursos são normalmente explorados com mais propriedade pelos estudos no campo de letras. As análises da lingüística que estudam a sintaxe das marcas textuais têm interesse em primeiro plano pela enunciação restrita, ou seja, enfoques de procedimentos lingüísticos analisados como pistas de uma estratégia de construção de um *ethos* legitimador do discurso (Pauliukonis; Monnerat, 2008: 54).

A área da comunicação social, por sua vez, não raro propõe, com as ferramentas metodológicas das quais dispõem seus pesquisadores das teorias da enunciação, um enfoque na enunciação ampliada, isto é, da análise contextual das condições de produção do discurso, na relação entre os sujeitos comunicantes e interpretantes na encenação do ato comunicativo. A perspectiva comunicacional confere ênfase aos mecanismos de encenação dos eventos de linguagem exteriores à dimensão verbal do discurso, na constituição dos sujeitos e discursos sociais nos processos de interação política. Em favor de nossa perspectiva, o analista de discurso Norman Fairclough (2001: 102) afirma que apesar de alguma experiência em lingüística ser necessária à prática da análise do discurso, deve-se ter em mente que a análise do discurso é uma atividade multidisciplinar e não pode ser exigida uma acentuada experiência prévia de

seus praticantes. O trabalho do investigador britânico especialista em estudos do discurso será abordado adiante como referencial teórico, em diálogo com a orientação metodológica para a análise das formas simbólicas proposta pelo conterrâneo John B. Thompson, descrita como “hermenêutica de profundidade”¹⁰, ferramenta utilizada para a interpretação dos debates teóricos sobre cultura, ideologia e comunicação de massa. Há pontos de aproximação entre as pesquisas destes dois estudiosos, sendo o principal deles a atenção dada ao conceito de ideologia. Apesar de Thompson não ser um pensador da linguagem, sua proposta metodológica em torno da concepção de ideologia possui similaridade com a análise do discurso, como tentaremos demonstrar. Na delimitação de nosso marco teórico, portanto, articularemos o trabalho de Fairclough — que combina aspectos da concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na composição da textura dos textos através de fragmentos e releituras de outros textos — com a investigação de Thompson sobre a questão da ideologia. Tentaremos relacionar os fundamentos da análise de discurso francesa explorados principalmente por Pêcheux em sua releitura da filosofia de Althusser ao estudo das formas simbólicas.

A análise do discurso proposta por Pêcheux explora entremeios essencialmente ideológicos que têm despertado tímido interesse dos pesquisadores da comunicação política. Para o francês este projeto só poderá ter êxito se mantiver prudente distância de qualquer ciência régia, trate de positivismos ou ontologias marxistas, para trabalhar diretamente sobre as materialidades discursivas, na articulação entre os enunciados políticos e suas formas culturais e estéticas relacionadas ao cotidiano e ao ordinário do sentido (*id. ibid.*: 49). Como ensina Orlandi (1990: 4), os princípios teóricos estabelecidos por Pêcheux não residem em regiões estabilizadas ou “seguras” do conhecimento, na adesão ao lugar já-feito — método presente em estudos de recepção valorizadores da leitura empirista dos dados de estatísticas das fontes institucionais da grande mídia. Propomos uma intervenção diferenciada, inspirada na leitura política da análise do discurso da Escola Francesa, atuante nos focos de instabilidade dos interstícios disciplinares, nas regiões desconfortáveis onde é possível detectar os momentos de interpretação “enquanto atos que surgem como tomadas de posição” (Pêcheux, 2006: 57).

¹⁰ *Depth hermeneutics* (2007: 355). O método da hermenêutica em profundidade é uma importante contribuição deste sociólogo da Universidade de Cambridge, que em outra pesquisa analisou a gênese dos escândalos nas sociedades modernas, obra de importância para nosso trabalho que será apresentada no último capítulo. Por ora estaremos fazendo referência à sua teoria social crítica, com destaque para as formas simbólicas da comunicação de massa em seus aspectos ideológicos.

Cabe-nos focar nos momentos em que o discurso se desestabiliza, abandona a segurança da aparência de ciência régia, esta que como uma verdade científica anula as metodologias da interpretação, que não cessam de se renovar ao estudar a virada discursiva representativa de um ato de interpretação, no ajuste do sujeito da enunciação com as propriedades de seu entrelaçamento com as instâncias exteriores de alteridade, e de suas relações com a linguagem e com o que estrategicamente deseja projetar, em termos de imagem, no espaço virtual da significação simbólica.

Vale salientar que a questão ampla do discurso político impõe a necessidade de um campo analítico não limitado às pesquisas dos textos políticos circulantes na esfera social, pesquisas excessivamente focadas na mídia, seja para louvá-la ou criticá-la. Constatamos na área da comunicação política uma ênfase em estudos midiáticos, quando nos parece interessante explorar também aspectos da cognição política das pessoas comuns, na trilha do trabalho empreendido por pesquisadores brasileiros (Aldé, 2004; Porto, 2007). Naturalmente o discurso deve continuar sendo estudado em suas vias institucionais, vista a disseminação evidente de uma massificação midiática. Entretanto, deve ser analisado também em outras categorias existenciais, como na fala das pessoas e nos diálogos políticos de bastidores — nesta última categoria ficam pronunciadas as relações de força, ao passo que se enfraquece a cosmética sensível aplicada aos candidatos para a interface virtual com o eleitorado. O efeito de uma camada de significação virtual sobre-impressa sobre as relações imanentes dos corpos (em outras palavras, a imagem pública política do candidato), se artificializa nas negociações e acordos operados no espaço interno que escapa até mesmo do jornalismo político.

Os estudos empíricos dos efeitos de recepção da comunicação política parecem trabalhar sobre a conquista de uma estabilidade discursiva. Uma metodologia positivista tenta racionalizar a política em sua interface com a comunicação, sob a aparência sólida de um conjunto de conhecimentos sustentado estatisticamente, fechando os espaços de possibilidade de interpretação e impondo uma leitura solidificadora de um rigor pretensamente realista. Em última instância parece lógico supor que este rigor cientificista em torno de uma verdade “régia” exclui aspectos que a análise de discursos procura evidenciar, como os fatores ideológicos que perpassam as atitudes sociais e os discursos dos agentes e organismos políticos. Na expressão de Pêcheux “fazem-se de bobos” os que lêem a textualidade política de forma transparente nas materialidades

discursivas, confiando cegamente na letra do texto exposta na superfície de determinado arranjo midiático.

Thompson reforça a idéia de que “o estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação” (2007: 357). O autor aponta a herança do positivismo nas ciências sociais, na forma de uma tentação de tratar fenômenos sociais como se fossem objetos naturais, passíveis de vários tipos de análise formal, estatística e objetiva. Apesar de reconhecer a validade e os benefícios destes tipos de análise, considera-os integrantes de um enfoque parcial no estudo dos fenômenos sociais e das formas simbólicas. Para ele a hermenêutica “nos recorda que o campo-objeto da investigação social é também um campo-sujeito” (*id. ibid.* p. 359), no ponto em que parece clara a aproximação com a teoria de Pêcheux dos espaços epistêmicos logicamente estabilizados e desestabilizados, que visitamos anteriormente. O inglês reforça diferenças estruturais entre as investigações do campo do conhecimento científico natural e as análises sociais das ciências humanas. Os conhecimentos obtidos nas pesquisas das ciências naturais podem ser aproveitados para transformar o mundo natural, estando distanciados do campo-objeto sobre o qual foram elaborados. A instância que manipula o conhecimento localiza-se em posição exógena ao campo-objeto, como no exemplo do tecnólogo que o emprega para desenvolvimentos tecnológicos. Já no caso das teorias sociais, seus resultados podem potencialmente ser apropriados pelos sujeitos que exercem simultaneamente o papel de objetos na formulação destes dados e informações, cuja apropriação pode transformar o campo onde são produzidos e transmitidos. Isso aconteceria, por exemplo, na divulgação de uma pesquisa de intenção de voto que afeta o cenário eleitoral, como no caso em que a má colocação de um candidato influencia a adoção do voto útil em outro candidato que, apesar de não ser o preferido de determinada camada do eleitorado, está de acordo com a pesquisa em melhores condições de chegar ao segundo turno para enfrentar o adversário principal. Outro exemplo estaria na divulgação sistemática de registros jornalísticos e dados estatísticos referentes às mazelas da violência urbana, desencadeando protestos que podem melhorar os números relativos à segurança pública.

A análise da ideologia e de sua imbricação com suas materialidades discursivas, estas que ao mesmo tempo sustentam a ideologia e são moldadas ideologicamente, deve estar permanentemente relacionada às dimensões por onde circulam as discursividades políticas. Não podemos perder do horizonte analítico um olhar hermenêutico orientado para uma reflexão filosófica da necessidade de um exame das metodologias da

interpretação na pesquisa social. O objetivo é não diluir em análises abstratas os nós lógicos dos textos, passíveis de um entendimento interpretativo quando são articulados às condições sócio-históricas em que são produzidos e consumidos.

Relembraremos brevemente o caminho percorrido para a investigação do escândalo enquanto narrativa predominante na codificação discursiva do teatro político e seus atores no espelho virtual da interface da comunicação com as massas. Considerando o recorte de um estudo de linguagem, começamos a pesquisa investigando a estrutura da palavra política em suas origens, guiados por Jacques Rancière em sua interpretação de Aristóteles. Pareceu-nos produtivo iniciar nosso trabalho com a contribuição da filosofia, este campo disciplinar fundamental para as ciências sociais, cuja riqueza conceitual abre múltiplos feixes analíticos para pensar um fenômeno complexo como a comunicação política. A apresentação de um dano constituinte da palavra política, sob a figura do desentendimento, indica uma dificuldade primordial para o estabelecimento de uma racionalidade comunitária justa e equilibrada, onde as palavras designem com precisão e boa-fé os objetos aos quais se referem. Procuramos mostrar como a simples investitura numa operação discursiva já implica num desentendimento original que desloca a comunicação política para uma performatividade mais estratégica que informativa, menos “régia” do que ideológica.

O desentendimento estrutural da situação de palavra política está na relação de intensidade assimétrica que os pólos de enunciação travam no espaço desestabilizado do discurso, na disputa pela legitimidade social e a conseqüente efetividade performativa de seus atos de linguagem. A este espaço desestabilizado, naturalmente contraditório, vem somar-se uma aparência de ciência régia, o segundo dano sofrido pela racionalidade da moral platônica cimentada na construção discursiva no campo de enunciação política e do eleitorado acerca da política institucional.

O simulacro de ciência régia da comunicação política tece numa língua dos problemas comuns a superfície textual de conteúdos lingüísticos de uma língua latente das ordens. A língua das ordens trata das regras de atribuição das palavras às coisas e do compartilhamento de uma racionalidade política produtora e dependente de uma escala hierárquica de poder, em que uns poucos mandam e a maioria obedece, embora esta configuração dependa de uma imposição lógica de igualdade. Para que compartilhem o mesmo *logos* que estabelece posições distintas no corpo social é preciso que pobres, ricos, chefes e subordinados, governantes e eleitores, sejam iguais.

O terceiro distanciamento da ordem discursiva de uma idealidade política reside na adaptação da política às gramáticas e rotinas de produção do *marketing* corporativo e do jornalismo, nos discursos para a audiência massificada que constroem certa leitura mitológica das lideranças políticas, em arranjos narrativos ficcionais, distanciados de uma correspondência às suas práticas reais, estas nem sempre motivadas por um interesse público seminal. A adaptação da complexidade das múltiplas variáveis implicadas na política ao regime simplificado e preferencial do entretenimento massivo distancia em terceira ordem a imanência das práticas políticas das suas descrições discursivas produzidas nos meios institucionais de veiculação. A palavra política nos termos da igualdade social, da liberdade do povo, da justiça e de uma gestão da comunidade obediente em primeira instância ao interesse público é corrompida num triplo estado de dano.

Acreditamos estar na materialidade textual desta camada sígnica que comunica a política o prejuízo acumulado por construções de sentido operacionalizadas num distanciamento discrepante e mitificado da realidade material das práticas políticas. A forma como a pauta da discursividade política encontra-se dominada, no cenário brasileiro, pela questão da corrupção e dos escândalos, parece-nos indicial de um dano anterior, potencializado à medida que o discurso se desdobra em suas variadas vias de difusão. Interessa-nos analisar textualmente a radicalidade do encontro entre a lógica do dissenso fundadora da palavra política e as formas discursivas e estéticas que ela adquire ao adotar preceitos do *marketing* eleitoral e das técnicas de gestão das imagens públicas, que suprimem integralmente de seus textos e narrativas as figuras do dano e da precariedade na política. É a trilha que pretendemos seguir deste ponto até as considerações finais da pesquisa.

Por ora estamos ainda trabalhando os conceitos da análise do discurso em sua condição de metodologia de interpretação, preocupada em estudar as relações da ideologia com as materialidades discursivas produzidas pelos sujeitos em seu “duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo de textos” (Pinto, 2002: 12). O enfoque do discurso em sua composição situada entre a estrutura e o acontecimento foi analisado a partir da contribuição de analistas de discurso como Michel Pêcheux, Norman Fairclough e Patrick Charaudeau. A posição teórica adotada é dialética¹¹, na trilha argumentativa de

¹¹ Aqui entendida como desenvolvimento de processos gerados por oposições resolvidas em unidades.

Fairclough (2001: 70) que considera “os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas”.

O estudo das formas simbólicas, em Thompson, está ligado aos contextos e processos estruturais de significação, caracterizando, a nosso ver, uma identificação com os preceitos básicos da análise de discurso francesa, nossa principal base teórica, que estabelece que nos espaços de restrição do discurso (do não-dito), reside a indicação de uma orientação ideológica, ou seja, de uma tomada de posição que se manifesta politicamente no espaço enunciativo marcado pelo estabelecimento dos sujeitos enquanto partes de uma estrutura social demarcada hierarquicamente por posições pré-determinadas e diferentes entre si. Estrutura atravessada pelos atos de linguagem destes mesmos sujeitos, que manobram criativamente a potencialidade desestabilizadora da língua, em sua elasticidade significante, para reestruturar as práticas e dispositivos fixadores dos posicionamentos subjetivos.

Prosseguindo com a análise do discurso político segundo o arcabouço teórico apresentado até aqui, introduziremos em nossa caixa de ferramentas metodológicas a teoria social do discurso de Norman Fairclough, especialmente no ponto em que se refere ao esquema que chamou de *concepção tridimensional do discurso*, composto de três dimensões analíticas, que procuraremos enriquecer com o enfoque da abordagem da hermenêutica de profundidade de John Thompson. Através desta metodologia integrada traçaremos as diretrizes para uma abordagem da ideologia no que diz respeito ao discurso e ao contexto sócio-histórico de sua produção, assim como das formas simbólicas que condicionam a sua configuração e as esferas em que ele se reproduz.

Fairclough (2001: 100) descreve sua abordagem tridimensional para a análise do discurso como uma tentativa de reunir três tradições analíticas: a de análise textual detalhada na lingüística; a micro análise das conversações cotidianas, em nosso recorte da construção discursiva de sentido para o mundo da política com base em procedimentos de senso comum partilhados; e a macro análise sociológica da prática social em relação às estruturas, que objetiva identificar as condições de produção do discurso na relação dialética entre modos normativos e criativos de ação política. Analisaremos em seguida estas três dimensões analíticas do discurso político, dialogando com a teoria social do discurso e desta maneira construindo o tecido textual de nossa pesquisa, composto de fragmentos provenientes da singularidade do ato de enunciação, e também de outros textos, em citações manifestas ou constitutivas, inscrevendo o discurso acadêmico em modalidades estruturais de regularidades

discursivas. Finalmente nos atendo de forma específica no estudo do discurso político, começaremos pela dimensão da prática social da política — entendida na abordagem restrita à sua realização em instâncias partidário-institucionais —, a mais distante das pessoas não envolvidas na militância política, e da qual só possuímos informação a partir dos discursos circulantes nas duas dimensões internas do modelo analítico de Fairclough.

A questão da prática social em sua forma de ação política pode e deve ser pensada a partir de enfoques com a maior amplitude possível. As instâncias institucionais, como parlamento, assembleias, governo, partidos e organismos afins, não devem ser as únicas referências no estudo das práticas sociais sob o prisma político. As práticas sociais devem também ser consideradas pela perspectiva da ação política do cotidiano das pessoas, na forma como fazem suas escolhas e avaliam suas possibilidades profissionais, seus papéis na ordem da estrutura produtiva da sociedade e, ainda, o modo como se colocam diante dos lugares institucionais do discurso, ou seja, das formações discursivas anteriores ao indivíduo, fornecedoras de cadeias de enunciados previamente investidos de significados simbólicos compartilhados, que podem produzir mudança social se articulados nos limites da brecha discursiva — espaços de criatividade resignificantes do sentido da linguagem e da nomeação dos sujeitos e objetos sociais.

Para este estudo, consideramos produtivas as perspectivas etnometodológicas, que possuem instrumentos para reconstruir as redes de trajetos cognitivos resultantes da especificidade de determinada interpretação ou construção de sentido para um fato social. Tocaremos brevemente os processos interpretativos da *doxa* (senso comum), quando estivermos detidos na segunda dimensão da teoria tridimensional do discurso de Fairclough, em que tentaremos aproximar fundamentos da análise do discurso com segmentos das teorias de recepção, da psicologia política e dos estudos dos efeitos dos arranjos midiáticos. Ao estudar a dimensão do discurso enquanto prática social, isto é, a instância exterior do diagrama de Fairclough — que pode ser identificada ao circuito externo do fazer-situacional no quadro teórico esboçado por Charaudeau para representar sua teoria dos sujeitos da linguagem —, considerados os limites da pesquisa, recortaremos o âmbito da prática política em nível partidário e governamental, não nos aprofundando no sentido político dos micro-procedimentos da ação do dia-a-dia, e forçando uma restrição analítica aos mecanismos que estruturam os discursos políticos na relação com a materialidade do campo de enunciação.

Ressaltamos que a ideologia permeia as três dimensões do esquema tridimensional de Fairclough: posicionando os sujeitos através de suas práticas discursivas; materializada nos produtos culturais circulantes (dimensão textual); e na esfera da ação política, em cuja análise as questões da ideologia e da hegemonia aparecem com maior ênfase, embora estejam relacionadas diretamente com as três dimensões propostas pelo autor. Procuraremos mostrar que a ideologia possui existência material nas práticas institucionais, nas formações discursivas e nos textos produzidos e consumidos.

Estabelecidos os critérios para uma abordagem da prática política restrita aos macro movimentos dos organismos institucionais, aproveitamos para realizar a integração interdisciplinar ao método da hermenêutica de profundidade explorado por John Thompson em trabalho utilizado na pesquisa de Fairclough. Ao expor o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade, Thompson (2007: 366) identifica a instância da prática social classificando-a de “análise sócio-histórica”, composta das categorias teóricas referentes aos campos de interação, instituições sociais e à estruturação dos meios técnicos de transmissão. Para o autor o objetivo da análise sócio-histórica “é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas”.

Encontramo-nos neste ponto afinados com a posição de Thompson da manifestação de um débito com o projeto da teoria crítica, apesar da rejeição de muitos de seus pressupostos teóricos e instrumentos metodológicos. Vivendo em uma situação espaço-temporal distinta e com outras técnicas de interpretação disponíveis, optamos em adotar a posição dialética que situa os sujeitos e as possibilidades enunciativas do discurso entre a tendência ao apagamento oriunda do estabelecimento e da reprodução das relações de dominação, de um lado, e os processos críticos que possibilitam uma recondução dos indivíduos ao papel de agentes auto-reflexivos, capacitando-os a “agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras” (Fairclough, 2001: 121).

Aproveitamos este momento para introduzir as críticas de Thompson a respeito do excesso de preocupação com a diversidade e a diferença em análises teóricas recentes, preferenciais a uma diversidade positiva provinda de um multiculturalismo atenuador ou excludente da análise crítica da ideologia, em seu valor enquanto uma fase da relação dinâmica entre a natureza da dominação com seus modos de reprodução e as

possibilidades de sua transformação. Segundo ele, estas análises não conseguiram dar conta do fato de que nas circunstâncias presentes das sociedades modernas diversidade e diferença estão “geralmente inseridas nas relações sociais estruturadas em maneiras sistematicamente assimétricas” (2007: 426).

Entre as pesquisas situadas no campo da comunicação política, um enfoque substancial vem sido empreendido em análises sobre os efeitos da mídia na recepção. Ao analisar a zona de fronteira entre a comunicação social e a política, Rubim (2000: 12) detecta uma subestimação do papel da mídia na maioria das leituras das ciências sociais em geral e da ciência política em particular, acentuando o caráter instrumental da mídia e sua subalternidade frente à esfera da política em toda a sua amplitude teórica. Em contrapartida, aponta que um fenômeno contrário acomete os estudiosos da comunicação que se debruçam sobre a política: uma superestimação da videopolítica ou de aspectos essencialmente ligados à midiaticização dos lugares onde a política acontece.

Ao analisarem os textos da comunicação política televisiva, muitas vezes os estudos de recepção ignoram os nós interpretativos que lembram a condição não logicamente estabilizada do espaço discursivo político. Tal postura acadêmica dos estudos empiristas de comunicação política encontra-se afinada com o tipo de hegemonia técnico-corporativa instalada nos diversos campos da estrutura social, como um braço discursivo legitimador do pragmatismo adotado pela práxis política hegemônica. Por atrás da aparência transparente da rigidez metodológica da leitura de números fornecidos por fontes oficiais, acontecimentos descritos pelo jornalismo e pesquisas comprometidas com os regimes de autoridade vigentes, são marcações de posicionamentos interpretativas, cômicas de seu papel político e que evitam colocarem-se enquanto movimentos de resistência, com o esforço pela suavização da violência da adaptação da política à gramática publicitária dos meios midiáticos, e a exaltar a democratização promovida de seu alcance massificado. Este papel “integrado” dos estudos empiristas, baseados principalmente nas correntes norte-americanas inspiradas pelas pesquisas de Paul Lazarsfeld, manifesta-se nas suas expressões textuais, onde os temas do poder e da ideologia são suprimidos em nome de uma seriedade científica, marcando uma vontade de institucionalização destas ordens discursivas, que fazem lembrar uma máxima de Foucault acerca do poder, que “seria tolerável somente na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo, sendo seu sucesso proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos” (*apud* Fairclough, 2001: 75). Parece-nos ser neste jogo de claros e escuros que se colocam as

pesquisas de recepção que situam a comunicação política no campo logicamente estabilizado característico de uma ciência régia. Estas análises revelam-se incapazes de operar um descolamento da ordem produtiva, clarificando em seus textos a filiação às convenções institucionais e o projeto de naturalização ideológica de seus enunciados, em oposição à estranheza e ao desconforto do entremeio em que se situa a efervescência crítica da análise do discurso.

A complexidade da composição pluridisciplinar da comunicação política é própria das regiões do saber instaladas em zonas fronteiriças do conhecimento. Por conta disso, sofre intervenções das diversas teorias das ciências sociais em geral e dos estudos de política em particular, com eles dialogando de maneira desigual e competitiva, com as marcas da complementariedade e da tensão, comuns à tematização de uma zona de fronteira que exige uma revisitação da questão do poder (Rubim, 2000: 13-14).

Faremos neste momento uma rápida e superficial revisão do papel dos estudos de recepção, apenas para situar o leitor, partindo do marco histórico da *Mass Communication Research*. Em meados do século passado, os meios de difusão se expandiam tecnologicamente com grande influência sobre a construção das subjetividades e imaginários sociodiscursivos. Era preciso se adaptar à realidade da crescente midiaticização e transformação nas formas de experiência e na organização sógnica nos padrões de interação social, gerando a necessidade de bancos de dados e informações técnicas para a elaboração de regulamentações e políticas públicas específicas para aquele setor em rápida transformação, além de uma gestão governamental da opinião pública.

Harold Lasswell (1902-1978), um de seus expoentes pioneiros, inaugurou uma concepção instrumental da propaganda, defendendo ser ela mais econômica do que a violência, não sendo nem mais moral nem menos moral que a manivela da bomba d'água (Mattelart: 2002: 37). É de Lasswell o modelo da agulha hipodérmica, que suporia a audiência como homogênea e assujeitada aos estímulos dos símbolos e idéias transmitidos. Paul Lazarsfeld (1901-1976), psicólogo austríaco que viveu nos Estados Unidos a partir de meados dos anos 30, um dos fundadores da *Mass Communication Research* ao lado de Lasswell, participou de pesquisas administrativas de fundo teórico empírico que tiveram notável reverberação no amplo campo das ciências sociais, como na psicologia, na sociologia e na comunicação social. As pesquisas de Lazarsfeld tiveram influência acentuada no domínio eleitoral, onde ao lado dos seus colegas da

Universidade de Columbia foram utilizados métodos de amostragem repetida para fazer a análise da formação da tomada de decisão de voto e do alcance da propaganda nos seus processos. Estavam interessados em estudar efeitos específicos e de curto prazo (Porto, 2007: 77).

Mattelart (2002: 44) aponta na metodologia dos estudos de Lazarsfeld vestígios de um desejo de formalizar matematicamente os mecanismos de recepção. Distanciado dos ideais utópicos com os quais flertara ainda jovem na Áustria, apresenta a pesquisa administrativa como alternativa à pesquisa crítica desenvolvida por autores como Horkheimer e Marcuse, ligados ao Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Financiado por instituições públicas e privadas interessadas nas especificidades e avanços da comunicação de massa, Lazarsfeld preocupava-se com a regularidade do comportamento social e em “aperfeiçoar instrumentos de avaliação úteis, operatórios, para os controladores da mídia por ele considerados neutros” (Mattelart, 2002: 45). Podemos observar aqui uma divergência marcante com as metodologias da hermenêutica de profundidade de Thompson e ao modelo tridimensional da análise do discurso de Fairclough, e ainda à teoria semiolinguística de Charaudeau, preocupadas com a contextualização social das formas simbólicas. Mattelart afirma que “essa tomada de posição o leva a abstrair os processos de comunicação dos modos de organização do poder econômico e político” (*id. ibid.*). A dimensão da prática social deixa marcas na textualidade produzida por ela, isto é, pistas de suas conexões externas na dimensão interna do esquema tridimensional. A estreita relação com fundos governamentais e corporações de comunicação teve impacto considerável no resultado de suas pesquisas, por ignorar os efeitos da camada exterior ao evento de enunciação, fator indispensável à análise do discurso político. O próprio Lazarsfeld admite, mais tarde, estas implicações, reconhecendo o receio de que “a pesquisa crítica pudesse afastar as fontes indispensáveis de dados e financiamento” (Lazarsfeld *apud* Porto, 2007: 79). Os estudos empíricos, portanto, possuem laços sociais com as empresas de comunicação, obtendo recursos para financiar pesquisas cujos resultados atendam às suas necessidades. A ausência de traços críticos na superfície textual que possam remeter ao tema da dominação é um vestígio da relação entre a construção de um discurso epistemológico e suas condições de produção.

Um caso contado por Mattelart (p.75) ilustra as diferenças epistemológicas entre as correntes de pesquisa. Em virtude do nazismo, Adorno é exilado nos Estados Unidos e recebe de Lazarsfeld um convite para colaborar num programa de pesquisas sobre os

efeitos culturais no rádio, no *Princeton Office of Radio Research*, uma das primeiras instituições permanentes de análise dos meios de comunicação, financiada pela Fundação Rockefeller. Lazarsfeld defendia então uma revitalização do empirismo americano por via da pesquisa crítica. Em 1939 a colaboração termina pela oposição incontornável entre as duas mentalidades. Conforme o registro de Mattelart, Adorno sentira-se limitado pelas exigências comerciais do financiador, que restringiam seus limites ao sistema de rádio, desviando de uma análise mais completa do sistema de difusão em seus pressupostos políticos e econômicos. Mais tarde, ao ser questionado sobre esta experiência, responde que “à exigência de ‘medir a cultura’ vi que a cultura deveria precisamente ser essa condição que exclui uma mentalidade capaz de medi-la” (Adorno *apud* Mattelart, 2002: 76). A crítica de Horkheimer mostra sua aproximação com Adorno e a incompatibilidade da pesquisa crítica com os modelos empíricos norte-americanos comprometidos com o mercado na definição de seus objetos e desenvolvimentos teóricos:

A necessidade de se limitar a dados seguros e certos, a tendência a desacreditar toda a pesquisa sobre a essência de fenômenos como ‘metafísica’, corre o risco de obrigar a pesquisa social empírica a se restringir ao não-essencial, em nome do que não pode constituir objeto de controvérsia. Com excessiva frequência, a pesquisa se vê impondo seus objetos pelos métodos de que dispõe, quando seria preciso adaptar os métodos ao objeto” (Horkheimer *apud* Mattelart, 2002: 76).

Os entremeios, zonas de instabilidade em que os problemas se colocam e se descolam da objetividade científica (cada vez mais modulada pelo acento positivista), são espaços discursivos evitados ou considerados improdutivos pelos enfoques influenciados pelo behaviorismo e pelo primado da descrição sobre a interpretação como nas pesquisas de Lazarsfeld. Lembramos a definição desenvolvida por Pêcheux das zonas do discurso logicamente estabilizadas e desestabilizadas, atenta a um desejo de incorporar modelos “reais” de análise social, inspirados nas ciências naturais, num esforço permanente para eliminar o componente hermenêutico indissociável da retórica política e da transmissão simbólica de valores culturais.

A análise do discurso propõe metodologias que permitam ao pensamento aproveitar criativamente as contribuições de outras linhas de pesquisas ou referenciais epistemológicos, em suas diferentes escalas de importância que determinarão, no tecido textual, a predominância, ausência ou distribuição assimétrica de marcas que conectem o discurso às diferentes instâncias por onde seu fio é tecido. Parece aqui estar em

questão problemas que ultrapassam as diferenças epistemológicas para se alojar em um debate de fundo filosófico, colocando em oposição duas formas da modernidade que podem ser interpretadas da seguinte maneira:

Se aceitamos a existência de duas modernidades conflitivas e interdependentes — uma socialmente progressiva, racionalista, competitiva e tecnológica; a outra culturalmente crítica e autocrítica, inclinada a desmitificar os valores básicos da primeira — estaremos melhor preparados para compreender surpreendentes ambivalências e paradoxos da linguagem da modernidade (Calinescu *apud* Costa, 2007: 6).

A primeira modernidade referida, a hegemônica, tem seu discurso tão entrelaçado à ordem produtiva que torna difícil a tarefa de separá-los. Na área de estudos em comunicação política, esta vertente está representada pelas análises baseadas em modelos quantitativos, muito aplicadas ao domínio eleitoral. Os métodos de sondagem e técnicas de *marketing* se desenvolveram e tornaram-se predominantes, primeiro na estratégia eleitoral de massas, seguindo em suas articulações no contexto acadêmico da comunicação política, onde os discursos adquirem materialidade e com o tempo se naturalizam como cimento ideológico. Apesar das críticas, nossa proposta, seguindo as diretrizes delineadas, é a de utilizar em favor da amplitude de nossa análise os estudos de recepção de formas simbólicas pela audiência, e também os de psicologia política e de efeitos midiáticos. Algumas teorias ligadas à tradição de estudos da corrente americana serão trabalhadas colaborativamente com as ferramentas da análise de discurso. Julgamos necessário tê-las em mente para identificar os pontos ideológicos nos textos e discursos políticos e no sentido das práticas sociais. A defesa de uma educação lingüística atenta às dimensões do discurso é importante para que sejamos mais capazes de intervir criativamente na linguagem dos textos e discursos que produzimos e consumimos, e desta maneira firmar movimentos de resistência ou adesão, advindos de atos conscientes de interpretação. No caso da política partidária em sua relação com as gramáticas da discursividade midiática, a ação política teoricamente deveria estar em observância com os preceitos éticos de honestidade e interesse público, embora saibamos que não é o que ocorre na realidade. Entretanto, nas representações virtuais das narrativas midiáticas inseridas na ordem discursiva do *marketing* corporativo — que engloba a categoria eleitoral —, permanecem os valores públicos nos discursos em nome do conjunto da população como figura soberana da qual em última instância emanaria o poder. Embora estejamos falando da propaganda eleitoral,

nos referimos também aos discursos promocionais dissolvidos em notas jornalísticas, fragmentos editoriais, enquadramentos visuais e outros elementos semióticos transmissores de significados simbólicos, que podem passar despercebidos na ausência de um método analítico que os considere. Nos registros discursivos da propaganda eleitoral não parece haver necessariamente uma obrigação de boa-fé em relação aos seus objetos, mas a necessidade de produzir um efeito performativo favorável estrategicamente a determinado grupo ou candidato, seja na negociação política regular, no debate público ou nas peças de propaganda. Nosso enfoque metodológico integrado procura dar conta destes três aspectos ao estudar o discurso político em abordagem não empírica, amparada pelos referenciais da análise do discurso e em menor grau da teoria crítica. Pretende-se na instância exterior da prática social englobar analiticamente os modos como a palavra política é articulada nos bastidores e nas relações públicas dos agentes do campo político, relações que podem ser mediatizadas ou não, e os mecanismos através dos quais a linguagem orienta a relação física dos corpos na imanência do campo de enunciação em que “as palavras mudam seu sentido de acordo com as posições de quem as usa” (Pêcheux *apud* Fairclough, 2001: 52).

Um ponto interessante da análise da prática social é que ela permite uma compreensão da flexibilidade da lógica capitalista, esta que, ao criar esquemas e convenções para a inteligibilidade dos regimes de interação, permite a liberdade criativa nas esferas do texto e do discurso, em relação inversamente proporcional à possibilidade de criação de novas formas de ação política calcadas em modelos existenciais alternativos.

Analisar a dimensão do discurso como prática social torna mais clara a viabilidade de manifestar-se politicamente através de discurso sem uma necessidade de conexão ou correspondência à prática social de seu enunciador. Podemos exemplificar essa questão em dois ambientes sociais cujas distinções são percebidas nas diferenças entre as formas de expressão do conteúdo político: a militância partidária e a comunidade acadêmica. Em relação à comunidade acadêmica, o disfarce do marxismo muitas vezes toma as dimensões textuais e discursivas, em flagrante contradição à dimensão exterior da ação situacional. Os sujeitos situam-se em modelos formais de produtividade, buscando recursos junto a organismos governamentais, galgando as diferentes posições hierárquicas na estrutura acadêmica e fortalecendo a legitimação da autoridade no âmbito discursivo comum de determinada disciplina. Críticos do sistema e defensores de teorias alternativas no mais das vezes utópicas adotam a pragmática

institucionalizada da rede de contatos e do agir estratégico cujo objetivo final é o poder em si mesmo. A engenharia social consolidada na prática exterior do discurso, determinante na produção textual do discurso político, é composta de uma amálgama de dispositivos técnicos ligados à capacidade produtiva dos sujeitos, no entrelaçamento com a sensorialidade de um regime dos afetos cujos mecanismos são pouco conhecidos. Nesta esfera, a questão não é “saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (Foucault, 1979: 5). Consideramos importante abandonar a utopia das grandes narrativas ideológicas que acabam cegando o pesquisador para as dinâmicas assimétricas das relações políticas, em suas manifestações discursivas contraditórias e irregulares, que segundo a perspectiva teórica adotada por este trabalho devem ser atentamente investigadas. Embasado pelas ferramentas metodológicas da análise do discurso, um estado permanente de cautela e desconfiança deve ser instituído diante dos regimes de cristalização do discurso em narrativas que assumem o posto da verdade.

Na prática política em nível partidário também é possível constatar o descolamento entre os discursos efetivamente aplicados na prática social e os discursos produzidos, distribuídos e consumidos pela opinião pública, voltados ao projeto de construção da imagem pública de dirigentes e candidatos. Partidos com bandeiras e discursos ligados ao socialismo, falando em nome de uma reinvenção da prática política, alcançaram os postos mais altos da República com a utilização estratégica de discursos na forma de produtos para um mercado eleitoral, enquanto a prática política continua obediente a trâmites que têm uma relação mais visceral com a ordem capitalista global do que com diferenças programáticas e ideológicas entre os partidos. O *modus operandi* específico da *realpolitik* varia pouco, de modo que “as mudanças de governo não são um divisor de águas, mas no máximo uma ondulação na superfície de um rio a correr sem parar, monotonamente, com sombria determinação, em seu leito, levado por seu próprio ímpeto” (Bauman, 2000: 12).

No âmbito discursivo das práticas políticas, uma separação se dá entre uma língua dos problemas com a qual se formulam estratégias de construção de um *ethos* para o convencimento público, e uma língua das ordens que costuma manter prudente distância dos holofotes da mídia. A liberdade na construção de discursos e artefatos semióticos utilizados como propaganda política, na referência a qualidades pessoais dos candidatos, à forma estética de suas representações imagéticas na esfera de visibilidade

nos diferentes arranjos midiáticos, não é acompanhada pela liberdade de possibilidades criativas na ordem discursiva compartilhada pelos agentes políticos na disputa retórica regular que traduz no terreno textual os embates físicos do campo da imanência, em formas discursivas bastante diversas dos arranjos míticos e auto-promocionais dos textos da propaganda.

A perspectiva que adotamos defende uma integração analítica entre as dimensões por onde o discurso circula. Nossa proposta é analisar discursivamente a presença cada vez mais marcada dos escândalos de corrupção na textualidade política, tanto no nível da prática discursiva quotidiana, quanto nos registros do jornalismo, da propaganda eleitoral, e na própria arena discursiva onde acontecem os confrontos retóricos entre os participantes da política. Sendo assim, é preciso identificar na dimensão das práticas sociais os traços a partir dos quais surgem as composições textuais em torno dos escândalos, especialmente a partir da crise política deflagrada durante o governo do Partido dos Trabalhadores em 2005.

Podemos verificar no trecho selecionado abaixo uma análise política que faz referência ao aspecto da prática social (a parte de fora do esquema de Fairclough), ou seja, não apenas se referindo à forma como a política é expressa nos arranjos midiáticos, mas também ao modo como ela é praticada, possibilitando que as análises das práticas discursivas e produtos textuais destinados à gestão da imagem pública de políticos, empresários e tecnocratas junto à opinião pública, sejam complementadas por enfoques que evidenciem a ação política realizada pelo discurso das ordens e dos poderes, obedecendo a estratégias de poder.

Argentária, clone da imaginação publicitária e orientada por médias estatísticas, a classe política torna-se refém de seus próprios interesses, além daqueles de empresários e tecnoburocratas. No legislativo, em vez de legislar e fiscalizar, os supostos representantes do povo gerenciam verbas. No executivo, administram-se fisiologicamente os votos de maioria ou os acordos de liderança, para garantir a prática de uma gerência do Estado, teleguiada pelos caciques internacionais do capital. As perspectivas de corrupção são tanto maiores quanto maiores sejam o tamanho do Estado e a tibieza das legislações eleitorais (Sodré, 2006: 184).

Na instância exterior da prática social são mais pronunciadas as presenças de componentes ideológicos hegemônicos, o que fica evidenciado no trabalho de Fairclough, ainda que eles apareçam também nas instâncias textuais e práticas discursivas. Para estudar a esfera exterior do esquema de Fairclough (das práticas

sociais, aqui recortadas em seu aspecto político-institucional), é preciso perceber, conforme nos ensina Wilson Gomes (2004: 129), a separação entre a “política em cena” e os “interesses fora de cena”. Sendo um dos maiores pesquisadores da área da comunicação política no Brasil, Gomes aponta para certa timidez na análise e interpretação do jogo político regular, onde a concorrência partidária ocorre “através de complexos jogos de alianças, barganhas, acertos, adesões, partilhas de poder, retaliações, concessões, compensações e outras práticas de composição política” (2004: 83). Para o autor, a área da comunicação política tem tido maior interesse pelas teorizações sobre a interface entre as esferas da política e da comunicação de massas, sem maiores referências ao fenômeno político em sua dimensão integral. Cita como exemplo dessa tendência os estudos de mídia e eleições, calcados mais na instância da recepção, da cobertura jornalística e da propaganda eleitoral do que no jogo de forças praticado pelos agentes do campo político. Nesta linha preferencial de pesquisas está embutida a idéia de que o estudo da comunicação política deveria estar centrado na confluência entre estes dois domínios. Entretanto, conforme nos chama a atenção Gomes, há outros fatores implicados no ambiente formado pela interface entre a política e a comunicação de massas, citando entre outros exemplos as instituições que formam o corpo judiciário estatal e o campo econômico. Este último, especialmente, exerceria sobre a comunicação política grande influência, tornando essencial a análise do impacto do mundo dos negócios privados na política midiática. Estes três domínios formam um sistema, determinando o modo como convenções prévias são articuladas na produção textual e refletindo relações assimétricas de poder que reverberam nos discursos das pessoas comuns acerca da política. Na imperfeição sempre inacabada dos arranjos e tensões entre seus elementos, estrutura-se a rede de relações permeada pelos diferentes formatos do discurso político.

Gomes (2004: 142) lembra que cada domínio controla, administra e acumula recursos próprios à sua instância, recursos que são objeto de interesse dos outros domínios e entram no complexo de negociações entre seus agentes. A classe política tem o capital do poder político, a prerrogativa de nomear aliados para cargos estratégicos na malha de postos do Executivo, sem falar na força de influência em indicações para posições nos demais poderes. Distribuindo capilarmente os quadros partidários pelas vias de acesso à fazenda pública, o poder político significa trânsito entre os detentores do capital e acesso a outras lideranças do meio político, potencialmente podendo influenciar decisões de importância para grupos econômicos,

incluindo matérias referentes à concessão pública de empresas de comunicação e à regulamentação jurídica de seu funcionamento.

O campo da comunicação social, por sua vez, controla o acesso à visibilidade midiática. As gramáticas utilizadas na representação virtual de partidos e candidatos exercem grande influência sobre a classe dos políticos profissionais, visto que a esfera de visibilidade midiática constitui “um horizonte de realidade indisponível por imersão corpórea, porém mais importante para a criação de sociabilidade do que o mundo tangível da nossa experiência quotidiana” (Gomes, 2004: 144). Para a maioria das pessoas, é somente nesse campo que a política aparece, sendo acessado nas construções discursivas das pessoas muitas vezes como se ele e a política fossem a mesma coisa, formando uma unidade. Finalmente, o domínio econômico teria o recurso do volume de capital necessário para o financiamento cada vez mais dispendioso das campanhas eleitorais, criando vínculos fisiológicos entre doadores e políticos beneficiados, que em troca do apoio financeiro para suas campanhas favorecem os grupos que lhe apoiaram com o acesso aos orçamentos públicos e outras formas de compensação no interior do sistema de controle político dos recursos estatais.

A crise política deflagrada em 2005 na política brasileira tinha em sua trama narrativa aspectos relativos a mecanismos fisiológicos consagrados historicamente, como o financiamento ilegal das campanhas eleitorais, o aparelhamento do estado por grupos políticos — em suas ligações profissionais com os barões da economia —, corrupção do poder executivo para garantir o controle dos trâmites e votações parlamentares, entre outros. O Partido dos Trabalhadores chegou à presidência da República no ano de 2002 com o discurso eleitoral da mudança dos paradigmas da política. No campo da ação, entretanto, esforçou-se para se afinar ao *modus operandi* da *realpolitik*, este relacionado à montagem de máquinas financeiras no interior dos partidos, no fomento de um sindicalismo de negócios no contexto da interação com outros segmentos da política, e da representação parlamentar submetida a uma legislação eleitoral estimulante do financiamento abusivo e do *marketing* generalizado. Desta conjuntura prática da atividade política advém o “fenômeno da autonomia corporativa da classe política, que passa a girar burocraticamente ao redor de seus próprios interesses, dando margem ao desenvolvimento de uma corrupção sistêmica” (Sodré, 2006: 178-179). Uma orientação de prática política nos termos descritos acima representa o fator externo que deixa marcas na dimensão interior dos textos e artefatos culturais produzidos pela instância midiática.

O conjunto de práticas da discursividade política cotidiana, despojado do excesso de autopromoção e da cautela exigida pela exposição midiática, distancia-se da dicotomia entre uma dimensão programática (uma “língua dos problemas”) e um campo preenchido por narrativas míticas, para assumir o pragmatismo de uma língua das ordens. Ali onde não se pode perder tempo com o invisível, ou com qualquer uso da linguagem que não faça referência à objetividade do que se pode ver, nomear e interferir, trata-se de conferir visibilidade, instituir palavra ao silêncio da pré-determinação; produzir movimento, formas de subjetivação política que testarão a validade de seus discursos no campo de interação enunciativa partilhado pelos agentes políticos.

Na prática política dos gabinetes e zonas restritas ao conhecimento público, os discursos abandonam a configuração de pastiches formados do entrelaçamento textual de narrativas míticas em torno do herói salvador com as moldagens modernas do *marketing* corporativo. Também deixam de corresponder às declarações bem comportadas do jornalismo político, passando a fazer referência à realidade dos contextos produzidos dos encontros entre corpos e falas dos políticos nos ambientes sociais por eles construídos. A fala da realidade política, da pronúncia da hierarquia de poder, é em boa parte “filtrada” nas vias jornalísticas, sofrendo transfiguração adicional ao adequar-se às gramáticas do *marketing* eleitoral.

A discursividade dos seres falantes comuns¹² encontra-se na ponta da cadeia comunicativa, gerada a partir da recomposição de fragmentos textuais de múltiplos processos dialógicos desenvolvidos em diferentes instâncias de circulação do discurso político — reprocessados cognitivamente nas construções políticas do cotidiano. Ao elaborar sua concepção tridimensional do discurso, Fairclough tentou reunir três tradições analíticas. Na dimensão da prática social, abordou o problema da hegemonia ideológica numa perspectiva macro sociológica; na segunda dimensão de seu esquema procurou entender a produção ativa com base em procedimentos de senso comum partilhados, tentando compreender o modo como comunidades sociais produzem seus mundos “ordenados” ou “explicáveis” (Fairclough, 2001: 100). Na primeira dimensão, a análise textual e lingüística detalhada procura dar conta do discurso como texto,

¹² No sentido aqui empregado o termo “comum” não tem qualquer conotação pejorativa, servindo somente para diferenciar os seres falantes que utilizam a palavra na dinâmica da política institucional ou nas rotinas da produção das indústrias culturais (políticos, jornalistas, profissionais do *marketing* político etc), daqueles cujo envolvimento com a política ocorre em construções discursivas restritas ao âmbito privado, substancialmente em diálogo com a mídia e outros seres falantes na mesma condição.

podendo ter estendidos os seus instrumentos metodológicos para os estudos televisuais (ver Soulages, 2008). No último capítulo faremos a análise textual da heterogeneidade do tecido midiático, procurando reconhecer aspectos contribuintes do ambiente fecundo para a proliferação degenerativa do escândalo de corrupção: o modo como os dispositivos de midiatização da gramática televisual representam o dissenso estrutural da palavra política. No momento prosseguiremos com a análise do discurso político das dimensões da prática social e das práticas discursivas, respectivamente com os aspectos amplos e necessariamente interpretativos e ideológicos, na primeira, e com as análises das práticas cotidianas sobre a política, na segunda dimensão, configuradas majoritariamente por enquadramentos reproduzidos pelas tecnologias de midiatização.

Falar da dimensão política das práticas sociais implica necessariamente em introduzir na reflexão a questão da ideologia, dotando-a de características mais abstratas e interpretativas. É justamente o que faz Fairclough quando se atém à dimensão externa de seu esquema tridimensional do discurso, relacionando a prática social com as estruturas sociais. Nesse ponto urge explorar os conceitos de ideologia e hegemonia, precisamente o caminho de Fairclough ao adentrar o terreno dos discursos em sua dimensão de prática política. A análise adquire amplitude ao dirigir-se a um enfoque que considera estruturalmente as práticas sociais, sem dissociá-las de suas conexões com processos interpretativos essencialmente ideológicos. Foi o caminho de Hardt e Negri na reflexão sobre o que chamaram de Império, a nova forma de supremacia reguladora das permutas do mercado global cada vez mais indiferente às fronteiras dos estados-nação e aos canais institucionais por onde a sociedade civil podia tentar influenciar ou contestar este estágio avançado da voragem capitalista.

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes — ou seja, produzem produtores. Na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida. É uma grande colméia na qual a abelha rainha supervisiona continuamente produção e reprodução. Quanto mais profunda a análise, mais ela descobre, em níveis crescentes de intensidade, a construção interligada de relações interativas (Hardt e Negri, 2006: 51).

Estudos desta amplitude teórica implicam naturalmente em enfoques analíticos integradores de uma lógica interpretativa que aparece de alguma forma, fornecendo pistas textuais de suas conexões ideológicas, uma tomada de posição política

reconhecidamente afirmativa. Torna-se tarefa árdua, nesta tradição de análise, o esforço de afastamento de perspectivas hermenêuticas, assim como de tentativas de formatar o discurso em bases formalmente científicas; a condição simultânea de sujeito e objeto do agente enunciador dificulta — ou mesmo impossibilita — a inserção do discurso numa estrutura logicamente estabilizada, pois a opção por métodos quantitativos já revela em si mesma uma forma de interpretação da realidade e um inevitável posicionamento político. Em textos do tipo macro-sociológico, como o citado acima, há um pronunciamento ideológico “arriscado”, em tempos em que os discursos acadêmicos se esforçam em deixar em uma segunda camada de sentido as marcas interpretativas, talvez no movimento de tentar superar as seqüelas deixadas no pensamento pelo marxismo dogmático que por tanto tempo dominou a cena universitária, solapador da profundidade analítica dos fenômenos sociais.

Foucault defendeu a superação da concepção de poder sob a ótica de um plano superestrutural de idéias que estariam “separadas” do nível real e básico da produção, tentando fundir a superestrutura à infra-estrutura material, não somente em termos econômicos, mas também em aspectos culturais, físicos e subjetivos. Esquadrinhou a dinâmica de micro procedimentos que, mesmo não sendo marcadamente políticos, reproduzem uma ordem hegemônica de modelo social. A interpretação pós-estruturalista do biopoder — encontrada em autores como Deleuze e Guattari e mesmo em Foucault —, está apoiada na questão da produção do ser social (Hardt e Negri, 2006: 47), em que o controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas com a vigilância ideológica das consciências, mas no corpo, isto é, colocando o corpo e a vida no centro da lógica da produção de subjetividades.

Partindo de um entendimento da constituição política do presente tal qual em Hardt e Negri, dentro do recorte dos estudos em comunicação e cultura, localizamos a produção biopolítica nos nexos imateriais da produção de linguagem. A reprodução sistemática de redes simbólicas de sentidos sociais pelas indústrias de comunicação é ao mesmo tempo causa e efeito, produtor e produto, expressando e organizando o modelo político atual, moldando as bases do imaginário coletivo, fornecendo os códigos e registros que em conjunto configuram sua inteligibilidade histórica. “O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade” (2006: 52). A produção material das corporações, em sua permanente busca pela promoção dos produtos e da eficácia, é acompanhada da produção de subjetividades que conectam o

desejo dos corpos ao sentido de vida formatado hegemonicamente pelo capitalismo em suas estratégias sensíveis.

O resultado da composição intertextual entre o pensamento do filósofo político italiano e do teórico literário americano aponta para uma transição histórica de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Os mecanismos de disciplinarização reguladores das práticas produtivas, em suas instituições e epistemologias, racionalizavam os esquemas duais de categorização do que estava no domínio da normalidade e do que pertencia ao que se entendia como “desvio”. Dentro deste tipo de sociedade se pronunciaram os movimentos de criação de linhas de fuga, assim como de uma resistência política estruturada sob a ótica da disputa de classes. A dominação era ideológica, realizada através da consciência. Para que esta sociedade funcionasse, era preciso que estivesse em regime de vigilância, na obediência a um poder menos difuso e mais mensurável, tanto nos discursos da resistência militante quanto nas palavras de ordem paternalistas dirigidas dos governantes aos governados.

A disciplinaridade, embora tenha obtido êxito ao instituir limites à produção subjetiva e ao prescrever aos corpos modos pré-determinados de ver, dizer e fazer, não conseguiu dar conta do indivíduo em sua totalidade expressiva. Esta tarefa é concretizada na configuração da sociedade de controle, na qual a disciplina se encontra interiorizada, não necessitando dos mecanismos externos de vigilância, constituindo um sentido vital para o campo de imanência, na reprodução de modelos padronizados de subjetividade moldados pelas tecnologias midiáticas, em relação orgânica com o paradigma imperial definido pela colaboração entre Hardt e Negri (2006: 43). No estágio da sociedade de controle, corpos e mentes estão indissociável e permanentemente disciplinarizados na totalidade de suas atividades. A necessidade e a insegurança realizam a tarefa anteriormente delegada aos modos de vigilância, instituindo competitividade acentuada e modos de viver profundamente calcados na objetividade do lucro e da ascensão social. O lazer e o prazer foram domesticados com notável contribuição das tecnologias estéticas da mídia; os imaginários sociodiscursivos cada vez mais giram em torno de sistemas integrados de comunicação e redes de informação, enquanto os corpos são apaziguados em modos recreativos e monitorados de bem-estar, contexto que desloca o engajamento político para um espaço obsoleto, associado diretamente ao ressentimento e à incompetência na adaptação às formas modernas de sociabilidade. A política, desta maneira, em contradição ao movimento de massificação dos discursos eleitorais, fica restrita às instâncias profissionalizadas de

gestão do poder público. O contexto biopolítico, impregnado nas consciências e corpos, pulsa o tom hegemônico das relações sociais, enquanto a política se profissionaliza e os votos do eleitorado são cooptados preferencialmente por estratégias atuantes na sensibilidade dos indivíduos, através de dispositivos midiáticos que falam diretamente aos afetos, de modo que “a cultura passa a definir-se mais por signos de envolvimento sensorial do que pelo apelo ao racionalismo da representação tradicional, que privilegia a linearidade da escrita” (Sodré, 2006: 19).

Embora esteja mais pronunciada na instância exterior do esquema faircloughiano, a ideologia também se encontra nas dimensões interiores. No aspecto amplo e sociológico das práticas políticas pode-se facilmente identificar na ordem mundial a regência de um poder imperial sobre as permutas da globalização capitalista. Numa operação simplificadora, mas útil para o ponto de vista de nossa análise, podemos considerar os extremos da múltipla variedade de discursos em suas gradações intensivas dentro do feixe de opiniões a respeito da configuração hegemônica. Começamos pelas posições que comemoram um tempo em que finalmente a liberdade de empreender e trocar se desvencilhou das amarras estatais e ideológicas¹³; com a economia se libertando da política, numa configuração estatal mais enxuta e menos restrita pelas regulamentações governamentais. Esta posição discursiva é hegemônica e reforçada pelos valores da configuração ontológica narcisista emergente, cuja matriz de produção de subjetividades se encontra hoje representada pela comunicação midiaticizada.

Dentro desta linha integrada de opiniões afirmativas do modelo político predominante, o mercado não seria perfeito, mas mesmo com seus problemas cometeria menos erros e enganos do que os governos, devendo ser deixado livre para se autorregular. Esse tipo de pensamento próprio ao liberalismo prega que não há alternativa, que nosso sistema não é isento de defeitos, mas é o melhor que podemos ter. Para esta corrente discursiva, as propostas de sociedade alternativas podem até ter intenções melhores que as do capitalismo, mas que este apresentaria resultados melhores do que os modelos alternativos. Variantes discursivas deste gênero indicam que não se deve perder tempo com questionamentos sobre o sistema social, mas batalhar a vida como tudo mundo, aceitar o mundo real e evitar gastos de energia cogitando mundos imagináveis. Os adeptos ou alienados ao tipo de molde subjetivo e modelo de

¹³ No sentido atribuído pelo senso comum a esta controversa palavra (ideologia), conferindo-lhe forte carga reativa provinda de um entendimento dela enquanto persistência da obsolescência política e entrave para a liberdade.

comportamento hegemônico encontram-se absorvidos na partilha de um sentido social dominante, em suas práticas e significados, que falam da promoção permanente dos produtos, da cultura, das pessoas, de modos cada vez mais sofisticados de consumo de bens e de estilos de vida. O desfrute da vida privada e a felicidade ocupam substancialmente as preocupações e ocupações humanas, ao mesmo tempo em que manifestações de preocupações coletivas são vistas preferencialmente como sinais de ingenuidade, ressentimento de uma incapacidade produtiva ou até mesmo de vagabundagem. Falar em política em termos de mudança ou engajamento soa oportunista como a demagogia dos políticos. Nesse contexto as pessoas se esforçam na integração com o mercado e a sociedade de consumo, e também se engajam na participação competitiva nos jogos de *status* social, amplamente turbinados pelos sistemas da moda e dos produtos culturais divulgados pela mídia.

Para esta perspectiva majoritária de modelo social as questões existenciais são concretas e imanentes, evitando perderem-se do sentido de objetividade, pois não compartilham do estranhamento próprio às lógicas desestabilizadas, estando distanciadas de questionamentos dos valores e do tipo de organização social que ajudam a produzir e refletir. Este modo de vida não é normalmente encarado como uma maneira de posicionamento político, e sim como um modo ideologicamente neutro. Analogamente, muitos rechaçam a existência de uma hegemonia na produção de subjetividades nos dias atuais, mencionando as tecnologias discursivas do poder, como as mídias corporativas, agências publicitárias e indústrias do entretenimento cultural que oferecem ampla segmentação mercadológica, numa variedade vertiginosamente crescente de opções. O efeito de liberdade de escolha conecta-se ao desejo de partilhar com sucesso a comunidade estética, dos ocupantes das melhores posições da sociedade, no sentido do acesso desterritorializado a bens de consumo, liberdade de possuir o que desejar e estar aonde quiser. A multiplicidade de opções reproduzidas pela evolução técnica dos produtos e resultados de todos os tipos parece ser ilimitada da perspectiva da funcionalidade, própria à modernidade tecnológica e competitiva hegemônica no campo social.

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, a “prótese”, ocultando a sua dimensão societal, que está comprometida com uma forma específica de hegemonia, pela qual a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital das estratégias corporativas (Sodré, 2002: 190).

Para a modernidade crítica dos valores embutidos nos diferentes sistemas de pensamento, a moldura epistemológica deste modo aparente de vida é estreita e padronizada, aprisionando o homem na maior parte do tempo em sistemas maquínicos e artificiais, desconectados da pulsão orgânica do desejo.

Procuramos esboçar brevemente o que entendemos ser o modo preferencial de se colocar politicamente, considerando que não há forma neutra de atividade comunicacional ou possibilidade de se colocar “de fora” do modelo social compartilhado. Entendemos o termo *hegemonia* como uma “liderança cultural e moral que grupos dominantes exercem sobre classes subalternas na sociedade civil” (Porto, 2007: 110). Esta liderança não é exercida de forma autoritária ou absoluta, mas na construção fragmentária e rizomática de um consenso cultural incorporador e ressignificador das demandas destas classes.

A referência aqui é maioria que elege os sucessivos governos envolvidos em escândalos e com uma forma determinada de fazer política. O que está em questão para nós neste ponto é a opinião conservadora do brasileiro médio que vota numa configuração discursiva marcada pelos enquadramentos preferenciais difundidos nas mídias de maior audiência. Enquadramento incorporado aos discursos das pessoas nas trocas comunicativas desinteressadas e repetitivas, que dão o tom da conversa política da maioria de eleitores, pouco interessada na política partidária e institucional e levando uma vida distante dela. Bauman (2000: 12) talvez estivesse exagerando quando afirmou que este discurso majoritário do liberalismo não passa de “uma auto-apologia da rendição”, mas é preciso quando aponta uma crescente apatia política e acentuação do conformismo.

2.3. Senso comum e cognição política

Práticas discursivas podem tanto se referir à análise dos discursos proferidos pelos agentes legitimados da ordem policial, como juízes, peritos, magistrados, parlamentares etc., quanto à dimensão dos diálogos cotidianos, em seus enunciados ordinários que serão objetos da investigação discursiva amparada pelo método de interpretação da *doxa*, esta que é composta das opiniões, crenças e entendimentos sustentados e partilhados pela comunidade social. No primeiro caso, o discurso está integrado ao entendimento que fizemos acima de prática social, enquanto no segundo

caso o discurso está num estrato secundário, composto no formato de um complexo intertextual que reflete fatores de diferentes ordens. Os discursos das pessoas comuns acerca da política são constituídos de diferentes vozes ou fragmentos textuais: de pessoas conhecidas, com quem se conversa sobre política; de textos de todos os tipos e cada vez mais coletados da mídia. Desses pontos o falante, de acordo com suas possibilidades cognitivas, constrói inteligibilidade para o mundo da política que lhe aparece basicamente pelo espelho virtual da interface midiática, entrelaçando polifonicamente o tecido de seu discurso pessoal sobre a política, que ao fim do processo se traduzirá num voto, escolhido dentro da limitada variedade de bandeiras programáticas e embalagens estéticas. A formação do temperamento político de cada eleitor e finalmente a sua atitude de voto acontecem a partir do resultado da percepção e organização cognitiva retirada da heterogeneidade enunciativa do *bios* midiático.

Mauro Porto realizou uma competente revisão de estudos de psicologia política que podem ser úteis para nos ajudar no apontamento de fatores para a assimilação permanente do escândalo como referência da política. Citaremos rapidamente alguns pontos que julgamos relevantes a esta pesquisa, nesta parte em que estamos debruçados sobre a formação dos discursos dos eleitores sobre política. Os conceitos de senso comum e narrativa são importantes instrumentos analíticos para compreender como as pessoas fazem suas construções discursivas. O exame deles nos auxiliará no terceiro capítulo, quando observaremos a intencionalidade preferencial dos enquadramentos midiáticos.

Em relação à atitude do senso comum, Porto defende um modelo que não parte do pressuposto de que as pessoas possuem opiniões consistentes, indicando que o processo de construção de explicações para o mundo público é mais intuitivo do que racional (2007: 70). Sob o paradigma do modelo de acessibilidade de John Zaller, as pessoas não possuem posicionamentos fixos sobre os assuntos políticos, construindo “declarações de opinião” nos momentos em que são questionadas sobre determinada questão. Ao construir suas opiniões, as pessoas usam as idéias que estão mais acessíveis em suas mentes. Outra importante tendência da estruturação cognitiva humana seria “incorporar aos esquemas explicativos apenas a ‘conclusão’ ou a ‘moral’ de uma sequência de fatos” (Aldé, 2004: 45). Vale mencionar também o mecanismo conhecido como memória semântica, que serve para

atribuir significados a um mundo complexo, sem sobrecarregar intelectualmente o indivíduo com a necessidade de comprovação, evidência e demonstração do processo de julgamento. Uma vez aceito o argumento, guarda-se a conclusão, capaz de orientar o cidadão quanto às suas posições e escolhas. Dessa forma, os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram — o sistema simbólico — é mais duradoura (Aldé, 2004: 46).

A atitude do senso comum tenta conferir previsibilidade ao mundo social, organizando normativamente as experiências e descrições individuais em relação a ele. Ao interagirem com a informação política, as pessoas procuram contextualizá-la ao quadro geral de seus conhecimentos sobre o mundo público. Ao longo deste capítulo abordamos os mecanismos epistemológicos envolvidos ao conceito de senso comum, lembrando a necessidade da homogeneidade lógica que cobre superficialmente as regiões heterogêneas do real, atendendo ao sujeito pragmático em sua gestão da vida cotidiana, em seu esforço para decodificar um mundo “semanticamente normal”, logicamente normatizado.

Uma das características principais do senso comum é ter em narrativas, e não em conceitos, seus princípios organizadores (Porto, 2007: 70). As narrativas são eventos cognitivos destacados na formação do pensamento político das pessoas comuns, criando inteligibilidade ao contexto político. Levando em consideração que a lógica não é central nos relatos cotidianos, as categorias utilizadas para explicar a política costumam apresentar níveis reduzidos de performance mental, argumentação primitivamente afetiva, baseada em idéias “frouxas”, definidas empiricamente com base em julgamentos imprecisos, histórias pessoais e relatos de outras pessoas, com base em narrativas desprovidas de solidez conceitual.

A atividade de contar histórias é um fator central da psicologia política. Histórias são compiladas e lembradas com mais facilidade do que argumentações lógicas, requerendo um número maior de informações contrárias para serem desconsideradas (Popkin, 1994; *apud* Porto, 2007: 71). A estrutura narrativa das construções discursivas populares serve ao nosso interesse por focalizar padrões, personagens e tipos de moral no desenvolvimento dos enredos com proximidade dos enquadramentos hegemônicos da mídia. Os modelos de apreensão cognitiva que acabamos de verificar sugerem susceptibilidade para a incorporação do escândalo ao quadro referencial do eleitor sobre o mundo político.

A noção de enquadramento, a propósito, é fundamental para a constituição das narrativas e será revista rapidamente para introduzir o roteiro que propomos para o último capítulo, onde faremos uma análise textual do discurso político midiático. O livro de Mauro Porto é a referência que usaremos nesta parte, por oferecer um enfoque bastante satisfatório aos nossos objetivos imediatos. Não iremos fazer um estudo sobre a recepção ou dos efeitos da mídia, como faz Porto em seu livro, onde propõe um enfoque integrado entre estas duas tradições analíticas. Nosso interesse se resume em defender a hipótese que deu o título deste capítulo, de que a comunicação política é mais estratégica que informativa. Queremos apenas ressaltar alguns comentários de Porto e dos autores com que trabalhou a respeito do conceito de enquadramento, que servirão não apenas para sublinhar as possibilidades estratégicas da comunicação política, mas para articular o discurso comum do escândalo com o modelo dominante de enquadramento da mídia que será identificado na parte final do trabalho.

Um dos pontos principais de interesse é que o conceito de enquadramento ultrapassa o plano da informação ou do conteúdo, podendo ser descrito como “recursos heurísticos que estimulam um padrão específico de interpretação das informações” (Porto, 2007: 73), de modo que seja possível influir decisivamente nos processos interpretativos de mensagens políticas sem distorcer ou suprimir informações.

Apesar de estarmos tentando descobrir um sentido preferencial, a possibilidade de outros sentidos é real, de modo que a mensagem não necessariamente será decodificada da forma que sugere o enquadramento preferencial. A análise do discurso investe em delinear o sentido sugerido pelo meio, predominante e estrategicamente situado para obter vantagem de se inculcar nos discursos das pessoas que têm na comunicação de massa seu diálogo referencial com o mundo público. Pessoas que olham televisão por um número excessivo de horas têm maior tendência a aderir instintivamente ao enquadramento preferencial, sem questionar ou fazer leituras alternativas. São absorvidas pela lógica fácil e espetacular com que os meios agem estrategicamente na distribuição de afetos positivos e negativos.

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1994 *apud* Porto, 2007).

Os enquadramentos hegemônicos da linha editorial dos principais jornais, das revistas de maior circulação e da televisão de maior audiência são compreendidos na letra de seu texto, numa cooperação fácil e voluntária do público. Queremos apontar este sistema preferencial da mídia e seus impactos sobre a comunicação política no terceiro capítulo.

No capítulo final desta pesquisa, as narrativas do escândalo serão relacionadas diretamente aos enquadramentos preferenciais institucionalizados na linguagem da grande mídia. Em resumo, analisamos as duas instâncias externas do esquema de Fairclough no que diz respeito às formas contemporâneas assumidas pelo discurso político. Ainda que as instâncias das práticas sociais e práticas discursivas se confundam e tenham mais pontos de intersecção que de separação, neste capítulo procuramos dividir as metodologias de análise do discurso combinadas em dois modelos, seguindo a categorização da hermenêutica de profundidade de Thompson (2007: 393): o da análise sócio-histórica para a análise das práticas sociais, e a pesquisa etnográfica da interpretação da *doxa* para a análise das práticas discursivas. A análise sócio-histórica das práticas sociais procura determinar características das instituições onde as mensagens políticas são produzidas e veiculadas, em suas conexões políticas e na amplitude de sua participação política na comunidade social. Entretanto, o caráter ideológico da comunicação de massa, interpretado com base nos aspectos organizacionais das instituições, em suas interações com os demais agentes do campo político, e ainda nas rotinas de produção dos conteúdos transmitidos não é suficiente para um entendimento satisfatório das metamorfoses do discurso político. Para que ele seja estudado com profundidade, é preciso também que sejam considerados os contextos e processos de apropriação pelo eleitorado, interpretando os pressupostos implícitos nas chaves de leitura empregadas pelas pessoas na decodificação e interpretação dos produtos midiáticos que consomem.

Sobre este ponto, em nosso exame das formas textuais e narrativas do discurso político, o ponto de partida foi a forma hegemônica com que a discursividade popular tem tratado a política institucional. O discurso massificado em torno dos escândalos de corrupção e do mal irrecuperável que capturou definitivamente a política sinaliza que podemos depreender do contraste a esta configuração uma política ideal, limpa, honesta, em que os líderes deliberam sobre o comum considerando exclusivamente os valores da coletividade, sacrificando em nome do povo brasileiro a vaidade de interesses particulares e projetos pessoais. Parece-nos que estas duas formas de entender a política

convivem paradoxalmente no imaginário sociodiscursivo do eleitorado, caracterizando uma ótica política que acreditamos ser um dos fatores responsáveis pela emergência do escândalo como narrativa preferencial. A hipótese que tentamos provar durante este capítulo, com o aporte teórico da análise do discurso, é que a política não deve ser identificada nestes extremos, isto é, nem com o mal absoluto e muito menos com o racionalismo da discussão consensual, mas no entremeio do ajuste entre estes processos.

Os mecanismos intertextuais analisados exaustivamente ao longo da pesquisa são reforçados quando é levado em conta o processo de elaboração discursiva das mensagens pelos meios de comunicação de massa. Thompson oportunamente nos chama a atenção para o fato de que a apropriação de mensagens não coincide necessariamente com a recepção inicial da mensagem, envolvendo na maior parte das vezes um processo contínuo de elaboração discursiva; as mensagens são discutidas num círculo mais amplo de pessoas que podem ou não ter vivenciado diretamente o processo de recepção. Isso mostra a importância dos processos dialógicos da discursividade política, ou seja, a forma como outros textos são aproveitados e passam a constituir os discursos das pessoas. A investigação do processamento de informação e da construção de sentido para a política deve ser considerada pelos pesquisadores, para avaliar a apropriação cotidiana das mensagens políticas pelos receptores. Analisando as convenções que eles empregam para interpretar as mensagens estaremos reconstruindo o sentido e explicitando as convenções sub-reptícias aplicadas no processo de decodificação das mensagens. A contribuição da interpretação da *doxa* é explorar o fator essencialmente ideológico da intuição hermenêutica de que o sentido da mensagem não é uma propriedade fixa da mensagem em si, mas uma característica constantemente renovada no processo de apropriação cotidiana dos produtos da comunicação de massa (Thompson, 2007: 407).

Finalmente, após termos verificado as condições de formação do discurso político nos âmbitos das práticas sociais e discursivas, resta-nos analisar as características das mensagens da mídia, o principal âmbito de produção de enquadramentos, com base no exame textual das propriedades e sentidos que podem ser interpretados como enquadramentos preferenciais. Apesar de na mídia ser encontrada uma variedade de gêneros narrativos, alguns aspectos de sua comunicação são estáveis em seus padrões de apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, verbal ou visual (Gitlin *apud* Aldé, 2004: 47).

Partindo da constatação do papel central da mídia na formação das falas de política das pessoas, e desta composição binária identificada acima que impregnou o discurso político em suas diferentes instâncias, desenvolveremos no último capítulo uma análise do conteúdo sincrético da mídia, apontando sinais desta vertente discursiva popular em cada um de seus gêneros de mediação. A política do dano absoluto estará identificada com a esfera da informação jornalística, cada vez mais tomada pelas denúncias de corrupção, e articulada à primeira parte do estudo onde revimos algumas teorias sobre a mecânica do poder nas sociedades modernas. A política democrática ideal, amparada pela razão de uma cultura de responsabilidade cívica, onde a honestidade e a competência são os valores políticos por excelência, por sua vez, estará identificada ao mundo onírico da propaganda eleitoral.

Capítulo 3

Virtualidade eleitoral e novelização do escândalo político

Neste terceiro capítulo, analisaremos as especificidades da dimensão textual do discurso. Repassando o trajeto do raciocínio que empreendemos para a análise do discurso político na supremacia do modelo do escândalo midiático: no roteiro do primeiro capítulo, ele parte da dimensão textual, com a assimilação semântica da igualdade do povo como componente estrutural da palavra política, seguindo para as práticas discursivas moldadas pela razão do desentendimento, com o foco nos seres falantes em seus atos de linguagem, para em um terceiro momento explorar a dinâmica do campo em que são encenadas performativamente as estratégias discursivas na disputa pelo consenso eleitoral. No segundo capítulo, ao analisar as propriedades do discurso político, fizemos o caminho inverso: partimos da dimensão das práticas discursivas e pensamos o discurso como prática social; agora, no terceiro capítulo, retornamos à dimensão do texto onde encerraremos nossa análise, tecida polifonicamente, em citações conscientes ou não, na oscilação própria ao tecer do fio do discurso.

O conjunto dos textos da mídia — como já dissemos aqui entendidos na variedade de formatos: impresso, audiovisual, sonoro, digital etc. — pode ser descrito como a própria instância textual do esquema de Fairclough, a materialidade resultante das práticas sociais em seus processos discursivos. As materialidades textuais da comunicação política serão finalmente contempladas em nossa análise, após termos percorrido as dimensões exteriores do esquema tridimensional, do discurso realizado nas práticas sociais, em que tecemos considerações sobre como tem sido desempenhada a atividade política no Brasil, e do discurso enquanto prática discursiva, nas construções cotidianas em que as pessoas expressam o sentido que fazem do mundo público.

A centralidade do papel da mídia nestas instâncias do discurso político tem sido exaustivamente discutida, havendo referências abundantes na literatura. Assim sendo, não nos propomos neste terceiro e último capítulo a um exame dos aspectos relativos ao controle político dos meios de comunicação, ou da forma como são empregados os seus recursos para satisfazer a interesses privados, porque estes aspectos integram a dimensão das condições de produção do discurso, exteriores à linguagem, e foram

examinados no capítulo anterior. Por ora nos basta considerar que, legitimados como fonte de sentido para a multifacetada realidade contemporânea, os aparelhos midiáticos comprovam permanentemente a condição de entidades complementares ao poder, fundamentais na transmissão ininterrupta de valores simbólicos, mercadológicos e políticos.

A meta nesta última parte da dissertação é caracterizar a dimensão midiática como instância textual do discurso político, chamando a atenção para sua multiplicidade de gêneros e evidenciando parâmetros gerais de tratamento de conteúdo que nela podem ser identificados. Constituiremos como *corpora* os seus produtos culturais empíricos, com vistas à análise semiolinguística, em que utilizaremos dois fragmentos de jornal impresso para comentar a esfera da informação, enfatizando a presença de fatores relacionados à prática social da realidade política brasileira, em contraste com trechos de propaganda eleitoral onde evidenciaremos a dimensão ficcionalizada da política, em suas construções amparadas pelos recursos audiovisuais das tecnologias de mídia e pela narratividade comum à lógica espetacular do entretenimento massivo. A tradução da política nos mesmos moldes de qualquer outro artefato produzido pela mídia tem alguns efeitos no campo da política, que tentaremos apontar no final deste capítulo.

Em primeiro lugar iremos expor em linhas gerais algumas especificidades da linguagem da mídia em suas produções culturais, em diálogo com o referencial metodológico da análise de discursos. Apresentaremos resumidamente algumas posições teóricas que acreditamos oferecer um suporte satisfatório para a compreensão dos gêneros e dispositivos de midiatização. Do exame geral das características dos formatos midiatizados contemporâneos, passaremos para os processos de adequação do conteúdo especificamente político às rotinas de produção e gramáticas de codificação identificadas à lógica da comunicação de massas.

O próximo passo será relacionar a representação televisual de conteúdos políticos ao fenômeno de submissão das demais porções da política ao seu lado eleitoral, para examinar a hipótese de que a gramática televisiva possui características favoráveis à adaptação do jogo eleitoral ao ambiente da televisão. A potencialização da faceta eleitoral da política operada pela lógica midiática talvez possa estar vinculada ao efeito que parece pairar sobre a vida política como uma *virtualidade eleitoral* ou campanha permanente (Gomes, 2004).

Numa retrospectiva dos acontecimentos recentes da política brasileira, praticamente todo o espaço midiático destinado à informação política foi pautado pelos

escândalos de corrupção. A crise que se abateu sobre o governo Lula coloca em evidência um sistema em que o escândalo emerge como característica endêmica da cultura política. A vinculação entre a gramática televisiva e a lógica eleitoral pode ser uma chave para entender o desenvolvimento de um consenso político que, dependente de resultados eleitorais periódicos, necessita legitimar-se com base na construção da imagem pública das lideranças. A classe política cada vez mais conjuga suas ações políticas reais com efeitos estratégicos produzidos no campo de visibilidade midiática, esta ambiência estetizada e impregnada de sensorialidade, terreno de fertilidade para a proliferação do escândalo e seu conseqüente direcionamento para o centro da arena política.

Utilizando as teorias com que trabalhamos até aqui, apresentaremos na seção final pequenas demonstrações de intervenções analíticas nos discursos políticos de textos empíricos da mídia. A análise de discursos será aplicada em exercícios de interpretação de trechos selecionados, em cujas superfícies semióticas faremos a identificação de codificações de sentido preferencial e desenvolveremos um argumento integrado com as três esferas existenciais do discurso, no intuito de explicar a emergência do escândalo midiático como narrativa política preferencial.

O objetivo principal é construir uma hipótese explicativa para as razões da exploração do escândalo se consolidar como narrativa preferencial no espaço midiático reservado à política, conseqüentemente predominando nos discursos de política do eleitorado e como instrumento central nas estratégias eleitorais.

3.1. Especificidades da midiatização contemporânea

As articulações modernas entre mídia, economia e tecnologia configuram a zona de interface entre as esferas da política e da comunicação como uma dimensão pública virtual, âmbito a partir do qual são tecidas as relações cognitivas do eleitorado com a esfera da política, e de onde são absorvidas as influências determinantes do voto. A comunicação política ocorre nesse espaço representativo que vem sendo chamado de telerealidade, em que a televisão, nas especificidades de sua formatação, firma-se como fonte preferencial de informação política para a maioria da população. A esfera de visibilidade pública é praticamente abarcada em sua totalidade pela mídia, preenchendo

os espaços vazios do imaginário e da discursividade popular, funcionando como uma das principais agendas dos temas de relevância na atualidade.

As formas midiáticas de comunicação operam sensorialmente na requalificação das sociabilidades, através do compartilhamento virtual de seus arranjos de correspondência com um sensível organizado em modalidades estéticas. Não é mera reprodução ou reflexo de uma realidade externa, mas um modo diferenciado de existência, estruturado em espaço virtual que funciona como um novo modo de interpelação coletiva dos indivíduos, configurando parâmetros específicos para a constituição das identidades pessoais. É pela comunidade estética que a política, na sua tradução tecnológica por suporte midiático, participa do imaginário sociodiscursivo daqueles que lhe viram as costas e optam pela criação lúdica de seus espaços de afirmação. A predominância do afeto nas narrativas do eleitorado acerca da política deve-se, em parte, por estarem construídas na relação com suportes tecnológicos que operam mais no registro do *fazer sentir* que no registro do *convencer*.

Os ambientes artificiais de geração e circulação de imagens formam o conjunto do aparelho ideológico com maior influência na vida cultural e comportamental da população, sendo decisivos na propagação dos regimes de moda, na determinação dos modelos estéticos e padrões de consumo. A fala popular tem sido orientada principalmente pela comunicação midiática, e em se tratando de falas políticas a mídia praticamente se apoderou desta zona discursiva, que ocupa uma posição cada vez mais periférica dentro do leque de temas de interesse das pessoas. A falta de entusiasmo com a política favorece a eficácia das estratégias das mensagens midiáticas na influência da decisão eleitoral do eleitor.

As tecnologias da mídia se conectam sensorialmente ao eleitor, na realização de uma comunicação adaptada à racionalidade estética dos tempos pós-modernos, menos argumentativa e crítica, e mais direcionada ao estilo de uma retórica emocional, mais ligada às sensações que à razão, perfeitamente adequada à atitude passional, efêmera, desengajada e distanciada que se tornou o ritual do voto. A linguagem midiática é estruturada sobre uma série de dispositivos de regulação, como dramaticidade, velocidade, entretenimento, emocionalismo e espetáculo. O predomínio da ação espetacular sobre formas mais íntimas e reflexivas de narração, o fascínio por um presente contínuo e sem memória, os símbolos “pastichizados” de uma cultura de consumo desterritorializada que se movimenta numa velocidade cada vez mais vertiginosa são características, dentre tantas outras, das formas culturais do estágio de

desenvolvimento capitalista das sociedades globalizadas, em que a lógica essencial do imaginário social se constrói com base nos valores irradiados na profusão simbólica dos meios de comunicação de massa. A linguagem da mídia, na sua efemeridade simulacral, na concepção de Charaudeau “chega a fazer desaparecer a temporalidade por meio de uma encenação dramatizadora que apresenta um mundo a ser consumido no instante, sem perspectiva histórica” (2006: 284). O discurso político, nesta ambientação em que se comunica com o eleitor, fala ao afeto e às sensações em suas estratégias, abandonando a lógica racional da qual é investido na prática diária da *realpolitik*.

Seguindo o roteiro de trabalho estipulado, começaremos analisando a telerrealidade, este espaço onde a circulação imagética se dá em grande velocidade, e grupos empresariais e políticos disputam a atenção de um telespectador impaciente e disperso, com possibilidade de acesso a uma multiplicidade de produtos culturais fortalecem a tendência de torná-lo alheio aos acontecimentos da arena política. Para simplificar nosso trabalho, destacaremos do conjunto da mídia e consideraremos a televisão como objeto de análise, por ser ela o principal meio por onde as pessoas se informam sobre o mundo político. Zona interfacial majoritária entre o universo político e o eleitorado, a televisão é protagonista no ambiente da comunicação de massa, campo relativamente autônomo, dotado de mecanismos próprios de funcionamento, operando com uma lógica particular que molda em seu formato qualquer tipo de conteúdo representado. Para a maioria do público, a cena política só existe nesse ambiente virtualizado, normalmente recebendo atenção apenas em período eleitoral. Dentro da variedade de aspectos que formam a totalidade do processo político, as eleições são o cenário de maior competitividade, sendo o que mais organicamente absorve a lógica do âmbito representativo da mídia, como nos esforçaremos em demonstrar.

O regime de performatividade da representação televisual favorece características narrativas e enquadramentos determinados, com regras e dispositivos específicos de mediação da comunicação política, que gostaríamos de discutir nesta parte final. Porém, antes de abordar a questão da adequação da política à lógica midiática e nos problemas decorrentes desta estruturação, nos parece necessário fazer um exame da linguagem padronizada no interior da heterogeneidade enunciativa da malha intertextual da mídia.

A variedade de formas narrativas no tecido midiático é um indício da pluralidade de forças em permanente disputa por legitimidade. Entretanto, a despeito dos confrontos no interior de qualquer sistema comunicacional, uma hegemonia cultural prevalece

sobre os enunciados da mídia, hegemonia relacionada à *forma* de apresentação e tratamento dos conteúdos. A lógica midiática é engajada em deixar aparente somente a tecnicidade de seu dispositivo discursivo.

Quando se admite que “o meio é a mensagem”, está-se dizendo que há sentido no próprio meio, logo, que a forma tecnológica equivale ao conteúdo e, portanto, não mais veicula ou transporta conteúdos-mensagens de uma matriz de significações (uma “ideologia”) externa ao sistema, já que a própria forma é essa matriz. Tal é o sentido ou o “conteúdo” da tecnologia: uma forma de codificação hegemônica, que intervém culturalmente na vida social (Sodré, 2006: 19).

Faz-se necessário diferenciar essa prótese tecnológica de um instrumento manipulável, entendendo-a como a própria forma técnica da interação, resultante de uma extensão espectral habitada como um novo mundo, de códigos próprios, perdendo a qualidade de reflexos da realidade para tornarem-se simulacros auto-referentes. Sobre este ponto, Jean Baudrillard teceu relevantes comentários, indicando que a mídia não é simples veículo de conteúdo, como podem propor leituras ingênuas e superficiais, mas é em sua forma e operação que a mídia induz a uma relação social. Para ele, “essa relação não é de exploração, mas de abstração, separação, abolição da troca” (*apud* Mattelart, 2002: 100). A tática das tecnologias midiáticas reside na negação de racionalidade dialógica ao público. A sua aparência de comunicação ilimitada está enquadrada na moldura que se estabelece como forma pura e adequada de produzir artefatos culturais. O que as tecnologias do poder e entusiastas consideram como evolução da comunicação, deve ser entendido como expressão de uma dimensão puramente técnica, ao modelo hegemônico da modernidade progressista e competitiva. Na concepção crítica, não é difícil perceber que tal comunicação não só não é ilimitada, como é nula, inexistente, pois a arquitetura dos meios de comunicação de massa, como lembrou Baudrillard (*ibid.*), é antimediativa, proíbe a resposta. Não consideramos comunicação ligar para um telefone e escolher entre dois finais diferentes no *Você decide*, ou para eliminar algum participante no *Big Brother*, programas da Rede Globo. Consideramos estas formas de participação pseudo-interativas, como uma simulação em que a resposta está integrada no processo de emissão, um tipo de comunicação que permanece unilateral.

A evolução da comunicação se dá apenas na ordem do aperfeiçoamento das técnicas de transmissão. Em relação aos modos de comunicar com a audiência, a grande mídia massifica seus produtos em enquadramentos limitadíssimos, seguindo lógicas

estéreis e padronizadas, como veremos adiante. O principal da crítica de Baudrillard, que possui relação direta com a problemática da ideologia que tentamos explorar, refere-se à fantasia da mídia estar amparada por um “estatuto técnico”, sendo ideologicamente neutra na transmissão de informação, hipótese defendida principalmente pelos jornalistas, que crêem alcançar um estado de neutralidade técnica com a forma padronizada que rege seu trabalho. O ideológico não está nas práticas discursivas ou em modelos claros de transmissão dos valores da ordem dominante, mas assimilado no próprio formato das mídias, no enquadramento com que elas expressam a informação, com o devido revestimento de isenção, ética e compromisso com a verdade que se espera de um veículo de comunicação. Ainda que se esforce em atender a tais princípios em relação ao conteúdo das mensagens veiculadas, o componente ideológico reside na forma como se apresenta o conteúdo, que hegemonicamente obedece a uma gramática substancialmente direcionada para o efeito de entretenimento. Pode-se dizer que a receptividade à informação política é maior quando estabelecida no modo da sensação e da semântica de uma linguagem previamente conhecida, sem alterar o pacto prévio entre o telespectador e a televisão. Assim, de maneira despercebida, as massas incorporam o discurso das elites com naturalidade, acreditando estarem diante de questões de indiscutível interesse público.

As regras de formatação para os conteúdos são em si mesmas formas de interpretar a realidade, baseadas em escolhas, que podem ser entendidas como posicionamentos, estando aí sua condição ideológica inapagável, ainda que a herança de certos pressupostos positivistas tente neutralizar tensões ideológicas via soluções técnicas. A neutralidade é um mito, visto que o simples ato de contar uma história já apresenta marcas que sinalizam interesses, posições, exclusões, podendo, se articuladas adequadamente, fornecer uma hipótese da formação ideológica do sujeito enunciador. Em textos políticos essa impossibilidade de neutralidade fica ainda mais aparente, conforme procuramos demonstrar ao longo de toda a explanação, em que indicamos que o estudo da construção das narrativas políticas é necessário ao entendimento de uma situação de inevitabilidade ideológica. Com isso, tentaremos identificar na grande mídia dos telejornais, jornais e revistas de referência nacional, essa tendência ideológica predominante, para finalmente fazer a análise integrada do discurso político em sua narratividade do escândalo.

Até aqui falamos em enquadramentos hegemônicos, modos preferenciais de representar conteúdos, e na forma de inteligibilidade com que imagens são construídas

no agenciamento estratégico aos interesses de políticos e da mídia. A seguir iremos especificar diferenças entre os gêneros de midiaticização, guiados pela preocupação em descrever especificidades da representação televisual comuns a todos eles, na busca pela identificação de um padrão hegemônico presente no conjunto da mídia.

A mídia é heterogênea, composta de tipos diferenciados de tratamento de conteúdo, ainda que determinadas características sejam gerais e abarquem a multiplicidade de gêneros culturais. Portanto, de saída é preciso atentar para a diversidade de visadas que a mídia opera na sua produção textual. Para isso nos valeremos de artigo recente que trata da metodologia de aplicação de instrumentos de análise do discurso nos estudos televisuais (Soulages, 2008). Ao analisar os discursos televisivos, o pesquisador deve realizar uma revisão teórica que o capacite a incorporar especificidades do discurso audiovisual no ferramental semiolinguístico de que dispõe. Visitando os três dispositivos constitutivos do regime de performatividade da representação televisual propostos no artigo, teremos a oportunidade de percorrer brevemente os tipos de gêneros da mídia.

Jean-Claude Soulages trabalha em seu artigo com três dispositivos de midiaticização com os quais identificaremos os principais gêneros midiáticos, traçando diferenciações quando julgarmos procedente: são eles os dispositivos de mostração, de ficção e de espetáculo (2008: 259). Buscando uma abordagem didática, poderemos associar um grupo de gêneros midiáticos a cada um destes dispositivos, para sinteticamente dar conta da esfera da informação, da propaganda eleitoral e da dimensão espetacular que atua sobre ambas. Desta maneira acreditamos estar fazendo uma análise intertextual da malha midiática, sem incorrer em dois tipos frequentes de enganos oriundos de leituras simplórias do aparato midiático: aquelas que o entendem como homogêneo, sem percebê-lo como um conjunto polifônico de discursos em disputa por hegemonia, em composições assimétricas que refletem de modo distorcido os pólos de enunciação envolvidos nos processos de produção textual; e leituras que tratam a mídia como grande manipuladora, unificada e maquiavélica.

Sobre esta segunda leitura apontada, lembramos a terceira parte do primeiro capítulo, onde vimos que o poder é difuso, de caráter relacional, não devendo ser encarado de modo verticalizado, provindo de uma fonte única e ubíqua, mas na complexidade de um campo imanente de forças em permanente articulação, nas diversas fases e lugares de produção do discurso. Sem com isso recair nas interpretações apaziguadas do multiculturalismo apolítico que se instalou em diversos setores da

academia, lembramos que apesar do patronato da mídia possuir as maiores cotas de poder no processo, não podemos desprezar os arranjos no interior de suas rotinas de produção, em sistemas antagônicos e complementares, cuja medição de forças pode deixar marcas nos discursos.

Analisaremos primeiro o dispositivo de mostração, em sua finalidade puramente epistêmica, em que a enunciação visual se estabelece sobre um efeito de transparência, através do qual o universo mostrado parece existir sem mediação explícita, no processo de identificação primária com a câmera (Soulages, 2008: 261). Embora não seja exclusivo dos gêneros informativos, é característico deles, e aqui, de maneira simplificada, consideraremos a esfera da informação como representante deste dispositivo que recobre os enunciados de realidade oferecidos ao telespectador com a garantia de uma conexão com um mundo restituído em sua verdade (*ibid.*). O jornalismo político, em sua variedade de estilos, será considerado na tensão com a questão da enunciação trabalhada exaustivamente até aqui.

A formatação atual do discurso jornalístico é um dos lugares de onde se profere a verdade, ao lado de outras ordens de discursos, como o científico, o jurídico e o histórico. Seus enunciados são reflexos discursivos de práticas sociais que os autorizam e através de sua influência se legitimam no corpo social. O discurso jornalístico está legitimado como uma das principais referências da sociedade a respeito da *verdade dos fatos*. Ainda que não se possa falar em verdade — uma questão filosófica de fundo teórico —, para o jornalista ela deve ser obtida, como uma imposição prática (Resende, 2005: 9). Sua versão dos acontecimentos é um referencial de considerável importância para a sociedade, e por isso as relações entre discurso, ideologia e poder estarão presentes inseparavelmente de seu espaço de enunciação.

Para começar a análise do discurso jornalístico, parece-nos necessário em primeiro lugar definir que ele ocupa uma categoria discursiva separada das demais que integram o conjunto das mídias. Considerando o tom da publicidade imposto a praticamente toda a produção audiovisual da mídia corporativa, o jornalismo parece consistir em um dos focos de resistência a esta linguagem hegemônica, ainda que ela em muitos momentos se faça presente na maneira como a enunciação jornalística é desempenhada¹⁴.

¹⁴ Não podemos deixar de mencionar os informes escancaradamente publicitários que se aproveitam do modelo textual e do selo do compromisso com a realidade do jornalismo para ludibriar os mais tolos, humildes ou desatentos.

O jornalismo é uma prática de discurso social que não adere explicitamente ao gênero de discursos do *marketing* e da publicidade — prevalentes no âmbito profissional e da vida privada em geral —, ainda que possua vestígios de suas linguagens entrelaçados em sua heterogeneidade enunciativa. O jornalismo é um gênero discursivo cujas rotinas de produção são representativas da idéia de intertextualidade: seu corpo textual é formado por entrevistas, declarações, marcas de orientações dos superiores hierárquicos, de pressões de agentes externos (políticos, corporações etc.), e mesmo a pena do jornalista deixa suas próprias marcas e aquelas das convenções padronizadas pelas quais se orienta.

As regras convencionadas para a orientação da produção jornalística, apesar de estáveis (e para muitos engessadas), sofrem modificações ao longo do tempo, isto é, os princípios que regem esse discurso preferencial, e que a primeira vista parecem universais, nem sempre estiveram vigentes. Ao longo da história estas regras foram sofrendo transformações, incorporando em suas práticas características ligadas ao espírito cultural dos momentos históricos em que estavam inseridas. Na atualidade, os princípios de objetividade e imparcialidade, ao lado de uma série de convenções, legitimam um determinado formato de enunciado jornalístico.

O campo da política, o mais problemático de ser incorporado ao discurso jornalístico, é o local onde são travados embates que perdem substancialidade ao se formatarem atrofiada e monologicamente na pragmática das convenções estabelecidas pelo jornalismo. As estruturas do *lead* e da pirâmide invertida consolidam-se sobre relatos cronológicos, a objetividade e a imparcialidade ainda parecem insistir sobre uma realidade cada vez menos decodificável por esse tipo de olhar.

Abaixo algumas convenções do discurso jornalístico “oficial” na editoria de política:

Um presidente é o ator mais importante em qualquer acontecimento no qual tome parte; uma notícia deve centrar-se, de preferência, num acontecimento único mais do que num acontecimento contínuo ou repetido, ou então, se a ação é repetida, a atenção deve centrar-se mais na novidade e não no padrão; uma notícia que cubra um importante discurso ou documento deve citar ou declarar os seus momentos altos; uma notícia que cubra um acontecimento político deve exprimir o significado dos atos políticos num enquadramento de tempo maior do que o dos próprios atos (Schudson, 1993: 280).

O fato das convenções do jornalismo atravessarem processos de mudança discursiva, refletores de transformações sociais mais amplas, é um indício de que, ainda que atualmente o modo descrito esteja naturalizado até mesmo nas consciências dos jornalistas, não é o único ou o melhor. O jornalismo é um dos mais férteis campos para o estudo da problemática da enunciação e suas implicações ideológicas, por trabalhar na tensão insolúvel da comunicação política em sua tradução por manuais simplificados que asseguram uma descrição tecnicamente correta e ideologicamente neutra. Toda a complexidade envolvida no dispositivo de enunciação é ilusoriamente resumida à utilização de técnicas, de um modelo de narrativa transparente e independente do contexto em que esteja inserido, isto é, técnicas que enfatizam os enunciados em detrimento da enunciação.

As convenções que analisamos acima podem ser vistas como estratégias textuais que procuram solucionar ou pelo menos fornecer uma aparência de neutralidade ao discurso informativo a que se propõe o jornalismo. Fernando Resende (2005) aponta para a incapacidade desse modo de formatação discursiva em apreender a densidade sociocultural da vida real. O sujeito da enunciação, isto é, o repórter que escreve, na maioria das vezes confunde-se com o sujeito dos enunciados, o narrador das notícias, que poderia ser representado pela figura ideológica do veículo de informação.

Nos jogos de linguagem da enunciação jornalística, múltiplas vozes se confundem; a do repórter, pessoa física que narra um acontecimento, de modo que alguma singularidade sempre escapará, de alguma forma, para a superfície de seu texto, por mais rígido que ele seja no objetivo de impedir que isso aconteça; o jornal, que multiplica-se nas vozes do editor-chefe, do chefe de redação, dos proprietários, do conselho editorial (e de seus membros individualmente considerados), do manual de estilo etc., todos podendo interferir de uma forma ou de outra na materialidade final, fornecendo ao processo alto grau de complexidade¹⁵. Apesar de não ter resolvido a questão da separação entre autor e narrador, ou dos sujeitos da enunciação e do enunciado, a narrativa jornalística não parece encarar a questão como um problema, limitando-se a incorporar sistematicamente o mesmo conjunto de normas:

Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento que se tem produzido acerca do jornalismo enquadra suas narrativas em um lugar tão formatado que se torna tarefa difícil estendê-las a procedimentos

¹⁵ Sobre este ponto lembramos o primeiro capítulo, onde fizemos uma radiografia da multiplicidade de arranjos de forças no campo de enunciação política, que deixam pistas de seus regimes de interação nos textos produzidos.

dialógicos e polifônicos. Trata-se de narrativas, em princípio autoritárias, porque propõem o apagamento daquele que fala. (...) O ato de narrar, quando burocratizado pelas fundamentações epistemológicas do discurso jornalístico, torna-se limitado e limitador, (...) produzindo relatos atrofiados ou monológicos (Resende, 2005: 4).

No jornalismo, portanto, a confusão entre os sujeitos da enunciação e do enunciado faz com que a enunciação fique subordinada ao enunciado, situação anacrônica se levarmos em conta que “a virada da modernidade se caracteriza pela desvalorização do enunciado e pela concentração sobre o ato de enunciar, a enunciação” (Cearteau *apud* Resende, 2005: 9). Desta forma, apesar do enfoque nos enunciados, através de mecanismos de padronização para torná-los tecnicamente capazes de uma representação rigorosa da realidade, o peso da enunciação explicita a falência de um modelo burocratizado de jornalismo político, normalmente reduzido à transcrição de declarações dos principais sujeitos políticos (normalmente vazias e meramente institucionais) e informações sobre suas agendas e compromissos. Esta formatação, como veremos, é um ambiente propício para as quebras de dramaticidade e emocionalismo provocadas pelos escândalos.

Apesar das limitações epistemológicas apontadas no discurso jornalístico, em se tratando de matéria política a intertextualidade nos sistemas de informação pode revelar aspectos da prática social que não são encontrados nos dispositivos de mediação relativos aos outros gêneros. Os dispositivos de ficção e de espetáculo, que apresentaremos a seguir, são marcados monoliticamente pelos tons da publicidade e do entretenimento, de forma que nada que escape à sua configuração idílica seja mostrado (a não ser na desqualificação a adversários); no mundo da propaganda não aparecem a negação, o conflito, o desejo, a fragilidade e as fraquezas dos candidatos, seus erros e limitações, a vaidade — componentes ativos do teatro político e das relações de poder. Já a esfera da informação está sujeita a pressões e disputas que se refletem na heterogeneidade de discursos, fornecendo pistas de uma prática política bem diferente das narrativas ficcionais da propaganda eleitoral.

Apesar de estarmos trabalhando com o domínio televisual, uma amostra do jornal *O Globo* pode ser demonstrativa da capacidade do discurso jornalístico de referir-se à dimensão da prática social que examinamos no capítulo anterior. Seleccionada da coluna política diária do jornalista Ilimar Franco, a nota intitulada “Cuspindo fogo” foi

publicada abaixo de uma fotografia de solenidade ou evento partidário do PMDB. Nela, sentados lado a lado, aparecem os manda-chuvas peemedebistas Orestes Quércia, José Sarney, Michel Temer e Renan Calheiros, este último cumprimentando Jader Barbalho, que está de pé. O semblante do senador e ex-presidente da República José Sarney exprime tensão. Segue o texto da nota:

O senador José Sarney (PMDB-AP) está tiririca com o vazamento da indicação de Evandro Coura para a presidência da Eletrobrás, o que acabou queimando seu afilhado. Ele se reuniu com a ministra Dilma Rousseff, nesta semana, para pôr os pingos nos is e tentar emplacar o ex-presidente da Eletronorte José Antônio Muniz no cargo. Apesar da irritação, ele tem dito que não adianta chorar sobre o leite derramado.

Esta nota foi escolhida por explicitar os intestinos do poder que abordamos em perspectiva teórica ao longo deste trabalho. Sua textualidade está livre da figura parasitária do povo brasileiro; pura, ela dá uma amostra do tipo de jogo praticado nas altas esferas republicanas. Os políticos que aparecem na foto atendem plenamente a nosso propósito de expor uma mecânica que não integra os discursos públicos, ficando restrita às relações entre os agentes políticos, normalmente longe dos holofotes midiáticos. São homens que chegaram a suas posições de grande poder praticando com determinação as atividades menos vistosas da administração das máquinas governamentais e partidárias, fazendo do tempo de trabalho nos bastidores, das barganhas, conchavos e todas as artimanhas do fisiologismo o modo de alcançar a autoridade política, ocupando postos elevados na hierarquia institucional há pelo menos três décadas, o que mostra a capacidade de adaptação destes políticos a diferentes governos, de colorações ideológicas distintas, reforçando a evidência da existência de uma técnica política e tornando flagrante a separação entre discurso e ação política. Personagens de escândalos recentes da política brasileira, contra eles pesam variadas denúncias e acusações de corrupção. O PMDB de que fazem parte, maior partido do país, costuma entrar nas eleições presidenciais dividido, com uma parte apoiando um candidato, a outra parte apoiando outro, o que exemplifica a atenção periférica dada à ideologia e às normas e programas partidários. Fala-se, abertamente, em alas “governista” e “oposicionista”, deixando claro que outra coisa, que não o interesse público, está em jogo no momento da formação das alianças e manifestações de apoio aos candidatos majoritários. É um partido conhecido por sua formação heterogênea, pela insolubilidade de suas cisões, sendo utilizado frequentemente como abrigo para

dissidentes de outras legendas que estejam mais preocupados com seus vãos solos do que com a unidade partidária, fundamental para o fortalecimento das instituições. Partido que representa o “vale-tudo”, o baixo maquiavelismo de suas práticas pode ser percebido em outro fragmento¹⁶, nos ajudando a compreender a nítida separação entre a política de opinião pública e a dos bastidores:

Uma preocupação que agora está mais evidente no PMDB é que a composição com o governo Lula não pareça à opinião pública uma adesão fisiológica — e sim um acordo programático de compromisso com a governabilidade e o crescimento econômico.

O fragmento sinaliza para a dicotomia entre um plano do discurso, formatado ao modo do *marketing* promocional, e um plano de prática social, de atividade política concreta. Lendo o enunciado não escapamos de sentir esta política real, da discursividade produzida “para dentro”, para o interior dos meandros políticos, isto é, o discurso das internas, do estado mais visceral da disputa de poder. Vemos na superfície do jornal a separação entre essa política tática interna e a política midiática nas diferentes vertentes que estamos caracterizando. Parece direta a associação com o cinismo, produzido pela configuração de um campo de visibilidade midiática que registra os fatos políticos com o amparo dos recursos ficcionais do *marketing*, com pouca ou nenhuma correspondência à realidade, fazendo da atitude cínica uma exigência para a administração da imagem pública política conjugada à manutenção da posição estratégica na partilha do patrimônio brasileiro pela classe política. O sentido que fazemos do enunciado é de fato cínico, mostrando o encaixe forçado, na mesma fórmula discursiva, da figura do povo com os interesses partidários. Parece estar dizendo de modo quase transparente que se trata de uma adesão fisiológica, e que o acordo é só uma fachada. Entretanto, essa é apenas mais uma dentre as inúmeras interpretações que podem ser feitas do fragmento textual.

A metodologia da análise do discurso objetiva desvelar camadas de significação não limitadas à letra do texto. A título de exemplo, uma análise orientada pelas suas ferramentas poderia explorar da seguinte maneira o fragmento textual citado acima. Há na letra do texto deste fragmento uma variedade de pistas das relações de forças em jogo no contexto da matéria, sobre a participação do partido no governo. A forma como o repórter Ilimar estruturou seu texto contém uma parte de repetição, de padrão técnico,

¹⁶ Retirado do jornal *O Globo*, em matéria de Ilimar Franco, intitulada “Temer: maioria do PMDB quer coalizão”, do dia primeiro de novembro de 2006.

o registro da voz institucional do jornalismo; mas também traz algo do Ilmarin pessoa física, em sua biografia e modo de ser, que faz com que escreva o texto com as escolhas e articulações específicas que nele são lidas, que faz com que o texto tenha saído da forma que saiu; a veiculação da matéria, assim como a página em que saiu e o espaço que ocupou refletem, por sua vez, decisões de outro nível, da chefia editorial em seus arranjos de forças, na relação dela com os donos do jornal, que têm suas ligações partidárias e por aí em diante. A fonte nesta matéria falou ao jornal estrategicamente, talvez tentando interferir no resultado final do texto, procurando assim gerar determinado efeito no partido, ou dar com sua declaração ao jornal outras sinalizações ao meio político que podem nos escapar. É esta múltipla perspectiva analítica que propomos como método de trabalho para pesquisas que investiguem a textualização da política.

Nesta parte da investigação em que a esfera informativa foi abordada, estivemos em contato com aspectos dos intestinos políticos, da realidade política obscura e imoral denunciada pelo jornalismo, características da dimensão da prática social, que insistem em se manifestar escandalosamente na intertextualidade política.

Iniciaremos na subseção seguinte uma análise conjunta dos outros dois dispositivos de mediação definidos por Soulages, de ficção e de espetáculo, em que estaremos próximos de uma parte da política bem diferente daquela mostrada pela imprensa, quase o contrário dela; estaremos diante de uma composição de personagens própria dos formatos ficcionais, em que aspectos da biografia do candidato e características marcantes de sua personalidade formam o pano de fundo de construções estilizadas e quase míticas, com base em uma racionalidade da sedução, extremamente simplificadora em suas explicações dos processos políticos.

A opção por um enfoque integrado se justifica pela forma como estes dispositivos se encontram intimamente articulados, de modo que a lógica de um é a fonte de alimentação ao sistema referencial do outro, ou seja, a lógica do espetáculo alimenta as narrativas ficcionais, ao passo que a lógica ficcional alimenta o sistema espetacular. Pensaremos a forma como estes dispositivos se agenciam para formatar uma linguagem preferencial, que aparece textualmente entrelaçada nos diversos gêneros midiáticos. Por estar nossa pesquisa particularmente voltada às formas da mediação política, as configurações midiáticas de finalidade narrativa e ficcional, dos filmes, novelas, seriados etc., estarão relacionadas ao domínio da propaganda eleitoral, por

fazer ele uso de gramáticas estruturadas pelos princípios ordenadores das narrativas de ficção.

Em seguida examinaremos o processo de inscrição dos conteúdos políticos no ambiente televisual, indicando que ao contrário do que se possa supor, não é uma adaptação natural, mas repleta de pontos de desencaixe e composições forçadas que contribuem com a aura de artificialidade e não raro de precariedade das construções políticas. Estarão em questão os traumas da forçosa adequação do universo político — complexo e repleto de variáveis e instabilidades —, aos princípios de uma cultura do entretenimento, da ligação sensorial imediata, da rara ou inexistente reflexividade, dos estímulos de uma mediação cada vez mais dependente do modelo espetacular.

A supremacia de uma conjuntura que agrega a arena eleitoral ao palco da comunicação de massas introduziu no jogo político a vantagem competitiva aos participantes que melhor se adaptam ao modelo da telerrealidade. A linguagem da televisão exige que os personagens da política façam verdadeiros milagres, ao confeccionarem suas imagens públicas sob os moldes da celebração, sem possuírem os atrativos estéticos nem o apelo sensual das celebridades da arte e do entretenimento. A exemplo dos poderosos caciques peemedebistas, os políticos na maioria são carcomidos e lombrosianos, desprovidos dos artifícios sedutores dos profissionais do mundo do espetáculo, fazendo de suas representações na esfera do *marketing* eleitoral um objeto produtivo para estudar as formas modernas assumidas pela narrativa política. Ilustrando este estágio final da reflexão, realizaremos um estudo de caso, através de uma análise de conteúdo aplicada em fragmentos de propaganda eleitoral.

Finalizaremos com a formulação de análise integrada entre as dimensões do discurso estudadas ao longo do trabalho, na tentativa de estabelecer um marco teórico para explicar a ascensão da narrativa escandalosa nos diferentes âmbitos existenciais do discurso político.

3.2. Imagem pública política e visibilidade midiática

Vimos que a sociedade contemporânea rege-se pela mediatização, pela tendência à virtualização ou telerrealização das relações humanas. O espaço onde se produz e transmite a informação política é um universo virtual com vida e leis próprias de funcionamento, que Muniz Sodré (2002: 192) chamou de *bios* midiático. É composto da imprensa, da propaganda e das demais representações da política, onde são construídas

e geridas as imagens públicas políticas. Não é possível atuar na política nacional sem possuir uma imagem projetada no espelho midiático, única possibilidade de se fazer ser conhecido nos centros urbanos macro dimensionados.

Ao analisarmos os gêneros narrativos do jornalismo, observamos a presença da realidade política nas construções textuais, como no exemplo da nota a respeito da participação PMDB no governo. Os políticos que nela apareceram construíram suas carreiras através da constância de práticas concretas, contatos permanentes com as bases, acordos de gabinetes, telefonemas e trocas de favores, num tempo em que a esfera de visibilidade pública não era tão estruturada pelo ambiente da comunicação de massas. Hoje as coisas mudaram, e a imagem pública política é mais que uma realidade, é uma necessidade. Podemos constatar a mudança de paradigma com a meteórica ascensão à presidência de liderança nacionalmente desconhecida de um estado inexpressivo. O fenômeno Collor mostrou à sociedade que transformações marcantes estavam sendo desencadeadas na esfera pública com o advento da comunicação de massas, que permitiram que um político sem projeção chegasse ao cargo mais alto da república. O jovem governador de Alagoas era dotado de atributos facilitadores de uma construção de *marketing* similar a das celebridades e personagens da ficção, ausentes na maioria dos candidatos da disputa de 1989. A adaptação aos modelos da comunicação de massa passou incontestavelmente a nortear a cooptação de quadros partidários, alavancando candidaturas de neófitos na vida política que tivessem intimidade com a estética midiática. Acompanhamos recentemente a profusão de candidaturas de artistas, esportistas, empresários e celebridades¹⁷, interessados em obter vantagens políticas com suas imagens públicas.

Gomes nos lembra que o fenômeno da imagem pública não constitui nenhuma novidade, já que a preocupação com fama e imagem tem acompanhado historicamente a prática política. O que o traz ao centro da cena é a sua formatação pelos meios de comunicação de massa, com o apoio popular obtido em cena passando a funcionar como mais uma das formas de cacife para o jogo político reservado (2004: 291). A comunicação política, incorporada pelos meios técnicos pertencentes a grupos empresariais privados, necessita abandonar aspectos tradicionais de sua representação e adotar a lógica preferencial que orienta a expressão dos produtos da indústria da

¹⁷ A este respeito cabe lembrar a feliz definição do historiador norte-americano Daniel Boorstin (1962), que classificou a celebridade como “uma pessoa conhecida por sua notoriedade”, num contexto em que a realidade é avaliada a partir da imagem, e não a imagem avaliada a partir da realidade.

comunicação de massas. Este processo de adaptação é traumático e gerador do estado de virtualidade eleitoral, altamente propício à irrupção dos escândalos.

Abordaremos a seguir os dispositivos de ficção e espetáculo de Soulages, utilizando-os de maneira integrada como suporte teórico para pensar os problemas decorrentes da adaptação da política à lógica estreitamente calcada neles. Antes, porém, desejamos esclarecer que embora o sistema informativo seja um gênero à parte, com as diferenças que apontamos há pouco, possui na composição de seus textos características da lógica hegemônica. Em seu livro sobre as transformações da política na era da comunicação de massa, Wilson Gomes dedica-se ao exame da interferência da lógica midiática no sistema informativo, indicando que a gramática dominante no campo da informação tende a se adequar aos princípios da cultura da comunicação de massas, esta que teria como subsistemas a base de referência da ruptura, da diversão e da dramaticidade (2004: 313). O autor dá vários exemplos de formatos jornalísticos exemplares da assimilação do espetáculo, como as narrativas que constroem perfis psicológicos dos políticos, as que mostram a política sob um ponto de vista unicamente como jogo de manobras táticas, no estilo “quem sai ganhando e quem sai perdendo com tal evento”. Uma das marcas mais salientes do espetáculo no sistema de informação é o jornalismo de declaração que divide o espaço com os escândalos nos noticiários. Este modelo rompe a rotina de divulgação de informações da agenda de políticos e suas mornas declarações; espetacularizando com o corte afiado nos ataques e contra-ataques verbais os antagonismos entre os personagens. Durante a crise de 2005 acompanhamos a explosão dos organogramas, com as ligações corruptas entre os envolvidos nos escândalos, às vezes preenchidos com pontos de interrogação indicando dúvidas que ainda estavam no ar, produzindo atmosfera de suspense, no clima dos seriados policiais. Nos termos de McLuhan, troca-se a mensagem pela “mensagem”; Lipovetsky, por sua vez, diria: “informar, é claro, mas no prazer, na renovação, na distração; todas as transmissões com vocação cultural ou informativa devem adotar a perspectiva do lazer” (*apud* Gomes, *ibid.*).

Se a esfera da informação está contagiada por esses parâmetros, o âmbito da propaganda eleitoral encontra-se absorvido por completo por esta lógica da cultura de massas, praticamente sendo a materialização dela. Não faz parte de nossos objetivos fazer uma crítica generalizada à propaganda em seu conjunto de valores, mas apenas sublinhar o quanto a adaptação da política à sua linguagem contribui para o estado de

descrédito da política. Orientada basicamente pelo dispositivo de midiatização espetacular, a propaganda eleitoral faz com que os candidatos sofram uma transformação sensível ao serem apresentados ao público de modo similar aos produtos comerciais.

O dispositivo de espetáculo possui uma finalidade atrativa, estando arraigado na maioria dos gêneros televisuais, como nos programas de auditório, transmissões esportivas, *talk shows*, *reality shows*, programas pseudo jornalísticos de exploração sensacionalista da desgraça humana, para citar alguns exemplos. Sobre este dispositivo, acreditamos que a referência mais sólida ainda seja o célebre livro de Guy Debord, *A sociedade do espetáculo* (1967). Seu trabalho influenciou gerações de intelectuais, não apenas pela crítica feroz à forma cultural e afetiva assumida pelo capitalismo, como também pela maneira original como construiu seu estilo de expressão. É um bom exemplo da intervenção textual que tentamos evidenciar como posicionamento político, uma demonstração da força das palavras em abrir rachaduras significantes nas estruturas, criando novas formas poéticas de ver e sentir, formas estéticas de fazer política. Em ironia do destino, seu livro tornou-se um *best-seller* e fundou-se à tradição acadêmica, sendo citado de qualquer maneira sempre que a palavra “espetáculo” é mencionada, na maioria das vezes sem a profundidade e o cuidado com o desvelamento das camadas de sentido de seu texto, em seus jogos de palavras e alusões veladas. Como o espetáculo que descreveu, passou a ser lembrado de uma maneira descartável, e contribuiu para que o termo “espetáculo” hoje seja usado para explicar uma variedade de fenômenos distintos sob o mesmo significado guarda-chuva.

Em seus aforismos, Debord traduz num estilo mescladamente artístico e filosófico a radicalidade de que pode se investir a literatura, criando um sentido esteticamente político pouco comum na academia nos dias atuais. Jean Baudrillard foi um dos mais conhecidos intelectuais que tiveram impacto de Debord em sua obra. Seu comentário sobre a antimediação disfarçada de interatividade, mencionado acima, quando foi dito que a ideologia da mídia está nas regras de seu enquadramento — na forma como os assuntos são abordados, e não no que representam em si —, se aproximam do modo como Debord enxergou o diálogo na lógica do espetáculo, que traduz pelas suas fórmulas qualquer espécie de tema, por mais sério e grave que possa ser. O formato espetacular predominante no tratamento de qualquer tipo de assunto, na crítica de Debord, seria o

contrário do diálogo, apresentando-se como uma enorme positividade indiscutível e inacessível. Ele nada mais diz senão que “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é esta aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve pela sua maneira de aparecer sem réplica, pelo seu monopólio da aparência (Debord, 1997: 19).

Trata-se de um tipo de mediação aparente, escorada na evolução técnica, tamanho e grandiosidade dos aparatos, nos recordes numéricos, nos acontecimentos espetaculares e únicos que devem estruturalmente ser reproduzidos de maneira cada vez mais extraordinária. Uma lógica que nega racionalidade a qualquer outra, e se impõe pela simples ocupação imperial do espaço virtual de comunicação de massa, esfera indispensável para a formação dos consensos eleitorais.

No interior desse sistema valorativo nasce a mitologia da celebridade, geradora incessante de identificações projetivas, essencial ao estímulo e propulsão do consumo e à conseqüente expansão corporativa. Neal Gabler (1999) chamou as celebridades de “entretenimento humano, as estrelas do ‘filme-vida’”, aludindo à imensa capacidade da imagem em se consolidar como referência principal na troca sensorial com o mundo sensível; pois é da imagem das telas de cinema e principalmente da televisão, o veículo de maior alcance, que irá depender a celebridade e qualquer outro ator social que necessite de visibilidade pública, como os líderes políticos.

O espetáculo não registra a realidade social, mas a produz dentro de uma ordem lógica que faz dessa produção o centro das atenções. Configura as relações sociais e a produção de subjetividade moderna, articulando desejo, imaginação e afeto em uma cultura estreitamente dependente do consumo. A lógica do espetáculo coloniza sensorialmente as percepções, com sua ênfase na interação com o mercado global de estilos e imagens, na dependência de seus produtos e da integração à comunidade estética dos prazeres e do conforto pequeno burguês. Ela se apodera do tempo de lazer de pessoas que trabalham para serem felizes, e que no tempo livre querem se distrair.

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onnipresente da escolha já

feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são identicamente a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação da parte principal do tempo vivido fora da produção moderna (Debord, 1997: 17).

O sistema descrito por Debord é hegemônico e orienta as pessoas socialmente a trabalharem e ganharem dinheiro para possuírem o que desejarem e serem felizes. Esta forma predominante é a ideologia da cultura moderna. A política institucional, neste sistema, ocupa posição periférica dentro do universo mental da maioria, que se informa sobre a política superficialmente pela mídia e por pessoas do convívio, escolhendo seu voto de forma desinteressada e afetiva, através dos mecanismos descritos pelas teorias de psicologia política que visitamos brevemente ao final do capítulo anterior. Mesmo quando não há reflexão política, e se vive em estado de alienação, com o sentimento de distância e desvinculação em relação à política, as pessoas se deparam com ela em conversas informais, onde ela vira tema, não raro incômodo. Nesse momento é preciso se colocar de alguma maneira. As pessoas então acessam o que está mais disponível no topo de suas cabeças: a manchete, a foto, o fato anedótico, o chavão do momento (palavras como “populismo” e “neoliberalismo” são fixadas no vocabulário popular com um sentido massificado e distorcido), e assim se dá a maior parte das trocas discursivas de política.

Na política do enquadramento preferencial, fatos sexuais envolvendo políticos¹⁸, ou fatos particulares da vida dos candidatos, passam a influir diretamente nas disputas, e a constituir fatos político relevantes. O romance e casamento do presidente francês Nicolas Sarkozy com a modelo Carla Bruni continua ocupando as páginas de política dos principais jornais. Vida pública e vida privada se misturam, num sistema em que a política se traduz pelo entretenimento de massas. A heterogeneidade estrutural das produções televisuais mescla em suas fórmulas padronizadas os gêneros e ingredientes narrativos, no entrelaçamento entre ficção e realidade, em sistemas de projeção e identificação. Edgar Morin já nos anos 60 percebia este sincretismo padronizado que se apoderava dos imaginários sociodiscursivos da população média que começava a desfrutar de uma poupança e de um espaço de lazer ausente da produção, mas ocupado

¹⁸ O ex-presidente americano Bill Clinton passou maus momentos por conta de brincadeira sexual com uma estagiária; já o democrata Gary Hart, favorito das eleições presidenciais de 1988, teve de abandonar o pleito por conta da exploração midiática de um adultério.

por uma cultura de consumo que tem na dimensão midiática uma das fontes de sentido preferenciais para os discursos sociais. Em livro que depois se tornaria uma referência (ver bibliografia), ele mostrou que os produtos culturais têm de se haver com a necessidade contraditória de serem exclusivos e feitos em série, contendo em seus textos elementos comuns, como ação, drama, apoteose etc. Também aponta fenômenos atuais, como a mútua influência entre o campo da informação e da ficção de entretenimento: o jornalismo adota em suas rotinas de produção elementos da cultura de massas, enquanto o campo da ficção passa a reproduzir narrativas baseadas em fatos reais, explorando recursos documentais.

É para o coletivo difuso do povo que a mídia produz os enquadramentos hegemônicos fundamentais aos consensos eleitorais. O espetáculo é o modo que a política encontra para se comunicar com o eleitor. Nesta adaptação, conteúdos tradicionais da política são deixados de lado, enquanto outros são mais naturalmente convertidos à gramática do espetáculo.

3.3. A adequação da política à lógica da mídia

A dependência da comunicação de massa comporta a necessidade de que, em função de cálculos de eficiência, os discursos políticos predominantes sejam organizados de acordo com a gramática específica das linguagens dos meios onde devem circular. Linguagens que vêm a ser justamente aquelas que orientam a apreciação e o consumo de mensagens por parte dos públicos que se deseja alcançar. Donde a necessidade de conversão do discurso político segundo a gramática do audiovisual e as fórmulas de exibição e de narração próprias do universo do entretenimento. Decorre desse pressuposto a evidência da centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos e de emoções, para a conversão de eventos e idéias em narrativas e para o destaque daquilo que é espetacular, incomum ou escandaloso.

Wilson Gomes

Há de se fazer uma distinção entre as políticas culturais e comunicacionais do que poderíamos chamar de sistema de Estado, do qual a política é oriunda, e sistema privado, que define a lógica do sistema midiático: enquanto o primeiro busca convencer e educar, o segundo visa agradar, recrear, divertir, ao molde da ética do lazer e da felicidade que rege o espírito capitalista e desloca o exercício da cidadania em direção ao universo do consumo e da vida privada. O conteúdo político tem uma dimensão que naturalmente o distancia da fluidez envolvente dos produtos da indústria cultural, como

os derivados da arte e do entretenimento. Enquanto estes buscam moldar sua expressão cultural ao gosto do público consumidor, a mensagem política enfrenta um desafio mais complexo: adaptar o público à sua cultura. E bem sabemos que os personagens da política normalmente não têm a atratividade das personalidades do *show business*. A linguagem da televisão força os políticos a uma adequação ao que não lhes é próprio, ao confeccionar suas imagens públicas sob os moldes da celebração, apesar de não possuírem as qualidades visuais nem os apelos poéticos das celebridades da arte e do entretenimento. No imaginário sociodiscursivo do eleitorado, a política também apresenta um déficit de leveza e espontaneidade em relação ao mundo do *show business* do entretenimento e das artes: constituindo essencialmente a esfera pública e se estruturando sob os alicerces da coletividade, a política situa-se na contramão da ideologia individualista do sistema privado identificada ao sentido afetivo das massas. Porém, ao incorporar à sua comunicação aspectos da lógica do capitalismo corporativo moderno, o que se reflete na absorção de princípios e receitas próprias da massificação cultural, tenta agregar aos candidatos a cargos públicos uma universalidade análoga a dos produtos de consumo. Revestindo-se dessa natureza mercadológica e estética da cultura de massa, a política se dirige ao imaginário coletivo utilizando os mesmos mecanismos e recursos do *marketing* comercial, conectando os desejos e aspirações latentes no inconsciente das massas aos discursos demandados pelo mercado eleitoral.

O ritmo acelerado e espetacular da mídia combina com determinadas dinâmicas sociais e demonstra inaptidão na apreensão de outras (Rubim, 2000: 62). No segundo grupo indicado estariam, por exemplo, a ciência e o direito, cujos ritmos processuais não teriam boa adaptação ao regime da velocidade midiática, o que valeria também para a política, cujo

ritmo normal, ordinário, de seus longos processos preliminares de estudos e debates, de seu dia-a-dia de conversas e contatos, de incansáveis discursos e discussões, mesmo de pequenos atos de protesto e de realizações, parece não estar em sintonia com um ritmo que exige velocidade e novidade. Não por acaso, esse ordinário da política, sua fatia mais cotidiana e contínua, quase desaparece na telerrealidade, ainda mais agora em tempos de “crise” e indiferença política (Rubim, 2000: 63).

Apontamos as incompatibilidades entre a política e a lógica desse ambiente dentro do qual é necessário existir. Contudo, há uma faceta da política que faz da imersão nessa ambientação uma tecnologia de poder. Trata-se da dimensão eleitoral.

Toda a dificuldade que a comunicação de massas tem de acomodar as especificidades da política desaparece quando entra em cena a competição eleitoral que, na construção estética de sua retórica, conecta-se com as projeções dramatizadas e emocionantes que compõem a gramática midiática. Para o público, política e eleições passam a ser quase a mesma coisa.

Eleições encontram uma adaptação orgânica com a formatação midiática, se encaixam nas demonstrações do alcance das tecnologias nas aferições dos votos, na velocidade da apuração das urnas, nos *flashes* dos candidatos depositando seus votos na urna e fazendo sinais de otimismo para a câmera. Os diagramas ao estilo das corridas de cavalos, com as colunas coloridas com a porcentagem de votos de cada candidato, dão o tom da racionalidade política deste sistema preferencial de comunicação. Os detalhes técnicos sobre o alcance das pesquisas ocupam posição central no *show*, e todo o espaço cívico fica representado nas instruções pacientes sobre como utilizar o título de eleitor e manipular a urna no momento do voto.

A parte competitiva da política é aquela mais perfeitamente assimilável ao mundo do espetáculo, e quanto mais escaramuças políticas mais ela se assemelha às narrativas do universo da ficção. Ao contrário, os conteúdos da política tradicional que enfrentam maiores dificuldades de passar pelos selecionadores do universo da comunicação são aqueles relacionados à disputa argumentativa em profundidade, às sutilezas e às complexidades discursivas, à administração regular da coisa pública e ao jogo político cotidiano, burocrático e previsível (Gomes, 2004: 301-302).

Quanto a este ponto, de modo propositalmente simplificado, poderíamos separar a atividade política em dois grupos. No primeiro estaria a política quotidiana, dos longos cerimoniais, das arrastadas e monótonas deliberações, da formalidade nas relações, dos despachos tratando de minúcias técnicas das matérias, da burocracia jurídica que permeia os processos ordinários e invariantes da política. Seriam estes aspectos incompreensíveis, frios, de pouco apelo aos não envolvidos ou interessados pela política. No outro grupo localizamos, em primeiro lugar, as eleições; elas, ao lado das convenções partidárias, cada vez mais assumem características próprias dos eventos de entretenimento, na semelhança de uma grande festa. No segundo grupo, estão os aspectos extraordinários da política, imprevisíveis e muitas vezes carregados de emocionalismo e substância humana: situações como impedimentos, golpes, CPIs (que hoje são usadas como arma contra o poder executivo e de tão frequentes causam a

impressão de serem ordinárias), situações de tensão entre os protagonistas da política, denúncias, casos pitorescos etc. Ao contrário dos aspectos apontados no primeiro grupo, esses são absorvidos pela lógica midiática com considerável maleabilidade: possuem pontos de encaixe com a linguagem dos produtos televisivos e se compõem como narrativas enquadradas dentro da gramática da televisão, atraindo a atenção de uma audiência de leigos e desinteressados que normalmente não consumiriam informação política, e que fazem suas escolhas eleitorais com base nas imagens residuais e fragmentárias que ficam desta porção espetacular.

A mídia é o espaço onde o telespectador-eleitor assiste à novela diária da política, com todos os recursos narrativos das indústrias culturais, onde as tramas e disputas são vividas pelos personagens políticos. Vida real e *bios* virtual da mídia são as faces desse espelho que se confundem. Os acontecimentos políticos acompanham a narrativa da mídia e não a antecedem, são fabricados tendo em vista seu impacto sobre a opinião pública, no fenômeno descrito por Boorstin (1962) como “pseudo-evento”. As decisões políticas, neste contexto, são tomadas em consonância com a avaliação do efeito que produzirão na imagem do dirigente, configurando uma espécie de prioridade ontológica da imagem sobre o ator político e seus atos (Gomes, 2004: 241).

A face eleitoral da política organicamente se molda às especificidades da lógica midiática, o que pode ser constatado por diversos indícios: na fusão do público ao privado, com assuntos de Estado tratados da mesma maneira que problemas domésticos da vida íntima dos governantes; no ritmo acelerado e fragmentado anulante de um perspectivismo histórico; na redução de toda a complexidade intrínseca à política a disputas entre personalidades e estatísticas de institutos de sondagem; nas formatações ficcionais com as quais a política se reveste para conquistar afetivamente a audiência.

O cenário configurado por esta convergência de fatores pode fornecer chaves para explicar um estado ininterrupto de tensão em torno de consenso, que não mais fica restrito ao período eleitoral, e vai se estabelecendo como uma campanha permanente, ou uma “virtualidade eleitoral constante a assombrar a esfera política” (Gomes, 2004: 113).

Apesar da incontestável necessidade de construção das imagens públicas políticas na telerrealidade, o redimensionamento da política nesse ambiente é complexo, demandando concessões e adequações às especificidades da mediação contemporânea. Procuraremos mostrar que esta acomodação da política ao modelo televisivo tem relação com a exploração do escândalo como narrativa midiática, e conseqüentemente como estratégia eleitoral.

3.4. Análise de caso

Na linguagem televisiva, uma lógica narrativa própria define enquadramentos preferenciais para a tradução virtual da política, influenciando acentuadamente as construções das pessoas sobre o mundo da política. A mídia funciona como um dispositivo estético discursivo de interação comunicativa com o eleitor, fornecendo-lhe referências e registros semióticos, códigos com os quais dialogará a consciência política sempre em formação do eleitor, na construção de suas narrativas, explicações e em última instância de sua opção de voto. O dispositivo midiático, para a maior parte das pessoas, é o único lugar onde se vê materializada a política, a distante e suja política, em seus personagens e acontecimentos. Mesmo fora da mídia, o eleitor escuta sobre a política na fala de outras pessoas, fala que na maior parte do tempo faz referência à mídia, comentando acontecimentos políticos com influência significativa dos seus enquadramentos.

Apesar da existência de enquadramentos hegemônicos para a comunicação política, não há garantia de que vão ser compreendidos da maneira como se espera.

Apesar do fato de que os “sentidos preferenciais” estão inscritos nos textos, não existe correspondência necessária entre a codificação e a decodificação: “a primeira pode tentar ‘preferir’, mas não pode prescrever ou garantir a segunda, que tem suas próprias condições de existência” (Hall *apud* Porto, 2007: 89).

Para exemplificar uma decodificação crítica ao sentido preferencial das mensagens políticas, e fazer uma interpretação diferente da leitura preferencial que a propaganda objetiva induzir, apresentaremos uma análise de caso. A escolha pela propaganda se justifica por duas razões. Em primeiro lugar, porque atende melhor à proposta de evidenciar a estruturação deste espaço onde ficção e realidade se confundem, onde a política adota parâmetros básicos da midiatização massiva para formular sua mensagem ao anonimato de um eleitorado do qual se espera uma leitura preferencial, que possa se traduzir em apoio eleitoral. Em segundo lugar, pelo fato de que uma análise de material jornalístico envolveria uma complexidade bem maior, inserindo diversas variáveis e tornando a tarefa final significativamente mais trabalhosa. Observamos que uma simples nota de jornal impresso já abre múltiplas chaves de leitura, podendo com isso vislumbrar as potencialidades analíticas de material

televisual. Enquanto no jornalismo a tensão de forças é acentuada, com um processo mais difuso de enunciação, na propaganda o sujeito da enunciação é mais claramente identificado, o grupo político que através dela pede adesão do telespectador ao seu projeto de poder.

A inscrição da política no universo do entretenimento e do espetáculo, ainda que seja aparente na esfera da informação, como foi visto antes, é absoluta na propaganda eleitoral. Nesta esfera, não apenas é negada toda a formação do dissenso em que se firma a essência política, como também rejeitada a complexidade das variáveis envolvidas em seus processos. Não bastando as dificuldades iminentes ao campo da política que evidenciamos ao longo da pesquisa, ela ainda sofre o desgaste de ser apresentada através de modelo que alia o lado comercial de um produto a ser desejado e consumido, com o registro do encantamento das celebridades. A aura degradada da política pode explicada em parte pelo fato de que os candidatos “oferecidos” não são nem produtos cobiçados nem personalidades desejáveis.

Com nossa análise pretendemos apresentar o ridículo das leituras preferenciais estrategicamente engendradas pela propaganda, quando oferece um candidato com discurso estruturado pela lógica do *marketing* e da comunicação de massas. Queremos chamar a atenção ao deslante do objetivo da classe política de que o eleitor faça a leitura preferencial da propaganda, isto é, leia-a da forma como foi codificada. Que estranho mecanismo é esse que vende as carecas de Alckmin, Serra e Ciro como se fossem automóveis de luxo, roupas de grife ou qualquer artigo com apelo mercadológico? Que lógica é essa que apresenta Lula como se ele fosse um astro de *rock*, ou um ator premiado? Expor a adequação forçosamente eleitoral da esfera política aos enquadramentos preferenciais da mídia é o que pretendemos com a análise que segue.

Justificada a escolha de uma análise de material televisivo de propaganda eleitoral, passamos agora a especificar o *corpus* que utilizaremos. Para isso procede a realização de breve introdução. A chegada do PT à presidência não apenas é um objeto de interesse para a história, a sociologia e a ciência política, como também para os estudos de linguagem. Interessa-nos fazer, nesta pequena análise de caso, uma investigação do processo de mudança discursiva em virtude deste acontecimento. Não nos prenderemos à questão da mudança social, nem nos arriscaremos a responder se houve ou não mudança, porque esta é uma questão por demais complicada para ser trabalhada no espaço reduzido de que dispomos, em que nos esforçamos para mostrar

justamente a complexidade inerente à formação da opinião política. Faremos uma análise discursiva, da mudança de discurso que se observa quando o governo petista é atingido por um grave escândalo em 2005. A partir desse acontecimento amplamente difundido pelas redes de informação, operou-se uma mudança bastante sensível na discursividade política. Desaparece o discurso da esperança social e dos valores éticos e defensores da prevalência do público sobre o privado, dando lugar à fala ressentida com a manutenção de uma gestão da economia comprometida com a desregulamentação estatal e com a sua própria lógica sistêmica (Sodré, 2006: 180). Discursos de transformação do *status quo* perdem posição para as críticas ao *marketing* abusivo e o pragmatismo da aliança entre a chamada “política pequena” com o modelo econômico desobrigado de ancoragem territorial, flutuante e empenhado nos lucros do mercado financeiro global.

A esquerda que militava pelo partido vinha por ele engajada há três eleições presidenciais, em que o PT, apesar de derrotado, cresceu capilarmente pelo país e conquistou postos estratégicos no xadrez político nacional. Militância formada da convergência entre trabalhadores e intelectuais, com apoio maciço da classe artística e do funcionalismo público, a energia política em torno da mudança nos parâmetros regentes da atividade política foi contagiando o Brasil. A esperança e o desejo por justiça social condensavam-se na candidatura do sindicalista de ascensão política meteórica que aprendia com seus erros e ia avançando no movimento de conquista do apoio de diferentes setores da sociedade. Seus discursos, que no passado resvalavam para o radicalismo e propostas de superação do modelo capitalista, gradualmente foram suavizados, no ritmo com que aumentava a tolerância e a amplitude das alianças antes inimagináveis com setores do empresariado e da classe política. Ao longo das sucessivas derrotas presidenciais, um movimento dentro do partido começa a se articular para abandonar a posição periférica e extremada. A cúpula partidária favorável a um posicionamento menos radical assume o controle do partido e passa a orientá-lo num rumo mais centrista. Este grupo sinaliza com suas decisões mais importantes que abandonará a condição de oposição minoritária, fazendo as concessões necessárias para disputar os postos-chave da República. Em suma, a identidade eleitoral e partidária do PT consolida um novo cenário de representação, mais conciliatório e moderado em suas propostas políticas. O Lula agressivo, de semblante tenso e discurso raivoso, recebe banho de loja e adere — não sem protestos da ala mais radical que depois sairia do partido para fundar o PSOL — à consultoria de *marketing* profissional, transformando-

se em versão mais leve e simpática que ficou conhecida como “Lulinha Paz e Amor”. A posição de vice na chapa é confiada ao senador mineiro José Alencar, dono de império empresarial do ramo têxtil, dando ainda mais credibilidade internacional e acalmando os temores com uma apropriação estatizante ou com um reformismo programático da ordem socioeconômica instituída.

Discursivamente, que é o aspecto que mais nos interessa, o partido mantém a essência das críticas ao modelo econômico e às práticas fisiológicas secularmente vigentes, embora passe estrategicamente a adotar os preceitos do *marketing* sob a orientação do publicitário Duda Mendonça. Não se fixando tanto nas críticas, o discurso volta-se às suas realizações, saindo do papel de oposição implacável para o de fiscalizador do governo, detentor exclusivo das virtudes éticas no campo corrompido da política. O discurso em nome do setor produtivo, fortalecido com a participação do conservador Alencar no projeto presidencial, confronta-se ao tão propalado neoliberalismo identificado com a gestão tucana. Um sentido de nacionalismo, por sua vez, opõe-se ao elitismo internacionalista colado às imagens públicas dos líderes do PSDB que, desgastado depois de oito anos à frente do governo federal, é representado por um candidato que além do pouco carisma e do discurso frio e tomado pelo jargão econômico, está comprometido com a continuidade da gestão anterior, por dela ter participado como ministro e estar sendo apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

José Serra, com a conhecida dificuldade de adaptação aos moldes da comunicação de massa, não resiste ao fenômeno petista e perde no segundo turno com larga diferença de votos. Com a ampla coalizão eleitoral, o melhor dos dois mundos no plano do discurso e o carisma e a capacidade de comunicação com o povo como há muito tempo não se via, Lula é eleito presidente em 2002. Os *slogans* “Agora é Lula” e “A esperança venceu o medo” refletem o que esta vitória representou em termos discursivos.

Nos primeiros anos de seu governo, começa a se observar que, ao contrário do que se pregava em discurso, as práticas fisiológicas do passado foram mantidas, quando não acentuadas, e o mesmo ocorrendo com as diretrizes gerais da política econômica. Uma decepção atinge a militância mais à esquerda, enquanto seus opositores respiram aliviados ao perceberem que suas propostas de mudança eram apenas estratégias de *marketing*. O argumento já conhecido da impotência dos governos diante das novas dinâmicas da economia global é lançado pelos partidários do novo governo: quando a

esquerda chega ao poder, o poder não está mais lá. Em outras palavras, Lula conquista o governo, não o poder.

Os pactos com setores hegemônicos do capital são reforçados em seus compromissos com o rigor fiscal e benefícios de bancos e organismos financeiros internacionais, enquanto internamente o Estado é aparelhado pelos aliados, e o discurso da liberdade de ação política do PT original é substituído pelo pragmatismo situacionista e conservador. Paralelamente a estas transformações (ou à manutenção do que havia, em outra perspectiva) uma disputa sangrenta é travada nos intestinos do governo, com os caciques petistas se enfrentando pelos espaços de poder. É neste contexto que, em 2005, a gravação de um funcionário do quarto escalão dos Correios recebendo propina no *Jornal Nacional* desencadeia uma das maiores crises da história recente da política brasileira, que ficou conhecida como crise do “mensalão”¹⁹. O ex-chefe do departamento de contratações dos Correios cita na gravação o então deputado federal pelo Rio de Janeiro e poderoso presidente do PTB, Roberto Jefferson, como responsável por coordenar práticas de corrupção dentro da instituição. Ex-membro da tropa de choque de Collor na Câmara e integrante da base aliada do governo Lula, cuja rede de indicados no governo controlava ao todo mais de 4 bilhões de reais em orçamentos públicos, Jefferson começa a se sentir isolado e preparado para a degola, quando resolve reagir, aproveitando todos os recursos do espetáculo estudados neste capítulo. Identificando na figura de José Dirceu, então ministro chefe da Casa Civil e braço-direito de Lula, a manobra para fazer dele bode expiatório, Jefferson inicia uma batalha contra o governo que encontra no ambiente midiático o palco adequado para o espetáculo da torrente de escândalos que se sucede, forçando a queda dos principais ministros e a abreviação de várias carreiras políticas promissoras.

Não poderemos de maneira nenhuma detalhar aqui os episódios desta crise²⁰ que culminou na perda do patrimônio ético do PT, lançando o partido na vala comum da política brasileira, acusado de compra de votos, de montagem de máquina financeira destinando dinheiro de caixa 2 para financiamento de campanhas de aliados, e das demais práticas de corrupção sistemicamente difundidas na cultura política de nosso país. Apenas registramos que os lances novelescos desta crise foram intensamente

¹⁹ O nome faz referência à mesada que deputados da base aliada e do próprio PT recebiam para votar de acordo com os interesses do governo.

²⁰ Para os que desejarem conhecer as minúcias da crise e um relato factual dos acontecimentos, recomendamos a leitura do livro *Memorial do escândalo*, dos jornalistas de *O Globo* Gerson Camarotti e Bernardo de la Peña, relacionado na bibliografia.

potencializados pelos recursos midiáticos, marcando a discursividade política com o signo do escândalo. A trama teve os ingredientes de qualquer novela, garantindo boas vendas de jornais e revistas, satisfazendo os anunciantes com altos índices de audiência e saciando os apetites sensacionalistas moldados pela cultura da espetacularização e do entretenimento. Os personagens romanescos e ingredientes narrativos estavam todos lá: a dubiedade herói/vilão representada pelo histriônico Jefferson; o vilão frio e calculista encarnado no poderoso José Dirceu; o homem da mala de dinheiro (depois de PC Farias, o careca da vez é Marcos Valério); o enredo de reviravoltas, desmascaramentos, traições, revelações; os lances pitorescos e anedóticos²¹ que passaram a integrar o rol de fatos políticos relevantes. A forma narrativa como são relatados esses episódios é estreitamente relacionada ao formato da comunicação de massas.

É este o ponto que nos interessa: como o discurso de toda uma geração migrou da bandeira ética e da mudança de valores identificados com o PT e adentrou a zona do pessimismo absoluto, criando quase um nexos automático entre as palavras *política* e *escândalo*. Nossa hipótese partiu do dissenso fundador da política para a razão do desentendimento, passando pelos espaços discursivos logicamente desestabilizados que conferem aos sujeitos de enunciação o caráter simultâneo de objetos, para chegar ao campo de visibilidade midiática que formata a política como drama, contribuindo para a personalização da esfera pública, configuração que, ao focalizar políticos individuais em lugar de programas partidários e fatores estruturais, fortalece o potencial do escândalo como arma política.

Analisaremos fragmentos da propaganda eleitoral da campanha de 2006, de Lula e seu adversário no segundo turno, Geraldo Alckmin. Nesta eleição, o debate político girou em torno da crise ética, e por isso selecionamos este material de análise, por acreditarmos que as construções fantasiosas do *marketing* têm boa parcela de responsabilidade no fortalecimento da política de confiança nas figuras individuais dos políticos, uma das causas que apontaremos para a cadeia de produção midiática de escândalos políticos, incentivando a cultura da desconfiança e a degradação do debate político.

²¹ A prisão de José Vieira da Silva, assessor do irmão de José Genoino (então presidente do PT) flagrado com maços de dólares na cueca; a comemoração da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) com a absolvição do colega João Magno (PT-MG), acusado de receber o “mensalão”, com uma dança em plenário que ficou conhecida como “Dança da pizza”.

Com essa introdução, apresentamos o *corpus* da propaganda eleitoral que será analisada e o contexto sócio-histórico de sua produção. Devido à limitação de tempo e espaço, e à opção por um trabalho de investigação teórica, esclarecemos que se trata de uma análise informal, a título de exemplo, sem pretensão de apresentar resultados formais. Gostaríamos que ela fosse encarada como uma simples demonstração da aplicação dos conceitos e teorias que estudamos, sinalizando para um movimento de resistência textual aos sentidos preferenciais que nos induzem a fazer leituras hegemônicas, e mostrando que a análise do discurso pode munir-nos de ferramentas críticas que nos deixem mais atentos aos mecanismos modernos de cooptação ideológica.

Propaganda eleitoral de Alckmin em 2006 (último programa do segundo turno)

O vídeo começa com o então governador de São Paulo caminhando confiante com a bandeira brasileira ao fundo. Alckmin no vídeo é chamado de Geraldo, uma estratégia de *marketing* para firmar um nome de assimilação mais fácil às camadas mais desfavorecidas do eleitorado. Também tem o intuito de projetar uma imagem menos elitista do candidato, conhecido por seu conservadorismo, pelos valores tradicionais identificados ao trinômio “família, religião e propriedade” e pela ligação com a elite empresarial, tendo pouca intimidade com os rituais populistas de contato com a parcela mais pobre da população, uma especialidade de seu adversário.

As imagens de estúdio foram gravadas em cenário de escritório, talvez para compor com o discurso do candidato, que utiliza sistematicamente o trabalho em suas construções. Geraldo aparece compenetrado em sua mesa de trabalho, escrevendo inquietamente, enquanto a locução em *off* apresenta sua trajetória: vereador aos 19 anos, prefeito aos 23, três vezes deputado federal, governador de São Paulo por seis anos, enquanto um desfile de fotografias destes períodos rapidamente atravessa a tela. Ele aparece sendo abraçado por uma senhora que diz: “o senhor é um abençoado por Deus”; ao fundo ouvimos uma trilha vigorosa, uma espécie de versão padronizada das trilhas dos filmes americanos. A seguir, após a apresentação do currículo profissional do candidato, a música acalma, com um piano suave ao fundo. Estamos na casa do candidato, compartilhando a vida familiar do casal Geraldo e Lu Alckmin. Sua jovem e bonita esposa, com quem em 27 anos de união teve três filhos, elogia as qualidades de pai e esposo de Geraldo, que, ao seu lado e de mãos dadas com a mulher, sorri

carinhosamente. Em *off*, antes dos filhos darem seus depoimentos encomiásticos sobre Alckmin, ouvimos que “em casa Geraldo encontra força e incentivo para seguir na vida pública”. Um dos filhos ressalta a união familiar; a filha lembra que Geraldo é um homem forte, determinado e corajoso, e o caçula (identificado como bancário) demonstra admiração pelo pai ter sido presidente da Câmara dos Vereadores com apenas 19 anos, lembrando seu amadurecimento precoce. A locução continua: “Geraldo ensinou aos filhos os valores que aprendeu com o pai: honestidade, verdade e trabalho”.

Neste que foi seu último programa do segundo turno, a estratégia da codificação de sentido foi dar um tom mais emocional e menos técnico na despedida da campanha do candidato. Suas qualidades pessoais são apresentadas sugerindo a idéia de que é um homem em quem se pode confiar, o que nos remete à ênfase na política de confiança em detrimento de política ideológica ou programática, um dos fatores que apontamos como potencializadores do escândalo.

De um ponto de vista dialógico que considere seu adversário, podemos interpretar (ainda que isto não seja sugerido de maneira direta) a solidez familiar de Alckmin em contraste com Lula, que teve uma filha fora do casamento, fato explorado na campanha de 1989. A trajetória política de Alckmin é ressaltada em sua forma gradual (“uma carreira bonita construída passo a passo”), subindo cada degrau da hierarquia de cargos, enquanto Lula, descontando um mandato inexpressivo de deputado federal, foi direto para o posto mais elevado da República. Na segunda parte deste último programa, o candidato toma a palavra e em tom intimista característico da mediação televisiva, diz que “fez sua parte, mostrando de onde veio e o que fez da vida”. Geraldo agradece o apoio, e pede o voto do telespectador, afirmando que “acredita na força do Brasil e do povo brasileiro”. Aqui um exemplo da figura vazia do povo e de sua existência discursiva, como foi mostrado na primeira parte do trabalho. “Quero ser presidente para gerar emprego para o trabalhador”, prossegue com um discurso de grande simplicidade, em nenhum momento fazendo propostas racionais ou exigindo qualquer esforço lógico do receptor. Avisa simplesmente que quer ser presidente para “cuidar da saúde das crianças”, e cita o falecido governador Mário Covas, de quem foi vice no governo de São Paulo, para quem “diante das dificuldades só há um caminho: enfrentar, combater e vencer”. Os clichês mais encontrados nos filmes comerciais são acessados sem nenhum constrangimento, no esforço em conectar-se afetivamente à maioria de eleitores que praticamente só têm acesso à cultura no ato passivo de olhar televisão, cujas construções narrativas e formas lógicas são assimiladas

ao longo do tempo e passam a funcionar como chaves preferenciais para a decodificação de mensagens políticas.

Chega então o momento da única alusão no programa aos escândalos no governo de seu adversário:

Agora, caminhando lado a lado com vocês, eu quero construir o Brasil da esperança; só que a esperança não se constrói com escândalos e mentiras. A esperança se constrói com o cimento da seriedade e com o suor de nosso trabalho. Ofereço a você a minha história, os meus trinta anos de vida pública limpa e honrada; eu trabalhei, me preparei, e agora digo a você com alegria e com confiança: estou pronto. Estou pronto para comandar a construção de um Brasil de um novo tempo.

Quanto a este fragmento, algumas leituras podem ser articuladas. A referência velada à baixa escolaridade de Lula se torna mais perceptível. O locutor lembra em seguida que “Geraldo sabe como fazer porque já fez como governador”, enquanto aparecem imagens do governador visitando obras. A partir da metade do programa de dez minutos, as realizações atribuídas ao governo Alckmin são mostradas (estradas, estações de tratamento de água, trens modernos, novas linhas do metrô, hospitais e faculdades etc.), intercaladas com declarações de pessoas humildes dizendo coisas como “ele faz muita coisa para a gente”. O locutor segue discursando: “em cada obra do Geraldo, emprego para milhares de trabalhadores”; “olhando todos esses brasileiros a gente entende qual é a maior obra do Geraldo: cuidar das pessoas”.

O aspecto que mais nos chamou a atenção é o modo explícito como o candidato é apresentado como benfeitor do povo, na exploração de uma narrativa paternalista arcaica, que exclui qualquer sinal da política como conjunto complexo de mecanismos de diversas ordens, ou como estrutura assentada em base coletiva. Ela é apresentada simplesmente como uma disputa entre candidatos onde se decide qual deles foi mais caridoso com o povo, além de transmitir a idéia de que as obras não são deveres constitucionais do Estado, mas atos de vontade pessoal. As realizações são apresentadas sempre na primeira pessoa. Em resumo, a contribuição para a educação política da sociedade é nula²².

²² Pode-se argumentar que a função da propaganda não é educar ou informar, ao que respondemos com dois argumentos. O primeiro: se no Brasil a propaganda eleitoral é para a maioria da população (com níveis baixíssimos de escolaridade) o único modo de visibilidade da política, conclui-se que é dela que são formados os juízos e opiniões, praticamente não havendo nenhuma outra fonte de acesso. Deste quadro conhecido, poderiam ser feitos esforços para suavizar o tom mercadológico da telepropaganda, deixando-a mais realista e centrada em idéias racionais, e menos em afetos. Ela poderia ser aplicada como instrumento de conscientização, proposta que reconhecemos conter boa dose de idealismo. O segundo

Cabe lembrar que a linguagem midiática tende a homogeneizar qualquer espécie de conteúdo que transite em seus meios, orientada pela publicidade comercial. A política é introduzida na linguagem televisual sem alterar o acordo prévio entre a lógica televisiva e o receptor:

As formas dramáticas e emocionais, construídas segundo as figuras e os tópicos da retórica do entretenimento, tornam-se preferidas em face das fórmulas discursivas, que se chocam frontalmente com a dimensão espetacular da comunicação. Tudo aquilo que na telepropaganda parece não se adaptar, ou se adapta mal à lógica dos meios deve ser, de preferência, excluído ou reduzido ao mínimo, se excluído não puder ser. Este *resíduo* (os discursos longos, com raciocínios sutis ou sofisticados, ou que exijam grande competência cultural do espectador, por exemplo) é o *inevitável* aspecto tedioso e *frio* da telepropaganda, extemporâneo da lógica do entretenimento (Gomes, 2004: 206) [grifos do autor].

Prosseguindo, o personagem Geraldo é colocado em relação com personagens do povo brasileiro, como a pernambucana Severina, que recebe de graça os remédios do programa estadual “Dose certa”, e informa que até agora só quem a ajudou foi Geraldo; ou o seu João, que almoça diariamente a um real, beneficiado pelo programa “Bom prato”, e ainda os jovens Graziele, Matheus e Ariane, que “só conseguem estudar por causa do programa Ação Jovem”. Ariane aparece chorando, agradecendo a oportunidade oferecida por Geraldo. E prossegue o desfile de cenas em que brasileiros humildes, beneficiados por Geraldo, fazem seus agradecimentos ao governador.

De volta ao estúdio, Alckmin retoma a palavra, com sua camisa impecavelmente engomada e sua gravata reluzente, carregando no acento paternalista: “quero ser conhecido como o presidente justo que estendeu a mão e entendeu o coração de vocês”. No final do programa, seu *jingle* é tocado, com imagens de corpo-a-corpo do candidato intercaladas por declarações de apoio de pessoas nas ruas. Só bem no final é mencionado que “Geraldo tem apoio político”, quando são mostradas imagens de comícios e discursos de apoio de lideranças nacionais, entre elas o governador paulista José Serra, inimigo com quem Alckmin travou uma batalha interna no PSDB pela indicação da candidatura, informação desconhecida pelas camadas às quais o programa se dirige. Mais imagens de comícios, com o clima dos eventos festivos. Fechando o programa, a figura vazia do povo é confeccionada imageticamente pelo *marketing*

argumento é que se a função da propaganda é vender produtos, é um meio inadequado para a apresentação das propostas dos candidatos a cargos públicos.

eleitoral, com várias pessoas surgindo e se agregando, com o pano de fundo da bandeira brasileira: “o povo quer, o povo sabe, o povo sente. Agora, é Geraldo presidente”.

Propaganda eleitoral de Lula em 2006 (último programa do segundo turno)

A propaganda de Lula de saída apresenta uma semelhança com a de Alckmin. Ambas utilizam o mesmo recurso técnico que mostra fotos dos candidatos com efeitos gráficos vindo em direção à tela com velocidade. Após o hino brasileiro ecoar com imagens externas de um grande número de pessoas de mãos dadas na praia, a equipe de *marketing* contratada pelo PT usa um cenário de campo para as imagens internas. Não um campo realista, à luz do sol, mas um campo estilizado, onírico, em forma de pintura, com uma plantação dourada ao fundo e o céu lilás, contrapondo o escritório mundano de Alckmin. Parece querer produzir um efeito estético que fale ao imaginário brasileiro, sugestionando a porção macunaímica do presidente. Um rapaz branco, uma jovem negra, um índio e uma mulher loira se revezam no discurso tradicional da retórica política, de que o povo precisa de trabalho, de educação, de saúde etc. Lula então surge na telinha. Sem paletó e gravata e bem mais velho que na campanha de 2002, começa seu discurso serenamente.

A forma como apresenta a crise é discreta, introduzida homogeneamente em seu discurso, sem menção direta:

Minhas amigas e meus amigos. Hoje, é o último dia do horário eleitoral. Olhando esta campanha de trás para adiante, fica bem claro que o segundo turno foi a coisa melhor que podia ter ocorrido para o Brasil. Com ele, o debate foi mais amplo e a reflexão mais profunda. O mais importante de tudo é que o Brasil não se partiu em dois, como muita gente temia. Não houve uma separação traumática entre classes e regiões como previam os mais apressados. A diferença entre os projetos ficou nítida e clara, mas isso serviu apenas para ajudar a decisão do eleitor. E para provar mais uma vez que nossa democracia é sólida, que sabemos absorver os conflitos, e que a vocação do Brasil é o equilíbrio democrático [*sic*].

Análises políticas indicam que Lula era favorito a ganhar o pleito de 2006 no primeiro turno, atribuindo sua ida ao segundo turno por causa da crise. É um indício da razão da estratégia de *marketing* ter optado pela abordagem do tema. O discurso é

dúbio, podendo estar se referindo às resistências à sua candidatura em 2002 ou à crise do ano anterior.

Após breve inserção da bandeira, com o hino de fundo e os representantes do politicamente correto recitando, cada dizendo uma parte dos versos “Quando o povo quer/ ninguém domina/o mundo se ilumina/ nós por ele/ ele por nós”, Lula reaparece:

Os problemas que enfrentei, e as dificuldades que venci me ensinaram bastante. Caso seja reeleito, saberei melhorar o que está certo, corrigir o que está errado e fazer o que não foi feito. Mais que nunca, exigirei a punição dos erros, doa a quem doer. Mas saberei, antes de tudo, evitar que eles aconteçam.

Os jovens apresentadores voltam, com o hino e a bandeira ao fundo, e mencionam a origem popular do presidente “que tem a alma do povo e a cara da gente”. Lula volta e faz um discurso otimista, de que temos tudo para crescer mais rápido, gerar empregos, e melhorar “ainda mais” a saúde, a segurança e a educação, o que será possível porque “colocamos o Brasil nos trilhos”. O raciocínio do discurso é simples e direto, mencionando a igualdade e os avanços sociais que serão conquistados. O verso seguinte diz: “São milhões de Lulas governando esse Brasil/homens e mulheres/noite e dia a lutar/por um país justo e independente/onde o presidente é povo/e o povo é presidente”.

Não é difícil perceber a astúcia e qualidade desta estratégia discursiva, que capitaliza ao máximo com a origem modesta de Lula, no uso do recurso de identificação projetiva comum à lógica midiaticizada. Ao contrário da estratégia da equipe de Alckmin, de apresentá-lo como homem esforçado e bem-sucedido, Lula é simbolicamente “fundido” ao povo, em idéia e no corpo do texto recitado com emoção pelos representantes das etnias e regiões brasileiras. Depois da mensagem, imagens em corte frenético como nos videocliques apresentam o presidente celebridade, sendo abraçado e tietado em grandes palcos e aglomerações, sempre com muitas bandeiras, no melhor clima do evento eleitoral, de modo semelhante ao empregado por Alckmin, com a intercalação das declarações de mensagens de apoio. Ao final, um Lula confiante lembra que tem apoio político, bom diálogo com todos os governadores e que se eleito fará um governo ainda melhor que o primeiro. E eis que algo surpreendente acontece. Após a despedida do presidente, o escritor Paulo Coelho aparece todo de preto, e discursa:

Presidente Lula, em primeiro lugar, feliz aniversário. Vamos comemorar juntos esse aniversário domingo, com uma vitória. Uma vitória do povo, uma vitória do país, uma vitória da democracia. Nesses quatro anos passados o Brasil passou por provas necessárias, e saiu fortalecido. O povo compreendeu perfeitamente isso, e neste domingo estaremos todos votando de novo por mais quatro anos de fé, esperança e realizações no nosso Brasil.

A presença do escritor é um bom exemplo do processo de celebração dos políticos, do modo como eles passam a pertencer ao mesmo universo das pessoas de sucesso. Após seu depoimento, crianças surgem da plantação trazendo um vistoso bolo, para comemorar o aniversário do presidente, que beija carinhosamente todas elas. Ao fim, a mensagem: “Feliz aniversário, Lula. Parabéns, Brasil”, e um clipe de seu *jingle* de estilo sertanejo encerra o programa.

A contaminação da política pelo germe da celebração gera distorções perigosas para a sociedade. A relação candidato-eleitor é deslocada do contexto do pragmatismo do voto com base no que o político oferece em termos de serviços ou melhorias práticas, para uma visão “cultural”, que faz a analogia ao universo do *show-business*²³: o político passa a ser escolhido pelo seu estilo, pelo afeto que desperta no eleitor, através do mesmo mecanismo de identificação projetiva que se estabelece entre o público e as celebridades.

Políticos hoje são celebridades que precisam ter suas agendas definidas de modo similar a estrelas do *pop*: em que programas aparecerão; onde darão entrevistas, e como será o formato delas etc. Sua aparição se relaciona à divulgação de sua mais recente iniciativa política, da mesma maneira como um cantor divulga seu último álbum. Ambos pertencem ao campo dos bens culturais: “Celebridades do entretenimento e líderes políticos trabalham para manter uma hegemonia cultural” (Marshall *apud* Street, 2003: 92).

A dinâmica da moderna democracia representativa, ao alçar a dimensão eleitoral do processo político a uma posição de prioridade, viabiliza a ocorrência do fenômeno de celebração, apesar da incompatibilidade estrutural entre a atividade política e o estilo de celebridade que muitos políticos incorporam. Mesmo candidatos da esquerda agora se comportam como estrelas de cinema. Um político jamais poderia ser uma celebridade, pois esse é um estilo composto por três traços marcantes: o narcisismo, o

²³ Neal Gabler (1999: 114) conta que o comediante americano Jay Leno disse certa vez que a política era “*show-business* para gente feia”.

hedonismo e certo desinteresse irônico, e cada um destes traços, quase por definição, representaria praticamente aquilo que um político jamais poderia ser. O estilo de exaltação da vida privada e do individualismo está na contramão dos princípios de interesse público e coletividade, orientadores do exercício da política. A configuração moderna do campo de visibilidade midiática em sua estruturação pela comunicação de massa acaba forçosamente fazendo que a celebração seja incorporada pelos atores da classe política, elevando o cinismo de suas representações a um patamar inédito.

No mundo cosmético do *marketing*, políticos e celebridades de todas as áreas convivem e gozam do mesmo regime de visibilidade. Deste modo, gradualmente a política vai perdendo a identificação com a luta e o desprendimento e associando-se, principalmente entre os mais jovens, a um lugar de boa vida que possibilita o enriquecimento e vantagens de todos os tipos. A profusão de candidaturas de celebridades e artistas sem histórico de militância ou engajamento em causas sociais é uma das consequências imediatas. Estes casos mostram que estas pessoas foram repentinamente tocadas pelo sentimento cívico e decidiram doar-se à vida pública? Ou significa que perceberam que suas qualidades midiáticas (empatia com a audiência, desenvoltura diante das câmeras etc.) eram compatíveis a este modelo estetizado de política? Outra consequência é a volta com força total do fenômeno do “filhotismo”, que andou em baixa durante algum tempo, em que as pessoas sentiam necessidade de fazer suas conquistas por seus méritos, chegando a omitir sua filiação. Hoje os filhos de políticos com força eleitoral procuram extrair o máximo de vantagem da fama de seus pais, lançando-se na política sem demora, muitas vezes com pouca ou nenhuma aptidão para a atividade, tornando-se joguetes, praticando tráfico de influência e se locupletando do patrimônio público.

A política, assim, além dos estados de dano que sofre por sua própria natureza, de acordo com a leitura que fizemos de Rancière e Pêcheux, sofre desgastes também em sua ordem representacional, como objetivamos acentuar com a análise de propaganda eleitoral que realizamos.

3.5. A epidemia do escândalo na cultura política

Apesar das eleições serem o passaporte às posições de poder, elas não asseguram permanentemente as condições de governabilidade (Rubim, 2000: 91). Conforme indicamos, uma constante preocupação com a gestão da imagem pública dos

participantes do processo político se faz essencial no quadro contemporâneo. Qualquer decisão política será tomada com base na avaliação dos efeitos que causará no campo político efetivo, e também na avaliação dos efeitos no espaço virtualizado que traduzirá ao eleitorado o significado político de tal decisão.

Se pensarmos conjuntamente uma sociabilidade configurada em redes mediatizadas, em constante estado de acompanhamento e fiscalização pela sociedade civil e pela imprensa (e de como este cenário exige o gerenciamento de uma imagem pública assessorada por consultorias profissionais, que mapeiam as atitudes de voto de uma crescente parcela de eleitores não comprometidos), com uma estrutura política cada vez mais reduzida à dimensão da disputa pelo voto, provocando um enorme dispêndio de energia que deixa de ser aplicada em programas e debates, chegaremos a um sistema no qual a obtenção de vitória eleitoral é o ponto de partida para o estabelecimento de qualquer política; a necessidade de ganhar eleições em intervalos de quatro anos, portanto, facilita vislumbrar a potência com que emerge a virtualidade eleitoral para seguir passo a passo com toda e qualquer ação de natureza política.

Quando a esfera civil, que determina quem participa e quem está excluído da esfera política, pode formar durante todo o tempo dos mandatos a sua opinião sobre os partidos, sobre o governo e sobre os sujeitos políticos, a sua decisão ganha a mesma extensão dos mandatos. Os mandatários, então, passam a cortejar a esfera civil e a buscar reconhecer os seus humores e as suas tendências e a satisfazer os seus desejos. Passam a se assessorar de indivíduos com competência no controle dos fluxos comunicativos, para descobrir o que pensa e sente o público e para produzir discursos e fatos conforme a opinião que se quer que o público tenha. Nesse sentido, a campanha agora se confunde com o mandato, solicitando da esfera política um dispêndio subsidiário e constante de energia. Os mandatários não apenas governam ou legislam, mas o fazem como se estivessem o tempo todo em campanha. A campanha agora é permanente, a eleição é interminável (Gomes, 2004: 114).

A virtualidade eleitoral é produzida da convergência entre fatores como a supremacia da telerrealidade televisiva, a dinâmica competitiva da *realpolitik* e a personalização da esfera pública. Outro fator contribuindo para o quadro é a falência de um modelo burocratizado de jornalismo, habitualmente reduzido à transcrição de declarações dos políticos (que costumam ser vagas e meramente institucionais), informações sobre suas agendas e análises sobre o xadrez do poder. Na tensão com a informação, a aparente vantagem do entretenimento molda um quadro propício para as

quebras cheias de dramaticidade e emocionalismo das eleições, e pela impetuosa irrupção dos escândalos políticos como estratégias eleitorais.

A construção do discurso sob o molde televisivo, com todas as concessões que a complexidade e o ritmo característicos da política precisam fazer em nome da linguagem veloz e espetacular do aparelho midiático é uma das causas para o fenômeno da novelização do escândalo como narrativa preferencial do discurso político. Esta forçosa adaptação do discurso ao ambiente midiático gera perversas consequências para a educação política da sociedade, bem como o avanço do raquitismo do discurso político do eleitorado, cada vez mais a girar em torno de uma política de confiança dependente das narrativas ficcionalizadas e celebrizantes produzidas e comercializadas pela mídia. O discurso político vai ficando limitado a um discurso eleitoral.

No contexto de um campo político caracterizado por um sistema de partidos competitivos e um conjunto de organizações de mídia relativamente independentes que desempenham um papel central na conformação das relações entre políticos profissionais e cidadãos comuns, e em circunstâncias marcadas pela crescente importância da política de confiança, o escândalo político tem probabilidade de assumir um efeito cumulativo (Thompson, 2002: 150).

Como foi dito, o eleitorado tem no espelho da mídia praticamente o único interlocutor com a política. Nesse âmbito de representação marcado pela diversidade de formatos narrativos, ganham relevância os que produzem efeitos sensoriais diretos na audiência, principalmente se contiverem pitadas romanescas ou policialescas em sua trama.

Numa retrospectiva dos acontecimentos recentes da política brasileira, é clara a constatação de que praticamente todo o espaço midiático destinado à informação política foi pautado pelos escândalos. A crise que se abateu sobre o governo Lula coloca em evidência um sistema em que o escândalo emerge como característica endêmica da cultura política, perdendo seu caráter de ocorrência excepcional. O escândalo se consolida como modelo principal de narrativa política no universo midiático, sai da esfera do acontecimento e entra no âmbito da estrutura.

Para Thompson, há uma afinidade entre os escândalos políticos e as democracias liberais, própria das condições do poder político nesse tipo de ordenamento social, em que forças competitivas são mobilizadas através de partidos e outros grupos de interesse, criando uma atmosfera tensa onde a confrontação é a norma. Num estado

totalitário não existem brechas para a exploração desse tipo de acontecimento, e aqueles que procuram divulgar um escândalo podem ser punidos com prisão ou até com a morte. Já na dinâmica de uma democracia liberal, em que a disputa política se define pelo jogo eleitoral, em imagens e discursos, uma imagem pública favorável é essencial: qualquer mancha na reputação de uma liderança pode ser vista como um ganho eleitoral por seus adversários políticos. Se acrescentarmos a esse contexto a relativa autonomia da imprensa e uma cultura sensacionalista, o ambiente torna-se ainda mais fecundo para o acontecimento do escândalo político.

Thompson enumera algumas mudanças importantes que subjazem à prevalência do escândalo político. A primeira é a crescente visibilidade dos líderes políticos, num momento em que a relação entre homens públicos e eleitorado é cada vez mais moldada por formas midiáticas de comunicação. Quanto a este ponto cabe lembrar dois princípios contraditórios presentes no exercício da política: a necessidade simultânea de mostrar-se e esconder-se. As relações de poder são naturalmente imorais e obscuras, e configuram uma zona cinzenta que precisa ser maquiada ou omitida do campo de visibilidade pública. A negociação, os acordos e o pragmatismo, partes da dinâmica da cultura política, nem sempre correspondem aos princípios morais socialmente convencionados, e por isso precisam ficar ocultos do conhecimento público. Entretanto, na era da comunicação de massa, a necessidade de visibilidade da imagem pública política se opera com base na mesma exposição dispensada às celebridades midiáticas. Possuindo esses dois aspectos aparentemente incompatíveis, a política materializa-se num espetáculo de ilusionismo, quase invariavelmente associado à mentira e frustração. “Há, desse modo, uma contraposição e, ao mesmo tempo, complementaridade entre visibilidade e ocultamento do poder. Michel Foucault sobre isso afirmaria que ‘o poder no Ocidente é o que mais se mostra, portanto o que melhor se esconde’” (Mendonça, 2002: 161). Para Thompson, “a crescente prevalência do escândalo político é o outro lado — o lado escuro, por assim dizer — da crescente visibilidade dos líderes políticos” (2002: 143).

A segunda mudança importante detectada pelo sociólogo estaria localizada no avanço das tecnologias de comunicação e vigilância, técnicas de gravação, processamento e difusão de informações, que se tornaram meios de promover a transição de conteúdos políticos dos “bastidores” em direção ao “palco”. É oportuno rememorar aqui que a violenta crise política que atingiu o governo Lula foi deflagrada pelas imagens gravadas secretamente do diretor dos Correios recebendo propina. Feitas

com uma câmera secreta de pequeno porte, as breves imagens derrubaram ministros fortes do governo em efeito de cascata, produzindo graves prejuízos políticos a líderes e partidos, e pautando toda a propaganda política das eleições de 2006 sob o viés negativista da corrupção. Outros escândalos e constrangimentos políticos foram provocados por vazamentos de declarações bombásticas por equipamentos de áudio, conversas gravadas clandestinamente e fotos comprometedoras, como a da montanha de dinheiro na sede da empresa Lunus, que tirou do páreo presidencial de 2002 a então governadora do Maranhão Roseana Sarney, esposa do dono da empresa, que vinha muito bem colocada nas pesquisas.

As mudanças na cultura jornalística, além da relativa autonomia da imprensa, dizem respeito ao desenvolvimento do jornalismo investigativo. Os organismos de imprensa se credenciam muitas vezes como aliados das diferentes composições entre a classe política e o empresariado, formando uma tríade de poder que usa a narratividade dos escândalos para alcançar seus objetivos políticos. Esse tipo de configuração de uma arena discursiva de enfrentamento de diversos grupos dentro de uma linha de ação comum se reflete no jornalismo político diário do país, na alternância entre um grande espaço ocupado por declarações de autoridades e informações sobre suas agendas de trabalho e a ruptura provocada pelo escândalo político.

Finalmente, o ponto analítico mais importante é referente à mudança na cultura política:

O declínio gradual da política ideológica significa também que, dentro do subcampo dos políticos profissionais, discordâncias fundamentais com respeito a questões de princípios se tornam menos pronunciadas e os partidos políticos buscam outros meios para se poder diferenciar entre si. Na medida em que os partidos caminham sempre mais para um território central comum e competem por um número crescente de eleitores não comprometidos, as falhas de caráter (reais ou supostas) de seus opositores e a infração de códigos de conduta se tornam armas sempre mais poderosas na luta por vantagem política (Thompson: 147).

Com os discursos e práticas políticas girando em torno do mesmo eixo, o capital, os pontos de enfrentamento entre os partidos e grupos que disputam o poder estarão localizados no ataque às reputações e na exposição negativa decorrente de escândalos, já que do ponto de vista operacional, as forças políticas têm funcionado de maneira similar, na busca de conexões entre os detentores do capital para o financiamento cada vez mais dispendioso de suas campanhas, e abrindo os caminhos institucionais para que

os recursos públicos retornem (num volume que recompense o investimento) como licitações ou em qualquer outra forma de negócio que represente favorecimento aos financiadores. Com a supremacia corporativa do capital sobre as instituições políticas e o enfraquecimento gradativo da discursividade ideológica, a ação política se homogeneíza, e a credibilidade gradualmente vai ocupando o espaço da ideologia, se firmando como valor de diferenciação entre os grupos que disputam o poder. Há um declínio gradual da *política ideológica* e a crescente prevalência da *política da confiança* (Thompson, 2002: 146).

Nesse contexto, as narrativas escandalosas surgem como modo de diferenciar grupos que mantêm práticas similares, se revezando no controle político de acordo com o escândalo em destaque nos holofotes da mídia, cujo poder de iluminar (ou esconder nas sombras) determinará o bode expiatório da vez. Faz parte da cultura política brasileira a hipocrisia do contraste entre a manutenção de um pragmatismo político atrás das cortinas, e a humilhação pública daquele que vacilar e deixar seus delitos escaparem ao palco, mesmo que em nada difiram dos delitos dos demais. Também é parte da cultura política brasileira fazer agonizar na fogueira da opinião pública aquele que deixa transparecer os métodos que prevalecem nos gabinetes e zonas de acesso restrito.

A exposição ao escândalo é um risco inerente aos que transitam pelo espaço público. As narrativas em torno da política ficam marcadas como focos de tensão entre as esferas da informação e do entretenimento, e não raro suprimem de seu campo de representação uma parte essencial da mecânica política. A simplificação pela via da personalização carismática dos líderes, associada ao crescimento da política de confiança, é danosa justamente porque também personifica o dano, atribuindo-o a uma pessoa e não a uma prática institucionalizada. A sociedade deixa de fazer o debate público sobre a disseminação da corrupção para concentrar esforços na execração de quem é “flagrado em atos ilegais” e paga não propriamente pelos atos cometidos, mas por ter sido flagrado. O dano de uma cultura política que valoriza a esperteza e a dissimulação recai sobre aquele que não passa de um sintoma de um problema bem mais arraigado, instaurando a estrutura invariante do circuito de ascensão e queda dos homens públicos: uma ascensão quase mitificada, construída através dos mecanismos simbólicos e estéticos pelos quais a linguagem da comunicação de massa tenta transformar as rugas de todo um passado de práticas políticas arcaicas num modelo de modernidade e eficiência administrativa; e uma queda escandalosa que sempre estará

contribuindo para o aumento do negativismo e da indiferença que caracterizam a alardeada “crise da política”.

Thompson (2002: 152) faz um alerta sobre a exaustão do escândalo, quando ele deixa de ser uma ocorrência excepcional para tornar-se característica endêmica na cultura política contemporânea: o ciclo de escândalos gera cansaço, cessando de despertar indignação ou mesmo interesse. As doses de emoção envolvidas nos escândalos precisam ser cada vez mais intensas, produzindo no público uma perigosa indiferença, acostumando-o à sua produção, até que os escândalos apareçam com frequência prevista, perdendo gradualmente seu valor de notícia e sua capacidade de gerar reações. Foi o que aconteceu em 2006; apesar da aparentemente interminável sequência de escândalos que atingiu o seu governo, o presidente Lula conseguiu reeleger-se de maneira relativamente tranqüila.

A supressão de mecanismos explicativos da complexidade intrínseca à política de seu campo de representação, em favor de modos de maior apelo mercadológico e significação afetiva, bem como a formatação informacional dos conteúdos políticos dentro dos parâmetros regentes da cultura de massas, revelam-se contribuintes do estágio de banalização do escândalo político e de todos os problemas conseqüentes, sendo o mais grave deles a limitação da participação democrática ao ato desinteressado de votar.

A resistência em encarar a tradução midiática da política como um domínio separado das demais categorias discursivas, submetendo-a ao mesmo registro das construções simplificadas do *marketing*, é uma das chaves para entender o desencantamento, a frustração e o desinteresse, cujas incidências sobre a política parecem ser ilimitadas, desgastando-a e afastando-a cada vez mais do horizonte cotidiano dos cidadãos.

Considerações finais

Nos capítulos anteriores, nos esforçamos em expor as dificuldades envolvidas na complexa tarefa de analisar a gênese do discurso político. Construimos o fio de nosso discurso dialogando com as teorias e conceitos revisados, que nos direcionaram a um quadro teórico interdisciplinar, permanentemente aberto para a incorporação de outras contribuições analíticas. Recapitulando: com Rancière, refizemos a operação teórica de separar os domínios da política e da polícia. O que se entendia normalmente por política, isto é, a distribuição organizacional dos corpos falantes pelos poderes e funções sociais, em suas práticas discursivas determinadas, e também a gestão populacional exercida pelo Estado, em seus mecanismos e dispositivos de legitimação, e as demais forças que compõem o campo político, na circularidade de movimentos de hegemonia e resistência, assim como as regras aplicadas aos sistemas de intercâmbio econômico, regulações jurídicas e tudo mais que pertença a uma ordem do visível e que possa ser nomeado pela linguagem, formam o conjunto do que passou a ser chamado de *polícia*. A política, nesta delimitação teórica que a esvazia dos significados que passam a pertencer à polícia, está justamente na idéia vazia da igualdade que se inscreve no corpo social, perturbando a contagem das parcelas que somadas formam a totalidade policial. O encontro da lógica igualitária com a lógica policial gera as formas parasitárias de subjetivação política, supranumerárias em relação às parcelas formadoras do todo comunitário.

A política existe enquanto formas de subjetivação singulares renovam as formas da inscrição primária da identidade entre o todo da comunidade e o nada que a separa de si mesma, quer dizer, da contagem apenas de suas partes. A política deixa de existir ali onde não tem mais lugar essa distância, onde o todo da comunidade é reduzido sem resto à soma de suas partes (Rancière, 1996: 123).

A política é o que interrompe a simples contagem das parcelas da comunidade, contagem que dá a cada um a parte e a denominação que lhe cabe; a atividade política é um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial, introduzindo no seio da polícia o incomensurável da igualdade, que parasita semanticamente o discurso político com o erro de cálculo na contagem das partes sociais. Com esta idéia de igualdade, fundamental para que as ordens dos chefes sejam

compreendidas e acatadas pelos subordinados e que seja reproduzida uma ordem hierárquica, as formas de subjetivação política se multiplicam nos litígios gerados no encontro da ordem igualitária com a ordem policial. A política ocorre quando a figura vazia do povo, do amontoado de homens sem parcela social, os miseráveis incontados, manifesta um litígio desigualitário de um caso singular, particular, tratado por dispositivos de subjetivação que podem atuar na modificação da relação entre as partes do litígio. A palavra política é portadora de um dano imanente, representado na figura do povo, o modo de subjetivação essencial no qual a verificação da igualdade assume figura política. O dano está nesta parte dos sem parte, no coletivo difuso das existências que são a manifestação do dano, este que não poderia ser regulado por um acordo entre partes, pelo fato dos sujeitos expostos pelo dano não possuírem parcela alguma na sociedade.

Ao produzir a multiplicidade de modos de subjetivação política, o discurso político embaralha a contagem das partes da comunidade social, falseia a evidência segundo a qual as coisas são somente o que são, acopla sentidos novos que podem a partir da mudança discursiva transformar a realidade social.

Após a demonstração da inscrição semântica da igualdade no discurso, seguimos para a constituição das ordens do visível e do dizível que formam a realidade sensível partilhada pelos sujeitos falantes. Procuramos entender a racionalidade do dissenso da palavra política, examinando os dispositivos envolvidos na constituição das interações comunicativas entre os sujeitos falantes, posicionados assimetricamente em um universo onde as mesmas linhas que traçam um comum definem lugares exclusivos (Migliorin, 2007). A partilha do sensível foi analisada enquanto constituição estética essencialmente política, por colocar em comunicação regimes separados de expressão e configurar o campo de visibilidade da alteridade política, este que é percorrido permanentemente pela energia produtiva do poder, e por ela animado na sua conjuntura táctica.

Aproximamos a operação disjuntiva de Rancière da concepção de Michel Pêcheux de situar o discurso entre os domínios da estrutura e do acontecimento. A ordem policial tem em sua conceituação similaridade com as teorias funcionalistas do estruturalismo, assim como o conceito de política em Rancière apresenta semelhanças com a forma como Pêcheux pensa a noção de acontecimento, e separa as regiões discursivas nas categorias estabilizadas ou desestabilizadas. Sendo sabido que os dois autores tiveram influência de Louis Althusser em sua formação intelectual, que foi um

dos nomes mais proeminentes da corrente estruturalista, consideramos uma posição de trabalho interessante articular a forma como eles entenderam e produziram análises sofisticadas sobre a dupla face do discurso político, com uma parte se refugiando na legitimidade conferida pelo papel social em sua capacidade de enunciação correspondente, e outra parte desejando construir um discurso singular, que contenha suas próprias crenças e valores e ao mesmo tempo seja dotado de validade pública e intersubjetiva. Destacamos a tensão entre linguagens de abertura criativa para o mundo, e linguagens intramundanas de argumentação e validação.

Rancière e Pêcheux superam a leitura estruturalista da mecânica política, cada um de sua maneira, com a característica comum de alargarem os limites epistemológicos da análise do discurso político. Filósofos de formação, suas obras são representativas de como a filosofia pode operar uma abertura pelas palavras, sendo de grande valia para assentar a base teórica de determinado problema (em nosso caso a captura do discurso político pela narrativa do escândalo), preparando o terreno de análise para a intervenção de metodologia específica, aqui a análise de discursos. Nesta fase, a teoria social do discurso de Norman Fairclough foi especialmente importante para nosso enfoque analítico. Seu quadro tridimensional apresenta três dimensões de análise que guiaram nossa abordagem do problema da formação narrativa escandalosa da política: análise da prática social, da qual o discurso é uma parte, em um entendimento das relações de poder que amparam as articulações hegemônicas; análise das práticas discursivas, em seus processos sociocognitivos de produção e interpretação; análise lingüística das propriedades textuais, com a interpretação das marcas nas superfícies dos textos. Uma teoria do discurso deve enfrentar as complexidades das condições de sua produção, pensando o discurso na superfície de seu texto, no sentido do encadeamento de seus enunciados, e também nas condições socioeconômicas em que foi produzido, por um enunciador historicamente situado. Utilizamos estas categorias para analisar as diferentes dimensões por onde o discurso político perpassa.

No capítulo 2, estudamos as duas dimensões exteriores do esquema tridimensional do discurso elaborado por Fairclough: do discurso como prática social e como prática discursiva. Procuramos mostrar a complexidade de um enfoque integrado que contemple as instâncias diferenciadas nas quais pode ser averiguado o discurso, para que as análises ultrapassem o valor documental imediato das mensagens políticas, oferecendo leituras enriquecidas pelas interpretações que os autores fazem dos textos analisados. Na dimensão da prática social, a configuração política do presente se

caracteriza pelo fenômeno da autonomia corporativa dos políticos profissionais. Esta política está distanciada do horizonte dos cidadãos, que só a acessam discursivamente, e praticamente só em período eleitoral. A esfera pública é abandonada pelos cidadãos e entregue aos técnicos da comunicação de massa. A mídia foi apresentada em sua ocupação funcional destacada no campo da política, como agente de notável influência em seu sistema, ao lado das instituições jurídicas, das corporações empresariais e dos aparelhos estatais, entre outros organismos sociais. A influência majoritária da mídia nos processos cognitivos dos cidadãos a respeito do mundo público foi destacada, com o pano de fundo da complexidade envolvida em análises de discurso que considerem as três dimensões analíticas em que ele se manifesta. Cabe, portanto, uma averiguação desta virada para uma participação discursiva, que tem na mídia o único contato com a política institucional.

Alguns conceitos relativos ao campo da psicologia política foram exemplificados para mostrar que o senso comum funciona de modo mais afetivo que racional, em mecanismos operados mais por narrativas do que por recursos lógicos. Deste modo ele está cognitivamente ajustado à forma lingüística midiática, sendo bastante influenciado pelas leituras preferenciais das mensagens políticas. O escândalo, ao ser apresentado dentro de uma narrativa novelesca e espetacular, se torna palatável ao regime narrativo a que está habituado o senso comum, facilitando sua assimilação ao ferramental lógico predominante. Deste tipo de racionalidade emerge um discurso de tom moralizante, que parece excluir seus enunciadores de qualquer responsabilidade política, instituindo o posicionamento cínico de uma neutralidade ideológica. A política, desta maneira, fica descolada do campo de imanência, reduzida aos textos e discursos, aos votos efêmeros e ao niilismo de sua evocação.

Argumentamos que não há essa neutralidade e que nossas práticas sociais refletem escolhas políticas, e não apenas nosso posicionamento discursivo. Contudo, estamos mais próximos da dimensão discursiva no que se refere à política institucional, e é nela que devemos atuar, interpretando as mensagens que nos dirigem para responder a perguntas a respeito do modo como as mensagens são apresentadas, a que interesses atendem e de que maneira iremos nos posicionar diante delas, entre tantas outras perguntas que podem ser formuladas.

No terceiro capítulo, exploramos a interface principal de comunicação entre o público e o universo político, a mídia, entendida como um complexo intertextual em que diversas vozes competem por espaço e legitimidade. Revimos algumas de suas

especificidades e dispositivos, presentes no jornalismo e na propaganda, e fizemos algumas considerações sobre a linguagem que molda estes dois âmbitos em suas diferenças narrativas. No processo de inscrição de conteúdos políticos ao ambiente da telerealidade, algumas faces da política encontram melhor adaptação com a linguagem hegemônica deste meio, imagética, veloz, espetacular e voltada para a engenhosidade de seus próprios recursos. Se antes a mídia produzia o espetáculo, agora ela é o próprio espetáculo. Na gramática midiática, “não é o *logos* que teria se vestido de *ethos* e de *pathos* para se adaptar, mas o *ethos* e o *pathos* é que agora fabricam o *logos*” (Charaudeau, 2006: 306).

Os eleitorados massivos têm no espelho da mídia praticamente o único interlocutor com o universo da política. As técnicas de administração da imagem pública nesse espelho virtual são decisivas nas sociedades tecnológicas, em que a conjugação de fatores como produção e consumo de imagens com megalópoles e mídia demanda uma gestão de escala apropriada para a comunicação política. O *marketing* eleitoral, prática que se dissemina quando os meios de comunicação de massa passam a intermediar as relações entre candidatos e eleitorado, torna-se indispensável ao homem público quando seu contato com as massas é medido por indicadores estatísticos e pesquisas que avaliarão a forma como se apresenta no código estético da televisão. Esta configuração de visibilidade midiática onde as imagens públicas políticas precisam permanentemente distribuir afetos positivos representa a política com a mesma lógica dos demais produtos nela veiculados.

A vinculação entre a gramática televisiva e a lógica eleitoral evidencia um consenso dependente de resultados periódicos, de ações de visibilidade. A esfera da visibilidade midiática, ao se tornar a arena onde os agentes e instituições disputam interpretações dos temas e eventos políticos que lhes sejam favoráveis, produz um tipo de performatividade encenada, que não necessariamente precisa refletir a realidade, mas apenas parecer verossímil, para distribuir os afetos positivos que sem muito entusiasmo serão convertidos em votos. Desta forma, a política adquire um regime de ficcionalização com efeitos específicos para a sociedade. Assuntos públicos sérios e temas privados desprovidos de interesse público (mas que satisfazem ao ávido apetite da audiência pelo consumo sensorial e imagético de diversões de todos os tipos) são tratados quase da mesma forma pelos dispositivos de produção midiática, sendo decodificados de maneira indiferenciada nos discursos que as pessoas fazem sobre política.

Vimos que a cultura midiática explica a política a partir de uma posição moral simplificadora, excluindo a consideração às condições de produção do discurso político, e às dificuldades e complexidades intrínsecas à enunciação da palavra política. As regularidades discursivas dos cidadãos acerca da política partidária são articuladas com base em mecanismos de tradução cognitiva que apreendem os registros dentro do código preferencial da comunicação de massa. A conversão forçada do discurso político à cultura midiática, em seus pontos mais escandalosos ou marcantes, encontra no modelo de acessibilidade descrito por John Zaller o reagente ideal para a explosão do escândalo, considerando que o eleitor acessa as informações que estão mais vivas em sua mente, construindo declarações de opinião e retendo apenas a conclusão do fato, geralmente de tom moralista, mecanismo em que o escândalo se encaixa perfeitamente.

Alguns efeitos negativos podem ser facilmente identificados a partir do quadro descrito. A mídia, por sua lógica, obriga os políticos a darem respostas rápidas a questões que não podem ser respondidas com a velocidade que se exige, gerando clima de descrédito e a impressão de que não existem propostas. Esse regime acelerado de uma cultura da instantaneidade, conjugada à divulgação constante de pesquisas de popularidade, gera a amplificação do curto prazo, e o imediatismo suprime a noção de perspectiva, fundamental para a política. O ambiente da midiática e das pesquisas e indicadores afetam a dinâmica democrática, fazendo com que as elites se intoxiquem com a repetição de suas pesquisas, supervalorizando os institutos de sondagem e o *marketing* generalizado, e criando a dependência dos publicitários e consultores de comunicação. Este quadro gera uma multiplicação das operações de mídia, artificializando ainda mais o processo político com o fenômeno de hipermediatização, que produz a impressão de uma ampliação da esfera pública, mas acaba por reduzir a margem de ação política, aumentando sua visibilidade e simultaneamente deixando-a refém da mídia. Desta convergência moderna de fatores é caracterizado o estado da virtualidade eleitoral, em que a tensão estratégica das eleições contagia permanentemente a esfera pública, obrigando os demais processos que integram a dinâmica da política — discussão de problemas, formulação de políticas públicas, projetos de longo prazo — a se associarem de alguma forma à competitividade eleitoral.

O fenômeno de hipermediatização inflaciona o mercado de consultorias especializadas em comunicação e deixa as campanhas eleitorais cada vez mais caras, custo que aumenta proporcionalmente aos avanços técnicos das tecnologias de transmissão. Com o financiamento crescentemente dispendioso das campanhas, a classe

política, uma vez de posse dos cargos, precisa distribuir aliados pelos quadros públicos para criar uma rede de contribuições junto aos setores do campo econômico. Para que essas contribuições sejam angariadas é preciso favorecer os doadores em negócios públicos, através de vantagens licitatórias, anistia de dívidas e outros expedientes. Com isso, o ciclo da corrupção sistêmica está instalado.

A corrupção generalizada, num campo altamente competitivo e estratégico, onde todos jogam da mesma maneira, vive em estado de permanente vigilância dos adversários e do jornalismo, aumentando o risco de escândalo. Para piorar a situação já bastante oportuna para a ocorrência de escândalos, a forma como os políticos — que têm campanhas caras e se elegem endividados, precisando ao longo do mandato construir uma rede de engenharia social para garantir os recursos das próximas eleições — se apresentam à população sob modelo produzido com as técnicas dos artefatos da cultura de massas. São mostrados como pessoas iluminadas, em linguagem paternalista, pobre de sentidos no vazio do povo em que se fundamenta. A esfera pública sofre uma metamorfose de personalização, trazendo à memória a mordacidade de Canclini (1999: 272), na constatação de que “os políticos que compreenderam nas últimas décadas a importância de administrar suas imagens nos meios de comunicação de massa manejam a idéia de cultura como se fossem líderes do século XIX, para os quais a forma mais cabal de consagração era a escultura em bronze”.

Neste cenário não é difícil compreender o desenvolvimento da política de confiança descrita por Thompson, e da cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas e instituições que passa a nortear o debate político. Articulado às formas estruturais escandalosas da política que vimos nos dois primeiros capítulos, este quadro contemporâneo, já em si mesmo potencializador do escândalo, é agravado quando a cultura popular estimula o consumo dos escândalos.

Tendo descrito a configuração moderna da atividade política na dependência do campo de visibilidade midiática estruturado pela comunicação de massa, passaremos agora às considerações finais a respeito do impacto deste quadro nas formas narrativas hegemônicas do discurso popular sobre a política. Percorrendo as instâncias por onde o discurso circula, identificamos em certo senso comum do discurso cotidiano um entendimento da política à luz de um modelo platônico no qual ela seria idealmente um reino de justiça e intercompreensão entre as partes deliberantes sobre a melhor maneira de gerir o comum. Esta base de entendimento da política, quando confrontada com a prática exercida na realidade, produz o discurso majoritário da identificação da política

com o mal absoluto, das ações corruptas de pessoas mal-intencionadas. Em paralelo, proliferam discursos conectados afetivamente com a esperança do surgimento e ascensão de líderes honestos e competentes que “resgatarão” os valores coletivos e salvarão a política. A dualidade desta lógica discursiva é preferencial e reforçada pelos formatos que o discurso político adquire ao ser traduzido pela gramática midiática, sobretudo televisiva. Os parâmetros da linguagem midiática empregados na construção do discurso político são um dos fatores responsáveis pela padronização discursiva do tema da corrupção e dos escândalos, aproveitando todos os recursos que a narratividade midiática naturaliza no imaginário coletivo, como mostramos tautologicamente durante o trabalho.

Tentamos colocar em evidência as tensões entre os modos e sentidos assumidos pela discursividade política, produtoras de incoerências que apontamos como responsáveis pela ocorrência do escândalo político. Tensão derivada, por exemplo, da incompatibilidade entre categorias platônicas — que moldam o discurso com base na idealidade do diálogo transparente entre parceiros voltados exclusivamente aos interesses comunitários — com as pressões e a competitividade que padronizam a ação política, que passa a ser determinada pelo cálculo fisiológico do pragmatismo eleitoral; ou a tensão gerada na fricção dicotômica entre formas de entendimento da política que a encerram entre o “idílio teórico de uma determinação filosófica do bem que a comunidade política teria por tarefa realizar; idílio político da realização do bem comum pelo governo esclarecido das elites apoiado na confiança das massas” (Rancière, 1996: 98), e a alteridade religiosa e guerreira que insere a política de modo perene na circularidade insolúvel do conflito e do dano.

Em outro plano, poderíamos apontar um problema imediato da fusão entre os discursos baseados nos julgamentos morais da personalidade dos líderes políticos, balizados pela mídia e recuperadores de um idealismo, de um lado, e o discurso do tecnicismo corporativo propagativo da opinião de que a nova lógica dos mercados limita a margem de manobra das ações governamentais. Para este discurso a acomodação tectônica das forças políticas decorrente da globalização do capital seria responsável por um mal-estar governamental generalizado, produzido pela nova dinâmica dos mercados e da circulação dos fluxos econômicos e culturais.

Este discurso desacreditado dos governos é agravado pelas construções personalistas engendradas pelo *marketing* entranhado no seio da cultura moderna. A contradição está na seguinte conjunção: à medida que a globalização é configurada em

mito parteiro de todas as justificativas para a exclusão social, proliferam as formações discursivas em torno da confiança na capacidade e vontade de realização de políticos e tecnocratas, construções contrastantes com o discurso da impotência dos governos diante das forças da economia.

O liberalismo supostamente reinante retoma do marxismo, tido como caduco, o tema da necessidade objetiva, identificada às coerções e aos caprichos do mercado mundial. Que os governos sejam os simples agentes de negócios do capital internacional, essa tese outrora escandalosa de Marx é hoje a evidência quanto à qual “liberais” e “socialistas” concordam. A identificação absoluta da política com a administração do capital não é mais o segredo vergonhoso que as “formas” da democracia viriam mascarar, é a verdade declarada com a qual nossos governos se legitimam. Nessa legitimação, a demonstração de capacidade deve apoiar-se numa demonstração de impotência (Rancière, 1996: 114-115).

O discurso da hegemonia é construído com base no pragmatismo político e no realismo econômico, faces do discurso do senso comum, majoritariamente centrista e de acento liberal, que tem sua face cultural nas construções da comunicação de massa. Pragmatismo político, realismo econômico e consenso eleitoral combinam-se na passagem do escândalo político ao plano da estrutura.

O realismo econômico e o pragmatismo político são técnicas específicas de um regime de competitividade acirrada absolutamente dissonante do discurso público que se faz dele. Os discursos públicos dos políticos, sobretudo na propaganda, se dirigem para a figura do povo, este estranho destinatário para o qual as estratégias sensíveis codificam sentidos dominantes, calculando uma leitura preferencial. Nas construções textuais destes discursos, o povo é ingênuo e cooperativo, lendo as mensagens dirigidas na codificação preferencial que elas trazem, lendo-as só na superfície, lendo o que nas mensagens está escrito. Mas o povo é o fragmentado e difuso coletivo de cada indivíduo, que vota de acordo com suas convicções e do sentido que faz do mundo público.

Ainda que a vida continue perfeitamente se não pensar um minuto sequer na política partidária, no momento do voto o sujeito é instado a manifestar sua opinião. É a esse momento cada vez menos importante na vida das pessoas, já que sucessivamente percebemos que a política não melhora (pelo menos na visão que construímos com as mensagens que consumimos), que o *marketing* eleitoral direciona seu arsenal de estratégias sensíveis, modernizando seu aparato de intervenção na cognição política do

eleitorado. O problema que surge é que, ao vender ao senso comum que a política é uma questão de confiança, de escolher os dirigentes em quem mais possamos confiar, é instituída como arma política justamente a desvalorização pessoal do político, sendo o escândalo o meio mais eficiente para isso. Se distinções ideológicas perderam efeito, deslizes e prevaricações ganham força como formas de desqualificação de adversários.

No momento do voto, o eleitor é obrigatoriamente chamado a transferir a parcela de poder que detêm, e constrangido a manifestar um discurso político. Isso tem sido feito na maior parte das vezes desinteressadamente, no bocejar de articulações rasas, de signos opacos e adormecidos de reconhecimento com o que se soube pela mídia ou da boca de outras pessoas. Nos espaços onde o eleitor encontra a política, ela lhe é apresentada como disputa de personalidades, com as qualidades de cada candidato apresentadas (currículo, família, valores morais) disputando o afeto do eleitor. Em período pré-eleitoral, a política aparece mais nestes espaços que ele frequenta quando olha televisão, o que faz na maior parte de seu tempo livre.

O eleitor acaba se deparando com a política, sendo solicitado a escolher um dentre os candidatos apresentados, a assistir aos seus programas eleitorais, julgar suas qualidades, debater com outras pessoas e escolher o melhor, para quem dará seu voto. Neste processo, seus próprios discursos e opiniões são articulados e expressados, seu voto é definido e a vida continua, distanciada da política, até que ela volte nas próximas eleições. Como não ver aí terreno fértil para o escândalo midiático? A face escandalosa de certos acontecimentos políticos confere uma racionalidade de baixo nivelamento, acessível a todos, estruturada pelos componentes narrativos dos filmes e novelas de grande audiência. Alimentados do mesmo ânimo da atenção aos produtos pasteurizados da indústria cultural, tanto as classes desfavorecidas quanto as elites constroem seus quadros de referência para a política com o referencial lógico do escândalo midiático. Sobre esta forma de racionalidade o *marketing* vem desenvolvendo suas estratégias, a mídia adquire maior poder de barganha no meio político e os cidadãos tentam expressar politização através de uma ênfase crítica.

O escândalo, que talvez devesse pertencer ao domínio do acontecimento, como pode ser em outras partes ou já possa ter sido um dia, inscreve-se na estrutura. Acompanhamos o múltiplo estado de dano a que é submetido o discurso político: a inscrição da lógica igualitária na ordem policial é a primeira perturbação na idealidade da comunidade política, na determinação filosófica do bem, no que diz respeito ao erro de cálculo na contagem das parcelas da sociedade, lançando o vazio incomensurável do

povo na estrutura semântica do discurso político; a razão do desentendimento é um segundo grau de distanciamento da racionalidade comunitária, colocando os falantes em situação onde as mesmas palavras designam formas diferentes de nomear o comum; o discurso insere o sujeito de sua enunciação no campo objeto a que se refere, caracterizando seu pertencimento à zona discursiva desestabilizada, isto é, em regime enunciativo com interferência no meio sobre o qual enuncia; a estes graus de dano que acentuam o caráter precário da política, a representação midiática vem somar mais um, através da forma idílica com que expressa a política, afastando-a em mais um nível da sua idealidade filosófica, recobrando-a em mais um grau de sua verdade.

As condições materiais da produção dos enunciados constituintes dos discursos, que em última instância averiguam os homens no que tenham a ver com sua ideologia, são regiões sobre as quais a prudência estratégica do poder recomenda evitar o pouso da fala; área restrita de acesso, onde a palavra fica esvaziada se estiver ausente de seu contexto de produção. É nessa dimensão epistemológica que a análise do discurso se desenvolve, sendo a linha de estudo definida para guiar a análise sobre as manifestações textuais do escândalo político, a base de articulação discursiva preferencial na qual têm sido planejadas as estratégias eleitorais de partidos e candidatos. Ao tornar-se hegemônico na arena discursiva, o escândalo é instrumentalizado pelas tecnologias do poder, fortalecendo politicamente os proprietários da mídia e tornando-se arma política de notável potencial destrutivo. Procuramos permanentemente relacionar a ascensão do discurso em torno do escândalo à preeminência da mídia na interlocução entre o universo político e o eleitorado.

Ao analisar o impacto da formatação do escândalo nas diferentes instâncias por onde o discurso político circula, nossa hipótese principal é que o problema não reside numa dimensão moral, mas em uma estrutura. Uma complexa convergência de fatores estruturais da dinâmica política deu margem à configuração de um sistema em que o escândalo ocupa posição funcional em diversas frentes da racionalidade política vigente. Passou a ser regularizado como parte ativa e constituinte da política, em seus diferentes ambientes existenciais e nas diversas finalidades que atende. Atende à competição política, na forma de instrumento de guerra contra inimigos e adversários, atende à mídia, especialista em dirigir o teatro político e de manipular com competência seus recursos narrativos, de modo a dele extrair as maiores vantagens possíveis, garantindo índices elevados de audiência e lucros para os anunciantes. Atende à cidadania, que não

se sente representada pela política e a ela dá as costas, criando ludicamente seus espaços de afirmação.

O objetivo não é afirmar um pessimismo que entenderia a política como irremediavelmente corrompida; nem fazer coro ao discurso da eficácia que repete que não devemos perder tempo com este tipo de reflexão, e simplesmente adaptar-nos ao estágio da realidade, partindo para a ação produtiva. Tampouco optar pela via da despolitização, ao refúgio em modos estéticos de uma subjetivação hedonista, garantida pela reprodução das condições na qual se assenta, com a naturalização de formas lingüísticas de designar o sensível para suavizar ou evitar os contornos políticos e manter a posição privilegiada na partilha do comum. Uma das expressões deste sintoma é a força crescente do discurso politicamente correto, que cria enunciados referidos a zonas discursivas estáveis, distantes da sua posição de enunciador, num uso cínico da linguagem que não coloca o falante na posição de risco de ter de tomar um posicionamento político claro. A moldura narrativa do escândalo ocupa o enquadramento da consciência política do cidadão, como numa bolha moral que o protegesse, mantendo-o resguardado pelo véu ético. A discursividade fácil e moralizante, que surge da interpretação preferencial que se faz do escândalo e da corrupção, é despolitizada, encerra a conversa, nega a política e é cínica. Como refletir sobre o fenômeno do “politicamente correto”?

Deve-se utilizar com prudência essa noção de “politicamente correto”, que serve um pouco facilmente demais como recusa para desqualificar tudo que se opõe ao consenso dominante. A reivindicação de “correção” está ligada a um aspecto efetivamente essencial do qual a noção de partilha do sensível pretende dar conta: as formas da dominação — de classe, de raça, de sexo — são, a princípio, formas inscritas na paisagem do cotidiano, na maneira de descrever o que se vê, de dar nomes às coisas. O perigo, a partir daí, é praticar uma simples operação cosmética sobre as formas da dominação: camuflar a realidade da dominação sob a representação de um universo de pequenas diferenças no qual cada identidade é provida de seu reconhecimento, seus direitos próprios; fazer reinar, por meio de uma linguagem eufêmica, uma outra forma de consenso (Rancière, 2005).

O politicamente correto não se coloca, ganhando tempo para sondar de onde virá a melhor oferta, onde ele se venderá melhor, e daí o recurso próprio à retórica política em se dirigir ao povo, à igualdade, aos direitos humanos, ao meio ambiente, enquanto no campo da prática social joga o mesmo jogo competitivo, produzindo a aura de cinismo que parece ter na propaganda eleitoral a sua materialização textual.

Nossa hipótese é a de que o discurso do escândalo, apesar de na superfície denotar indignação e conseqüentemente politização, por baixo da letra de seu texto, e na relação com seu contexto de reprodução serve a uma instrumentalização ideológica pela hegemonia do capital corporativo detentor da maior parte do poder político na sociedade. Este pólo hegemônico de poder gere as estratégias de produção do discurso político através do mapeamento das condições de formação discursiva do eleitorado. O planejamento das estratégias sensíveis depende de técnicas de detecção de uma margem de previsibilidade no comportamento do público votante. Na realidade de um contexto em que o conteúdo político é virtualmente reproduzido por aparelhos massivos de comunicação, a formatação escandalosa consolida-se como enquadramento delimitador das possibilidades interpretativas, produzindo efeitos previsíveis não apenas na esfera discursiva onde os personagens têm suas imagens públicas destruídas ou alavancadas, como também no sistema das trocas e parasitações da pequena política. O escândalo ganha uso instrumental, integra-se ao ferramental da prática política moderna, incorpora-se ao manual da guerrilha política na era da tecnocracia burocrática.

Fomos guiados aqui pelo referencial teórico dos estudos do discurso, no intuito de apontar as regularidades discursivas e sentidos políticos nas falas da política, apesar do pouco prestígio acadêmico que a analítica de discursos possui hoje, pelos mesmos motivos que enfraquecem o político em todas as instâncias exteriores aos setores do Estado e espaços formais de deliberação política. A análise do discurso “é citada com desdém ou nostalgia, como exemplo de uma época passada, que preconizava o engajamento e a inquietude do sentido político, sem eco em nossa modernidade, que estaria testemunhando o fim das ideologias” (Mazière, 2007: 8)

Justificamos a opção pela análise do discurso pelo fato de que, à medida que nossa participação política restringe-se a aspectos discursivos, nossa intervenção política deve ser intensificada no terreno textual. O interesse acadêmico e filosófico na complexa equação que a política enfrenta em sua comunicação, distanciado de partidarismos e de espaços retóricos de restrição, deve utilizar uma ferramenta de leitura política que permita, na esfera das representações simbólicas e discursivas da política, desconfiar da literalidade de seu texto. Ao invés de reconhecer o discurso como fonte, lendo o texto político naquilo que ele apresenta em si mesmo, em seu encadeamento expansivo, deve-se considerá-lo no seu jogo negativo de recorte, na sua rarefação, procurando compreender a estratégia aplicada e a leitura preferencial por ela engendrada. Fazendo nossas as palavras de Norman Fairclough (2001: 120), a análise

do discurso defende uma modalidade de educação lingüística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas.

Tendo em vista a complexidade das formas assumidas pelo discurso político, acreditamos ter na metodologia da análise de discursos uma boa chave de leitura para os textos políticos, para, como ensina o professor Milton José Pinto, aproveitar o interesse particular da disciplina em estudar a disputa da hegemonia da fala na sociedade e refletir sobre a teoria e a técnica da retórica como prática social.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon. “Althusser, a ideologia e as instituições”. In: *Aparelhos ideológicos de Estado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BOORSTIN, Daniel J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: Atheneum, 1962.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAMAROTTI, Gerson; PEÑA, Bernardo de la. *Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje, volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COSTA, Tiago Leite. *Confissões/Ficções de Nelson Rodrigues*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. eBookLibris, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

EMEDIATO, Wander. “Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas”. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje, volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. “Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a Comunicação”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Volume XXVIII, nº 2, julho/dezembro de 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, [1971] 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREITAS, Artur. “O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière”. In: *História: Questões & Debates*. n.º. 44. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

GABLER, Neal. *Vida, o filme. Como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 5 ed., 2002.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MENDONÇA, Kátia. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2002.

MIGLIORIN, Cezar. “Igualdade dissensual: democracia e biopolítica no documentário contemporâneo”. In: *Estéticas da biopolítica: audiovisual, política e novas tecnologias*. Internet: http://www.revistacinetica.com.br/cep/cezar_migliorin.htm.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político*. Imprensa Oficial / Editora da Unicamp, 2000.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

OLIVEIRA, Thomás Rosa Pinto de. “A sociedade da eficácia: mídia, mitos e teratogênese”. In: *III Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio (Poscom)*.

ORLANDI, Eni. “Michel Pêcheux e a análise de discurso”. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, n. 1, 2005.

_____. “Nota ao leitor” (1990). In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PAULIUKONIS, Maria A. L.; MONNERAT, Rosane S. M. “Operações discursivas na enunciação”. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje, volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. Editora Difel, 2003.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

_____. “Retórica e análise de discursos”. In: *Fronteiras: Estudos midiáticos*. v. 2, n. 1, p. 141-150. São Leopoldo, 2001.

_____. “Marcas de enunciação em imagens”. In: *Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ*. v. 1, n. 6, p. 181-206. Rio de Janeiro, 1997.

PORTO, Mauro Pereira. *Televisão e política no Brasil: A Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. Entrevista para a revista *Ciência e Cultura*, vol. 57 n. 4. São Paulo: 2005.

RESENDE, Fernando. *O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista*. Rio de Janeiro: Contracampo, v. 12, p. 85-101, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. “Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault”. In: *Estudos Lingüísticos XXXV*. São Paulo: 2006.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; SILVA, Francisco Paulo da. “Análise de discurso político e a política da análise de discurso”. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, n.1, 2005.

SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. In: Nelson Traquina (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1993.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. “Existe consciência ética na imprensa?” In: PAIVA, Raquel. *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

STREET, John. "The celebrity politician: political style and popular culture". In: CORNER, John e PELS, Dick (ed.). *Media and the Restyling of Politics: Consumerism, Celebrity and Cynicism*, p. 85-98. Londres: Sage Publications, 2003.

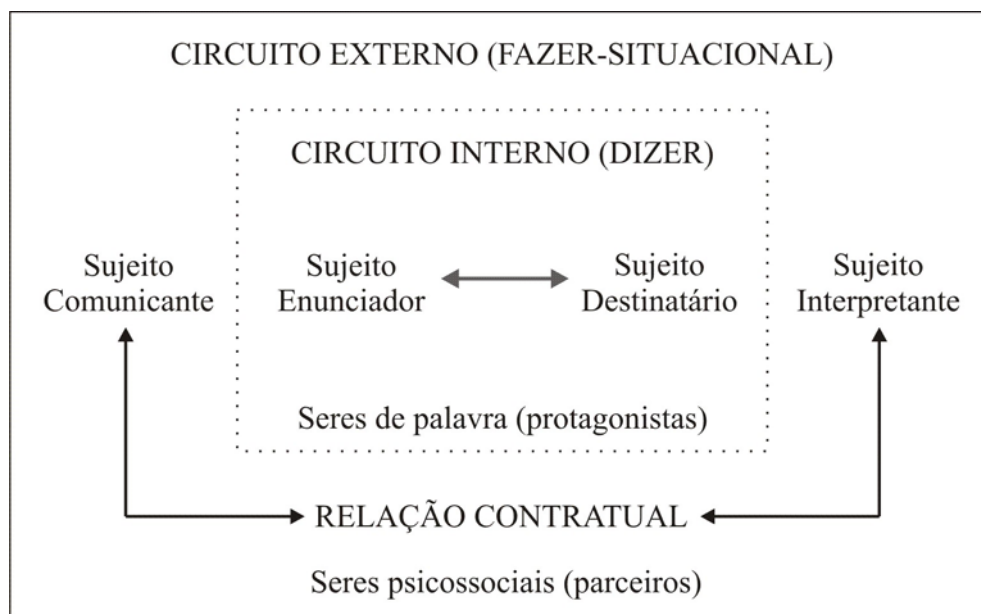
SOULAGES, Jean-Claude. "Instrumentos de análise do discurso nos estudos televisuais". In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje, volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Anexo A

Teoria dos sujeitos da linguagem de Patrick Charaudeau



Anexo B

Teoria social do discurso de Norman Fairclough

Concepção tridimensional do discurso

